
MANUEL CARLOS de LACERDA MATOS

**FACTORES OCORRENTES
EM INTERVENÇÕES
SOBRE O
PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO APRESENTADA À UNIVERSIDADE DE ÉVORA

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
1995

MANUEL LACERDA

**FACTORES OCORRENTES
EM INTERVENÇÕES
SOBRE O
PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO**

86904

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO APRESENTADA À UNIVERSIDADE DE ÉVORA,
SOB ORIENTAÇÃO DO ARQUITECTO GONÇALO SOUSA BYRNE, PARA OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE EM RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E
PAISAGÍSTICO

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
1995

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS RELATIVAS A INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO	5
1.1 A emergência de novas abordagens disciplinares e de alterações estruturais no conceito de património arquitectónico	5
1.2. Aspectos de enquadramento relativos ao âmbito de questões da intervenção sobre o património arquitectónico	15
1.3. O actual contexto das intervenções sobre o património arquitectónico e alguma problemática associável	22
2. REFLEXÕES CONCEPTUAIS PRÉVIAS A UM MÉTODO	29
2.1. Património arquitectónico enquanto documento	29
2.1.1. A especificidade do património arquitectónico	29
2.1.2. O valor documental	31
2.2. Património arquitectónico enquanto objecto arquitectónico	33
2.3. Mutação de conceitos	37
2.3.1. Monumento / restauro	37
2.3.2. Autenticidade e património arquitectónico	58
2.3.3. Terminologia e critérios nas intervenções sobre o património arquitectónico	60
2.3.3.1. Terminologia	60
2.3.3.2. Critérios e metodologias	72
2.4. Abrangência da intervenção sobre o património arquitectónico	73
2.4.1. Património arquitectónico, monumento, cidade	73
2.4.2. Património arquitectónico e arqueologia urbana	76

3. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO	77
3.1. Estabelecimento de modelos	77
3.2. Sobre modelos operativos de intervenção	78
3.2.2. Modelos operativos / critérios de intervenção	80
3.2.3. Uma abordagem metodológica específica para o património arquitectónico	82
3.2.4. Reflexões sobre modelos operativos	83
3.3. Modelos e factores	98
3.3.1. Enquadramento e análise histórico-arquitectónica do objecto de intervenção	98
3.3.2. Tipologias / morfologias urbanas	100
3.3.3. Componentes arquitectónicos	108
3.3.4. Enquadramento e análise histórico-urbanística do contexto de intervenção	110
3.3.5. Sobre patologias, diagnóstico e critérios de intervenção	113
3.4. Factores em interacção	121
3.5. Aproximação a critérios de valoração	130
3.6. Tipologias de intervenção	132
4. EXEMPLIFICAÇÃO OPERATIVA	134
4.1. O universo de casos	134
4.2. Estabelecimento de modelos operativos	139
4.3. Abordagem de aspectos parcelares de casos	144

4.3.1 Edifício “Versailles”	144
4.3.2. Casa das Varandas	149
4.3.3 Cine Teatro Éden	153
4.3.4. Edifício “Expresso”	158
4.3.5. Edifício de Ventura Terra	163
4.3.6. Palácio Lumiares	167
4.3.7. Edifício na Baixa Pombalina	171
4.3.8. Edifício dos Banhos de S. Paulo	178
5. REFLEXÕES SOBRE UM MODELO Algumas conclusões provisórias	182
BIBLIOGRAFIA	193
ANEXO 1	199
ANEXO 2	200
ANEXO 3	204
ANEXO 5	207

0. INTRODUÇÃO

OBJECTIVOS

1.

Este trabalho apresenta-se, fundamentalmente, como uma *reflexão* acerca de um conjunto de aspectos que se encontram, sistemática e permanentemente, associados às intervenções sobre o *património arquitectónico* e sobre como a sua inter-relação pode vir a determinar o carácter da intervenção; são, como vamos definindo ao longo do trabalho, os *factores ocorrentes* nessas intervenções.

reflexão sobre
factores ocorrentes

Aspectos que constituem um universo extenso e complexo de diferentes “realidades” sobrepostas, sendo ou não observáveis sobre o objecto da intervenção, situando-se em diferentes níveis, apresentando diferentes naturezas e situando-se em distintas áreas disciplinares, vão inexoravelmente influenciando e condicionando a evolução do *património*.

São também *factores* que, ao longo do tempo, vão sendo entendidos, interpretados, valorados e explorados de formas distintas, em função dos contextos específicos dos lugares e das épocas, envolvendo *mutações* importantes que correspondem, também, ao próprio carácter *transformativo* do *património arquitectónico*.

reflexão sobre valoração de factores
e definição de critérios

Um dos objectivos desta reflexão centra-se na verificação da possibilidade de uma aproximação à *valoração* de factores que coexistem em processos de intervenção, e da relação dessa *valoração* com o estabelecimento de *critérios* de intervenção, ou seja a verificação dos *limiares* de uma intervenção.

Trata-se, no fundo, da questão fulcral que se coloca, e que sempre se tem colocado, a quem cabe o papel de *agir sobre* um objecto a que são, por vários e circunstanciais motivos, reconhecidos *valores* que se encontram na esfera do *patrimonial*.

A questão coloca-se hoje, porém, com maior acuidade e urgência; emerge de um contexto cultural em rápida e profunda mutação, encerrando dúvidas, equívocos e contradições, originando *alterações estruturais* em conceitos associados à prática das intervenções, e conduzindo a radicalizações de carácter conceptual e prático.

Nessa confusão, o *património arquitectónico* poderá tender a constituir-se um laboratório de aplicação, mais de práticas banalizadoras do que investigativas ou de teorias consistentes, ao sabor da crise de *desestruturação* da própria *arquitectura*, encerrando todo o tipo de riscos quanto à salvaguarda de permanências de todo o tipo, documentais, referenciais, rememorativas.

MOTIVOS

2.

Estas reflexões foram sendo motivadas, essencialmente, por sistemáticas questões que, ao longo dos últimos anos, me foram sendo colocadas, de uma forma muito *pragmática*, no campo da gestão do *património arquitectónico*, essencialmente na cidade de *Lisboa*, e, ao mesmo tempo, no campo do *projecto* de intervenção.

A necessidade de estabelecer sistematicamente *critérios* de intervenção para imóveis ou conjuntos notáveis, a necessidade de definir *princípios* e *normas* para instrumentos reguladores urbanísticos, a necessidade de sistematizar *linhas de orientação* para apreciações e para intervenções, chocava, à partida, com o reconhecimento do carácter *excepcional* de cada caso em concreto.

Mas, por outro lado, também a realidade prática da destruição sistemática do *património arquitectónico*, como facto estruturado, justifica em boa medida a necessidade de algumas regras que imponham pelo menos a possibilidade da salvaguarda de valores.

Esta contradição, entre o reconhecimento da *singularidade* das intervenções neste âmbito, (com a inerente inaplicabilidade de critérios universais), e a necessidade de estabelecer *parâmetros* relativos aos *limites* das intervenções, conduziu à idéia de fazer radicar essa verificação de valores no próprio *processo* interventivo, através do *projecto*; este é, possivelmente, um dos aspectos “conclusivos” da reflexão que, partindo do reconhecimento da natureza arquitectónica do objecto de

intervenção, associa o próprio processo de projecto à determinação de factores e critérios.

METODOLOGIA

3.

O trabalho estabelece, fundamentalmente, dois momentos:

Um primeiro, onde se colocam e procuram aprofundar aspectos de enquadramento deste âmbito de intervenções, onde são tratadas e reflectidas principalmente:

a) questões *contemporâneas* que se levantam neste âmbito de intervenções;

questões contemporâneas

b) questões acerca de *conceitos* articulados com as intervenções, a sua evolução, e também acerca do *conteúdo de factores ocorrentes*;

reflexões conceptuais

c) questões de abordagem e análise de aspectos *metodológicos* de intervenção, onde se procura esboçar um modelo operativo de aproximação gradual.

metodologias de intervenção

Um outro momento, em que se procuram abordar diferentes casos de intervenções sobre o *património arquitectónico* referidos à cidade de *Lisboa*, casos *paradigmáticos* em que se focam alguns aspectos mais significativos, aspectos parcelares, considerando *cenários interventivos* reais ou cuja configuração corresponde aos tipos de intervenção mais frequentes.

Na sequência dessa abordagem de casos, procura-se reflectir sobre o que poderá ser uma outra "filtragem" do processo interventivo, através de de *um modelo* de aproximações sucessivas, procurando concluir-se, parcelarmente, sobre uma avaliação da aplicabilidade de um modelo desse tipo, e das suas eventuais virtualidades quanto à possibilidade da *definição gradual de critérios* no próprio decurso do *projecto* interventivo.

INTERROGAÇÕES e
CONCLUSÕES

4.

A evolução do trabalho foi mostrando, claramente, que se levantariam, gradualmente, mais questões e interrogações do que conclusões.

No entanto, aspectos tão importantes e decisivos como a *definição de critérios*, podem ter, no final destas reflexões, uma outra abordagem.

Passando a radicar essa *definição de critérios* na *avaliação de factores ocorrentes*, haverá toda a vantagem em que essa *avaliação* se inscreva no decurso do processo de *projecto interventivo*, e que inter-actue com ele, em “momentos” sequenciais.

Esse processo terá, necessariamente, de ser gradual e por aproximações; em determinado “momento” do objecto de intervenção é possível definir os *limites* da intervenção necessária e possível, mas esses *limites* não se encontram exclusivamente dependentes da realidade *intrínseca* do objecto, mas sim de uma relação de inter-dependência de aspectos que também lhe são exteriores.

Poderá estar lançada uma pista de abordagem metodológica aos objectos de intervenção no campo do património arquitectónico, que passa pelo estabelecimento de *modelos* mais aprofundados, aos quais se possam vir a referenciar *metodologias* objectivadas a casos concretos; é neste sentido que se prefigura a continuação deste estudo.

1. QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS RELATIVAS A INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

1.1. A emergência de novas abordagens disciplinares e de alterações estruturais no conceito de património arquitectónico

A questão da actuação projectual sobre a pré-existencia constitui hoje um dos temas mais complexos, mas também mais estimulantes, no âmbito da disciplina da arquitectura.

Se a *história* das atitudes de intervenção sobre *monumentos*, *edifícios* e *áreas históricas* até meados do séc. XX, começou recentemente a encontrar o distanciamento necessário para a sua compreensão e crítica, a prática contemporânea da intervenção sobre o *património arquitectónico* encerra em si, por seu lado, todas as mesmas incertezas que a própria prática da arquitectura de raiz - *ex-novo* - também hoje encerra, desenrolando-se num campo de idéias gradualmente mais abrangente e no contexto de um dinamismo económico e social também gradualmente mais complexo.

do MONUMENTO
ao PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

A lenta evolução do conceito de *monumento* ao de *património histórico*, *bem de interesse cultural*, *património arquitectónico* e *património urbano* encontra correspondência com a evolução dos conceitos relativos quer à própria *arquitectura*, quer à *cidade*, e ainda com a evolução das idéias e mentalidades em geral.

O que vai motivando a introdução gradual de novos componentes ao entendimento dos factos arquitectónicos e urbanos, à própria história desses factos, e, conseqüentemente, uma crescente complexidade no tratamento das questões relacionadas com intervenções sobre esses mesmos factos.

A idéia de *património* enquanto conjunto-universo de elementos identificáveis e reconhecíveis “*per se*”, consolida-se a partir do sec. XIX, facto a que corresponde a sua gradual institucionalização, radicada na consciencialização crescente da necessidade da sua *salvaguarda*.

alargamento da idéia
de PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

Da idéia de *monumento* evolui-se, progressivamente, para um conceito com carácter mais geral, cada vez mais articulado com outras dimensões (para além das estritamente artísticas), acompanhando as questões que se vão levantando especialmente no âmbito da gestão e do planeamento urbanos. O alargamento desse conceito vai-se traduzindo no estabelecimento gradual, institucionalizado, de idéias relativas à articulação dos monumentos com toda a sua envolvente, a diferentes níveis, arrastando a emergência de outros factores e conceitos afins, como os de ambiente, integração, contexto e inserção.

a actual concepção de
PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

A actual concepção de *património* é referida a uma entidade de limites dificilmente definíveis, a um universo permanentemente em aberto, sistema de interacções com coordenadas e limites cada vez mais difusos, que coloca sistematicamente em causa *critérios de inventariação* e de *classificação*, questionando a necessidade permanente da sua redefinição e, necessariamente, colocando também em causa políticas de salvaguarda, *critérios de intervenção* e sistemas de abordagem disciplinar. O património arquitectónico ressent-se particularmente disso.

uma alteração QUALITATIVA

Trata-se, assim, embora aparentemente possa não o parecer, de uma alteração de conceito predominantemente qualitativa, arrastando uma crescente diversidade de campos e que, na área específica do *património arquitectónico*, tende para uma visão global, territorial, de conjunto, colocando os elementos, anteriormente isolados, cada vez mais em interacções sistémicas entre si e com o seu suporte global, físico, cultural social e económico.

PATRIMÓNIO e HISTÓRIA

O conceito de *património*, por outro lado, vem acompanhando a noção de *história* que se tem em cada momento (1) e a interpretação da *história* que se faz em cada altura, sendo essa noção extremamente variável de época para época, e tornando-se de leitura difícil e descontínua, muitas vezes contraditória.

uma atitude INTERPRETATIVA

É na relação interactiva entre a percepção da realidade do *passado* e a acção requerida pela realidade do *presente*, numa atitude predominantemente interpretativa, atitude essa que é inerente à forma de produção das intervenções sobre o *património arquitectónico*, que se situam actualmente grande parte das reflexões sobre a matéria.

património FOCO de CONFLITOS

A natureza específica do *património* faz dele um foco permanente de conflitos, entre os agentes que sobre ele intervêm e os agentes institucionais que o tutelam, estes tradicionalmente numa postura *defensiva*, designadamente durante os períodos de economia marcadamente desenvolvimentista.

património, CRISE PERMANENTE

O *património*, e em especial o *património arquitectónico*, é uma realidade que se pressente em permanente crise, ora objecto das maiores defesas por parte de diferentes e antagónicos sectores da sociedade, ora frequentemente entendido como travão ao desenvolvimento, quer da economia, quer das idéias, sendo encarado, predominantemente, como *facto de excepção*, no sentido em que se encontra praticamente ausente, conscientemente, de uma prática quotidiana da produção e da fruição da cidade.

Sofrendo de uma debilidade estrutural quanto à sua compreensão, aceitação e interiorização pela sociedade, o *património arquitectónico* continua em constante conflito com a dinâmica do mercado imobiliário e da própria indústria da construção civil, e, pelo peso que estes têm, com a sociedade, pese embora um relativo, embora mais aparente do que real, aumento da consciência do seu efectivo valor por parte dessa mesma sociedade, ou de sectores culturais da sociedade com poder decisório.

(1)- Eduardo Mosquera Adell, De la utilidad de la arquitectura para el patrimonio, Arquitectura y Patrimonio, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, pag. 17.

AMBIGUIDADES

É ainda neste preciso contexto que a *arquitectura* se revela como um agente duplo, ambivalente e ambíguo; por um lado, por se entender como o veículo por excelência com a capacidade de compreender e, por isso, incutir as maiores prudências e o maior rigôr nas intervenções; por outro, através de meios expeditos apoiados em pressupostos de oportunidade, servindo interesses especulativos à margem de quaisquer questões éticas que se reportem ao desempenho da profissão, face à sociedade.

CONCEITO de CONSERVAÇÃO

Articulado com o *património*, o conceito de *conservação* tem estado conotado com uma atitude predominantemente *defensiva*, à qual não é alheia uma visão comum, fatalista e dramática sobre aquele, em especial o *património edificado*, visão essa associada mais a um receio (fundamentado) da sua destruição sistemática e à necessidade de o impedir, do que ao seu papel referencial e rememorativo no desenvolvimento da sociedade, digamos que de sinal positivo.

Essa atitude pela defensiva encontra-se bem expressa na própria terminologia ainda actualmente utilizada no tratamento comum e mediático das questões que lhe estão associadas e nas designações utilizadas correntemente no tratamento das questões deste âmbito (*salvaguarda, defesa*), ao nível de instituições, serviços, cartas, declarações, a nível local, nacional e internacional, sintoma (ainda, e, por vezes, cada vez mais) de um sentimento paradoxal, generalizado, de receio por uma perda.

UMA CONTRADIÇÃO LATENTE

Interessa reflectir a crescente institucionalização do *património arquitectónico*, a crescente importância que lhe tem vindo a ser gradualmente atribuída pelos agentes sociais e pelos agentes de poder, e, ao mesmo tempo, o seu significado efectivo, em termos de uma consciencialização colectiva.

De facto, pode estar-se perante uma contradição latente, em que, a uma crescente, e aparentemente correcta, importância atribuída pela tutela, patenteada, por exemplo, no englobamento gradual de um crescente número de elementos na esfera patrimonial, não corresponde, com efectividade, um reconhecimento público, por parte da sociedade, desse mesmo carácter, por razões de ordem mais geral, de ordem educacional e cultural; ou corresponde apenas uma banalização, superficial, mormente das situações mais mediatizáveis.

COMPLEXIDADE, VAZIOS e
ARQUITECTURA

Torna-se hoje (cada vez mais) difícil objectivar, no âmbito das intervenções sobre o *património arquitectónico*, os aspectos cognoscitivos, interpretativos, metodológicos e operativos; ao contrário do que se passa no campo das técnicas concretas de aplicação no decurso da intervenção.

No entanto, contrariamente ao vazio conceptual e à negação da definição apriorística de parâmetros (quaisquer que sejam os pressupostos), é possível a abordagem ao universo de questões que se colocam, através das noções próprias da disciplina da *arquitectura*, invocando noções operativas e conhecimentos implícitos nas técnicas próprias do *projecto*.

UNIVERSALIDADE de CRITÉRIOS
QUESTÃO RECORRENTE

A questão de uma pretensa definição de *critérios universais* de intervenção, questão ainda recorrente, está definitivamente posta de lado pelos sistematizadores e críticos contemporâneos. Ainda recorrente, basicamente pela necessidade ainda existente de, por parte das tutelas, haver a necessidade da garantia da protecção máxima (apesar de, na grande parte das vezes a isso corresponder uma qualidade mínima na intervenção), face à situação, contraditória, de a prática corrente de intervenções não oferecerem garantias de salvaguarda dos valores essenciais, e dos riscos reais da anulação de valores documentais.

Esta espécie de obsessão pela regra na intervenção, justificável de um ponto de vista em que prevaleça o rigor disciplinar (num contexto em que a auto-exigência é mínima), entra obviamente em contradição com a própria potencialidade que é aberta por esse olhar predominantemente disciplinar (da *arquitectura*).

AGREGAÇÃO INCLUSIVA
SELECÇÃO EXCLUSIVA

Hoje, tende a estabelecer-se que a realidade dos elementos patrimoniais é tão rica que não pode ser apreensível na sua globalidade, e não o poderá ser senão por partes, por especialidades, por particularidades, que se podem articular em maior ou menor grau, dependendo das condições características concretas de cada caso; e que interessa assumir de todo essa mesma impossibilidade, o que implica uma simultaneidade de processos de agregação inclusiva e de selecção exclusiva (2).

2 - Eduardo Mosquera Adell, De la utilidad de la arquitectura para el patrimonio, Arquitectura y Patrimonio, Instituto Andaluz del Patrimonio Historico, pag. 20)

Entre o *património* e a *arquitectura* estabelece-se uma relação especial, privilegiada, e biunívoca, que corresponde à já citada especificidade do *património arquitectónico*.

A *arquitectura* pode ter um papel fundamental na continuidade do *património*, pela natureza activa do *projecto* transformado em obra sobre um objecto-suporte que contém uma qualidade receptiva, ou seja, a capacidade de ser transformado (a natureza dinâmica do *património arquitectónico*).

Neste ponto há interesse em distinguir uma subtil, mas fundamental, diferença entre o que se passa em operações técnicas de *conservação* e *recuperação*, na linha dos especialistas de restauro, e num processo de reciprocidade e interacção entre o objecto de intervenção e a disciplina da *arquitectura*, na sua expressão operativa, onde os factores ocorrentes demonstram a sua potencialidade de ser o ponto de partida para o facto arquitectónico (3).

O desenvolvimento mais recente de nova temática arquitectónica, o próprio desenvolvimento da arquitecturologia (4) voltada às questões do património e os subseqüentes debates, apoiada em intervenções concretas sobre objectos do universo do *património arquitectónico*, especificamente através de programas relacionados com o próprio mundo do património, designadamente museus, arquivos, bibliotecas, conjuntos arqueológicos, e intervenções sobre imóveis com um valor específico, documenta o *potencial do património como fonte de recursos para a arquitectura*.

As inflexões da crise recente da própria *arquitectura* desaguam nas mais recentes intervenções sobre o património, no retorno a historicismos, a aproximações contextualistas, a regionalismos, desdobrando-se numa miríade de formas de intervir, partindo de pressupostos distintos e aplicando metodologias diversas, criando de facto novas referências, inovando a interpretação global do existente.

uma RELAÇÃO BIUNÍVOCA

Um olhar sobre o *património arquitectónico*, a partir da disciplina da *arquitectura*, pode actualmente investir de diferentes valores, e factores, as acções que recaem sobre esse cada vez mais alargado universo de objectos e conjuntos.

3 - O facto arquitectónico aqui entendido como uma utilidade real para o objecto intervencionado, consistindo na forma de continuar, repropôr, prolongar o valor documental global e existente.

4 - Philippe Boudon, Enseigner la conception architecturale, cours d'architecturologie, Les Editions de La Villette, 1994.

Esta atitude reflecte uma mudança emergente do conceito de monumento (ao qual se associam, por regra, tradicionalmente, as idéias de delimitação e envolvente, a capacidade de ser um referencial imediato), pressupondo uma acção em resposta aos diferentes tipos e níveis de problemas e necessidades contemporâneos, ainda que essa acção possa constituir-se numa aparente *não-acção*.

Compare-se ao processo produtivo da obra pictórica, cujo valor intrínseco (e até extrínseco) é indiferente ao facto de se emoldurar, de se expor, de se tornar uma obra de arte apenas e fundamentalmente porque é exposta a partir de certo momento.

o valor do CONHECIMENTO

A mutação do conceito de *monumento* e do *património* articula-se com algo que pode não estar visível e traduzido materialmente na obra, e que pode residir exteriormente, *extrinsecamente* como designamos, fazendo parte de processos cognostivos, processos de investigação no decorrer de uma intervenção concreta; é paradigmático o caso de uma opção tomada durante um processo investigativo que conclui pela necessidade de manter uma situação existente tal como se encontrava anteriormente, traduzindo-se a intervenção numa *omissão de acção* (muitas vezes requerida apenas pela necessidade de reforço de valores plásticos contidos no objecto, que se sobrepõem a outros factores, como por exemplo o próprio programa).

factores de INDUÇÃO

Por sua vez, a consciência crescente da enorme complexidade do *património arquitectónico* - ultrapassando largamente o facto elementar de ser entendido como uma *arquitectura-contentor*, e articulando-se claramente com outras dimensões patrimoniais (o património imaterial, os valores simbólicos, referenciais), sociais, culturais e também económicos, motiva, ou melhor, requer, uma maior complexidade nas suas abordagens, que por sua vez ultrapassa uma leitura linear como era hábito fazer-se até há pouco tempo, incluindo valores ou *factores de indução* (5), como designamos nesta aproximação, próprios do campo disciplinar da *arquitectura*.

5 - Os factores de indução constituem os factos particulares, isolados ou agrupados, que permitem num processo de investigação e projecto sobre o objecto, partir de uma aparente visão fragmentada para uma visão global, feita de inter-relações.

SALVAGUARDA e AFIRMAÇÃO
arquitectónica

Assim, a par de uma crescente exigência da salvaguarda de valores (diria valores documentais, sobretudo), interpretáveis de diferentes formas, em diferentes perspectivas e, sobretudo, de forma diferente em função do envolvimento cultural e ideológico - retenham-se as rápidas mudanças de atitude em redor do *património urbano* desde os anos 70 até hoje, ou mesmo só na última década -, a tendência actual reflecte também uma crescente exigência de *afirmação da obra arquitectónica*, como condição de afirmação da própria contemporaneidade, sob risco de não criar referências ajustáveis às mentalidades actuais; e o campo de actuação dessa afirmação, é cada vez mais, o *património arquitectónico*.

E a complexidade da intervenção arquitectónica situa-se exactamente na necessidade de incluir outras formas de interpretação da pré-existência, através da estruturação de um novo conhecimento, não repetitivo e não repetível, e por isso com capacidades ou potencialidades de inovação.

OBJECTOS e PROCESSOS

É hoje indiscutível que cada intervenção é singular, única nos seus aspectos concretos, complexos, como já vimos, deslocando-se as questões metodológicas da abordagem da definição de critérios/receitas para um outro nível, exactamente aquele que permita uma leitura global do objecto; no fundo, a metodologia deixa de estar centrada no objecto e passa a centrar-se no processo, fornecendo tantas pistas e perspectivas quantas as necessárias.

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
ARQUITECTURA e PROJECTO

O carácter profundamente heterogéneo do *património arquitectónico* envolve sistematicamente a questão da interdisciplinaridade ou da transdisciplinaridade das intervenções; e levanta, cada vez com maior incidência, as questões relativas ao inter-relacionamento das diferentes disciplinas, e da gestão dos diversos contributos dos diferentes especialistas envolvidos.

Esta é uma das especificidades do *património arquitectónico* no contexto do património em geral, colocando-o de uma forma particular, em termos operativos, numa relação com a disciplina da *arquitectura*.

Ou seja, a intervenção sobre o *património arquitectónico* exerce-se referida a um modo operativo consubstanciado no *projecto*, projecto esse que constitui a síntese de olhares especialistas, métodos e técnicas - para além das questões de ordem

programática, muitas das vezes determinadas a níveis não técnicos e não disciplinares mas político, facto que permite subentender que, em termos operativos, a intervenção sobre o *património arquitectónico* se resume de novo à *arquitectura*, através do projecto. (6)

Trata-se de uma das grandes questões que hoje se coloca, aliás claramente uma outra questão recorrente ao longo da história das intervenções, que colocam quer entidades tutelares do património, quer profissionais envolvidos em intervenções, bastantes das vezes com pontos de vista antagónicos; situa-se exactamente na concepção do papel da *arquitectura* no âmbito da intervenção sobre o *património arquitectónico*.

Reconhecida a *complexidade* das premissas do *projecto* relativo às intervenções sobre o *património arquitectónico* (pelo menos em instâncias onde se pratica alguma especialização neste âmbito de matérias), requerendo capacidades técnicas, investigativas, conhecimentos especializados, confronta-se este geralmente com o alheamento dos intervenientes face à especificidade exigível.

do PARADOXO

Pois se a produção normal de arquitectura de raiz se situa hoje a um nível de qualidade aquém do desejável, pouco mais se poderá esperar, neste momento, das intervenções sobre bens culturais, em número crescente, gerando um paradoxo entre a exigência requerida e as condições reais de capacidade de resposta qualificada a essa exigência, salvo raras e exemplares excepções.

à necessidade de DEFINIR NÍVEIS de intervenção

Facto que levanta a questão e justifica a necessidade de uma reflexão e redefinição dos níveis admissíveis de profundidade de intervenção, e dos cuidados a ter nas acções sobre o *património arquitectónico* e *urbano*, no sentido da salvaguarda de valores fundamentais.

São aliás disso reflexo, por exemplo, diversos documentos regulamentares recentíssimos, relativos a intervenções a efectuar nas áreas históricas da cidade de Lisboa, ou as

6 - Não se trata, de forma nenhuma, de qualquer tipo de reivindicação do papel sintetizador para uma determinada disciplina; aquilo que está em causa é o papel específico que apresenta, e que sempre conteve o projecto de Arquitectura enquanto modo operativo de explicitar materialmente o conjunto inter-relacionado das diferentes componentes, traduzidas plásticamente de certa forma.

medidas prudentes adoptadas, por exemplo, relativamente a intervenções numa Baixa Pombalina ou em imóveis inventariados pela Carta Municipal do Património.(7)

INTERPRETAÇÃO
dos factores ocorrentes
no PROCESSO de INTERVENÇÃO

A capacidade interpretativa dos *factores ocorrentes* (8) revela-se como uma das componentes mais significativas do processo operativo, e com maior capacidade inovadora, independentemente de uma materialização, ou não, da intervenção que a motiva.

Ou seja, o método de abordagem revela-se já, per si, como um benefício cultural, e portanto um contributo ao valor documental do objecto interpretado.

Por isso, a capacidade real de induzir esse método constitui, actualmente, um dos factores com maior interesse neste processo.

a especificidade de um
MÉTODO OPERATIVO

Não se pode, no entanto, de forma nenhuma, ficar com a ideia de que o método operativo do *projecto de raíz* e o método de intervenção sobre o *património arquitectónico* são o mesmo, quando se avança que os problemas da intervenção sobre o *património arquitectónico* se resumem, no fundo, aos problemas do *projecto de arquitectura*.

São mais inerentes à intervenção sobre o *património arquitectónico* os factores de imponderabilidade que resultam das potencialidades da pré-existência como fonte de informação para o *projecto*; as qualidades do *projecto* traduzirão essa interpretação de dados, da história, da memória, à luz de uma contemporaneidade actuante que deve expressar-se de forma fundamentada, (e por isso criativa).

O *projecto* materializado poderá dar a continuidade ao *património arquitectónico* enquanto *documento*, numa atitude rememorativa, fundamental no acto de salvaguarda do património, ressaltando que se trata de uma acção efectuada em determinado momento (do tempo, da história), interessando manter anteriores leituras e possibilitar ulteriores interpretações.(9)

7 - As medidas regulamentares relativas a intervenções sobre o património arquitectónico em Lisboa, consubstanciadas no PDM (1994) ou nos Regulamentos dos Planos de Pormenor de Salvaguarda para as áreas históricas revelam-se, por vezes, bastante restritivos.

8 - Consideramos factores de ocorrência as variáveis presentes num processo de intervenção, e que constituem a base de pesquisa e investigação tendentes a solucionar a questão que se coloca.

9 - É só neste sentido que actualmente se entende a adopção dos critérios genéricos de reversibilidade, ultrapassado o dogmatismo da aplicação sistemática e universal de critérios como este.

1.2. Aspectos de enquadramento relativos ao âmbito de questões da intervenção sobre o património arquitectónico

Na perspectiva do tratamento das questões relativas às intervenções sobre o *património arquitectónico*, interessa com o relativo desenvolvimento que aqui cabe, tentar reflectir sobre alguns antecedentes que justificam determinadas atitudes disciplinares actuais, e retirar desses antecedentes algumas noções que informem directamente o estabelecimento dos *factores* que foram sendo aceites como determinantes nas intervenções.

Assim, podemos reportar-nos, fundamentalmente, ao *restauro*, conceito abrangente de toda uma gama considerável de tipos de intervenção que se foram efectuando até ao presente.

a permanente AMBIGUIDADE
do restauro

Foi um conceito que sempre encerrou grande ambiguidade, tendo-lhe sido sistematicamente atribuídos significados distintos, quer pelo próprio *âmbito* da sua aplicação, muito diversificado, quer pelas alterações do *contexto* dessa mesma aplicação, ficando-se tal a dever ao facto de se tratar de uma actividade que claramente reflecte as idéias prevalecentes do tempo em que é exercida, e as respectivas capacidades técnicas.

Como bem exprimiu *Cesare Brandi* (10) “o restauro é bom para a época que o justifica e pode ser péssimo para a seguinte”.

A ambiguidade do conceito subsiste.

Como refere *Gaetano Miarelli-Mariani* (11) “...a intervenção nas pré-existências não tende tanto para a sua conservação como para *aggiornare* a obra que é objecto de intervenção, transferindo-a do mundo figurativo que a produziu para a contemporaneidade do arquitecto; porque a convicção de abordar a intervenção em condições de continuidade com o passado legitima operações projectuais contra a natureza e fins da época precedente.

10 - Cesare Brandi, *Teoria del restauro*, Turim, 1963, Madrid, 1968.

11 - Gaetano Miarelli-Mariani, *História de los criterios de intervencion en el Patrimonio Arquitectonico, Monumentos y proyecto*, Jornadas sobre criterios de intervencion en el patrimonio arquitectonico, Ministerio de Cultura, Instituto de Conservacion y restauracion de bienes culturales, Madrid, 1988.

Acções estas que só procuram afirmar novos ideais e satisfazer novas exigências, e que não tendem a conservar vivos os valores próprios e o tempo transcorrido”.

É esta questão de fundo que subsiste, e com ele a ambiguidade de um conceito, necessariamente, demasiadamente abrangente.

restauro CRIATIVO

O carácter da intervenção de *restauro*, até finais do séc. XVIII, coincide com o significado que o próprio termo encerra, ou seja, renovar, restabelecer, reavivar o objecto de intervenção, assumindo formas interventivas marcadamente actantes e muito diversificadas.

Daí a prática corrente de demolição e da reconstrução mantendo muitas vezes uma idêntica função, ou a prática da supressão de elementos construtivos com carácter estrutural ou decorativo, com manutenção da tipologia do edifício, como se verificou nas adaptações generalizadas do gótico para o barroco. O *restauro* é também, de certo modo, inovação, ainda que com um frequente recurso a revivalismos.

Verificam-se então alterações substanciais na prática e no entendimento das operações de *restauro*; inicia-se a investigação de monumentos, tornando-se a questão do *restauro* uma questão pública, institucionalizando-se as primeiras actividades museológicas, iniciando-se as recompilações sistematizadoras especializadas, através da comparação de estilos e do estabelecimento de períodos e épocas.

As formas do passado deixam de ser tomadas como formas ideais presentes, mas como fruto desse mesmo passado, como valores definitivos e concluídos, correspondendo a uma diferente consciência histórica, e por isso a um diferente olhar sobre esses mesmos objectos.

alteração da condição do restauro
O PATRIMÓNIO

A relação fundamental entre passado e presente, por tradição uma relação de continuidade no tempo, torna-se gradualmente uma relação objectivável a partir do momento presente, reconhecendo-se, no passado, valores (históricos) permanentes.

Assim, sendo a obra do passado um valor definitivo, concluído, passa a supor o reconhecimento de exigências de *respeito* sobre ela.

O *restauro* passa a constituir um conjunto de intervenções destinadas a conservar a obra do passado como seu testemunho, envolvendo a noção de transmissão, no sentido que actualmente lhe é atribuído pela idéia de *património*.⁽¹²⁾

Observa-se, pois, uma alteração substancial, senão radical, na apreciação de operações que até aí eram aceites culturalmente, ou legitimadas culturalmente, passando a recusar-se ulteriores processos formativos, ou transformativos, sobre as obras.

Princípios fundamentais de actuação são exemplarmente explicitados, ⁽¹³⁾ em relação à reconstrução da Basílica de S. Pedro, em Roma, envolvendo orientações tão importantes como a impossibilidade de se efectuarem novas operações configuradoras em obras completas, ou a noção de que a obra (o *monumento*) passa a ser considerada como uma unidade completa e que, por tal, deve ser protegida, traduzindo já genericamente a concepção moderna de *restauro*, de integração estilística, cujo critério principal deve corresponder à *restituição* da unidade que corresponda ao estado inicial.

restauro estilístico

O *restauro*, entendido assim como *reipristini*, apresenta como instrumentos, por um lado as regras do estilo e, por outro, os critérios analógicos, ou seja a aplicação de referências por analogia, aspecto interessante a reter numa observação comparativa com algumas perspectivas de intervenções actuais, e, à época, muito ligado a uma concepção *historiográfica* da intervenção, exigindo um conhecimento sistematizado das obras da mesma época.

O restauro estilístico encontrava-se legitimado pelo conceito de *autenticidade* prevalecente no séc. XVIII, de acordo com o qual a conservação de uma obra consistiria genericamente na conservação das suas formas e proporções, em detrimento dos materiais; a partir daí uma cópia apresentaria idêntico valor conceptual que o original, outro aspecto que interessa reter numa observação comparativa com algumas atitudes projectuais contemporâneas.

12 - Pode considerar-se a partir daqui o restauro na sua actual acepção; " um complexo de operações destinadas não a actualizar o monumento, a enriquecê-lo, mas sim a conservá-lo como testemunho do passado"; o restauro não tende já para a recriação, mas para a conservação e transmissão da obra. in Gaetano Miarelli-Mariani, *História de los criterios de intervencion en el Patrimonio Arquitectónico, Monumentos y proyecto*, Jornadas sobre criterios de intervencion en el patrimonio.

13 - Estes principios são estabelecidos no Papado de Leão XII (Papa de 1823 a 1829); é considerado o primeiro documento sistematizado por relativo ao restauro, por Susana Mora Alosó-Muñoyerro, citada por Gaetano Miarelli-Mariani, em obra já citada.

projecto de raiz
e projecto de restauro

Neste contexto, Viollet-le-Duc sistematiza critérios dispersos do designado *restauro* (14) estilístico, aportando com isso também uma distinção fundamental entre o projecto de arquitectura *de raiz*, *ex-novo*, e o projecto de *restauro*, onde se aplicaria uma metodologia assentando por um lado na *supressão* de alterações ou aposições posteriores, no sentido da reposição da unidade estilística original, e no caso de essas operações virem a criar “vazios”, ou se se verificasse a ausência de partes da obra, na *reconstrução*, completando-o tal como deveria ter sido (em termos conceptuais, e ideais).

Neste contexto o projecto de raiz baseava-se fundamentalmente no conhecimento e domínio dos estilos, pressupondo a sua livre interpretação, metodologia que não seria facilmente aplicável a uma intervenção sobre pré-existências.

Teses teóricas cuja aplicação se confrontou sempre com uma realidade prática que exigia uma postura prudente face à complexidade das questões envolvidas; e daí também a diversidade de formas de intervir e de tipos de solução observáveis no extenso conjunto de obras realizadas por Viollet-le-Duc e seus contemporâneos, transportando-nos para um campo prático onde era reconhecida já claramente a especificidade de soluções que requeriam diferentes situações concretas.

Por outro lado as críticas a estas teses entretanto formuladas por Ruskin são objectivadas ao período antecedente ao *restauro estilístico*, período marcadamente *empírico*. (15)

aplicabilidade de critérios
estilísticos e analógicos

A cultura do séc. XVIII individualizara claramente as situações em que se tornava *legítima* a intervenção de restauro através da aplicação de critérios estilísticos e critérios analógicos: as construções que tivessem sido objecto de demolições parciais, as construções que tivessem sido alteradas e as construções que nunca tivessem sido concluídas.

14 - Restaurar um edifício não é conservá-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restitui-lo a um estado completo que poderá não ter existido em determinado momento. (Dictionaire Raisonné de Viollet-le-Duc).

15 - As suas explanações teóricas situam-se cerca de 1850, altura em que Viollet-le-Duc inicia a sua actividade, não se verificando pois uma contraposição directa de teses, mas obviamente uma influência indirecta através de debates onde a linha de pensamento de Ruskin encontrava defensores.

restauração histórica
 diferenciação e notoriedade

Camilo Boito, nos finais do séc XIX, numa nova síntese (16), resultante das correntes dominantes da cultura europeia, introduz novos conceitos, valorando os dados *históricos* e *documentais* respeitantes ao elemento arquitectónico (*restauração histórica*), enfatizando os critérios de diferenciação e de notoriedade da intervenção sobre a pré-existência, sustentando fundamentalmente que o resultado da operação de *restauração* não deve passar despercebido, devendo tornar-se legível a *diferenciação* das partes originais em relação à intervenção efectuada, em que se haveria de privilegiar a *consolidação* em detrimento do *restauração*, na acepção hoje corrente.

Torna-se óbvio difícil clarificar se a adopção de formas simplificadas nos processos de restauração correspondia a motivos ou propósitos conceptuais ou se era resultado de motivos de carácter prático, a maior parte das vezes económicos.

A sistematização e proposta de Boito aponta pois para o respeito dos testemunhos das épocas de construção anteriores, independentemente da respectiva época, no pressuposto de que a história assenta na continuidade dos acontecimentos, (quando hoje a tendência é para entender a história como uma sucessão de rupturas).

A sistematização de Boito encerra quase todas as idéias que irão preponderar futuramente nas intervenções de restauração, sendo a adesão às suas teses generalizada por parte dos especialistas na área do *restauração* (Giovanonni, Paul Leoni, Le Maire, Torres Balbás), a partir de finais do séc. XIX.

restauração científica
 restauração crítica

Gustavo Giovannoni vem balizar a questão (17) dentro de limites mais restritos, dando peso ao *valor artístico* do monumento (*restauração científica*), ou seja ao seu valor intrínseco; por outro lado, outros teórico-práticos como Pica, Bonelli, e Pane, Brandi, entendem a intervenção sobre a obra como uma obra de arte em si mesma, apoiando-se na valoração estética da obra arquitectónica (*restauração crítica*), apelando aos critérios estético e histórico, defendendo a eliminação de adições grosseiras e filtrando sob um olhar histórico, centrado na capacidade evocativa do objecto, o carácter das intervenções, na perspectiva do que hoje tomariam como um investimento numa metodologia centrada no processo.

16 - Síntese traduzida no Congresso de Engenheiros de Roma de 1853

17 - Susana Mora Alonso-Muñoyerro, Reflexión histórica sobre la Rehabilitación, ou el valor de lo existente, Proyectos de intervencion en edificios y recintos historicos, COAM, Madrid, 1987

A Carta de Atenas (18) apresenta no fundo, conceptualmente, em relação às idéias sistematizadas por Boito, poucos avanços; recomenda o abandono das reconstituições integrais, a conservação estabelecida à base de uma manutenção regular e permanente, a integração de todas as pré-existências; recomenda o *uso dos monumentos* como forma de os manter actualizados.

Alargando o conceito de *monumento* ao *conjunto* e ao *ambiente*, complexo de formas e elementos indissociáveis entre si nas suas relações, a necessidade de intervir nos edifícios e construções que contextualizam o monumento, o entendimento do carácter da cidade, especialmente junto dos monumentos, e a atenção e respeito pelos aspectos pitorescos constituem novos factores que integram as preocupações relacionadas com operações de restauro, aplicadas a uma escala urbana.

A introdução deste conceito de *ambiente*, estrutural, constitui um dos aspectos mais importantes para o tratamento contemporâneo destas questões.

Posteriormente, o projecto de revisão da Carta de Atenas (Gazzola e Pane) radicou fundamentalmente na necessidade de uma alteração de critérios face à realidade de novas experiências culturais e à alteração de relações entre a prática do urbanismo, a sua gestão, e os sistemas institucionais de protecção aos monumentos, constituiu um documento fundamental para a configuração da Carta de Veneza (19).

Esta Carta *doutrinária* aprofunda e alarga o conceito de monumento ao sítio, independentemente da escala, apela à interdisciplinaridade, atribui explicitamente ao monumento o valor de *obra de arte* e de *testemunho histórico*, preconiza a *manutenção* como condição básica da sua conservação e a sua utilização desde que não afecte as suas características, preconiza a conservação de enquadramentos tradicionais.

18 - Documento final da Conferência de Atenas de 1931, organizada pelo Office International des Musées.

19 - Carta Internacional sobre a conservação e restauro dos monumentos e sítios, texto de carácter doutrinário; documento emanado do II Congresso Internacional dos Arquitectos e dos Técnicos dos Monumentos Históricos, sob patrocínio da UNESCO; no mesmo Congresso foi aprovada a resolução que veio a dar origem à criação do ICOMOS.

Explicita desta forma os critérios de aplicação da operação de restauro:

“O restauro é uma operação que deve ter um carácter excepcional. Destina-se a conservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelas substâncias antigas e pelos documentos autênticos(ou seja, pela antiguidade e pela autenticidade). O restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstituição; numa reconstituição, qualquer trabalho complementar que se reconheça indispensável por causas estéticas ou técnicas, fica condicionado a uma conciliação ou harmonia arquitectónica (continuidade) e terá que acusar a data da intervenção (modernidade). O restauro será sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento”.(20)

O conceito de *conservação integrada* é estabelecido na Carta Europeia do Património Arquitectónico (1985), resultado de uma visão de conjunto, territorial, sistémica, urbanística, envolvendo a população e um extenso conjunto de valores-factores inter-relacionáveis, que são apreciados contemporaneamente.

A Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (21) vem, pode dizer-se, completar a Carta de Veneza, definindo os princípios, objectivos, métodos e instrumentos para a salvaguarda da qualidade das cidades históricas.

É interessante verificar que o seu conteúdo apresenta diferentes valores expressos (carácter histórico, como conjunto de elementos materiais e espirituais que se exprimem na imagem urbana), explicitando a *forma urbana* definida pela *malha* e pelo *parcelamento*; as *relações* entre os diferentes espaços construídos, espaços livres, espaços verdes; a *forma* e o *aspecto* dos edifícios (*interiores e exteriores*) tais como são definidos pela sua *estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração*; as *relações* entre a cidade e o ambiente envolvente natural ou criado pelo homem; as diferentes *vocações* da cidade, adquiridas ao longo da história.

critérios e factores
essenciais

Actualmente reconhece-se que a experiência histórica do *restauro* foi estabelecendo pontos essenciais de que a actual prática não se distancia:

20 - Tradução de Sérgio Infante, na sua Tese de Doutoramento, *Conservação e Desenvolvimento*, FAUTL, 1992

- o critério da intervenção mínima;
- a diferenciação entre a pré-existência e o resultado da nova intervenção;
- a possibilidade da reversibilidade da intervenção;
- a recusa do enunciado de regras gerais;
- o reconhecimento da individualidade de cada intervenção de restauro;
- a limitação das intervenções apenas aos casos de efectiva necessidade;
- a necessidade de estudo e conhecimento dos monumentos, no sentido da conservação dos mesmos, evitando a necessidade da operação de restauro.

Por outro lado, o conceito de restauro alarga-se ao ambiente e ao território, à cidade, conflituando com níveis económicos e urbanísticos, equacionando a prevalência dos valores estruturais sobre os valores formais, processo complexo no antagonismo da conservação do património e do desenvolvimento.

1.3. O actual contexto das intervenções sobre o património arquitectónico e alguma problemática associável

A adaptação dos sítios, das cidades, às transformações da sociedade é um processo do desenvolvimento histórico que levanta, continuamente, problemas de vária ordem, e as soluções que foram sendo encontradas foram também permitindo a manutenção dos *monumentos* e dos edifícios de carácter mais notável, afectoa a determinadas funções; muitas vezes, a associação da imagem do edifício com essas funções completa um valor rememorativo importante para a sociedade.

Pode dizer-se que esse processo de contínua adaptação dos edifícios às necessidades dos diferentes momentos é fundamental para a sua própria sobrevivência, enquanto repositório e continuidade de toda uma série de factores intrínsecos e extrínsecos.

A sua utilidade prática, funcional, associa-se normalmente um outro tipo de valores referenciais, no campo de um extenso universo disciplinar.

O processo normal de transformação da cidade e dos sítios, reflexo de mudanças na sociedade e nas suas exigências, faz frequentemente desses objectos notáveis *espaços de desafecção* sujeitos a processos de *reconversão*. (22)

É este um dos factores importantes que tem motivado as intervenções práticas e as reflexões teóricas mais recentes.

O interesse na adequação das *alterações de uso*, ou das *formas de uso*, às características dos edifícios, passa não só por todas as questões que se podem colocar no âmbito preciso e especializado das formas concretas de intervenção, mas também pelo papel que essas operações assumem na realidade urbana contemporânea, como *pontes* de ligação entre momentos diferentes, assegurando, ou não, referências culturais, mantendo, ou não, referências urbanas.

A transformação dos edifícios é inerente à transformação urbana, já todos os teorizadores o disseram e demonstraram. Intervir num edifício notável repercute-se, em maior ou menor grau, pelo menos no seu contexto de envolvimento urbano mais próximo; e a planificação estratégica urbana pode, por seu lado, ser decisiva para o futuro desempenho (e sobrevivência) de determinado imóvel notável.

A reafecção de um imóvel a qualquer título notável, a um novo uso com carácter apelativo à nossa contemporaneidade, pode implicar uma série de novas relações urbanas em termos culturais, comerciais e económicos (turísticos, por exemplo), elas próprias fundamentais para a sua salvaguarda:

UMA VISÃO GLOBAL

- a relação entre os diferentes espaços potencialmente objecto de intervenção, no tempo e no espaço, como parte de uma estratégia cultural urbana;

- a relação entre o contexto de inserção e a escolha do tipo de reafecção (que entra em relação também com as capacidades transformativas do edifício), em termos de uma exploração da inter-relação entre a valoração do factores intrínsecos do imóvel e do contexto em que se encontra;

22 - A reconversão, reafecção de uso de um edifício, com manutenção das suas características determinantes, constituiu-se, a partir dos anos 70-80, num corpo de idéias abrangentes da realidade urbana em relação com os seus elementos notáveis, primários, referenciais, enquanto reacção ou alternativa às operações massivas de destruição através da renovação urbana.

- a relação de adequação (maior ou menor) entre o tipo de uso e as características globais do imóvel (em termos de significação colectiva, em termos de adaptabilidade espacial, que se articula com factores de ordem morfo-tipológica);

- a acumulação, sobre o edifício, de sinais rememorativos motivada por sucessivos usos.

Normalmente, cada caso põe em confronto necessidades efectivas, (quer se trate de reafecções para usos de carácter público, ou de investimento imobiliário, quando se trata de afecções com carácter privado) de introdução de novos usos, com as suas características particulares, com uma realidade complexa que é o objecto na sua relação com o meio.

MEMÓRIA e ANTECIPAÇÃO

“Os lugares de que nos lembramos, e os lugares que antecipamos, confundem-se no lapso de tempo do presente. Memória e antecipação constituem de facto a perspectiva real do espaço e conferem-lhe profundidade”. (23)

Quando se olha para a produção recente, efectiva, de intervenções sobre o *património arquitectónico*, especialmente sobre os edifícios mais notáveis, não se pode deixar de constatar a sua enorme importância para uma percepção diferente do passado, e da relação com um futuro; especialmente as intervenções que “operam”, que transformam intencionalmente.

património como palimpsesto

A grande parte do universo de intervenção do *património arquitectónico* é um *palimpsesto*; a própria história da arquitectura é a história de transformações sobre transformações, de reciclagens de estruturas e de espaços, de adaptações sucessivas, de revivalismos sobre estados pré-existentes.

pré-existência vs necessidade

As intervenções sobre o *património arquitectónico* suscitam atitudes conceptuais que vão variando em função dos diferentes tipos de relações que se estabelecem entre a *pré-existência* e uma nova *necessidade*: uma nova relação de estruturas existentes com uma nova compartimentação, a potenciação dos valores decorativos e dos detalhes na relação contrastante com novas plasticidades e materialidades, a explosão de todas as

virtualidades plásticas que o *confronto* e o *contraste* possibilitam, todas as abordagens *analógicas* perseguindo passo a passo a compreensão da razão de ser da pré-existência, a exploração da riqueza espacial dos *interstícios urbanos*, entre o novo e o antigo, da qualidade transformativa de um exterior que se torna em interior, a potencialidade da recriação de “atmosferas” a partir de sinais de pré-existências.

transfiguração pela
cura do rejuvenescimento

Actualmente confrontam-se, genericamente, duas posições antagónicas e radicais quanto ao carácter das intervenções sobre o *património arquitectónico*, e, designadamente, sobre a profundidade admissível genericamente nessas intervenções, em termos de principios:

- a que tende a *admitir*, a título da evolução das idéias, e também pela aceitação de uma continuidade nos estratos do objecto, *um novo estado* do mesmo (que poderá vir a assumir inclusivé uma diferente configuração).

- a que tende a assumir um respeito *fundamentalista* pela obra (ou pelo passado), envolvendo uma contenção na definição programática da intervenção no sentido da manutenção ou revalorização do valor documental, excluindo, ou melhor, contrariando, uma transformação ou uma substituição, a pretexto de o dotar de uma nova utilidade.

Ao aceitar-se a *dimensão temporal* da *arquitectura*, quer quanto ao seu uso quer quanto à prática projectual, tem que se reconhecer o inevitável processo de modificação que lhe está inerente.

O que inclui não só todos os processos de mudança de funções, de usos e também de formas de uso, como todas as alterações de significados que lhes estão associados.

Por isso, a questão central dos limites das intervenções sobre o *património arquitectónico*, e portanto o limite das transformações é, fundamentalmente, uma questão de projecto de *arquitectura*, envolvendo, óbviamente, todas as vertentes disciplinares associáveis.

Por outro lado, é uma questão que, podendo colocar-se em termos gerais, só poderá equacionar-se caso a caso, olhando o *património arquitectónico* como objecto arquitectónico e, como tal, objecto singular, com as suas condições específicas de inserção, de contexto, características tipológicas e morfológicas e características técnico-construtivas.

Alguma ineficácia técnica, insuficiente formação disciplinar, o primarismo de algumas atitudes projectuais, a desadequação das condições de desenvolvimento de projecto à especificidade dos objectos em causa (muitas vezes a desadequação das condições do exercício da profissão), traduzem-se, correntemente, em soluções lesivas para a cidade e adoptam, frequentemente, estes contornos:

reestruturações sistemáticas

Reestruturações radicais e sistemáticas, com esventramentos acompanhados pela manutenção das fachadas; atitude que assenta sistematicamente no princípio da maior rentabilidade, por um lado, conseqüentemente na banalização, por outro, esquecendo, ou ignorando, as mais valias criadas pela diferença e pelo prestígio que confere uma intervenção qualificada.

Trata-se de um tipo comum de abordagem que, regra geral, não passa por uma fase prévia de ponderação de custos-benefícios, tomando em conta aspectos tão elementares como a avaliação da qualidade do sistema construtivo e dos materiais existentes, elementos decorativos, e das qualidades espaciais, recuperáveis e integráveis na totalidade ou parcialmente, e que poderão influir decisivamente para a qualificação do imóvel, e conseqüentemente para a sua valorização no mercado, que não raras vezes, em situações onde o aspecto simbólico e representativo é importante, não olha apenas à área transaccionável.

Tipo de abordagem que grande parte das vezes ignora, pura e simplesmente, os valores arquitectónicos globais que estão em causa, e a potencialidade do reconhecimento destes valores no próprio desenvolvimento do projecto e na pesquisa de uma solução de qualidade.

alterações de uso incompatíveis

Outro tipo de situação que lesa gravemente a cidade refere-se às *alterações de usos incompatíveis com os edifícios existentes*; situação corrente, que conduz grande parte das vezes às intervenções de *reestruturação*, anulando matrizes tipológicas com interesse arquitectónico e documental, perdendo-se oportunidades de intervenções ancoradas nas pré-existências.

Grande parte das vezes muitas transacções de imóveis, na perspectiva de futuros investimentos, no pressuposto de intervenções arquitectónicas profundas, não consideram devidamente a capacidade específica que cada imóvel ou conjunto em especial apresenta para a inclusão de determinados programas, partindo de uma leitura exclusivamente economicista, não havendo lugar por isso, muitas vezes, à procura dos edifícios mais apropriados para a introdução dos programas mais apropriados.

Os cuidados que se sabe existirem quanto à selecção de espaços para determinadas actividades, em função da sua localização, que muitas vezes é factor primordial, não é, assim, regra geral, acompanhado pela avaliação da capacidade de alteração de uso a partir da ideia da manutenção do existente objecto arquitectónico, aparecendo esta questão como uma questão secundária.

A leitura da tipologia do edifício e da capacidade da sua adaptação ou transformação para novos usos, revela-se assim um passo fundamental para a preservação do *património arquitectónico* enquanto entidade coerente e unitária, frontalmente contra o *fachadismo*.

construção do
novo património

A construção do novo património: expressão ambígua, com um certo sentido antecipador daquilo que não pode ser antecipado, que corre o risco de banalização e justificativo para os maiores erros arquitectónicos e urbanos, e que deveria corresponder à mera actividade projectual *qualificada*.

Nesse sentido, será de todo conveniente uma explicitação quanto aos valores intrínsecos e extrínsecos do *património arquitectónico* e verificar a sua similitude com os mesmos respectivos valores contidos no objecto arquitectónico construído de raiz; verificar-se-à que qualquer intervenção, dependente das condições específicas do sítio e dos postulados culturais contemporâneos, será mais ou menos válida, e por

isso mais ou menos *património*, consoante a eficácia da resposta dada em termos arquitectónicos.

Nesta perspectiva, a questão do *património* reduz-se à questão da *arquitectura*.

Repare-se que, às intervenções actuais não corresponde, normalmente, um acréscimo da qualidade dos sítios onde se inserem, revelando, regra geral, um decréscimo do valor arquitectónico, numa apreciação do seu valor intrínseco; poderá encontrar as suas razões nas difíceis condições de encomenda dos projectos, com um mercado concorrencial que não deixa grandes margens para um nível de estudos e de investigação adequados àquilo que se encontra em causa, do ponto de vista cultural e social.

2. REFLEXÕES CONCEPTUAIS PRÉVIAS A UM MÉTODO

2.1. Património arquitectónico enquanto documento

2.1.1.A especificidade do património arquitectónico

É oportuno clarificar a especificidade do *património arquitectónico* no contexto do *património cultural* em geral, designadamente do *património móvel e artístico*.

Muitos equívocos, quer na definição de estratégias de protecção, quer na definição de estratégias de intervenção, radicam na forma de entendimento da natureza e do suporte do *património arquitectónico*, que é o *objecto arquitectónico*, independentemente da escala, da tipologia ou das características do seu contexto de inserção.

PATRIMÓNIO CULTURAL
PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

Apesar da grande dificuldade, ou mesmo da impossibilidade, (1) em determinar uma definição consensual para a disciplina da *arquitectura* ou para a *intervenção arquitectónica*, convém, com todos os riscos e incertezas que encerra, estabelecer que ao *objecto arquitectónico* corresponde, genericamente, um espaço útil, definido por diversos elementos físicos que adquirem uma forma condicionada pela função (entendida como finalidade e como significação), e pela necessidade de se constituir numa estrutura edificatória, expressando-se plásticamente mediante postulados culturais da época em que se configura.(2)

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
OBJECTO ARQUITECTÓNICO

O seu valor específico arquitectónico, o seu *valor intrínseco*, reside no grau de eficiência (3) com que o *objecto arquitectónico* responde à necessidade que o justifica.

VALOR INTRÍNSECO

1 - Ignasi de Solá Morales, From contrast to analogy, Lotus International nº 46.

2- "A arquitectura caracteriza-se por ser uma realidade material; por responder a necessidades espirituais, éticas, estéticas e ontológicas; por cumprir funções práticas, morais e funcionais; por responder a ordens presentes na sociedade e adequar a ordem das suas respostas às questões colocadas por essa sociedade, é sujeita às mutações que o grupo social comporta. Pelo seu valor plástico e espacial, a arquitectura é um conjunto de qualidades sensíveis. Pela sua organização física, é uma estrutura material, pelos seus conteúdos uma estrutura conceptual. É dotada de sentidos: um sentido explícito contido na função e programa, um sentido implícito representado pelas intenções e partido estético assumido pelo arquitecto". in Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura, M^a João M. Rodrigues, P. Fialho de Sousa e Horácio Bonifácio, Ed. Quimera, 1990.

3 - A eficiência ou eficácia corresponde a um bom resultado que, no caso do *objecto arquitectónico*, apresenta múltiplos e inter-relacionados aspectos em confronto.

O objecto arquitectónico apresenta particularidades notáveis, como a escala, a inter-relação permanente com diferentes contextos a diversos níveis, (culturais, sociais e económicos), a indissociabilidade com as características da sua inserção (urbana, paisagística), que o diferenciam, de forma notável, quando passa a deter o estatuto de *património arquitectónico*, na miríade dos aspectos que pode revestir o *património cultural*.

Por outro lado, esta idéia, extrapolada para o conjunto edificado exprime a essência do designado *património urbano*, em contraposição com a idéia de conjunto edificado em contexto não-urbano e referente a determinada tipologia específica (o Mosteiro, por exemplo).

RELAÇÕES INERENTES
 ao património arquitectónico

Interessa fazer ressaltar a especificidade notável de o objecto ou obra arquitectónica, singular ou conjunto, sujeito a inúmeras utilizações ao longo do seu tempo de vida, ir respondendo, em cada época e em épocas sucessivas, às solicitações, ao uso ou à significação que lhe são exigidos, patenteando assim a particularidade de se constituir numa estrutura em estreita relação de inter-dependência com realidades de carácter cultural, social e económico que o envolvem e obrigam a modificar-se, facto que não sucede com outras categorias do *património*, em particular o *património móvel*.

MONUMENTO
 ÁREA HISTÓRICA

Quer permanecendo as particularidades que fazem desse objecto algo que lhe confere um estatuto especial em determinada época (*monumento*), quer convergindo as condições para que subsista ao longo de determinado período de tempo, independentemente do reconhecimento de qualquer estatuto específico (o que se passa, por exemplo, com a grande maioria dos conjuntos urbanos reconhecidos actualmente como *áreas históricas*), em qualquer dos casos trata-se de um *património* inserido numa dinâmica de transformação como nenhum outro (a par apenas do *património natural*), sujeito também, mais do que qualquer outro, às condições específicas do contexto da sua época, expresso em termos de idéias e mentalidades, técnicas, economias e políticas.

Esta é uma questão fulcral também para o entendimento das actuais atitudes disciplinares no tratamento das intervenções sobre o Património Arquitectónico, e também para o entendimento da complexidade de questões que se colocam no âmbito destas intervenções, quer ao nível das abordagens metodológicas, quer ao nível da definição de regras de intervenção.

Por um lado, o protagonismo do exercício de projecto de arquitectura, que pode sobrepôr-se ao interesse da *salvaguarda de uma memória*; por outro, o reconhecimento de que a entidade sobre que se opera é intrinsecamente *dinâmica*.

Quer a legitimação das transformações mais profundas e irreversíveis sobre objectos ou conjuntos, quer a legitimação da sua preservação total e “definitiva”, tornam-se, actualmente, aspectos cada vez mais difíceis de aclarar, pela diversidade de pontos de vista disciplinar sobre o próprio sentido do que é o *património* e o *património arquitectónico* e do que deve ser a sua preservação, em estreita relação com a profunda alteração de valores das sociedades, pela diversidade e complexidade de pontos de vista sobre a matéria, longe de obterem consenso ao nível das instituições e dos profissionais envolvidos, ainda que ao nível dos *princípios*.

Não restam dúvidas, porém de que a natureza do objecto arquitectónico é uma natureza dinâmica, e, por isso, necessariamente sujeito a processos transformativos, e que se encontra de forma muito específica em relação com as realidades de carácter cultural, social e económico que o contextualizam. (4)

2.1.2. O valor documental

Sendo o objecto ou conjunto arquitectónico um repositório de intervenções (e utilizações) realizadas ao longo do seu tempo

4 - “Campo privilegiado de reaprendizagens, o património ensina-nos também que ele vive e revive ao aceitar ou assimilar as intervenções mais inventivas ou re-inventivas, enfim, que adquire uma espécie de carácter de parenidade apenas se consegue manter a capacidade de despertar um desejo; as estereis intervenções de carácter conservativo contribuem, pelo contrário, para o envelhecer, museificando-o. Se o pensamento que o habita ainda se mantém vivo, então deve induzir novos projectos, e se está morto, então essa história já não nos diz respeito”. Vincent Mangeant, Nos monuments d’art d’histoire, 1984.

de vida, e por isso um autêntico arquivo de informações, passa a aquele a constituir um *documento histórico-arquitectónico* do próprio edifício, ou do conjunto, ou do lugar, da sua génese ou desenvolvimento, podendo constituir, em simultâneo, um dado operativo importante para a construção da História, em sentido lato, da qual foi cenário.

UMA LEITURA
do objecto arquitectónico

Pode-se, por isso, falar na possibilidade de uma *leitura* do objecto arquitectónico, ou do conjunto, *leitura* essa que faculta o conhecimento, com maior ou menor detalhe, da sua evolução e também das suas memórias.

Objecto arquitectónico
DOCUMENTO

Este carácter atribuído à obra arquitectónica passa a exigir que qualquer actuação que se venha a verificar sobre ele garanta um tratamento atento e adequado, investigativo, enquanto tal (enquanto documento), ou seja, que se estabeleça a ponte para o prosseguimento da construção desse documento, permitindo a cada momento a sua leitura ou compreensão global. Idéia subjacente à prática e formulação teórica de diferentes correntes, desde o “Restauro Histórico”, à Carta Italiana do Restauro, à Carta de Atenas e legitimada, inequivocamente, pela Carta de Veneza.

Intervenção sobre património arquitect
NATUREZA ARQUITECTÓNICA

Assim, a idéia de que o objectivo ou objectivos prioritários das intervenções sobre o *património arquitectónico* deverão ser definidos a partir de uma avaliação do mesmo, sob o ponto de vista arquitectónico, vê-se suportada quer pelo reconhecimento das características específicas inerentes ao objecto arquitectónico (ou conjunto urbano), designadamente o seu *carácter transformativo*, quer pelo reconhecimento de que a esse seu carácter transformativo corresponde um *valor documental* dessa mesma capacidade de transformação; valor em termos *histórico-arquitectónicos* e em termos *históricos*, em sentido lato (o objecto ou o espaço protagonista de acontecimentos memoráveis).

É nesta perspectiva que o tratamento do objecto enquanto documento está implícito na metodologia específica a utilizar na intervenção, aspecto que irá ser abordado mais adiante.

Arquitectura e História
NUMA METODOLOGIA

Esta vertente documental, de carácter científico, articula e põe em confronto duas das áreas mais importantes nesta fase de

abordagem ao Património Arquitectónico, a Arquitectura e a História.

É esta mesma vertente que, convenientemente inserida numa *metodologia de projecto* arquitectónico, poderá permitir uma aproximação e objectivação de critérios e parâmetros de intervenção.

2.2. Património Arquitectónico enquanto objecto arquitectónico

Em *arquitectura*, a resposta, ou a solução, devem conter sempre o problema; uma boa solução expressa sempre com evidência o problema de onde parte; assim, a contradição da *arquitectura* deve manter-se aparente. (5)

FACTORES
de CONFIGURAÇÃO

Como já foi referido, regra geral, à excepção das obras mais recentes, o *património arquitectónico* apresenta-se enquanto entidade contendo uma sobreposição de sucessivas fases de evolução, ou apropriações diferenciadas que originaram alterações sucessivas, através de operações tão diversas como a ampliação, a adaptação, a demolição, a reconstrução, efectuadas a níveis mais ou menos profundos, e de acordo com as necessidades, técnicas e critérios específicos de cada momento da sua história.

Podem destacar-se, no decurso deste processo evolutivo, pelo menos três factores que assumem uma importância especial em relação ao resultado da configuração dos objectos, imóveis e conjuntos, tal como se nos apresentam:

1- o tipo de resposta tecnológica de cada época às patologias construtivas do edifício, ou às necessidades de intervenção, em geral, com o objectivo de lhe conferir uma determinada eficácia, em termos de utilização.

2- a adaptação a diferentes usos, e, às vezes mais importante do que isso, a adaptação a diferentes *formas de uso*, de acordo com as necessidades da época.

5 - Giogio Grassi e Manuel Portaceli, El Teatro Romano de Sagunto, Monumentos Y Proyecto, Jornadas sobre critérios de intervención en el Patrimonio Arquitectónico, Ministerio de Cultura e Instituto de conservación y restauración de bienes culturales, Madrid, 1988.

3- a influência de correntes estéticas, críticas e doutrinárias.

O USO
do património arquitectónico

A interacção, num determinado momento da história do edifício, entre estas necessidades, e as respectivas respostas, permite, no fundo, manter essa estrutura utilizável por uma determinada função social que, normalmente, se pode ver alterada ao longo da sua existência, função essa que é, por sua vez, definida por *valores de uso e valores de significação colectiva*, próprios de cada momento.

Assim, naturalmente, na intervenção contemporânea também estes factores estão presentes, e condicionam inevitavelmente a atitude de projecto, a metodologia a aplicar e os critérios em que se fundamentam as opções.

Ou seja, as preocupações actuais de carácter estritamente *patrimonial* encontram-se também frente a frente com esses mesmos factores, digamos que actualizados com as preocupações e com as características da nossa contemporaneidade.

Esta torna-se uma questão central, actualmente, cujo paradigma se pode encontrar, por exemplo, nos processos de obsolescência (temporária) e reconversão de uso de grandes espaços de carácter de utilização pública, como os *teatros e cinemas*.

COMPLEXIDADES da arquitectura
e do património arquitectónico

Considerando-se, actualmente, os problemas cruciais da *arquitectura*, problemas de sentido e problemas formais, relacionados com a perda de uma linguagem de referência comum, (6) pode fazer-se uma ideia da condição contemporânea da Arquitectura e da sua complexidade e contradição, tendo como referência o facto de esta disciplina ter sido sempre tomada como um "facto colectivo por excelência".

A actual condição da Arquitectura continua a caracterizar-se, em grande medida, pela incapacidade de se reconhecer na sua própria História.

6 - A crise cultural é a crise dos modelos universais; a diferença entre a situação actual e a situação própria da cultura académica ou da ortodoxia moderna consiste no facto de que hoje não é possível formular um sistema estético que tenha uma validade suficiente para se lhe poder atribuir uma eficácia para além das circunstâncias individuais e particulares.

E este aspecto, na perspectiva específica da intervenção projectual sobre a pré-existência, é significativo quanto às incertezas, aos relativismos (e também aos dogmatismos e fundamentalismos) e à explosão diversificada de atitudes quanto a esta matéria.

Ora, sendo o objecto arquitectónico, que poderemos generalizar ao facto urbano, (7) como já se viu, a matéria que consolida o *património arquitectónico*, aplicando-se-lhe todas as mesmas questões de abordagem e fundamentação que se aplicam ao processo de projecto de raiz (8), acrescido do peso das componentes documentais que lhe confere a sua própria história, é inevitável reconhecer-se a complexidade de que se reveste qualquer abordagem e acção sobre ele.

CRITÉRIOS de INTERVENÇÃO
radicados no objecto arquitectónico

Ao estabelecer-se a especificidade do *património arquitectónico* na sua relação com o suporte, pode considerar-se globalmente que os critérios específicos de actuação sobre ele deverão ser pesquisados e definidos a partir de uma visão global do objecto de intervenção enquanto objecto de arquitectura.

A análise do *valor intrínseco* arquitectónico passa pela análise dos valores, problemas e contradições, especificamente arquitectónicos, para que seja possível uma resposta a partir da própria arquitectura.

Assim, por exemplo, poderá avançar-se que, na tomada de decisões quanto ao nível de profundidade de actuação a efectuar num edifício, a racionalidade ou a beleza da organização espacial, ou a harmonia formal (enquanto objectivos específicos arquitectónicos, explicitados através de referentes específicos), podem vir a influir tanto ou mais do que uma determinada valoração atribuída de um ponto de vista exclusivamente *histórico*, ou *histórico-arquitectónico*.

O que obriga a tentar objectivar os passos de análise arquitectónica desse imóvel ou desse conjunto e, conseqüentemente, avançar hipóteses relativas à sua *valoração relativa*, no contexto dos outros factores em presença.

7 - Aldo Rossi, *A arquitectura da cidade*, págs 35 a 74.,

8 - Pode considerar-se, e muitos autores o consideram, que o acto de construir, e projectar, de raiz (ex-novo) não existe; "existe sempre um contexto preciso, um ponto de apoio: lugar determinado pela sua orohgrafia, objecto arquitectónico pré-existente ou um sítio; existe por conseguinte sempre qualquer coisa a ter em consideração, qualquer coisa a conservar, a adicionar, a modificar..."; Charles-André Meyer, *L'Architecture Patrimoniale*, Bibliothèque des Arts, Paris-Lausanne.

OBJECTIVOS
arquitectónicos

Coloca-se assim a questão de as intervenções sobre o *património arquitectónico* poderem aceitar ou exigir o estabelecimento de objectivos estritamente arquitectónicos e formais.(9)

A questão reside na forma como se articula esta atitude com a preservação do valor documental que o edifício encerra.

Questão que nos leva gradualmente a considerar que os problemas da preservação documental do objecto arquitectónico se poderão equacionar e resolver no âmbito do projecto de arquitectura, projecto esse que se traduz num modo operativo aberto e dependente da realidade específica do objecto em causa.(10)

9 - Poder-se-ia, por sua vez, questionar se os objectivos estritos arquitectónicos (e formais) não serão eles mesmos já abrangentes de toda uma série de aspectos de carácter histórico-arquitectónico ou arquitecturoológico, que fazem, implicitamente, parte da natureza do objecto arquitectónico.

10- A questão da incompatibilidade entre a actividade de conservação e a actividade criativa é objecto de uma interessante abordagem de Fernando M. A. Henriques, *Algumas reflexões sobre a conservação do património histórico edificado em Portugal*, comunicação ao 2º ENCORE, Vol.I, 1994, em que defende a impossibilidade do acto criativo, que iria afectar a autenticidade do objecto inicial.

2.3. Mutação de conceitos

2.3.1. Monumento / Restauro

  em redor das idéias de *conserva o* e *restauro* sistematicamente articuladas com os conceitos de *monumento* que se tem em cada momento, que se tem centrado a formula o teórica e a história crítica das interven es sobre o património edificado

Na perspectiva em que se tem vindo a tratar o *património arquitectónico*, enquanto *documento* e *objecto* arquitectónico, susceptível de processos transformativos, parece pertinente abordar algumas altera es de conceitos que têm estado subjacentes às interven es operadas neste âmbito.

MONUMENTO
 monumento intencional

Interessa referir aqui, em traços gerais, a evolu o do próprio conceito de *monumento*, evolu o essa que, em termos gerais, acompanha a evolu o das idéias sobre os processos, os critérios e os valores ocorrentes na interven o.

No seu ensaio *Der Moderne Denkmalkultus* (O Culto Moderno dos Monumentos), *Alois Riegl* estabelece a diferença entre *monumento* e *monumento histórico*, considerando que o *monumento* (o *monumento intencional*)   uma cria o deliberada, cujo destino foi assumido   priori, enquanto o *monumento histórico* (*monumento artístico e histórico*) não foi intencionalmente criado como tal, sendo assumido   posteriori através dos olhares convergentes do historiador e do amador, que o seleccionam de entre um universo vasto de objectos. (11)

O *monumento*   uma obra criada pelo homem e edificada com a finalidade precisa de conservar sempre viva na consciência das gera es futuras uma *lembrança*. O *monumento artístico e histórico*, diferentemente do *monumento intencional*, envolve uma *necessidade de obra de Arte* (uma realiza o humana envolvendo *valor artístico*) e a existência de um *valor histórico*. (12)

11- Françoise Choay, *L'allegorie du Patrimoine*, pags. 14 e 15.

12 - A. Riegl, *Le culte moderne des monuments*, pags. 35 a 39.

VALOR INTRÍNSECO

Valor artístico

Valor histórico

Estes dois conceitos, o de valor artístico e o de valor histórico, referidos ao monumento (notavelmente explicitados na sua interrelação por *Riegl*) apresentam a sua correspondência com o que designamos por valor intrínseco, ou, numa abordagem operativa, por factor intrínseco.

A relatividade do valor artístico, evidenciada por *Riegl*, remete para a idéia, ainda e cada vez mais actual, de que o *valor artístico* não é um *valor rememorativo*, mas um *valor momentâneo*, prático, flutuante, que se contrapõe ao valor histórico, de rememoração do passado, que o *objecto-monumento* contém.

monumento histórico

valor histórico

Esta “separação” de valores dita, para *Riegl*, a necessidade de definir como válida apenas a designação de monumentos históricos (os *monumentos históricos* em oposição aos *monumentos intencionais*, estes constituindo um sub-conjunto daqueles).

Por outro lado, a designação *monumento* não pode ser compreendida num sentido objectivo, mas sim e apenas subjectivo, porque genericamente quem o produziu (no sentido da sociedade, do contexto que a materializou) não o fez com o intuito de o legar como tal para o futuro, mas correspondeu sim a uma resposta concreta a necessidades práticas.

Riegl explicita claramente (13) que não é o seu destino original que confere a estas obras o significado de *monumento*, mas que esse significado lhe é atribuído à posteriori.

monumento antigo

VALOR de antiguidade

Para além do *valor histórico*, *Riegl* refere a simultaneidade da ocorrência de um outro valor, de natureza diferente, rememorativo, correspondente à representação do tempo passado após a sua criação, que a nossa percepção apreende de uma forma difusa, representação simbólica do ciclo da vida e da morte, da emergência do singular dentro do geral; este valor, não implicando uma aproximação científica, nem por outro lado uma cultura histórica, racionalizada, apela antes à sensibilidade e à afectividade, comparando-o aos valores-sentimentos religiosos, e designa-o de *valor de antiguidade*, ressaltando a necessidade de um olhar, para além dos *monumentos históricos*, para o que designa de *monumentos antigos*.

qualidade do
 VALOR REMEMORATIVO

As três classes de monumentos enunciadas, os *monumentos intencionais*, os *monumentos históricos* e os *monumentos antigos*, distinguem-se, segundo Riegl, pela extensão do valor rememorativo que contêm, numa sequência de abrangência crescente, constituindo três estádios de um processo de generalização crescente do próprio conceito de *monumento*.(14)

A história da *conservação* ou do *restauro* abrangendo estas categorias, demonstra, segundo Riegl, a própria evolução do *monumento*.

Antes da aquisição do sentido dos *monumentos não intencionais*, os *monumentos intencionais* estavam sujeitos à ruína e destruição a partir do momento do desaparecimento das condições específicas dos contextos que os tinham produzido.

A Antiguidade e a Idade Média não conhecem, no fundo, senão *monumentos intencionais*, com diferenças muito particulares entre as motivações da sua produção, entre o Ocidente e o Oriente.

valor rememorativo
 valor artístico e histórico

A grande mudança *qualitativa* na atitude face ao *monumento* corresponde à emergência em Itália, a partir do séc XV, de um *novo valor de rememoração*, relacionado com o *valor artístico* e e com o *valor histórico* que lhes são atribuíveis, e, fundamentalmente, orientado para o conhecimento das obras das antigas civilizações; esse valor rememorativo corresponde ao reconhecimento, até aí ignorado, de um estádio anterior de cerca de um milénio; contudo, este *valor de rememoração* não corresponde ao *valor de rememoração* que se apresenta e enuncia nos *inícios do séc. XX*.

O passado passa a adquirir um valor de *contemporaneidade*, à luz da criação moderna.

O Renascimento introduziu a distinção entre *valores artísticos* e *valores históricos*, entre *monumentos artísticos* e *monumentos históricos*, diferença que vem a perdurar até meados do séc. XIX. (14)

A génese do conceito de *monumento* localiza-se no momento em que surge o projecto de estudar e conservar um edifício “apenas” pelo facto de este se constituir em *testemunho histórico* ou em *obra de arte*; *Alberti* (1404-1472) é uma referência singular desta atitude.

A designação de *monumento histórico* é referida explicitamente em França, em finais do séc. XVIII, no contexto da revolução, sendo-lhe associável uma atitude de salvaguarda.

monumento histórico

Segundo *Françoise Choay*, (15) as etapas essenciais da progressiva instauração da ideia de *monumento histórico* situam-se em dois momentos: a fase “*Antiquisante ou Quattrocento*” (em que os *monumentos* eleitos pertencem exclusivamente à *Antiguidade*); e a fase “*da consagração*” (com a institucionalização do *monumento histórico*, estabelecendo-se uma jurisdição de protecção, de salvaguarda), e constituindo-se o *restauro* uma disciplina com certa autonomia.

alargamento do
universo dos monumentos

A um gradual alargamento do leque dos *objectos-monumento*, vai correspondendo uma gradual diferenciação entre aqueles que constituem *monumentos* e os que passam a ser considerados *monumentos históricos*.

Este aspecto revela importância porque vêm também gradualmente a estabelecer-se diferenças sensíveis quanto às formas diferenciadas do seu tratamento e da sua conservação, “*pela distinta relação que ambos estabelecem com O Tempo, a Memória e o Conhecimento*”. (15)

monumento e
FUNÇÃO MEMORIAL

Qualquer objecto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido, na sua origem, um destino *memorial*; inversamente, qualquer produto da transformação humana pode ser, deliberadamente, investido de uma *função memorial*. (15)

À evolução do conceito de *monumento*, à sua especialização, vai corresponder um apagamento gradual da sua função memorial.

Vai-se tornando assim claro o tipo de entendimento que actualmente a sociedade tem sobre essa entidade.

VALORES EXTRÍNSECOS

Configura-se, desde o Renascimento, um sistema de *valoração* baseado não só nos valores correntes (*intrínsecos*) que a obra deveria conter, mas também no seu valor enquanto paradigma dos melhores modelos do passado (um valor *extrínseco*).

A partir do séc. XIX um novo valor é acrescido, o *valor histórico* (do monumento, do edifício), como memória de uma situação documentada (um outro valor *extrínseco*). (16)

Riegl descreve as categorias emergentes na abordagem aos *edifícios e monumentos históricos*, que correspondem, no fundo, aos *factores observáveis*, à época, na análise do objecto.

Torna-se interessantíssima a leitura da sistematização efectuada, tendo em referência toda a problemática actual associada à *valoração dos factores ocorrentes*; a actualidade das observações é notável. (17)

OS VALORES de REMEMORAÇÃO
 segundo RIEGL

valor de antiguidade

O *valor de antiguidade* (termo com grande ambiguidade e imprecisão) é uma novidade da sensibilidade contemporânea, numa atitude de ignorar o significado prático da informação contida na obra de arte. (18)

O *valor de antiguidade* manifesta-se pelo seu aspecto não-moderno (não contemporâneo); a forma como o valor de antiguidade se opõe aos valores de contemporaneidade situa-se no carácter de imperfeição da obra, na tendência observável de dissolução das formas e das cores, em oposição ao carácter nítido da obra moderna (da obra contemporânea).

16 - A. Riegl, *Le culte moderne des monuments*.

17 - Françoise Choay considera este texto de Riegl (O culto moderno dos monumentos) inigualado até hoje, fruto de uma capacidade de distanciamento notável, inventário de valores nunca ditos e significações nunca explicitadas, demonstrando que, quer no plano teórico como no plano prático, o dilema da destruição/conservação não pode ser resolvido em termos absolutos, que o *quê* e o *como* da conservação (e diríamos da intervenção sobre o Património) não comporta uma mas sim várias soluções alternativas, de uma pertinência sempre relativa. sendo de utilidade operativa a sua interpretação à luz das questões que hoje se colocam neste âmbito.

18 - Ignasi de Solá Morales, *From contrast to analogy*, Lotus Internacional nº 46.

A apreensão do *valor de antiguidade* não age apenas no sentido da salvaguarda; rejeita, por princípio, qualquer acção de conservação e restauro, opondo-se ao processo de conservação técnica (aproximação às correntes de influência *Ruskin*).

Do ponto de vista do valor de antiguidade a actividade humana não deve ter como objectivo uma conservação eterna, mas sim procurar pôr em evidência o ciclo de criação e destruição; objectivo atingido ainda que os objectos de hoje sejam substituídos por outros.

valor histórico

O *valor histórico* reside no facto de existir a representação de um estadio particular, provavelmente único, no desenvolvimento de um domínio da criação humana.

A partir deste ponto de vista o que interessa observar é o seu estado inicial, enquanto fruto e obra humana.

O *valor histórico* é tanto maior quanto maior se revela a integridade e pureza do seu estado inicial; neste sentido, as alterações e degradações assumem um papel perturbador dessa percepção.

Nesta perspectiva, os sinais de degradação devem ser anulados, devendo ser conservado o documento tão autêntico quanto possível.

Para o *valor histórico* a actividade especulativa e a restituição encontram-se sujeitos ao erro subjectivo, pelo que o documento deve ser conservado de maneira a possibilitar futuras interpretações.

Neste sentido devem ser evitadas todas as destruições, e evitadas as degradações, dado que qualquer tipo de degenerescência torna mais difícil a sua análise.

valor de rememoração
intencional.

Em oposição ao *valor de antiguidade*, o *valor histórico* tende a isolar um momento do desenvolvimento histórico e apresentá-lo de uma forma que parece pertencer ao presente.

A função do *valor de rememoração intencional* constitui no fundo a transição para os valores actuais, pertence ao próprio facto da edificação; reivindica o eterno presente, e aceita a perenidade do estado inicial.

VALORES de
 CONTEMPORANEIDADE

O *valor de contemporaneidade* reside na propriedade que não atribui um papel nem à *antiguidade* nem ao *valor de rememoração* que dela deriva.

O *valor de contemporaneidade* tende a colocar a produção do passado num estado cuja percepção esteja em paralelo com a percepção das produções recentes.

O *valor de contemporaneidade* resulta primordialmente da satisfação dos sentidos.

valor de uso

O *valor de uso* radica na utilização concreta do objecto-edifício-monumento, e articula-se com os outros valores, designadamente o *valor de antiguidade*.

À ausência de uma significação de uso prático corresponde, normalmente, uma ausência de *valor de antiguidade*.

Esta correspondência sugere a necessidade da manutenção do uso, ainda que a função se possa alterar.

Por outro lado, o *valor histórico* adapta-se perfeitamente às necessidades do *valor de uso*.

valor de arte
 valor de novidade

Segundo as concepções modernas, um objecto-monumento não apresenta *valor de arte* senão na medida em que satisfaz a necessidade de arte moderna, o que implica dois tipos de exigência: o *valor de novidade*, inerente a toda a produção de arte moderna, valor artístico por excelência do público pouco cultivado, que não pode ser preservado senão através de atitudes contrárias à percepção do valor de antiguidade, e o *valor de arte relativa*, dizendo respeito à especificidade da obra-monumento quanto à concepção global.

o conceito de
 RESTAURO

O campo do *restauro* apresenta-se, tanto para o historiador ou para o teórico que o aborda, como, sobretudo, para o interventor, como um campo excessivamente ambíguo, obscuro e variável, sistematicamente objecto de contradições.

O enunciado de teorias opostas sobre a natureza do monumento e sobre o modo e significado da acção exercida sobre ele, as suas relações com as linhas de pensamento e com as próprias variações no pensamento arquitectónico, e a tomada em linha de conta com critérios arqueológicos, são factores de um tema complexo e não clarificado, apesar dos esforços da escola moderna do *restauro científico* em abarcar toda a sua amplitude e encerrar toda a polémica. (19)

RESTAURO e
 CARÁCTER TRANSFORMATIVO
 do objecto de intervenção

O conceito de *restauro*, aplicado ao *património arquitectónico*, envolve algum equívoco.

Ao longo do tempo, as acções sobre o *património arquitectónico* envolvem uma actuação efectiva, real, concretizada ou concretizável, *operando sobre* o objecto da intervenção, e, por isso, constituem, sempre, um acréscimo na sua essência, ou seja, na sua arquitectura.

Aparece-nos hoje este conceito com um conteúdo operativo variável e se, na sua acepção mais corrente, corresponde a um tipo de acção que tende a recuperar e conservar os valores primitivos do objecto, na realidade, pela própria natureza desse mesmo objecto e da acção que sobre ele se produz, exprime-se sempre através de uma *transformação*.

Ainda que esse acréscimo possa passar inclusivé por uma “anulação”, por uma demolição, ou por uma reconstrução, casos limites.

RESTAURO e
 METAMORFOSE

Encontra-se assim, no grau de transformação operado, a distinção entre *restauro* (o que recupera e conserva os valores primitivos) e a *metamorfose* (que envolve a transformação da realidade arquitectónica original) do objecto de intervenção (19).

Distinção, apesar de tudo, talvez apenas aparente, pois que nenhuma intervenção é inóqua, e por mais subtil ou localizada que seja, envolve sempre um pouco de transformação.

Mesmo no séc. XIX, no contexto de uma atitude marcadamente defensiva, essa acção transformadora era também exercida.

No sentido deste trabalho, que tem por um dos objectivos equacionar a possibilidade de uma valoração de *factores ocorrentes* num processo de intervenção sobre o *património arquitectónico*, tem interesse estabelecer genericamente alguns passos da evolução das idéias relativas às intervenções, no sentido de uma certa aclaração das questões, posturas e contradições mais importantes ao longo do tempo (20). Porque dessas contradições se reflecte, hoje mais do que nunca, o resultado prático das intervenções.

MONUMENTO HISTÓRICO

Como foi referido, a emergência do conceito de *monumento histórico*, sob a designação de “*Antiguidade*”, situa-se no séc. XV; “as *antiguidades* são um espelho que cria um efeito de distanciamento - o tempo referencial da História - que reenvia à sociedade humanista uma imagem desconhecida, a definir”.(21)

No séc. XIX verifica-se a sua consagração institucional, sendo-lhe por sua vez atribuído um estatuto temporal diferente; passa a situar-se num passado definitivo, passado esse que lhe é determinado pela historiografia, por um lado, e pela consciência das mutações impostas, designadamente as induzidas pela revolução industrial (21), por outro, passando os edifícios a ser objecto de um culto (22), e investidos de um papel memorial impreciso, que perdurará.

RESTAURO
 como RECONSTRUÇÃO

A prática do *restauro* implicava não inovar, ainda que essa operação tivesse como objectivo um completamento ou uma valorização formal, revelando uma posição de fundo, institucionalizada, quanto à manutenção de um estado de irregularidade, verdadeiro, como testemunho de uma autenticidade histórica; identificava-se com um processo de

20 - Estas reflexões resultam, fundamentalmente, da análise das obras: L'Allégorie du Patrimoine (de Françoise Choay) e Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración (de Anton Capitel).

21 - Françoise Choay, L'allégorie du patrimoine.

22 - A. Riegl, Le culte moderne des monuments.

reconstrução, que tinha subjacente a idéia de *recuperação da forma*, e da qual resultava um certo grau de garantia quanto à qualidade do produto final.

VIOLETT-LE-DUC
 restauro estilístico

Convenciona a *história da arquitectura* que o *restauro*, na sua acepção moderna, se inicia com a formulação teórica e com a prática de *Viollet-Le-Duc* (1814-1879), que sintetiza uma sistematização de critérios de actuação a que corresponde o *restauro estilístico*.

valoração do estilo

Em síntese, o *objecto de restauro* restringia-se ao *edifício-monumento*, a intervenção teria em vista a restituição de uma idealidade formal (o *estilo*), valorando a *coerência interna* e a *lógica arquitectónica* do paradigma (o gótico) que lhe estaria na origem, retornando a um estado original paradoxalmente mais puro; face a qualquer modificação operada, uma intervenção de restauro deveria transpor para a obra a ideia de *unidade formal*, utilizando apenas o necessário para atingir essa forma, concedendo-lhe uma legitimidade técnica unindo a verdade, a eficácia e a beleza.

restauro estilístico
 e ecletismo

Estes princípios cruzaram-se com os do *ecletismo histórico*, como exercício arquitectónico, originando uma interpenetração entre a prática da *arquitectura de raiz* e a prática das operações de *restauro*, confundindo-se as duas produções.

O objectivo da obtenção da qualidade intrínseca arquitectónica justifica a adopção de soluções estilísticas não coerentes, contrariando a formulação teórica estabelecida, ao mesmo tempo que é experimentada e desenvolvida a aplicação de técnicas construtivas modernas.

o falso histórico

Os critérios do *restauro estilístico* foram criticados fundamentalmente sob uma perspectiva arqueológica, por poderem constituir um falseamento da antiguidade do edifício (o *falso histórico*); independentemente da maior ou menor coerência da estrutura material obtida, ou do objecto obtido após a intervenção, não seria aceitável por não ser autêntica a sua condição de *antiguidade*.

Na leitura actual das obras, onde é patente este tipo de intervenções, é reconhecido o seu interesse, não apenas de carácter histórico-arquitectónico, mas também o próprio valor intrínseco desses contributos aos valores anteriores; como se vê, uma alteração radical na apreciação dos factores intrínsecos das obras.

RUSKIN
 autenticidade histórica
 manutenção

John Ruskin (1819-1900) representa, míticamente, a oposição ao *restauro estilístico*; embora comungando, como Viollet-le-Duc, da idéia de que o gótico constituía o paradigma da arquitectura verdadeira (estruturalmente verdadeira), defendia uma *autenticidade histórica* criticando as consequências da aplicação prática da noção de *autenticidade arquitectónica*; note-se que esta oposição de conceitos irá permanecer até à actualidade.

De acordo com a linha de pensamento de *Ruskin*, o restauro, na sua acepção corrente, não tinha razão de ser, devendo as acções sobre os monumentos ser limitadas à sua mera manutenção, ainda que para tal fosse necessário recorrer a métodos de intervenção que se materializassem em acções visíveis, desde que lógicos e eficazes.

Nessa perspectiva admitia-se a possibilidade de optar pela ruína definitiva, desde que não houvesse a possibilidade de opções que não passassem pela reconstrução.

A linha de actuação preconizada por *Ruskin* encerra a valoração do trabalho artístico e artesanal, com prejuízo de um entendimento da estrutura do conjunto, o que origina frequentemente uma visão superficial, sectorial e decorativista do edifício. Em síntese, sendo as alternativas a mistificação histórica ou a obra não completamente qualificada, então seria preferível o seu abandono, e, conseqüentemente, o seu desaparecimento (como resultado de um processo natural).

BOITO
 restauro científico

As teorias posteriores do *restauro científico*, da escola italiana, foram influenciadas por estes princípios; admitindo como recurso extremo a reconstrução imprescindível para evitar a ruína, colocando sempre a questão central da recusa da imitação da obra anterior.

Camilo Boito (1836-1914), pioneiro ideológico do designado *restauro científico*, depois da sistematização de *Giovannoni*, propõe a conciliação entre a linha de pensamento de *Ruskin* e a oportunidade de restaurar; encarando a utilização dos diferentes instrumentos técnicos modernos como meio de evitar o colapso construtivo dos edifícios, opondo-se teóricamente às reconstruções, pelo seu carácter falsificador dos valores históricos.

Para C. Boito cada objecto patrimonial é um campo de forças opostas entre as quais é necessário criar um estado de equilíbrio, único e singular em cada momento. (23)

consolidação
 pretere o restauro

Ao contrário da ideologia da escola francesa, privilegia a consolidação ao restauro, numa atitude de defesa da autenticidade histórica do edifício, contraria as demolições dos acrescentos não-coerentes com a obra inicial, preconiza a acção mínima e a diferenciação material e plástica das adições como forma extrema de *consolidação*.

Estabelece um conjunto de princípios (24) que consubstanciam um corpo coerente de idéias que vem, desde então, sendo sistematicamente considerado (25) estabelecendo, de modo “definitivo”, critérios de actuação, simultaneamente prudentes e com carácter tendencialmente científico.

A percepção da necessidade da *valoração* das transformações posteriores à construção inicial envolve, por sua vez, a necessidade do estudo de documentação histórica significativa relativa ao edifício; contrapondo assim um método baseado no processo à concepção estática e unitária subjacente à idéia do *restauro estilístico*.

a diferença identificável

O *restauro* tende para a intervenção de *conservação*, no sentido da operação destinada a fazer perdurar fisicamente o objecto, desenvolvendo procedimentos adequados e apoiados na aplicação de novas técnicas, fundamentalmente viradas para a *consolidação*, sendo introduzida a concepção de *diferença identificável* quando a profundidade da intervenção justificava ou uma ampliação ou um complemento.

Denúncia do *falso histórico*, necessidade de *estudos filológicos* profundos, *rigor arqueológico*, defesa da *conservação* no seu sentido estrito, são pontos de referência da sua teoria.

23 - Françoise Choay, L'allégorie du patrimoine, p.157.

24 - Princípios apresentados ao III congresso de Arquitectos e Engenheiros Civis de Roma, 1883; entendidos como a 1ª Carta do Restauro, inspirando as posteriores e por sua vez a legislação moderna de vários países.

25 - Anton Capitel, Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración.

a questão dos
limites de intervenção

Essas teorias sintetizam uma questão fulcral neste âmbito, questão tão importante como actual, contrapondo dois aspectos: por um lado, a *idéia arquitectónica* que se encontra no edifício na sua configuração inicial prima sobre a realidade concreta que ele apresenta, realidade histórica e arqueológica; por outro, os valores implícitos nessa mesma realidade não permitem acções senão limitadas pelo conceito estrito de *autenticidade*.

restauros arqueológico,
pictórico e arquitectónico

O reconhecimento da complexidade e diversidade de situações na área do restauro é já um facto.

C. Boito divide o restauro em três grandes grupos (26): o *restauro arqueológico*, ao qual corresponde uma consolidação técnica, através de acções mínimas, onde se deverão distinguir claramente eventuais novas adições; o *restauro do edifício medieval*, ou *restauro "pictórico"*, em que adquirem sentido os critérios românticos de respeitar a sua condição antiga e pitoresca; e o *restauro arquitectónico*, adequado aos edifícios clássicos, onde se deve atender primordialmente às questões compositivas unitárias que os caracterizam.

A aplicação dessa classificação e dos conceitos subjacentes invalida-se sistematicamente ao confrontar-se na realidade com problemas de escalas diferentes ou com situações concretas que fogem a uma catalogação impossível; o que remete no fundo esse corpo de teorias para um âmbito mais clássico ou tradicional do campo de actuação.

contradições

Contradições geradas pelos limites conceptuais implícitos nesse corpo de idéias reflectem-se na *Carta do Restauro* (1930); cerceando complementos estilísticos ou analógicos, ainda que perante documentos gráficos que permitam perceber o aspecto anterior do edifício, cerceando também a alteração ou renovação de *patines*, admitindo, por outro lado, as alterações com o objectivo de consolidação, a nível estrutural, na condição de que a aparência final após a intervenção não resulte alterada nas características daquilo que é perceptível exteriormente.

O que reflecte uma postura de permissividade contrária à idéia de autenticidade (*intrínseca*) ou de coerência arquitectónica; ou se essa autenticidade passa a ser entendida como *aquilo que se relaciona com a condição visual da arquitectura* e não com a condição material, estrutural e global, o que reflecte uma profunda deturpação na análise do objecto arquitectónico e do conteúdo da disciplina da arquitectura.

Privilegia-se a adopção de técnicas que procuram tornar “invisível” a operação de consolidação efectuada, prescrevendo-se, ao mesmo tempo, as *próteses* perceptíveis em favor dos elementos internos *camuflados*.

Por isso, ao mesmo tempo que se adopta uma postura de procura de *autenticidade* em relação ao que é perceptível na obra, ao seu aspecto formal, negam-se esses mesmos princípios em termos estruturais, no acto de consolidação, reflexo, uma vez mais, das grandes contradições que são inerentes às intervenções e, nomeadamente, ao restauro.

A *conservação* dos objectos, de uma forma autónoma, a partir de um dado momento em que se reconhece a necessidade da sua *protecção*, surge como um *valor* que, para ser consequente, se veio submeter a excessivas condições.

um papel selectivo
no projecto

Nesta ordem de idéias, na inevitabilidade de ter de se assumir as contradições inerentes a este âmbito de intervenções, seria no campo específico disciplinar da *arquitectura* que seria possível encontrar os *métodos possíveis* para resolver de forma adequada, ainda que *provisoriamente*, estas questões, através dos seus instrumentos específicos, através da sua inserção no próprio processo de projecto.

Nesta perspectiva, seria possível, consequentemente, valorar os diferentes aspectos concretos que se manifestam no objecto (implícitos ou explícitos), através de métodos operativos específicos à disciplina, e no decurso de um projecto de intervenção.

C. *Boito* equacionou uma questão tão básica quanto ainda actual, relativamente à qualidade e à utilidade das transformações operadas sobre um edifício, quando rompe, de certo modo, a sua unidade ou modifica a sua estrutura original;

FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
CAP.2 REFLEXÕES CONCEPTUAIS PRÉVIAS A UM MÉTODO

quando considera que é o exame da condição não unitária da obra aquilo que, muitas vezes, permite entender a sua específica configuração arquitectónica, ou o seu *corpus arquitectónico*, (27) e permite avançar o projecto sobre esse mesmo *corpus*.

GIOVANNONI
 uma visão global

Gustavo Giovannoni (1873-1947), quando explicita os seus conceitos, reage, fundamentalmente, contra a descontextualização dos *monumentos* urbanos e contra a falta de estima face aos *conjuntos* urbanísticos consolidados, enquanto tais, e, em geral face à *arquitectura de segunda ordem* (a arquitectura de acompanhamento), não monumental, não notável, atitude esta característica da escola de *restauro estilístico*.

ambiente
 conjunto urbano

Enunciando o conceito de *ambiente*, defende a conservação da implantação urbana do monumento e as relações de carácter histórico e físico com o contexto de envolvimento; passa-se assim do conceito de monumento isolado ao *conjunto urbano*, requerendo a conservação de *malhas* e *alinhamentos*, privilegiando as operações de restauro aplicadas ao edificado de preenchimento urbano, em contraposição às operações de *reconstrução-renovação*.

conjuntos urbanos
 valor de uso/valor museológico

Neste contexto de idéias, vê-se atribuído um *valor de uso* e um *valor museológico* aos conjuntos urbanos antigos, integrando-os numa concepção global, emergente, de uma visão integrada do território (28).

A cidade histórica constitui em si um *monumento*, mas é considerada também um tecido vivo, na sua complexidade urbana, cultural, social e económica.

princípios de intervenção
 no património urbano

São estabelecidos três princípios fundamentais delineadores de uma *doutrina de conservação e restauro do património urbano*:

1. qualquer fragmento urbano antigo deveria ser integrado num Plano, o que significa o estabelecimento de uma *relação* com as condições concretas do momento;

2. o conceito de *monumento histórico* não seria aplicável a um edifício singular independentemente do contexto em que aquele se insere; a natureza do carácter urbano, o *seu ambiente*, resulta desta dialética entre a *arquitectura maior*, os *elementos primários*, (como definiria mais tarde *Aldo Rossi*), e a sua envolvente;

analogia de critérios
 monumento/conjunto

3. assim, do precedente, os conjuntos urbanos antigos apelariam a procedimentos de *preservação* e *restauro*, se quisermos, análogos aos que são aplicáveis aos monumentos (nos termos definidos por *C. Boito*), obviamente transpostos para a dimensão e escala do fragmento ou conjunto urbano de que se trata, com o objectivo essencial de respeitar a *escala* e a *morfologia*, de preservar as *relações iniciais* que foram articulando fundamentalmente o parcelamento e as vias, o ambiente e o espírito do lugar materializado nas suas configurações espaciais (princípios transpostos para a *Carta Italiana do Restauro*, 1931).

integridade arquitectónica
 o edifício como documento

Vê-se também estabelecido o conceito de *integridade arquitectónica*, entendendo-se o *restauro* enquanto *conservação* dos edifícios como *documentos*; daí, a defesa dos ideais do *restauro científico* e a importância atribuída ao *carácter filológico* do restauro.

"diradamento"

A extensão da interpretação de *restauro* à escala do *conjunto urbano* introduz o conceito de *diradamento* (desbastamento, no sentido do conceito de *renovação urbana* muito mais recente), correspondendo às operações de saneamento e restauro de uma área urbana, nível de crescentes ambiguidades pelo extenso universo de casos que contém.

"cidade-museu"

Uma outra questão fulcral respeita à ideia, ou melhor, ao preconceito estabelecido de que, em determinado momento do *tempo*, se cortou a ligação com os momentos seguintes, e as realidades materiais passaram a corresponder a planos diferentes, não intercomunicáveis; a cidade antiga mantinha-se com base num processo de *museificação*, perdendo características próprias elementares e significativas para se ir tornando cada vez mais um *cenário*.

Ora a fragilidade encontrava-se precisamente no reconhecimento da cidade como *antiga* e não como *contemporânea*, olhada portanto já como *cidade-museu*. (29)

29 - Esta questão vem a ser abordada, de forma incisiva, por Leonardo Benevolo em *La Città e l'Architetto*.

a prática das
 intervenções urbanas

O conceito de *ambiente* virá a aplicar-se, de forma superficial, nas alterações pontuais do edificado urbano ou nas intervenções urbanísticas, traduzindo-se, sobretudo, na conservação das características *formais* e *espaciais* urbanas, considerando, principalmente, as suas características mais *superficiais*, mais aparentes, e as intervenções miméticas herdadas da escola francesa, num sentido pitoresco, atribuindo às características estruturais um menor valor.

A partir daí a aproximação à cidade histórica reflectiu-se em acções pontuais através de dois universos, o *ecletismo* e o novo classicismo do princípio do séc. XX e o *estilo internacional*, cada um deles apresentando, como sistema ideológico, virtudes intrínsecas e potencialidades para resolver os problemas de índole *formal*.

Isolada no contexto dos teóricos do urbanismo do séc. XX, a teoria de *Giovannoni* antecipa, com mais aprofundamento e complexidade, as diferentes políticas de “*zonas de protecção*” equacionadas e postas (relativamente) em prática, pela Europa, nos anos 60.

ROGERS
 o sítio e as potencialidades
 das relações analógicas

E. N. Rogers (30) posteriormente vem a recuperar o conceito de ambiente introduzido por *Giovannoni*, estabelecendo a idéia das *pré-existências ambientais* enquanto presenças históricas que originavam valores (também visuais) próprios; o lugar apresenta características e qualidades formais próprias que têm a potencialidade de fazer reagir a essa realidade, na perspectiva de que a cidade antiga é um facto contemporâneo onde se produzem mudanças através da arquitectura de cada tempo.

Considera-se que a arquitectura moderna encerra a potencialidade de estabelecer *relações analógicas* com o envolvimento específico da cidade antiga, e que esta contém os elementos referenciais que facultam o despoletar dessas relações.

30 - E.N.Rogers foi figura proeminente na fase de reconstrução do pós-guerra italiano, com Albini, Gardella, Samoná, Quaroni, Muratori e Ridolfi. Os difíceis problemas de novas inserções e de resolução de contiguidades determinaram a exploração de novos instrumentos de acção projectual, abandonando a fidelidade ao universal moderno, pela sua inadaquabilidade às diferentes exigências das intervenções nas áreas históricas destruídas.

ROSSI
 crítica do conceito de ambiente
 tipos e estruturas como valores

Aldo Rossi (31), vem a estabelecer uma crítica sistematizada ao conceito de *ambiente*, quando analisa os *monumentos* como *elementos primários* da estrutura urbana e a *constituição tipológica* como base dos agregados edificados dentro da cidade, considerando os aspectos ambientais como questões de segunda ordem face à importância da sua estrutura.

A cidade é definida não por volumes ou alinhamentos, mas fundamentalmente por *tipos e estruturas formais*; dentro desta perspectiva são reconhecidos, implícitamente, os *valores* que lhes estão adstritos.

Enuncia o conceito de *locus* como definição da individualidade de cada facto urbano, e a sua atitude essencialista revela-se quando admite a autonomia do objecto arquitectónico justificada por razões mais profundas que as visuais, por razões de carácter *estrutural*.

A via *tipológica (32)*, como conservação da essência formal do edificado histórico, é um conceito teórico de interpretação estrutural importante para as intervenções neste âmbito.

Porque um conceito de carácter ambientalista desarticulado do reconhecimento da estrutura formal do edificado tende a separar qualquer objecto em planta e fachada, como elementos autónomos, convertendo esta última num mero invólucro cénico daquela (33). Interpretar o edificado como correspondendo a um *tipo*, remete sempre para factos arquitectónicos estruturais, tornando, por exemplo a questão de uma manutenção ou não de fachada (e a sua validade como património), uma questão dependente do conhecimento de uma estrutura mais complexa. (34)

31 - Aldo Rossi, A Arquitectura da Cidade.

32 - A via tipológica refere-se ao conjunto de ensaios metodológicos e hipóteses de acção baseados na aceitação das tipologias edificatórias tradicionais de uma cidade, ou algumas das suas mais importantes características, como meio racional de definição de novas inserções (Anton Capitel, Metamorfosis de monumentos y terias de la restauración); a tipologia como factor ocorrente nas intervenções sobre o património arquitectónico revela uma importância singular, quando se abordam todas as questões relativas à profundidade de intervenção destrutiva possível, em termos dos interiores, dos edificios não notáveis, fundamentadas numa perspectiva cenográfica da arquitectura, e no entendimento mais superficial do património.

33 - Anton Capitel, Metamorfosis de monumentos y terias de la restauración.

34 - A importância da abordagem tipológica no contexto das intervenções nas áreas históricas, e da tipologia como valor, é claramente explicitado por Leonardo Benévolo no seu texto A conservação da cidade antiga, Relatório apresentado ao Congresso do ICOMOS de Bruges, 1975.

Identificar e saber interpretar os tipos e estruturas formais para uma intervenção, constitui, nesta perspectiva, a articulação interventiva com a cidade histórica; e assim se justifica entender uma certa autonomia da proposta arquitectónica de qualidade em certas intervenções sobre pré-existências, que vêm justificada a sua adequação num determinado local e num determinado momento, não por qualidades atribuídas a factores relativos fundamentalmente à sua percepção visual, mas por valores atribuídos a aspectos estruturais

Estes aspectos estruturais constituem um importante, senão fundamental, valor intrínseco, cuja importância se aprofunda no âmbito de uma aproximação tipo-morfológica.

A PERCEPÇÃO ACTUAL
 dos LIMITES das DOCTRINAS

Apercebemo-nos pois que os *limites* da aplicabilidade de doutrinas neste domínio de intervenções se vão situando sistematicamente na diversidade da natureza dos objectos de intervenção e nas condições concretas, e sempre diversas, com que estas se vão confrontando.

A INDIVIDUALIDADE
 dos CASOS

Daí, a inevitabilidade das soluções casuísticas, possibilidade que vamos encontrando latente em todas as sistematizações e todas as correntes (35), e que corrobora no fundo aquilo que a actual prática obriga a concluir, de que cada caso é de facto um caso singular.

AS TENDÊNCIAS FUNDAMENTAIS
 continuam ACTUAIS

As três tendências fundamentais de abordagem ao carácter das intervenções, primeiro sobre os monumentos e depois gradualmente sobre todo o universo edificado das áreas antigas, depois históricas, que se configuraram a partir do séc.XVIII, surgidas quase simultaneamente, coexistiram ao longo da história até hoje.

35 - Parece-nos que é exactamente o carácter extremamente complexo desta área, envolvendo numerosas vertentes, que conduz inevitavelmente, sempre que se pretende uma explicitação de princípios de carácter geral, à configuração das *doutrinas* de intervenção, numa necessidade de encontrar certezas ou pontos de apoio, ou legitimações, que geram, normalmente, contradições com as especificidades de cada caso em concreto. E são de facto essas situações específicas, que saem fora de uma prática repetitiva, normalizada, que representam os avanços nas abordagens, quer ao nível dos métodos, quer ao nível das técnicas.

O radicalismo assumido pelas diferentes perspectivas de abordagem não permitiu nunca uma coexistência pacífica entre elas, produzindo constante e sistematicamente confrontos de posições teóricas e polémicas críticas geradas pelas intervenções concretas realizadas.

A fundamental oposição entre *restauradores* e *conservadores* e de ambos contra a liberdade criativa no âmbito do projecto de intervenção manteve-se, e pode dizer-se que se mantém, em certa medida.

Os conceitos de *monumento* e de *restauro*, inseparáveis, são entendidos ou interpretados de formas distintas: o *restauro* como *restituição* de um objecto-monumento a um estado inicial, na sua lógica construtiva e no seu estilo (*Viollet-le-Duc*); o *restauro* como *conservação*, valorando todas as alterações subsequentes à configuração inicial, demarcando as novas intervenções (*Ruskin* e *Boito*); o *restauro* enquanto possibilidade de *actuar criativamente* sobre o objecto, com as referências de cada momento, no intuito de participar na continuidade da sua *história*.

Entretanto muitos outros conceitos vão surgindo, numa especialização crescente de tendências de abordagem, marcadas mais ou menos por determinadas disciplinas ou pelo carácter mais ou menos *pragmático* ou *teórico* das experiências e da realidade em que radicam.

A autenticidade arquitectónica, a unidade formal (*Viollet-le-Duc*), a autenticidade arqueológica (*Ruskin*), a autenticidade histórica, o restauro científico (*Boito*), o ambiente urbano (*Giovannoni*), o restauro crítico (*Roberto Pane*), o tradicionalismo cultural, o restauro conservativo, a intervenção analógica, constituem alguns dos conceitos e teorias que traduzem tentativas de resposta às questões fulcrais nas intervenções sobre o património arquitectónico: o que é que está em causa (quais são os factores ocorrentes?) e com que base se toma a decisão sobre o carácter da intervenção (é possível, e como, valorar aqueles factores?).

2.3.2. Autenticidade e património arquitectónico

A autenticidade é, como se viu, um conceito que se encontra sistematicamente subjacente às doutrinas modernas relativas à *conservação* e ao *restauro*, que carece, também sistematicamente, de uma aproximação a uma definição de conteúdo.

A autenticidade respeita, essencialmente, a uma relação de verdade e sinceridade entre o emissor de uma mensagem e o conteúdo desta (36).

Será assim autêntica uma mensagem que é transmitida e que não sofre alteração, no percurso complexo desde o emissor até ao receptor.

a ESPECIFICIDADE da
 AUTENTICIDADE no
 património arquitectónico

A *autenticidade* assume uma especificidade importante no domínio da arquitectura que, para transmitir a sua mensagem, na sua natureza e no seu conteúdo, faz apelo, primordialmente, à forma. Daí que a alteração operada na forma inicial modifique inexoravelmente a mensagem, e daí também a singularidade da questão da autenticidade no âmbito do património arquitectónico.

A *autenticidade* da forma é determinada, fundamentalmente, pela ausência de modificações significativas em relação à forma inicial; existindo no espaço e no tempo, as modificações operadas sobre a forma são uma realidade permanente, revelando processos de integração de mensagens sucessivas, mais ou menos coerentes com a inicial.

autenticidade evolutiva

Face à *história*, estas mensagens, e cada uma delas, contêm um valor de autenticidade que é ditado pelas circunstâncias e pelo contexto em que são produzidas, de onde se poderá falar numa *autenticidade evolutiva* (36) e num valor relativo dessa mesma autenticidade, tendo como referência a mensagem inicial, e fundamental.

Assim, para além do valor de autenticidade referente ao objecto, enquanto obra de arte, e dos valores de autenticidade que constituem a fonte de conhecimento sobre esse mesmo objecto, emerge o *valor de significação*, que pode não corresponder à mensagem, que pode evoluir de acordo com o contexto de envolvimento.

autenticidade e
 valor de significação

O *valor de significação*, pela profunda relação com o contexto da produção da obra, pela possibilidade de uma ruptura com a mensagem inicial, constitui um dos factores fundamentais no processo de salvaguarda.

Como já se viu, os valores históricos e simbólicos inerentes ao objecto constituem-se como factores exteriores, *extrínsecos*, à sua produção, ao seu valor *intrínseco*, na perspectiva da conservação e restauro até ao séc. XIX e mesmo séc. XX; a autenticidade de carácter artístico prima sobre o conhecimento histórico ou o valor simbólico.

a evolução do conceito

As profundas e rápidas alterações de mentalidades, as diferentes abordagens intelectuais e sensitivas, acompanhando as mutações sociais e económicas actuais, produzem também alterações nos factores subjacentes ao conceito de autenticidade, a uma multiplicação de abordagens.

da autenticidade formal
 à mensagem global

Da prioridade à *autenticidade formal* (atenção voltada sobre os aspectos artísticos da obra e intenção de restabelecer uma integridade conceptual), evolui-se para a ideia da autenticidade relacionada com a *mensagem global* (os vestígios da mensagem formal conjugados com o seu destino histórico e simbólico).

Vários factores justificam esta evolução (37): a constatação gradual dos resultados operados pelos restauros predominantes do séc. XIX (restauro estilístico), a moderna concepção da história e o aperfeiçoamento dos seus métodos (o monumento passa a ser fonte insubstituível do conhecimento do passado, atitude incompatível com os tipos de intervenção que se vinham operando), e o respeito pelo valor documental da obra (anteriormente ignorado).

2.3.3. Terminologia e critérios nas intervenções sobre o património arquitectónico

2.3.3.1. Terminologia

As intervenções sobre o *património arquitectónico*, pela complexidade que revestem, associam a si a necessidade da aplicação de conceitos precisos, de forma a proporcionar a melhor compreensão possível do âmbito de actuações que lhes correspondem em cada caso.

a necessidade de um léxico

É importante, para o eficaz desenvolvimento das operações que promovem a continuidade do *património arquitectónico*, que exista precisão no léxico que se utiliza, já que as operações a efectuar são substancialmente especializadas e diferenciadas entre si, e muitas das designações utilizadas contêm já, por vezes, no seu significado, a definição de todo um programa específico de actuação. (38)

E esse conteúdo revela, muitas vezes, os próprios critérios de actuação, e de forma implícita, os de valoração.

Também o debate e a crítica sobre o crescente número de acções projectuais no âmbito do *património arquitectónico* e *urbano* vão exigindo um léxico mais preciso e mais rigoroso que potencie a facilitação de troca de idéias.

Verifica-se, recentemente, uma multiplicação da utilização de termos referidos a este âmbito de intervenções - *requalificação*, *reestruturação*, *remodelação*, *reutilização*, *recuperação*, *restauro*, *reabilitação*, *revalorização*, *reconstrução* - aplicados indistintamente aos mais diversos tipos e níveis de actuação, muitas das vezes de forma muito superficial e sem correspondência, directa (e por vezes mesmo indirecta), quer com o conteúdo efectivo das designações utilizadas, quer com as características das intervenções a que supostamente se aplicam.

Se há terminologia que é relativamente clara, como no caso da reestruturação, outra existe a que correspondem normalmente distintas interpretações, mais ou menos abrangentes, mais ou menos profundas, como o *restauro* e a *reabilitação*.

Observa-se também na prática que, normalmente no campo da gestão urbanística, e ao nível da definição regulamentar, no âmbito de actuação sobre o *património arquitectónico* (39) prevalece uma certa indefinição, ou imprecisão, relativamente ao conteúdo de alguma da terminologia utilizada.

Por exemplo, os cadernos de encargos de projectos de arquitectura, peça importante neste âmbito de actuação sobre o património, quando existem, não são, regra geral, precisos na relação entre a terminologia utilizada em determinados capítulos e o conteúdo operativo pressuposto.

Actualmente, as acções operadas sobre o *património arquitectónico* encerram um universo muito diversificado de tipos de actuação, cuja aplicação em cada caso se encontra dependente de variadíssimos factores, designadamente das características do objecto e dos objectivos da intervenção e que, fundamentalmente, são definidos a partir dos factores ocorrentes e da respectiva valoração.

Interessa pois, no sentido de uma sistematização de conceitos e termos aplicáveis num processo de estabelecimento de bases metodológicas, verificar de que forma eles são entendidos e como podem também ser estabelecidos.

O estabelecimento de uma sistematização de terminologia, ou um léxico específico, prende-se por um lado com a *etimologia* das palavras seleccionadas, e por outro com a sua definição corrente e com a aproximação dessas definições à área específica deste domínio de projecto e intervenções.

A temática arquitectónica e urbana referida a este âmbito tem seguido muitas vezes, por analogia, o léxico próprio da *medicina* (interessantemente a ciência que define com maior precisão as alterações e reparações efectuadas sobre um organismo), com todas as vantagens de uma transposição quase directa para a área da intervenção sobre o *património arquitectónico*.

39 - Entendido este não como exclusivamente o património arquitectónico monumental, mas todo o universo de objectos e conjuntos que, de alguma forma, ou se encontram inventariados, e sujeitos a regras específicas de actuação, ou, regra geral, cujos valores patrimoniais podem ser reconhecidos.

Pode considerar-se assim que um edifício, e especialmente um imóvel considerado *património arquitectónico* contém características anatómicas e uma fisiologia que podem explicar o seu funcionamento, e onde uma alteração por via *funcional* ou *traumática* poderá vir a produzir uma *patologia*; mediante um reconhecimento adequado pode obter-se um diagnóstico prévio à intervenção ou tratamento do objecto.

É clara a similitude com os processos de abordagem interventiva sobre os edifícios.

Assim, pensando em termos dos tratamentos estruturais sobre o *património arquitectónico*, também é possível adoptar termos específicos do campo da medicina, como, por exemplo, *prótese* e *transplante*.(40)

Mas não é só no campo do processo de intervenção em si mesmo que interessa uma clareza de léxico; outros conceitos, não tanto relativos a uma definição de *tipos de intervenção*, mas ao estabelecimento de *processos metodológicos* de abordagem, são também importantes, como por exemplo a ideia de *modelo*, de *metodologia*, de *tipo*, de *tipologia*, ou de *morfologia*, de monumento, de *património arquitectónico*, que muitas vezes não encontram também, na sua aplicação, uma correcta relação com o seu conteúdo.

Sem nos estendermos excessivamente sobre este aspecto, vamos procurar sintetizar noções relativas a tipos de intervenção que actualmente são mais correntemente utilizadas, confrontando algumas das diferentes fontes que nos pareceram mais interessantes.

Por outro lado vamos fazer ressaltar a relação da terminologia, do seu conteúdo, com alguns critérios interventivos:

RECUPERAÇÃO

A *recuperação*: “consiste numa série de operações tendentes a reparar um edifício, aproveitando-o para um uso determinado, é uma operação genérica, que pode revestir formas específicas, de acordo com os objectivos, a análise prévia” ou os factores ocorrentes.(40)

REABILITAÇÃO

A *reabilitação*: termo que estabelece uma relação com o uso ou com a função, “consiste em habilitar de novo um edifício para o tornar apto para o seu uso inicial”.(40)

Ou seja, a manutenção, ou não, do uso inicial, pode estabelecer a diferenciação entre o conceito de reabilitação e o de recuperação, que se referem ambos a operações de carácter físico.

reparação, alteração

É interessante verificar que a reabilitação é também definida como “ o processo que tem como objectivo restituir um edifício à sua condição de utilidade, através de acções de reparação ou alteração, que possibilitem o seu uso em termos contemporâneos, enquanto preservam as características e detalhes do edifício que são significativos quanto aos seus valores histórico, arquitectónico e cultural” (41), incluindo assim a noção de uso, e de forma de uso, mas avançando já critérios que envolvem uma necessidade de valoração de factores de vária ordem.

patologias construtivas e funcionais

Outra definição (42) apresenta-a como “o conjunto de acções tendo em vista a recuperação e a beneficiação de um edifício, tornando-o apto para o seu uso actual; o seu objectivo fundamental consiste em resolver as deficiências físicas e as anomalias construtivas, ambientais e funcionais (...) procurando ao mesmo tempo uma modernização e uma beneficiação geral do imóvel - actualizando as suas instalações, equipamentos e a organização dos espaços existentes - melhorando o seu desempenho funcional e tornando-o apto para a sua completa e actualizada reutilização”.

Fazendo referência novamente à noção de uso e reutilização, centra-se mais na resolução das disfunções técnicas e funcionais, apresentando um carácter de generalidade que implicitamente aceita qualquer nível de intervenção, não referindo a ocorrência de factores valoráveis do ponto de vista patrimonial.

critérios de transformação

Ainda uma outra definição (43) apresenta-o como “a adequação e a melhoria das condições de habitabilidade, com reorganização, se fôr necessário, do espaço interior, e com manutenção da trama básica estrutural e do aspecto exterior original; essa reorganização pode originar a divisão de unidades

41 - “Secretary of the Interior’s Standards for Rehabilitation and Guide lines for Rehabilitating Historic Buildings”, U.S. Department of the Interior, Washington D.C.

42 - Antº Reis Cabrita, José Aguiar, João Appleton, Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto, CML/LNEC; Lisboa 1992.

43 - - Mª Antónia Gonzalez Sánchez-Puelles, Política de actuação/níveis de actuação sobre o Patrimonio Arquitectónico, in Curso de Rehabilitacion, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid.

de grande superfície em fracções (por exemplo para células de habitação), ou, inversamente, o agrupamento; pode afectar espaços contínuos ou sobrepostos (horizontal ou verticalmente).

Neste caso encontramos também implícitos critérios expressos de manutenção de matriz tipológica, por exemplo, envolvendo a possibilidade de certo grau de transformação do interior, relacionando-se com a manutenção ou não de um esquema distributivo.

Outra definição (44), próxima da antecedente, apresenta a reabilitação como “o conjunto de obras que têm por fim a recuperação e beneficiação de uma construção, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiénicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma modernização que assegure o seu desempenho até próximo dos actuais níveis de exigência.

Nesta situação, com um grande carácter genérico, não incluindo aparentemente critérios, não explicita factores de carácter patrimonial a considerar nem delimita a profundidade ou os limites das intervenções possíveis.

Ainda uma outra definição, inserida num contexto já mais operativo, apresenta a reabilitação enquanto “obras em que se torna possível a substituição de sistemas construtivos que não interfiram com as paredes exteriores do edifício, nomeadamente no que respeita às cotas dos pisos existentes, que não alterem o sistema de acessos e distribuição, nem afectem outros aspectos significativos da organização do edifício, possibilitando o aumento do número de pisos”, (45) englobando implicitamente a manutenção da matriz tipológica mas abrindo também a possibilidade de uma intervenção de carácter profundo.

Só por estes exemplos, se vê que os critérios de intervenção se encontram já muitas vezes implícitos no tipo de intervenção, sem que estejam considerados, muitas vezes, factores valoráveis sob o ponto de vista patrimonial.

44 - Definição constante do Regulamento do PDM de Lisboa, 1994, aplicável às intervenções em áreas históricas.

45 - Definição constante do Regulamento do PUALZE (Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zonas Envolventes), Manuel Fernandes de Sá e Francisco Barata.

REESTRUTURAÇÃO

A *reestruturação*: consiste na acção de dotar o edifício com uma nova estrutura, quer através da introdução de novos elementos estruturais, quer ampliando os existentes, com aumento de pisos. (46)

Uma outra definição de *reestruturação* estabelece como consistindo em “obras de adequação do espaço interior, que podem chegar ao limite do esvaziamento total do edifício, mantendo as fachadas, e chegando a admitir o aumento de volumetria, horizontal ou verticalmente”.(47)

Ainda uma outra definição, de carácter mais operativo, estabelece a *reestruturação* como o tipo de obras em que “é permitida a substituição de elementos ou sistemas construtivos que não interfiram com a composição arquitectónica da fachada principal do edifício, permitindo a alteração dos sistemas de acesso e distribuição do edifício e o aumento do número de pisos. (48)

Interessante constatar que a *reestruturação* é por vezes entendida mais na perspectiva da demolição integral do interior do imóvel com manutenção de fachadas, ou mesmo só da fachada principal; acção a que está subjacente um critério claramente valorador de aspectos de carácter predominantemente formal, desvalorizando a natureza estrutural do objecto, quando dissocia, por exemplo, a matriz tipológica das fachadas.

CONSERVAÇÃO

A *conservação*: consiste em obras de manutenção necessárias ao correcto desempenho de um edifício.(49)

Outras definições apontam-na ainda como uma acção de carácter positivo, como resposta a um programa pré-estabelecido e que se pode articular com um objectivo de rentabilidade económica, ou ainda como uma acção tendente à manutenção dos elementos que afectam a segurança, a higiene, a estrutura e a decoração do edifício, para o uso específico que lhe é destinado.

46 - Gerência Municipal de Urbanismo de Madrid, citada por Fernando Pulín Moreno, nota 4.

47 - M^a Antónia Gonzalez Sánchez-Puelles, Política de actuación/níveis de actuación sobre o Património Arquitectónico, in Curso de Rehabilitación, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid.

48 - Definição constante do Regulamento do PUALZE (Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zonas Envolventes), Manuel Fernandes de Sá e Francisco Barata.

49 - Fernando Pulín Moreno, Léxico y criterios de rehabilitación, Curso de Rehabilitación, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, pag. 8.

A *conservação* é também definida como o conjunto de acções destinadas a prolongar o tempo de vida de uma dada edificação, implicando desencadear um conjunto de medidas destinadas a salvaguardar e prevenir a degradação, que incluem a realização das operações de manutenção necessárias ao correcto funcionamento de todas as partes e elementos de um edifício.(50)

Num contexto mais operativo, é considerada como um conjunto de obras “quer no interior como no exterior dos edifícios, que devem ser sempre coerentes com a sua arquitectura original e que abrangerão os trabalhos de consolidação ou restauro dos elementos ou sistemas degradados, assegurando a manutenção dos sistemas construtivos, materiais pré-existentes, fachadas e cotas de pisos, bem como as intervenções secundárias decorrentes da aplicação de novos equipamentos e infraestruturas, nomeadamente águas, saneamento, ventilação, ar condicionado, acústica e acessos mecânicos.(51)

Projecto de conservação: entende-se como a lógica que define a investigação e a redacção de normas ou princípios metodológicos idóneos e irrefutáveis para tutelar e manter um determinado património arquitectónico, urbano, territorial e “histórico”. (52)

O conceito de conservação apresenta-se sempre associado à ideia de manutenção, não envolvendo por isso uma acção transformativa.(53)

CONSOLIDAÇÃO

A *consolidação*: acção tendente a reunir aquilo que está separado, “consiste em reforçar, dar firmeza e solidez a um edifício, voltando, inclusivé, a juntar partes que se encontram separadas”; implica necessariamente a existência de uma patologia.(54)

50 - Antº Reis Cabrita, José Aguiar, João Appleton, Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto, CML/LNEC; Lisboa 1992.

51 - Definição constante do Regulamento do PUALZE (Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zonas Envolventes), Manuel Fernandes de Sá e Francisco Barata.

52 - Pier Luigi Cervellati, El proyecto de la conservación, Los Centros Historicos, F. Ciardini e P. Falini, GG 1983.

53 - Um texto interessante relativo à *ética da conservação* (Conservação e Reabilitação do património edificado, evolução das necessidades e qualificações profissionais, J. Aguiar, A. Reis Cabrita e J. Vasconcelos Paiva, IEFP, 1992) refere uma perspectiva quanto a exigências básicas nas operações de conservação, situando-as aos níveis da autenticidade (nos materiais, estética, envolvendo a salvaguarda das ideias configuradoras, histórica, envolvendo questões de falsificação ou alteração, construtiva e tecnológica, na preservação do carácter dos sítios), da durabilidade, da compatibilidade (envolvendo questões de reversibilidade), e da economia.

54 - Fernando Pulín Moreno, Léxico y critérios de rehabilitacion, Curso de Rehabilitacion, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, pag. 9.

Uma outra definição aponta para o reforço dos elementos estruturais, envolvendo a possibilidade de substituição parcial de alguns deles, sem alterar o esquema espacial e organizativo do edifício. (55)

O conceito aproxima-se do de conservação, abrindo no entanto os parâmetros de profundidade de intervenção até englobar a substituição parcial de elementos estruturais, incluindo no entanto o critério de manutenção da matriz tipológica e de esquemas distributivos.

RESTAURO

O *restauro*: consiste no “conjunto de operações destinadas a recuperar a imagem original do edifício”. (56)

Outras definições apresentam-no como o “conjunto de acções altamente especializadas, desenvolvidas de modo a recuperar a imagem, a concepção original ou o momento áureo na história de um edifício, no qual a sua arquitectura possuía coerente totalidade”. (57)

Ou apresentam-no como o grau máximo de conservação, envolvendo reparações que passam pela reprodução das condições originais dos elementos (...); refere-se, ou aplica-se, normalmente, a edifícios com especial valor arquitectónico, histórico ou monumental. (55)

O restauro é também considerado “o momento metodológico do reconhecimento do edifício na sua consistência física e na dupla polaridade estética e histórica, tendo em vista a sua transmissão para o futuro” (59)

O restauro é também operativamente definido como “as obras especializadas que têm por fim a conservação e consolidação de uma construção, assim como a preservação ou reposição da totalidade ou de parte da sua concepção original ou correspondente aos momentos mais significativos da sua história. (60)

55 - M^a Antónia Gonzalez Sánchez-Puelles, Política de actuação/níveis de actuação sobre o Património Arquitectónico, in Curso de Rehabilitacion, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid.

56 - Os italianos utilizam o termo “ripristinamento” - reconstituir, restituir ao estado primitivo; restaurar - obras que se executam num edifício em ruínas, ou deteriorado, com o fim de o remeter ao seu estado primitivo, segundo o projecto, dados ou iconografia que se possuam ou que se torne necessário traçar ou reproduzir -Del Soto, Dicciónario de Arquitectura y construcción, IGC, 1960, citado em Léxico y critérios de rehabilitacion, Fernando Pulín Moreno, Curso de Rehabilitacion, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid.

57 - Fernando Pulín Moreno, Léxico y critérios de rehabilitacion, Curso de Rehabilitacion, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, pag. 9.

58 - Cesare Brandi, Teoria del Restauro, Torino, 1963

59 - Definição constante do Regulamento do PUALZE (Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zonas Envolventes), Manuel Fernandes de Sá e Francisco Barata.

Ou, mais teóricamente, como “a série de operações destinadas a reparar a degradação ou ruína de um monumento, edifício ou área urbana com o objectivo de lhe devolver o aspecto original, fazendo ressaltar os seus valores culturais e patrimoniais”.(60)

Os actuais conceitos de restauro continuam colados aos princípios expressos na *Carta de Veneza (61)*, manifestando-se sobretudo na inclusão dos critérios de demarcação das novas intervenções e da sua reversibilidade; o restauro mantém-se no seu entendimento comum como a forma de intervenção que melhor poderá proteger os valores inerentes ao objecto, subsistindo no entanto a polémica questão recorrente da valoração das características que esse mesmo objecto apresenta em determinado momento (questões como as do restauro de um *pastiche*, ou como as do nível de profundidade da intervenção de restauro, ou como a sua confusão com as intervenções de reconstrução).

RESTITUIÇÃO

A *restituição*: consiste num “conjunto de operações paralelas ao restauro, mas de ordem mais conceptual, mais estrutural e global, com o objectivo de recuperar o espaço arquitectónico inicial do edifício”.

Esta diferenciação estabelecida entre o restauro e a restituição reside no facto de a primeira se referir a aspectos de carácter formal e a segunda a aspectos de carácter estrutural.(62)

Aparece uma interessante distinção que, normalmente, é englobada no conceito de restauro; operativamente, apresenta-se muito útil.

MANUTENÇÃO

A *manutenção*: consiste num conjunto de operações que visa minimizar os ritmos de deterioração na vida de um edifício (ou de determinado parque edificado) e se desenvolve sobre as diversas partes e elementos da sua construção, assim como

60 - “...as intervenções que se exercem sobre o objecto a restaurar revestem-se de um elevado grau de complexidade e devem ser apoiadas em pesquisas, estudos e técnicas sofisticadas; trata-se, pois, de uma acção interdisciplinar conjugada em que participam a história da arte, a história da arquitectura, a estática, a resistência de materiais, a patologia de materiais, a construção civil e a urbanologia; ultrapassado o critério “do repôr como originalmente” o restauro processa-se de modo a que as intervenções, exigidas e aconselháveis, fiquem bem expressas sem prejuízo da leitura estética do objecto tratado”. in Vocabulário técnico e crítico de arquitectura, M^a João Madeira Rodrigues, Pedro Fialho de Sousa, Horácio Bonifácio.

61 - Artº 9º- O restauro é uma operação que deve ter um carácter excepcional. Destina-se a conservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelas substâncias antigas e pelos documentos autênticos (ou seja pela antiguidade e pela autenticidade). O restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstituição...

62 - Fernando Pulín Moreno, Léxico y criterios de rehabilitación, Curso de Rehabilitación, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, pag. 9.

sobre as suas instalações e equipamentos; são operações programadas e geralmente efectuadas em ritmos regulares.(63)

RECONSTRUÇÃO

A *reconstrução*: consiste no “completamento de um edifício na sua forma inicial, através de um processo de dedução das partes em falta a partir de vestígios ou elementos de outro tipo”.(64)

Pode entender-se, neste âmbito, como um sinónimo de *restituição*, dado que está em causa uma reconstrução ao nível estrutural e não apenas epidérmico.

É definida também como qualquer obra que consista em realizar de novo, total ou parcialmente, uma instalação já existente, no local de implantação ocupado por esta e mantendo nos aspectos essenciais, a traça original.(65)

Envolve implicitamente o reconhecimento dos factores intrínsecos determinantes e coloca, na prática, a questão recorrente da validade do pastiche.

A *reconstrução arqueológica*, de carácter normalmente gráfico, é o resultado do confronto entre os vestígios de um modelo elaborado a partir do conhecimento de um sistema arquitectónico, tipológico e construtivo, particularizando os vestígios aquilo que os sistemas apresentam em geral e completando os sistemas aquilo que os vestígios não informam por completo.

ALTERAÇÃO

A *alteração*: qualquer obra numa instalação existente da qual resulte modificação da sua traça original, designadamente no que respeita à natureza ou modo de funcionamento da sua estrutura resistente e à compartimentação e uso dos espaços.(65)

Conceito que envolve, implicitamente, critérios de valoração relativamente a matrizes tipológicas e esquemas distributivos, numa visão não estrutural do objecto arquitectónico.

63 - Appleton, Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto, CML/LNEC; Lisboa 1992.

64 - Fernando Pulín Moreno, Léxico y critérios de rehabilitacion, Curso de Rehabilitacion, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, pag. 9.

65 - Definição constante do Regulamento do PDM de Lisboa, 1994, aplicável às intervenções em áreas históricas.

REMODELAÇÃO

A *remodelação*: obras que têm por objectivo a alteração funcional de um edifício, ou de parte dele, sem alterar as suas características estruturais. Corresponde normalmente às designadas *reformas*, que consistem num conjunto de operações tendentes a conferir uma nova forma a um edifício ou a um espaço arquitectónico.(66).

BENEFICIAÇÃO

A *beneficiação*: obras que têm por fim a melhoria do desempenho de uma construção, sem alterarem o desenho existente. (67)

ANASTILOSE

A *anastilose*, (68) significando restituição, recomposição, consiste no levantamento exacto de um edifício destruído ou de uma das suas partes, na sua posição original.

Este procedimento só se torna possível quando a maioria dos elementos originais da estrutura se conservaram, todos os elementos se podem repôr na sua posição original e cumprir a sua primitiva função; normalmente só é possível quando os elementos em causa são constituídos por pedra aparelhada.

Uma outra definição apresenta-a enquanto estabelecimento adequado dos vestígios identificáveis documentalmente e susceptíveis de se incorporar a um modelo para ajudar à sua determinação, à sua compreensão e à restituição da sua imagem, sem a pretensão de o completar ou terminar, como, pelo contrário, supõe a *reconstrução* ou a *restituição*.

A diferença entre estes dois tipos situa-se na forma de tratatamento das “falhas” ou de lacunas de informação.

REABILITAÇÃO URBANA

No domínio da intervenção englobante de conjuntos, a reabilitação urbana consiste numa nova política urbana que procura a *requalificação* da cidade existente, desenvolvendo estratégias de intervenção múltiplas, orquestrando um conjunto de acções coerentes e de forma programada, destinadas a potenciar os valores sócio-económicos, ambientais e funcionais de determinadas áreas urbanas, com a finalidade de elevar substancialmente a qualidade de vida das populações residentes, melhorando as condições físicas do seu parque edificado, os níveis de habitabilidade e de dotação em

66 - Fernando Pulín Moreno, Léxico y critérios de rehabilitacion, Curso de Rehabilitacion, COAM

67 - Definição constante do Regulamento do PDM de Lisboa, 1994, aplicável às intervenções em áreas históricas.

68 - Conceito estabelecido na altura da Conferência de Atenas de 1931, passando a ser entendido como uma técnica de restauro.

equipamentos comunitários, infraestruturas, instalações e espaços livres de uso público.(69)

REQUALIFICAÇÃO URBANA

A *requalificação* consiste num conjunto de acções desenvolvidas em áreas urbanas degradadas, ou em áreas históricas de maior ou menor dimensão, envolvendo diferentes factores e níveis de actuação, com o objectivo de as voltar a dotar de uma qualidade global.

RENOVAÇÃO URBANA

Por outro lado a *renovação* urbana consiste numa acção que implica a demolição de estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana *degradada* e a sua consequente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações (construídas segundo tipologias arquitectónicas contemporâneas), atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área. Hoje, essas estratégias desenvolvem-se sobre tecidos urbanos degradados aos quais não se reconhece valor como *património arquitectónico* ou *conjunto urbano a preservar*.(69)

REVITALIZAÇÃO URBANA

Frequentemente associado a intervenções com alguma envergadura, a *revitalização* consiste em operações desenvolvidas em áreas urbanas degradadas, ou em conjuntos arquitectónicos de valor histórico, de modo a relacionar as intervenções pontuais de recuperação dos seus edifícios com intervenções mais gerais de apoio à reabilitação das estruturas sociais, económicas e culturais locais, procurando a consequente melhoria da qualidade geral dessas áreas ou conjuntos urbanos.(69)

REUTILIZAÇÃO

A *reutilização* consiste em voltar a utilizar um edifício após uma intervenção de recuperação ou de reabilitação; a reabilitação normalmente envolve uma utilização semelhante à naterior; a recuperação pode envolver uma alteração de uso. (70)

69 - Antº Reis Cabrita, José Aguiar, João Appleton, Manual de apoio à reabilitação dos edifícios do Bairro Alto, CML/LNEC; Lisboa 1992.

70 -Fernando Pulin Moreno, Léxico y critérios de Reabilitacion.

2.3.3.2. Critérios e metodologias

A questão dos *critérios* é cara aos que se defrontam sistematicamente com a necessidade de definir e decidir sobre o tipo mais adequado de intervenção a que deve ser sujeito um edifício; pode dizer-se mesmo que tem constituído a questão central da temática relacionada com este âmbito de questões.

Normalmente entendidos enquanto caracteres que distinguem a forma correcta, verdadeira, de apreciar o que deve ser considerado, e como deve ser intervencionado, acabam, sempre, por conter uma validade relativa ao objecto com que se defrontam e ao contexto em que se situam; é isso que nos dão a conhecer os diferentes momentos de teorização e intervenção sobre os objectos, como vimos atrás.

Pode dizer-se que, para cada objecto e para cada intervenção, poderão estabelecer-se critérios relativamente ao(s) caracter(es) predominante(s) que deverá(ão) configurar essa intervenção, contrariando a validade da existência e da possibilidade da aplicação indistinta de critérios de carácter universal.

Esta questão assume uma importância significativa quando, na prática, as intervenções operadas sobre o universo do património arquitectónico classificado ou inventariado (71) são, grande parte das vezes, determinadas por critérios tão gerais quanto subjectivos.

Ainda que a existência de textos regulamentares que estabelecem os tipos de intervenção possíveis, e, por vezes, os níveis de profundidade, possa, aparentemente, constituir uma espécie de avanço na compreensão da importância destes objectos e conjuntos (e respectivas intervenções), tal realidade corresponde, na maior parte das vezes, a um paradoxo (a um maior conhecimento do global, um menor conhecimento do singular) espelho da incapacidade de uma resposta sistematicamente rigorosa e qualificada a cada caso concreto.

71 - Tem-se aqui em referência o universo de imóveis classificados, em vias de classificação e inventariados na Carta Municipal do Património de Lisboa, conjunto a partir do qual se perspectivam as reflexões deste trabalho.

2.4. Abrangência da intervenção sobre o património arquitectónico

2.4.1. Património arquitectónico, monumento, cidade

o contexto do
 património arquitectónico

Como já se viu, as abordagens da relação *monumento/cidade*, ou mais recentemente, do *património Arquitectónico/cidade* ou a questão do *património urbano*, têm vindo gradualmente a considerar que os elementos edificados urbanos com valor histórico, ou patrimonial, não podem ser entendidos isoladamente.

Terão necessariamente de ser compreendidos no contexto mais amplo em que se situam, devidamente enquadrados no conjunto a que pertencem, e referenciados historicamente à evolução da realidade urbana a que se encontram adstritos. (72)

Este enquadramento, necessariamente global, reporta-se a diferentes níveis, abrangendo desde a *paisagem urbana* até à *realidade social e cultural* que lhe é específica, explicitando-se num conjunto variável de aspectos que se vão configurando lentamente ao longo do tempo e se vão materializando através de sucessivas sobreposições interventivas.

Giovannoni (1931), por exemplo, perspectiva um entendimento do elemento urbano *monumental* enfatizando o valor do ambiente e o valor da sua indissociabilidade relativamente à própria envolvente; na *Carta de Atenas* (1931) observa-se uma noção relativa à extensibilidade da ideia de obra arquitectónica em direcção ao nível do conjunto urbano; a *Carta de Veneza* (1964) alarga o conceito de monumento, introduzindo a ideia de sítio, num sentido de confluência e interdependência de factores que caracterizam determinada realidade; o monumento passa a situar-se, em abordagens metodológicas, no contexto de toda a problemática urbana, perspectiva que vai gradualmente sendo transposta para diferentes documentos oriundos do ICOMOS (colóquios em Cáceres 1967 e México 1972).

72 - Mercedes Mudarra, Reflexiones en torno a los vinculos entre Monumento y ciudad, Reflexion sobre centros historicos, Cuadernos, Instituto del Patrimonio Historico y Delegación Provincial de Córdoba, 1994.

A *Carta do Restauro* de 1972, orientada para o *património* na sua globalidade, faz referência ao valor dos centros urbanos, estratos históricos fragmentados e transformados ao longo do tempo, explicitando a importância do envolvimento natural e a utilidade singular da conservação de redes viárias.

O interesse específico e explícito relativamente ao património arquitectónico começa a configurar-se nos anos 70; a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, emanada do Congresso de Amesterdão do Conselho da Europa (1975), reflecte o cruzamento de preocupações e a necessidade de entrosamento entre a cultura urbana e a prática urbanística.

Os factores de carácter social referidos às áreas históricas passam a constituir-se também como factores relativos aos monumentos, na medida em que estes são já indissociáveis do conjunto e do sítio de que são apenas uma parte.

indissociabilidade do
 património arquitectónico
 das diferentes dimensões urbanas

Os edifícios de valor excepcional, os conjuntos urbanos, os sítios, nas suas diferentes expressões, paisagísticas e ambientais, são entendidos como entidades interdependentes e coerentes, gradualmente objecto de programas de intervenção onde pontua o conceito de conservação integrada, fazendo a ponte com a realidade social e económica sobreposta à realidade material e cultural; as intervenções activas sobre imóveis de carácter excepcional, com inclusão de equipamentos de carácter público, e a reutilização de imóveis com interesse histórico-arquitectónico, começam a pesar no panorama das intervenções urbanas, a par de acções planeadas de reabilitação urbana em áreas históricas.

O conceito de monumento vai tendendo para se aproximar e confundir com a ideia de *lugar*, enquanto espelho da vida social e da expressão da densidade da sua cultura, história e tradições, valorizando as raízes locais, os signos de identidade e os referenciais concretos de um espaço e um tempo determinados. (73)

73 - Mercedes Mudarra, Reflexiones en torno a los vinculos entre Monumento y ciudad, Reflexion sobre centros historicos, Cuadernos, Instituto del Patrimonio Historico y Delegación Provincial de Córdoba, 1994.

valorização progressiva de
factores extrínsecos

Esta perspectiva, correspondendo ao entendimento da cidade enquanto processo de estratificação histórica, implica o reconhecimento do valor de cada uma das etapas do seu desenvolvimento, ultrapassando o papel determinante até aqui atribuído aos edifícios de valor excepcional, os *monumentos*, (do ponto de vista histórico-arquitectónico, correspondendo aos seus valores estritamente intrínsecos) e uma visão sistémica do universo de elementos patrimoniais que se inter-relacionam, ao que corresponde uma nova valorização da sua importância relativa.

o significado dos elementos
no conjunto

Uma rede de azinhagas toma um outro *valor* enquanto suporte de assentamentos ao longo do tempo de formação de um sítio, ao mesmo tempo que determinado edifício é compreensível pela sua relação com um sistema viário pré-existente.

Uma infra-estrutura urbana como um sistema de abastecimento de água, terá um outro valor para além do de carácter rememorativo, ou ambiental-urbano, ou paisagístico se, quando entendido na sua globalidade, possibilitar também o entendimento do crescimento da cidade de que faz parte. Expansões urbanas planeadas do princípio do séc XX, e respectivo preenchimento, não poderão ser ignorados; como também já não o poderão ser obras modernistas, equipamentos, a própria cidade consolidada que extravasa as “áreas históricas”.

O próprio termo *património arquitectónico*, abrangente de um crescente universo de objectos, conjuntos, estruturas urbanas, lugares, o espírito dos lugares, correspondendo a inúmeras tipologias e morfologias edificadas, envolvendo conceitos de ambiente e paisagem, encerra também a ideia do valor documental extrínseco de cada um destes elementos, valor esse que lhe pode não estar inerente, no seu *corpus*, *arquitectónico* ou *urbano*; pode residir em toda uma informação de registo pré-existente, de carácter arquivístico, por exemplo, mas pode também já corresponder a uma informação elaborada a partir da actividade investigativa transformada em documento, por exemplo no domínio da *realidade virtual*.

2.4.2. Património arquitectónico e arqueologia urbana

“A cidade, na sua complexidade e heterogeneidade, é resultado de uma evolução histórica que conduziu à sua configuração actual; uma boa parte do seu *património* está soterrado sob os aglomerados urbanos”. *(nota)*

As abordagens da *arqueologia urbana*, inseridas num processo de intervenção sobre o património arquitectónico, podem revelar-se extremamente úteis, pelo menos a dois níveis:

- na obtenção de informação que contribua para o conhecimento da *evolução da malha urbana* (e das morfologias e tipologias urbanas) desde as origens até à actualidade, através do reconhecimento estratigráfico de ocorrências;

-na obtenção de informação que contribua para o conhecimento do *assentamento* do objecto de intervenção (principalmente quando se trata de situações *camufladas* por sucessivas justaposições e alterações construtivas), e que informe o processo de projecto, enquanto pré-existência portadora de valores intrínsecos distintos (documental, estrutural, plástico), com potencialidades de *qualificação* do resultado final da intervenção.

A arqueologia urbana pode, por outro lado, fornecer importantes informações quanto às condições concretas da *estabilidade* de edifícios, quanto ao estado de *solidez de fundações* e quanto à *constituição de aterros*.

Nas suas diferentes vertentes *reflexiva* e *interventiva*, não se pode dissociar das intervenções sobre o *património arquitectónico* e *urbano*, sendo desejável o seu confronto com as outras disciplinas envolvidas, principalmente a *arquitectura*, de forma a ser ultrapassada, gradualmente, a visão “conservadorista” e “paralisante” que lhe é associada, e felizmente desmentida por um *protagonismo* crescente destes factores.

nota - Fernando Real, em Os Arqueólogos e a noção de Cidade: uma entidade em constante transformação. ver biblio.

3. METODOLOGIA de INTERVENÇÃO SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

3.1. Estabelecimento de modelos

A necessidade de uma clarificação de diferentes aspectos envolvidos na intervenção sobre o *património arquitectónico*, e uma abordagem à sua inter-relação, conduzem à conceptualização de estratégias e de procedimentos, necessariamente abstractos, cuja utilidade prática reside na possibilidade de se confrontar um caso específico com um conjunto de factores a serem analisados e articulados entre si, num sistema necessariamente simplificado que pode tomar a forma de *modelo* (1).

MODELO e METODOLOGIA

O *modelo* pode traduzir-se numa matriz conceptual genérica, aplicável como base de trabalho que, previsivelmente, será rapidamente ultrapassada pelas condições concretas do caso que se aborda.

Não se pode, por isso, confundir o modelo com a *metodologia* (2), que se elabora a partir dos dados “objectivos” do caso, embora, frequentemente, nos deparemos com uma sobreposição destes dois níveis.

Neste trabalho procura-se, por um lado, estabelecer as “áreas” disciplinares “isoláveis”, que contribuem para o conhecimento do objecto de intervenção, e, por outro, obter uma percepção geral dos respectivos conteúdos, em termos da problemática específica que levantam, dentro da sua perspectiva disciplinar.

Torna-se difícil, senão mesmo impossível, o tratamento individualizado dessas áreas, na perspectiva de um método de abordagem global a um objecto de intervenção, pela total interdependência que elas apresentam entre si e também pela grande especialização que algumas revestem; deverá assim ser entendido que só num exercício em que se tenta uma explicitação de factores, para alguns dos quais concorrem “áreas” disciplinares distintas, será aceitável tal “separação”.

1 - Considera-se o modelo como uma representação simplificada. A representação operativa de uma realidade complexa exige determinadas simplificações, ainda que estas devam ser tanto menos grosseiras quanto maior for o grau de aproximação a essa realidade e menor o âmbito da mesma que se considere.

2 - Considera-se que a metodologia consiste num conjunto ordenado de procedimentos de investigação, dentro de uma lógica que se pretende tendencialmente objectiva.

3.2. Sobre modelos operativos de intervenção

Um modelo operativo de intervenção refere-se a uma sucessão de operações, repetíveis, que podem ser codificadas num procedimento lógico.

No âmbito das intervenções sobre o *património arquitectónico* torna-se necessário clarificar que, embora diferentes casos possam apresentar escalas diferenciadas (um imóvel, um conjunto ou um espaço), ou diferentes contextos de inserção (urbano ou rural), nem por isso os modelos operativos deixam de poder ter uma aplicabilidade mais ou menos comum.

Devido a vários factores, mas fundamentalmente pela natureza do objecto de intervenção que é o *património arquitectónico*, todo esse modelo e processo operativo retomam pressupostos conceptuais que se assemelham aos que guiam o projecto de arquitectura numa obra de raiz.(3)

processo operativo análogo
 ao do projecto de arquitectura

No processo de projecto de uma obra de raiz opera-se através de diferentes e sucessivas aproximações que, num trabalho contínuo de ajustamentos, vão ampliando o campo de investigação cognoscitiva.

O processo projectual considera-se “terminado” apenas porque intervém um “acto decisório” que põe termo ao momento ou processo cognoscitivo, para dar lugar ao momento ou processo operativo.(4)

A operação analítico-cognoscitiva e a(s) subsequente(s) síntese(s) projectual(ais) movem-se em âmbitos precisos que, no caso da intervenção sobre o *património arquitectónico*, extravasam a especificidade do *corpus* físico do edifício, do conjunto ou do espaço.

Assim, intervir numa pré-existência configura-se como uma intervenção projectual de tipo análogo ao processo de projecto de uma obra de raiz, partindo de um objecto de intervenção com

3 - Óbvio que o facto de uma intervenção se efectuar sobre uma pré-existência, muitas das vezes determinante das opções projectuais, lhe confere, a um determinado nível, uma especificidade própria.

4 - Roberto Scannanini, Carlo de Angelis, Paolo Nannelli, Metodologia di intervento projectuale, Parametro nº29.

factores ocorrentes

grande número de variáveis, que designamos *factores de ocorrência* (5), que vão alimentar o processo cognoscitivo de pesquisa de todos os elementos “úteis”, ou “imperativos”, nas mais diversas vertentes, ou “áreas” - histórica, arquitectónica, urbanística, arqueológica, construtiva, estética, funcional, etc. - que constituem a informação disponível nele contida, *intrínseca*, explícita ou não, dado que muitas das vezes se encontra *camuflada*, e a informação *extrínseca*.

património arquitectónico
 como estratificação

Interessa vincar que o *património arquitectónico* não é, normalmente, produto de uma configuração instantânea, mas sim resultado de um conjunto de sobreposições e adaptações sucessivas que se foram verificando ao longo do tempo, quer no campo *estrutural* (configurando alterações, substituições totais ou parciais de sistemas e materiais construtivos, demolições), quer no campo *funcional* (novas exigências de forma de uso, alterações de funções), quer ainda no campo da *significação* que lhe é atribuída socialmente. (6)

Normalmente, o *património arquitectónico* apresenta-se consolidado, ou seja, o seu tempo de vida dotou-o de um conjunto de sedimentos ou justaposições interventivas que, grande parte das vezes, não permitem um reconhecimento ou percepção imediatos do seu carácter, ou seja, de factores implícitos.

a pesquisa de processos
 transformativos

Por isso, um objecto de intervenção com antecedentes, com pré-existências denota, à partida, essencialmente o aspecto codificado, ou a *mensagem* do (ou dos) últimos usos a que esteve adstrito.

Esta realidade coloca já uma questão fundamental no campo metodológico:

Traduzir-se-à a pesquisa da estrutura (7) original num desvio (num sentido de recuo) conceptual, por se operar uma

5 - Consideramos factores de ocorrência as variáveis presentes num processo de intervenção, e que constituem a base de pesquisa e investigação tendentes a solucionar a questão que se coloca.

6 - O universo do património arquitectónico abrange já muitos objectos e conjuntos de configuração mais recente (séc. XX), que se apresentam, muitos deles, praticamente com as características iniciais; este património, carregado de significações diferentes, menos acessível, para já, aos não especialistas, traz problemas de preservação e conservação distintos, talvez mais complexos. Esta complexa problemática foi objecto da Conferência Internacional *Preserving the recent past*¹, realizada em Chicago, Abril de 1995. Algumas das comunicações serviram de base a reflexões deste estudo, contidas no Cap.1.

7 - Estrutura entendida aqui não no aspecto restrito do sistema que permite a estabilidade, mas num sentido lato, respeitante às características da sua configuração como espaço arquitectónico.

tentativa de redescoberta de um acto ideal (a concepção projectual inicial), que teve lugar num momento inicial, mas que, através do uso, se modificou continuamente?

Uma resposta possível a esta questão pode traduzir-se pela ideia de que, exactamente, a pesquisa dos processos transformativos do edifício ao longo do tempo, contribui decisivamente para uma visão mais clara dos seus aspectos constitutivos fundamentais.

E de que, sendo essa pesquisa parte do processo de projecto, a pesquisa da estrutura inicial faz, naturalmente, parte desse mesmo processo e, para além disso, contém grande parte dos elementos que vão “alimentar” o acto criativo.

Este aspecto é fundamental pela demarcação que estabelece com com uma leitura do objecto que não do ponto interventivo; ou seja, a necessidade de operar sobre o objecto, através, inicialmente, de um processo de projecto, envolve uma leitura cruzada de toda a sua realidade, com uma extensão indeterminada, transdisciplinar; é nesta dimensão que diferentes atitudes metodológicas introduzem valorações diferentes, ou com predomínio para uma determinada “área” disciplinar, ou com predomínio para uma determinada “fase” cognoscitiva, por exemplo.

intervenção e
reconhecimento de factores

Como se irá vendo, a ideia que trespassa todo este trabalho, e que irá sendo cada vez mais explicitada, radica na concepção de que a natureza do *património arquitectónico* implica que o carácter arquitectónico do objecto seja a base das diferentes interpretações transdisciplinares, e radica também na convicção de que é no processo de projecto de intervenção, em todas e cada uma das suas fases, que se podem reconhecer os seus factores.

3.2.2. Modelos operativos / critérios de intervenção

Uma outra questão, que se coloca com muita acuidade actualmente, é a que respeita à relação entre *modelos operativos* e os *critérios de intervenção*.

Trata-se de uma questão importante, que nos vai transportar à temática tão contemporânea das diferentes atitudes

disciplinares (da disciplina da arquitectura) face ao património arquitectónico.

a leitura do objecto

Sobre a relação modelos/critérios poderá considerar-se que, se na leitura do edifício reside o início de um método de abordagem, a procura de um *critério genérico, exterior* poderá tornar-se perfeitamente estéril.

E se considerarmos que a intervenção sobre o *património arquitectónico* é um dos aspectos de uma disciplina mais ampla, ou, se quisermos, uma das vertentes disciplinares da *arquitectura* (sendo esta, fundamentalmente, uma análise de solitações, de problemas, de condicionantes e meios, e a respectiva resposta através de uma determinada forma (uma forma coerente, estruturada), então, na intervenção sobre o *património arquitectónico* aparece como básica, no sentido de inicial, a *leitura* do objecto de intervenção. (8)

critérios e contradições

Neste campo de intervenções, é actualmente comum e aceite a ideia da necessidade de adoptar critérios genéricos (basicamente ao nível conceptual), critérios de validade reconhecida (e, nesse sentido, aparentemente “intemporais”) que permitam uma aproximação à intervenção dentro de uma prática ideológica definida, conhecida, aceite e legitimada.

Estes critérios genéricos, normalmente fundamentados em doutrinas grande parte das vezes consubstanciadas em Cartas, Convenções ou documentos oriundos de instituições nacionais e internacionais com reconhecida autoridade e experiência sobre a matéria (9) são critérios avalizados cíclicamente, designadamente a partir da década de 30, que correspondem a leituras dos problemas que colocam as intervenções neste domínio, profundamente *marcadas pela época*, pelas *mentalidades* e, fundamentalmente, pelas *correntes culturais* mais afirmadas e que, sistematicamente, tendem a considerar como válidas apenas as aproximações às questões que o contexto dominante aceita (sendo isso que lhes confere exactamente a legitimidade).

8 - Antoni Gonzalez, Por una metodología de intervencion en el patrimonio arquitectónico, Monumentos y proyecto, Ministerio de Cultura, ICRBC, España.

9 - As referências tomadas para este estudo consideram textos emanados do Conselho da Europa, UNESCO, ICCROM, ICOMOS, ECOVAST.

Digamos que, muitas vezes, a aplicação de princípios formulados abstractamente, embora ancorados a determinadas práticas, a determinadas experiências, e fundamentalmente com a preocupação de *restringir*, institucionalmente, a prática da destruição do *património arquitectónico*, (portanto a um nível super-estrutural), torna-se, ou tem-se instituído, numa certa prática “fácil”, de sentido negativo. Muitos tornam-se anacrónicos.

Porque tornada inquestionável, com certo cariz dogmático, simplista, negando, muitas vezes, a essência *dinâmica* dos objectos que são *património arquitectónico* e ignorando, também, a *especificidade* própria de cada caso e as *potencialidades criativas* dos seus vários valores implícitos.

E isto quer numa perspectiva de investigação, por exemplo de carácter histórico-arquitectónico-patrimonial, quer numa perspectiva de projecto de intervenção.

leitura do objecto
e critérios

A introdução, com a sua “real” dimensão, dos elementos provenientes da leitura do objecto de intervenção (10), no processo interventivo, poderá vir a influenciar decisivamente os “critérios” a adoptar, colocando em causa a predominância de princípios de carácter de aplicação universal estabelecidos aprioristicamente.

De resto, o resultado da aplicação de uns ou outros critérios, deverá ser avaliado em função da eficácia da resposta final da intervenção.

3.2.3. Uma abordagem metodológica específica para o património arquitectónico

O acto de projectar (que constitui, no fundo, a forma prática de operar sobre o objecto de intervenção), a partir da percepção e da análise em que se procure uma maior objectividade (a leitura atrás referida), não é imediato.

Ou seja, ainda que a intervenção neste domínio seja uma intervenção *arquitectónica*, através do *desenho* e do *projecto*, a enorme complexidade do objecto de intervenção no *património arquitectónico* obriga a uma abordagem específica, também ela

10 - Aspecto que não deixará nunca de conter uma grande componente de subjectividade conferida pela singularidade do intérprete da mensagem, e pelas condições específicas do contexto.

complexa, que se pode traduzir nos modelos operativos e nas metodologias.

A prática projectual recente, no domínio da arquitectura em geral e especialmente neste domínio do *património arquitectónico*, tem demonstrado que não há certezas na aplicação de princípios conceptuais ou no estabelecimento de metodologias; as perspectivas de abordagem multiplicam-se pela miríade das situações concretas do projecto, colocando-se, por vezes, em campos opostos; “hoje em dia não é possível formular um sistema estético que tenha uma validade suficiente para se lhe poder atribuir uma eficácia para além das circunstâncias individuais e particulares”. (11)

O que não significa, na nossa perspectiva, que todas as abordagens, actualmente, possam ser válidas; antes pelo contrário, uma vez que possam ser reconhecidos factores valoráveis que devam ser preservados, tal como documentos, ou que constituam referências projectuais válidas, haverá a necessidade de os explicitar, em processos de análise ou em projecto, como forma pragmática da sua própria protecção (continuidade).

Algumas reflexões sobre aspectos decorrentes de diferentes modelos operativos podem ter utilidade, quer para o reconhecimento de factores quer para uma tentativa de estabelecer modelos.

3.2.4. Reflexões sobre modelos operativos

A necessária complexidade do detalhe envolvido nestas intervenções e a especificidade dos problemas de diferentes “áreas” que se colocam, fazendo tender as abordagens para uma grande especialização, não deve de forma nenhuma implicar a perda de uma *idéia global* para a intervenção, ancorada numa *idéia de arquitectura*. Trata-se, mais uma vez, de reconhecer a natureza intrínseca do objecto de intervenção do *património arquitectónico*.

Assim, as análises prévias devem constituir uma *aproximação global*, onde os diferentes aspectos de uma mesma realidade, inter-dependentes, funcionem como aproximações sucessivas no âmbito dos diferentes campos a explorar.

Uma concepção
 generalista e globalizadora

“Analisar é explicar, e é uma aproximação à compreensão; a análise deve partir do todo para as partes, de modo que seja essa procura de compreender a totalidade, aquilo que nos abra facilmente os campos de análise e as vias de trabalho que, por sua vez, darão acesso a outros”. (12)

Atitude prospectiva
 e intuitiva

Este sentido *globalizador* permite a obtenção gradual de explicações e informações *sectoriais*, se quisermos, que induzem uma atitude prospectiva e inventiva, associando os campos da lógica e da reflexão a uma atitude *intuitiva* imprescindível (imprescindível pela natureza arquitectónica do objecto de intervenção, e imprescindível pelo próprio processo de conhecimento); por outro lado, este sentido *globalizador* requer uma cultura integral, no sentido de não menosprezar quaisquer áreas de conhecimento.

Por isso, quando se refere a necessidade de estabelecimento de modelos ou *metodologias* neste âmbito, haverá que compreendê-las sempre como sistemas abertos, onde a singularidade do objecto de análise, associada à do(s) interventor(es), determinará quase sempre uma forma de análise também singular, e uma solução própria.

Atitude de rigôr
 e humildade

Como já se viu, tornam-se necessários modelos e metodologias específicas, que reúnam grande rigôr no tratamento das áreas envolvidas (rigôr histórico, rigôr técnico), que sejam exigentes quanto à capacidade de projectar e exigentes também na leitura do edifício como documento, atitudes que impõem um respeito e mesmo uma certa *humildade* perante o objecto de intervenção.

Fases das
 abordagens clássicas

Há mais de duzentos anos que a cultura técnica mais qualificada individualizava já, no processo projectual de *restauro*, três componentes:

- a investigação histórica e técnica, correspondendo a uma *análise cognoscitiva*;
- a identificação de danos e respectivas causas, correspondendo à *diagnose*; e
- a determinação da terapêutica, correspondendo à *proposta de intervenção*, claro está, no contexto das intervenções de *restauro*. (13)

Abordagens analíticas

Continuam válidas, actualmente, as “clássicas” abordagens analíticas dos pontos de vista *histórico, artístico e construtivo*, que consideram o objecto de intervenção como uma entidade global e em todos e cada um dos seus elementos, e também na sua relação com o contexto em que se situa. (14)

Abordagens globalizadoras

As propostas *globalizadoras* (15) apontam fundamentalmente para um estudo em duas fases: o *exame arquitectónico*, envolvendo levantamentos gráficos, fotográficos, e outros complementares, e os *estudos analíticos*, envolvendo as questões de carácter *histórico, artístico, estrutural e de inserção*.

Instrumentalização parcial

A *instrumentalização parcial* (16) corresponde a um avanço significativo no entendimento da especificidade do objecto de intervenção e do tipo de metodologia aplicável.

É de referir a oportunidade da utilização da investigação *arqueológica* para o conhecimento do objecto, quer pelos valores que habitualmente lhe são atribuídos (valores de respeito, de objectividade), quer pelo facto de se assumir a importância que adquirem os pequenos detalhes ligados à realidade física do objecto de intervenção, à sua “vida” e história e, por isso, não podendo prescindir da sua valoração, quer ainda pelo facto de a investigação ser entendida como um meio e um fim para o conhecimento do objecto (através da solução de problemas de carácter diverso).

13 - Roberto di Stefano, *La cupola di S. Pietro*, Edizione Scientifiche Italiane, 2ª ed. Nápoles 1980.

14 - Juan López Jaén, *Rehabilitación y metodología*, Curso de Rehabilitación, 2. El proyecto, COAM)

15 - Piero Sanpaolesi, *Discorso sulla metodologia generale del restauro dei monumenti*, Editrice Edam, Firenze, 1977)

16 - Giovanni Ioppolo, *Contributo per una metodologia nella ricerca metodologica e nel restauro dei monumenti antichi*, Marsilio Editori, Padova, 1971)

Objecto de intervenção
 como ponto de partida

Daí, o trabalho de investigação não se poder basear fundamentalmente em esquemas fixos ou em teorias pré-estabelecidas, mas antes apontar para uma definição *tendencialmente objectiva* dos diferentes aspectos do conhecimento que se procura, referenciados à realidade concreta do objecto sobre o qual se opera, num sistema *aberto*, e, por isso, sempre *ultrapassável*. É evidente que todas as teorias e toda a praxis antecedentes vão apoiar e influenciar estas abordagens, mas será importante um distanciamento que nos situe claramente dentro das referências da nossa contemporaneidade.

O contributo da praxis interventiva

Um factor relativamente recente que tem vindo a configurar gradualmente o rigôr das técnicas de investigação, reconhecimento e diagnóstico, e o estabelecimento de *modelos* e *metodologias*, vem da necessidade concreta de realizar operações de consolidação e restauro sobre elementos estruturais dos edifícios, operações que se situam essencialmente no âmbito do *projecto* e da *construção* e que têm vindo a ser acompanhadas por uma evolução das investigações sobre o estado dos materiais e sistemas, da sua estrutura interna e de novos procedimentos de leitura não destrutivos.

UM MODELO GUIA

Um interessante *modelo*, com o objectivo de apontar as grandes direcções para as quais se deverá dirigir a abordagem ao objecto de intervenção, no sentido de tentar evitar falhas importantes, é o proposto por *Juan López Jaén (17)* que abrange toda uma série de aspectos de carácter transdisciplinar:

Estudo de carácter histórico

Um estudo sob o ponto de vista *histórico*, aplicando os métodos específicos da história, abrangendo o contexto político, social e económico da época e do contexto onde se situa o objecto de intervenção, os protagonistas que o tornaram uma realidade, (o promotor, o arquitecto, o construtor), abrangendo o desenvolvimento dos acontecimentos que, ao longo do tempo, têm influído, quer sobre o objecto, quer sobre seu contexto.

Estudo de carácter arquitectónico

Do ponto de vista artístico e *compositivo* deverá situar-se o

edifício no contexto dos *princípios estéticos*, concepções *compositivas* e *distribuições espaciais*; considerando-o como obra de arte, deverá ser situado no *contexto artístico* em que foi gerado, e, por outro lado, deverá ser situado no contexto de uma *interpretação estética actual*, privilegiando-se hoje a análise sob o ponto de vista *tipológico*.

Estudo do carácter construtivo

Do ponto de vista *construtivo*, devem ser estudadas as soluções estruturais e construtivas adoptadas, procurando entender aquilo que se procurava obter, e de que forma, em função da tecnologia disponível na época - natureza e emprego, forma e disposição dos materiais utilizados, sistemas e métodos construtivos.

Estudos de detalhes e do contexto

No entanto, esta observação não se esgota no objecto em si mesmo, devendo orientar-se quer para a sua relação com os elementos de conteúdo (detalhes interiores, elementos decorativos, instalações, mobiliário) quer para a sua relação com o contexto de inserção ou envolvimento.

Estudo do contexto de produção do objecto

Os trabalhos de investigação deverão proporcionar o confronto com qualquer tipo de relação que possibilite situar o edifício, o mais exactamente possível, no seu contexto de produção artística, ou arquitectónica.

Estudo de referências documentais

Outro aspecto de singular importância refere-se à necessidade de fazer o levantamento do maior número de referências ao edifício, abrangendo o campo gráfico correspondente a projectos não executados ou a demolições parciais ou totais já efectuadas, representações pictóricas, ilustrações, fotografias, e no campo escrito, descrições literárias ou históricas.

Estudos no âmbito da arqueologia urbana

A *arqueologia urbana* é também um aspecto fundamental a considerar, sempre que seja previsível a ocorrência de vestígios de anterior ocupação ao nível do sub-solo ou mesmo sobre as estruturas do objecto de intervenção, com o objectivo de obter dados objectivos para a reconstituição das etapas da sua evolução.

Elementos intrínsecos e elementos extrínsecos

Este mesmo modelo (18) estabelece um interessante quadro

de dupla entrada (19), onde relaciona os três aspectos de análise que considera mais significativos e, de certo modo, “isoláveis” (o *histórico*, o *artístico* e o *construtivo*) com os campos específicos dessa mesma análise (o objecto de intervenção como *entidade global*, os seus *elementos*, e a sua relação com o *contexto*).

Aponta, por outro lado, uma clara e interessante distinção entre os elementos do objecto de intervenção a considerar na análise, entre *elementos intrínsecos* e *elementos extrínsecos*, classificação comum, aliás, a diferentes autores espanhóis, e que utilizaremos operativamente no estabelecimento de *factores ocorrentes*.

A listagem desses elementos tem, sobretudo, um valor de *guia*, uma vez que as diferentes situações de análise exigirão certamente conteúdos distintos; no entanto torna-se muito interessante estabelecer essa listagem, na medida em que alguns dos *factores ocorrentes*, na óptica que interessa a este trabalho, ou seja, da verificação da possibilidade de uma valoração relativa, se depreendem de imediato a partir desses elementos.

Assim, quando se fala no *valor intrínseco*, ou no *valor extrínseco*, essa apreciação pode ser referenciável a um determinado conjunto de elementos concretos, deixando de ter um sentido ambíguo e demasiadamente subjectivo

Elementos intrínsecos

Abrangem um conjunto de dados que estão à vista a partir do próprio objecto, como a data de construção, identificação do autor e construtor, lápides comemorativas, escudos nobiliários; abrange também o tipo de construção, os materiais e sistemas construtivos (próprios de cada época), rebocos, pinturas, e elementos decorativos, entre outros aspectos.

Abrangem também dados que estão no interior das estruturas, como as marcas de elementos construtivos, marcas em mosaicos e madeiras, marcas de canteiros, ferramentas, moedas, medalhas, restos de ferramentas de obra, ligantes, paredes, pavimentos, tipo de ferragens aplicadas na estrutura de cobertura, etc.

Dizem respeito, por outro lado, a um conjunto de dados obtidos a partir do estudo de levantamentos gráficos: observações sobre unidades de medida utilizadas na época de construção, traçados geométricos modulares ou reguladores de proporção entre espaços, esquemas de disposição construtiva que se identifiquem com determinada escola ou maneira de projectar, tipologias e disposições em planta e alçado.

Elementos extrínsecos

Os elementos extrínsecos são abrangentes de todo um conjunto de dados que não se encontram ou não se determinam a partir do próprio objecto de intervenção.

Abrangem literatura, de carácter científico ou não, publicada sobre o objecto, ou sobre acontecimentos históricos e personalidades com ele relacionadas.

Abrangem a documentação gráfica retrospectiva, desenhos antigos, fotografias, maquetes, projectos ou esboços, mapas, plantas da cidade, vistas, perspectivas e apontamentos de viajantes famosos, fundos de pinturas, e elementos iconográficos em geral.

Dizem ainda respeito a antigas fontes escritas, manuscritos e documentos que se reportem a fundações, pleitos, licenças de obras, documentos sobre a administração das obras, contas, recibos, testamentos, doações, etc.

Como vemos trata-se de um modelo *inclusivo* (20), procurando fazer participar da abordagem ao objecto o maior número de vertentes disciplinares, e tentando esgotar as entradas de informação que possam ser úteis, operativamente, para a resposta ao problema.

O OBJECTO de INTERVENÇÃO,
 como OBJECTO ARQUITECTÓNICO
 e TESTEMUNHO HISTÓRICO

Outras abordagens, (21) partem explicitamente da dupla vertente do *património arquitectónico*, enquanto *objecto arquitectónico* e *testemunho histórico*, definindo como linhas metodológicas fundamentais de intervenção a exigência de *rigor científico* na leitura do objecto, a pesquisa de uma *diagnose* exacta da suas questões *técnicas, culturais e sociais*, a procura

20 - Inclusivo na interessante perspectiva apontada por Charles Moore e G. Allen em *Dimensions, Space and scale in architecture*, *Architectural Record*, 1976, no sentido da integração de um máximo de elementos no projecto, um máximo de vida, adoptando, nos sistemas de abordagem e projecto todas as ambiguidades e conflitos de que é feita a realidade.

21 - Antoni Gonzalez, *Por una metodologia de intervencion en el patrimonio arquitectónico*, *Monumentos y proyecto*, pag. 36, Ministerio de Cultura, ICRBC, España.

de uma *resposta eficaz* e a *liberdade criativa* no projecto das soluções formais que se tornem necessárias.

Investigação polarizada
no projecto de intervenção

Ora, esta perspectiva corresponde, em parte, a uma deslocação, favorável, “positiva”, do centro da investigação para o próprio projecto de intervenção, ou seja, a uma abordagem mais clássica, cujo projecto aguarda o seu início, digamos, até que esteja reunida “toda” a história do edifício, contrapõe uma focalização nos *objectivos* que, por sua vez estão já ancorados ao diagnóstico da situação real.

Uma evolução neste sentido poderá corresponder tendencialmente a uma outra deslocação no sentido de uma focalização no próprio *processo*.

Podem, nessa perspectiva, ser considerados uma série de passos sequenciais na evolução da abordagem (22):

Leitura prévia

A intervenção inicia-se pela *leitura prévia* do objecto de intervenção, com o objectivo de obter informação suficiente que permita diagnosticar convenientemente a situação e avançar soluções.

Essa leitura refere-se a um conjunto complexo de aspectos, que exige uma colaboração interdisciplinar, e que abrange, entre outros, os de carácter *técnico* (verificação de lesões, desequilíbrios estáticos, deformações), de *uso* (verificando a adequação ou não ao actual uso, ou ao previsto), social ou *colectivo* (envolvendo a pesquisa da significação e valor de uso que o edifício tem para a colectividade, e as expectativas que uma intervenção pode abrir), *histórico*, *estilístico* e *estético* (por exemplo, a pesquisa das alterações mistificadoras que tenham eventualmente ocorrido) e *urbano* (enquanto elemento singular, caracterizador de um ambiente).

Nesta fase crucial cabe, certamente, ao arquitecto a leitura mais especificamente *arquitectónica*, na sua dupla vertente compositiva e técnico-construtiva.

As leituras efectuadas sob diferentes perspectivas deverão ser analisadas e confrontadas, sendo de particular importância a *histórica* (a análise dos aspectos históricos da pré-existência, contexto e evolução do seu uso e forma), não numa perspectiva de um “respeito” dogmático pela história do edifício, mas sim como atitude projectual, porque dessa(s) leitura(s) poderão surgir idéias úteis e determinantes para o projecto.

Evidentemente que este processo é absolutamente *interactivo, racional e intuitivo*, quando se inicia a abordagem através da análise do existente com o desejo oculto de encontrar o fio à meada da história da evolução do edifício, e vir a participar do seu futuro.

Pesquisa física
 arquitectura
 arqueologia

Numa fase seguinte, a *exploração física* do edifício, quer previamente ao projecto, quer paralelamente à fase de obra (muitas vezes a fase crucial para se perceber “definitivamente” o objecto), em duas vertentes: *arquitectura* (na análise das características e resistência dos materiais, estruturas e sistemas construtivos, reconhecimento de sobreposições de elementos construtivos, permitindo reconhecer etapas da sua evolução) e *arqueologia* (através de escavações e sondagens, e respectivas interpretações).

Duas vertentes que, em determinados níveis de reconhecimento e análise, se confundem, como por exemplo no reconhecimento de situações *camufladas*.

Diagnose
 Explicitação de objectivos

Numa fase seguinte é cruzada, sistematizada e sintetizada a Informação obtida anteriormente; estabelece-se a *diagnose* e a *definição de objectivos*, ou melhor, a explicitação desses objectivos, que poderá comprovar ou não, posteriormente, a sua eficácia.

Projecto

O *projecto* deve, fundamentalmente, corresponder a uma resposta eficaz a toda a problemática que foi diagnosticada anteriormente; consiste na definição dos mecanismos de intervenção relativamente ao objecto, quer ao seu conteúdo, quer à sua envolvente.

Tipos de intervenção

Os *tipos de intervenção*, definidos através do projecto, aspecto que é abordado mais adiante, podem revestir características muito diferenciadas, dependendo fundamentalmente das

diferentes características do objecto ou do conjunto em causa, dos objectivos definidos e da sua valoração dos factores; trata-se de uma das questões fulcrais que se colocam neste âmbito de actuações, que acompanha sistematicamente o problema da oportunidade de adopção e da validade dos critérios de intervenção.

Os mecanismos de intervenção projectuais atrás referidos, dizendo respeito a um objecto de natureza *arquitectónica* ou urbana, supõem uma abordagem, primordialmente, sob o ponto de vista *arquitectónico*, abordagem *global*, inclusiva, e aberta à transdisciplinaridade, devendo ser sustentada, no entanto, por uma interpretação disciplinar de rigorosa e aprofundada.

A intervenção

A obra poderá obrigar a um processo de *revisão* contínuo dos mecanismos projectuais previstos, o que é uma atitude “positiva” uma vez que considera um *sistema aberto* de informação; a possibilidade de o projecto sofrer alterações no decurso da obra deve ser entendida como uma *mais valia* para a *eficácia* do resultado final, e será tanto maior a capacidade de absorção de inflexões quanto mais coerente se apresentar o projecto.

No decurso das obras o objecto de intervenção poderá fornecer informação não obtida anteriormente, designadamente acerca de elementos camuflados - lesões, patologias, etapas construtivas, valores formais e construtivos, também eles valores documentais.

O registo de dados acerca de elementos detectados no decurso da obra apresenta um *valor operativo*, na sua utilização posterior para alterações a introduzir ao projecto, e um *valor documental* importante, quando se trata de elementos cuja demolição se torna inevitável ou mesmo aconselhável.

Participação

A *participação* dos futuros utilizadores nos trabalhos prévios à intervenção, ou a participação da população, quando se trata de intervenções de carácter essencialmente público, é um aspecto imprescindível a considerar; por um lado, no sentido de se conhecer as aspirações individuais ou colectivas face ao objecto de intervenção, edifício, conjunto ou espaço, e a *significação* que lhes é atribuída; por outro, porque desperta ou reforça a *identificação com determinados valores*, que é, no fundo, não esqueçamos um dos objectivos primordiais destas intervenções.

Difusão

A *difusão* da obra realizada e do respectivo projecto, a divulgação e explicitação dos objectivos, princípios e metodologias aplicadas apresenta grande importância, na perspectiva de uma pedagogia do património objectivada a coisas concretas, do quotidiano; envolve a informação relativa à intervenção no próprio local da obra, no decurso desta, através de sinalização, facultando a máxima informação sobre o objecto e o carácter da intervenção.

A um outro nível é indispensável, disciplinarmente, a difusão do trabalho técnico e científico efectuados no âmbito da intervenção, através de meios apropriados de comunicação e atingindo um público mais especializado.

AUTONOMIAS?

Noutras perspectivas de abordagem aos modelos operativos⁽²³⁾ sustenta-se a possibilidade de o processo de conhecimento do objecto de intervenção se poder efectuar independentemente do projecto, articulando-se a metodologia proposta em fases sucessivas: conhecimento *histórico* e *material* dos objectos, *diagnóstico valorativo* e, simultaneamente, *intervenção técnica* de consolidação e manutenção; por fim, a *reutilização*, envolvendo a definição de usos e projecto.

Embora reconhecida essa possibilidade, a questão situa-se exactamente na relação entre o *carácter da abordagem* a um objecto arquitectónico, ou um conjunto urbano, e o *carácter da natureza* desses objectos de estudo, e à sua, quanto a nós, indissociabilidade, ou, se quisermos, à simultaneidade conhecimento/projecto que essa mesma natureza sugere.

DISTANCIAMENTO HISTÓRICO

É interessante verificar que determinados autores ⁽²⁴⁾ questionam particularmente o aspecto das *alterações globais*, de carácter conceptual e técnico, que se verificam entre o *momento da produção* do objecto e o *momento em que se intervém*, posteriormente, sobre ele, chamando a atenção para o distanciamento consciente que o interventor deve ter relativamente à produção da obra pré-existente, e apontando, como bases concretas da análise, que:

23 - Jimenez Martin, Monumentos y proyecto, Jornadas sobre criterios de intervencion en el patrimonio arquitectonico, Ministerio de Cultura, Instituto de Conservacion y Restauracion de Bienes Culturales, Madrid.

24 - A. Buti e G. Galliani, Il restauro statico dei monumenti: alcune considerazione per la metodologia d'intervento, Restauro n°70, 1983)

1. por um lado, o investigador deve reconhecer a sua preparação cultural e técnica, como *diferente* e *distante* da do autor da obra inicial;
2. e por outro, que o confronto entre o *processo projectual do autor da obra inicial* e um *processo projectual contemporâneo*, produz dois tipos de dificuldades: a redução em esquemas de estruturas articuladas, dificilmente separáveis em elementos, e a heterogeneidade dos materiais que os compõem.

UM MODELO PRAGMÁTICO

Articulado a uma prática de reabilitação urbana, mas perfeitamente extensível à abordagem de um objecto singular notável, outros autores (25) estabelecem como metodologia geral um percurso dividido em três fases principais: 1. a elaboração de estudos prévios, análises e diagnóstico; 2. a elaboração do programa e projecto de intervenção; 3. e a execução da obra e seu acompanhamento.

Informação prévia
diagnóstico

Na primeira fase é estabelecido um reconhecimento destinado a obter uma informação prévia relativamente ao estado de conservação, tipo de patologias, inserção urbana e programa de uso.

Esta informação inicial dá sequência a um segundo reconhecimento mais detalhado, abrangendo as vertentes arquitectónica, histórica, tecnológica e construtiva, a fim de se estabelecer um diagnóstico; esse diagnóstico, em determinadas situações, pode envolver análises mais profundas, sondagens, prospecções, com eventuais ensaios *in loco* ou em laboratório.

É importante assinalar o interesse que é relevado desta fase, em termos de permitir ganhos sob o ponto de vista económico e de qualidade de intervenção, na salvaguarda de valores pré-existentes, redução do tempo de elaboração de projecto e de execução das obras.

Programa e projecto

Na segunda fase, procede-se à elaboração do programa definitivo e de seguida o projecto de intervenção, síntese que é o reflexo do conhecimento obtido do objecto, cruzado com as decisões sobre o seu destino e as prestações futuras, compatibilizando as possibilidades e vocações existentes com as intenções dos promotores da operação.

25 - António Reis Cabrita, José Aguiar, João Appleton, Manual de Apoio à Reabilitação dos edifícios do Bairro Alto, Câmara Municipal de Lisboa, LNEC, 1992.

Neste processo, consideram-se como aspectos necessários observar para dar forma final ao projecto: os de ordem *metodológica e conceptual*, a articulação e integração de *projectos de especialidade*; os aspectos *jurídico-administrativos* condicionantes da intervenção; e os aspectos *económicos*, através do estabelecimento do quadro económico/financeiro que suporta a obra.

Ainda quanto ao projecto, no mesmo modelo aponta-se que deverá tirar-se o maior partido das *características intrínsecas* do edifício, nomeadamente em termos de *espaços e linguagens arquitectónicas caracterizadoras*, e também em termos de uma maximização da recuperação e aproveitamento do *sistema estrutural e construtivo original*.

Acompanhamento de obra
 Integração de nova informação

Na terceira fase, é focada a especial importância da fiscalização e acompanhamento de obra, atendendo à necessidade constante de alteração de pormenores, e porque o próprio edifício vai revelando *aspectos novos* (desconhecidos) que deverão necessariamente ser considerados; os autores deste modelo referem, designadamente, que estas “novidades” surgidas durante a obra podem ser altamente qualificadoras do resultado final.

Uma outra interessante sistematização dos processos de estudo ou de abordagem metodológica aos objectos de intervenção, ou mais especificamente, de *leitura* do espaço edificado, numa perspectiva que a considera simultaneamente uma questão da *história* e uma questão *técnica*, (26) individualiza estes métodos:

MÉTODO ARQUIVISTICO

O método *arquivístico*, que se baseia na análise de documentos, fundamentalmente escritos, contendo referências ao registo, ao longo do tempo de vida do edifício, de diferentes aspectos relacionados com a sua evolução (crónicas, contratos para obras, fornecimentos de materiais, arrolamentos de existências, transacções, etc).

26 - Roberto Parenti, La aplicación del método estratigráfico para el análisis de monumentos, Patrimonio y ciudad, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 1995

Uma das dificuldades que se apresenta neste método reside no processo de transposição de eventuais conclusões efectuadas a nível documental, para a sua localização e visualização sobre as estruturas pré-existentes.

MÉTODO
da CONFRONTAÇÃO

O método da *confrontação* constitui, na prática, um corolário do anterior, dado que aquele, normalmente, acaba por exigir o recurso à *história da arquitectura* quando se trata de identificar e tipificar partes de edifícios, através de processos de análise e pesquisa comparativa.

Uma das questões que se coloca reside na dificuldade da transposição de referências tipológicas de obras projectadas e executadas por equipas de alta qualificação, integradas perfeitamente na cultura arquitectónica “de ponta”, à época, em contraposição com obras menores, que têm o carácter de cópias ou adaptações de anteriores tipos, apresentando, por isso, qualidades distintas, mas tornando-se muitas vezes difícil destrinchá-las.

MÉTODO ANALÍTICO
técnico-científico

Um outro método “isolável” pelo mesmo autor baseia-se no recurso às análises técnico-científicas, de extrema eficácia mas de utilização complexa pela sofisticação de instrumentos e super-especialização de operadores, por isso pouco flexível perante a diversidade de situações com que se depara.

MÉTODO ESTRATIGRÁFICO

A leitura das provas materiais do edifício (método investigativo centrado na sucessão de intervenções que se foram estratificando sobre a obra inicial, método de carácter histórico), apresenta relações importantes com os próprios métodos de investigação arqueológica (e arquitectónica), permitindo uma “reconstrução” projectual da própria evolução construtiva do edifício e sendo aplicável a diferentes tipos de imóveis, com diferentes escalas e contextos.

Apresenta um interesse especial pelo confronto permanente que possibilita (e requer) com as fontes documentais e com os modelos teóricos aplicáveis.

Um método global
em relação com o projecto

Este método *estratigráfico* (27) acaba, no fundo, na nossa interpretação, por poder englobar os outros métodos, em maior

27 - Roberto Parenti, La aplicacion del metodo estratigrafico para el analisis de monumentos, Patrimonio y ciudad, Instituto Andaluz del Patrimonio Historico, 1995

ou menor grau, na medida em que se vai socorrer de procedimentos (análise de documentos, estudos comparativos, análises técnico-científicas específicas) próprias desses mesmos métodos, não deixando de apresentar uma grande especificidade nos processos operativos.

A designação que o autor lhe atribui deve-se à determinação analítica dos resultados de cada uma das acções de adição (ou supressão) de materiais físicos (os estratos).

Apoiando-se, fundamentalmente, em sínteses intermédias, e dando particular atenção à sincronia das acções operadas sobre o objecto, tem como objectivo a compreensão do processo caracterizado por todo o tipo de transformações a que foi sendo sujeito.

Daí, a nosso ver, a particular relação que apresenta com a metodologia de projecto de intervenção de arquitectura, na sua fase cognoscitiva.

O estabelecimento e confronto destes e de outros métodos pode permitir, como fizémos referência no início do capítulo, detectar diferentes “áreas” sob as quais o objecto de intervenção é mais frequentemente abordado.

A transposição dessas “áreas” de análise, recorrendo à observação dos seus conteúdos com potencial operativo, para um modelo aberto centrado no objecto de intervenção, mas considerando também um processo interventivo, pode possibilitar o estabelecimento de vários itens correspondentes no fundo a *factores ocorrentes*.

3.3. Modelos e factores

3.3.1. Enquadramento e análise histórico-arquitectónica do objecto de intervenção.

HISTÓRIA e PROJECTO

A relação entre a *história* e o projecto apresenta uma especificidade própria e delicada; tema que, ao longo do tempo, tem vindo a ser tratado, seja numa perspectiva mais teórica ou mais pragmática, foi debatido num conjunto de textos) do qual se retirou esta significativa passagem: (28)

“Hoje, a arquitectura move-se entre estes pólos do pensamento contemporâneo: oscilando entre a energética e a hermenéutica. Será possível superar esta polarização? Poder-se-à interpretar a tendência de afastamento da história como o triunfo do esquecimento sobre a memória?”

Parece-me que essa interpretação não é aceitável, desde o momento em que foi descoberto o ADN.

Nascermos com um conteúdo de informação (com memória), não quer, necessariamente, dizer que vamos ser vítimas do passado, mas, pelo contrário, que possuímos o potencial para desenvolver originalmente o nosso destino.

Não partimos do zero e estamos apetrechados para nos confrontarmos com as incertezas do projecto.

Mas, a partir do momento em que comemos o fruto da sabedoria, não devíamos secundar a idéia tardo-romântica de que o conhecimento pode ser nefasto para a imaginação.

Cada vez mais a análise histórica assume o valor de uma descoberta e de uma desmontagem do historicismo de oitocentos; cada vez mais interdisciplinar, a história da arquitectura traduz-se na formação discursiva que se desenvolve no quadro instável e dinâmico das ciências humanas.

E o projecto, recusando qualquer espécie de determinismo mecânico, impõe-se como um espécie de distúrbio (uma ruptura) que se interpõe na cadeia da construção da história feita no passado.

O projecto acabará por modificar o sentido da história, agindo de modo a romper as coordenadas espacio-temporais definidas por um qualquer determinismo”.(29)

O enquadramento histórico inserido no modelo operativo tem como objectivo fornecer informação de carácter *histórico* sobre o edifício, conjunto, sítio ou espaço, que permita constituir-se como elemento de trabalho a um nível tão efectivo como o próprio suporte físico do objecto de intervenção.

28 - History and Project, col. de textos, vários autores, Lotus International nº46.

29 - Pierluigi Nicolini, Lotus International, nº46, pag.102/103.

Este enquadramento passa, necessariamente, por uma análise *histórico-arquitectónica* específica do objecto de intervenção.

A análise da matriz do objecto de intervenção, a pesquisa de tipologias de enquadramento, as pesquisas de arquivo e processuais sobre as diferentes etapas de construção, transformações e alterações, são passos iniciais importantes para compreender as actuais características do edifício, permitindo apurar as razões de determinadas situações espaciais, construtivas e tipológicas, perceber desvios a matrizes pré-existentes, etc.

Revela-se importante idêntica pesquisa no campo iconográfico, material ilustrativo e documentação gráfica de diferentes tipos, respeitante ao objecto de intervenção e a modelos comparativos, que facultem análises baseadas em extrapolações, quando for o caso.

HISTÓRIA e MODERNIDADE

A intervenção projectual implica um conceito da história que se baseia na memória, ou seja, cada etapa histórica não constitui senão uma progressiva atenção à estrutura dos factos reais e, por isso, à arquitectura (do objecto de intervenção). (30)

Assim a modernidade continuaria esse processo evolutivo, dando uma ênfase progressiva à procura da adequação formal, desvalorizando gradualmente uma componente estilística e alargando o leque das explorações ecléticas.

Esta evolução é indissociável da própria evolução da disciplina construtiva e dos valores matéricos da própria construção, que vão adquirindo o valor de novas referências de figuratividade.

30 - José Ignacio Linazasoro, Monumentos y proyecto, Jornadas sobre criterios de intervencion en el patrimonio arquitectonico, Ministerio de Cultura, Instituto de Conservacion y Restauracion de Bienes Culturales, Madrid, 1988.

3.3.2. Tipologias / morfologias urbanas

“Tipificar constitui uma acção metodológica genérica que visa a identificação e caracterização de invariáveis que verificam e distinguem classes ou tipos, neste caso, de edifícios”. (31)

O estudo tipológico do objecto de intervenção reveste especial importância no conjunto dos factores a considerar no processo de investigação sobre esse objecto.

TIPOLOGIA e
 COMPONENTES
 ARQUITECTÓNICOS

Encontra-se, naturalmente, articulado ou associado à identificação e individualização estrutural dos componentes arquitectónicos.

TIPOLOGIA
 e RESTITUIÇÃO de ELEMENTOS

Os estudos de enquadramento tipológico podem revelar-se importantes numa eventual *restituição* de elementos, quando se trata de uma intervenção sobre um objecto parcialmente descaracterizado.

TIPOLOGIA
 e MORFOLOGIAS URBANAS

Por outro lado, a determinação da pertença a determinada tipologia edificatória, articulada com a análise morfológica urbana, pode determinar o interesse na selecção de certo, ou certos, exemplares como elementos representativos de um momento singular do desenvolvimento ou transformação de um sítio ou da cidade.

A RAÍZ TIPOLÓGICA

O interesse do estudo das características típicas dos edifícios, conduzindo à definição de tipologias, revela o seu enorme interesse pelos seguintes aspectos: (31)

- a identificação de diferentes tipologias permite perceber a interpretação de diferentes programas funcionais nas diferentes épocas presentes.
- o estabelecimento da relação dos processos tecnológicos e construtivos e a lógica estrutural/construtiva dos edifícios, com as características específicas das arquitecturas das diferentes épocas.

- a compreensão de como os reflexos e as características das formas e modos de vida se vão reflectindo, variávelmente, no habitar.

- a compreensão das lógicas de formação e de modificação dos diferentes tipos que se foram implantando ao longo do tempo.

Daí, o interesse de uma visão tipológica do objecto de intervenção, edifício ou conjunto, no sentido de conhecer os tipos de resolução estrutural, de soluções construtivas, de soluções linguísticas e estéticas.

Esse conhecimento permite conhecer as raízes tipológicas dos edifícios e espaços de inserção; e daí a atitude, bem caracterizada por estes autores, de "perseguir a vocação tipológica do edifício, ou seja, referenciar-mos explicitamente o projecto nas características arquitectónicas típicas dos edifícios que estudamos, assim como aos sistemas técnicos que os caracterizam, permitindo desenvolver as aptidões e qualidades que se encontram já presentes".

A INTERPRETAÇÃO TIPOLÓGICA
 como IDÉIA de PROJECTO

Esta atitude encontra uma relação estreita com a procura da eficácia no resultado do projecto, que está íntimamente ligada, também, à capacidade de tomar a pré-existência como fonte de alimentação desse mesmo projecto; as idéias, as soluções, encontram-se já na pré-existência, tal como, num projecto de raiz, se encontram no sítio.

MORFOLOGIAS URBANAS

Os estudos de morfologia urbana apresentam-se imprescindíveis no enquadramento das análises relativas aos objectos de intervenção enquanto edifícios ou espaços urbanos: por um lado, facultam a informação respeitante ao momento da conformação do suporte urbano do objecto, ou do espaço, e o tipo de suporte, designadamente o *parcelamento*; por outro, articulam o conhecimento dessa estrutura com algo que lhe é indissociável, o preenchimento edificado, e sua tipologia.

São assim indissociáveis a componente urbanística (*morfologia*) e a arquitectónica (*tipologia*).⁽³²⁾

32 - A morfologia urbana é objecto de estudo do arquitecto, é um dado operativo que faz também parte da sua disciplina; esta separação entende-se meramente no contexto do estabelecimento de um método.

Inevitavelmente não se pode dissociar qualquer uma das vertentes do respectivo conjunto .

Eduardo Amánu Sanchez (33), aborda, numa análise ao suporte edificado, a *tipologia*, conferindo-lhe uma importância específica nesse processo; definindo como objectivo a *valoração do edifício*, e não, portanto, a valoração específica deste aspecto particular, questão que é a central deste nosso estudo, integra estes diferentes estadios ou factores: as tipologias de parcela, planta e fachada, a qualidade da construção, o estado de conservação e a aptidão de uso

Considera que a análise tipológica se centra sobre o aspecto *construtivo*, o *parcelamento* e a *organização em planta e fachadas*, apresentando factores *invariantes* (como a largura, a profundidade e os materiais) e factores *variáveis* (como a altura, e o estado de conservação), sustentando que a tipologia contém três âmbitos a considerar:

- a tipologia analítica, deduzida a partir dos conjuntos estudados
- a tipologia modificativa
- a tipologia generativa

Ao estabelecer diferentes âmbitos de tipologia, *sobrepostos a um mesmo objecto*, cada um deles encerrando factores a considerar na sua análise, chama, no fundo, a atenção para a complexidade e o cuidado a ter no decurso da leitura do objecto, face a uma intervenção.

Por exemplo, quanto à tipologia da parcela, estabelece itens como a largura, profundidade, data de conformação, materiais e, inclusivé, cor.

Trata-se de uma leitura que não pode, obviamente, ser isolada do contexto, e que se articula necessariamente com uma análise histórico-urbanística, configurando-se, no fundo, numa análise tipo-morfológica.

Por outro lado, quanto à tipologia de organização em planta (elementos que racionalizam o uso do espaço), estabelece como elementos de análise:

- elementos resistentes;
- escadas e acessos, nas suas posições específicas, combinando-se com as características da tipologia de parcela;
- pátios, sua localização, ou sua existência ou não;
- situação da parcela no quarteirão.

As combinações destes elementos entre si e com as tipologias dimensionais da parcela podem possibilitar a definição dos tipos mais representativos da organização em planta, que, por sua vez, se combinam com as características de fachadas, materiais, cores, e outros ocorrentes.

TIPOLOGIA
 FACTOR de QUALIFICAÇÃO
 FACTOR OCORRENTE

A tipologia constitui, normalmente, um parâmetro de qualificação, como estabelece este autor, ou um *factor ocorrente* na intervenção, como nós estabelecemos, que poderá ser objecto de uma valoração, em função da sua maior ou menor representatividade, e assim ser considerado aspecto a preservar, na sua totalidade ou nas suas vertentes mais significativas.

DESCONTEXTUALIZAÇÃO
 TIPOLOGICA

Interessa sublinhar, mais uma vez, a indissociabilidade dos estudos tipológicos em relação aos estudos de morfologia urbana, excepto em situações onde a descontextualização assume tal importância que a abordagem terá que ter em conta a especificidade tipológica, mas ultrapassar essa leitura para uma interpretação dessa situação criada no contexto da dinâmica urbana.

É curioso que muitas dessas situações se originam nos processos de classificação oficial de imóveis, centrados exclusivamente nos edifícios, onde o contexto urbano de envolvimento se transformou, em termos morfológicos, (por exemplo o Palácio Sotto Mayor, na Avenida Fontes Pereira de Melo, ou o edifício Sede da Ordem dos Engenheiros, na Av. António Augusto de Aguiar, em Lisboa).

Exemplo actual e significativo desta relação morfo-tipológica vê-se por exemplo estabelecido no Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE) (34) em Lisboa, em que o suporte territorial da área do Plano apresenta partes distintas da cidade correspondendo a sucessivas fases do seu processo de transformação e expansão.

Nesse estudo foi efectuada uma análise orientada segundo diversos níveis de leitura (época de constituição do lote, relação do lote com o relevo, dimensionamento do lote, sistemas e materiais de construção e matriz de organização interna), permitindo concluir que existem *unidades morfológicas* onde se estabelecem relações específicas entre os tipos edificados, a malha urbana que formam e o seu suporte físico.

Essa análise permitiu caracterizar os tipos de edificação dominantes nas diversas unidades morfológicas, o seu grau de *homogeneidade* ou *heterogeneidade* tipológica, e a sua *capacidade de adaptação* aos processos de transformação.

E é esta constatação final o mais importante, que permite não só detectar *tendências* como regradar os tipos de intervenção possíveis, designadamente quanto ao seu nível de profundidade, no sentido da preservação daquilo que, hoje, é tido como *património arquitectónico* a preservar.

Torna-se interessante, neste contexto, ver a diferença de atitudes, não tanto metodológicas mas mais ao nível da aceitação pela sociedade, entre o Plano da Avenida da Liberdade, de carácter claramente *intervencionista*, partindo do princípio de que a cidade não pode parar e que esse dinamismo e a transformação controlada são a base duma efectiva protecção ao património, e as atitudes de ultraconservadorismo que lhe têm sido contrapostas, com o Plano Especial de Salamanca. (35)

34 - Manuel Fernandes de Sá, Francisco Barata, 1992-95.

35 - Fernando Contreras Gayoso, Plano Especial de Salamanca, Curso de Rehabilitacion, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid.

PLANO de SALAMANCA

Os objectivos expressos deste Plano Especial abrangem a conservação total dos edifícios com o objectivo de manter e recuperar os seus valores histórico-artísticos, a reabilitação dos “edifícios-contentores” (atente-se no despreconceito da utilização desta terminologia) mediante uma conservação activa, a manutenção do aspecto exterior dos edifícios com reestruturação global ou parcial dos interiores, e a edificação de novos edifícios em vazios, incorporando na cidade novos edifícios contemporâneos, articulando dois dados primordiais, as tecnologias e desenho actuais, com a escala e valores da arquitectura tradicional.

TIPOLOGIA e
NÍVEIS INTERVENTIVOS

A definição dos níveis de intervenção possível (e, por isso, dos níveis de protecção) encontra-se implícita na classificação que é atribuída aos edifícios da área do Plano; essa classificação está sistematizada por níveis (1-protecção de carácter monumental, 2-protecção integral 3-protecção estrutural 4-protecção ambiental), verificando-se que, até ao nível 3 os *factores tipológicos* são considerados determinantes na profundidade das intervenções que se podem operar.

Também o Plano da Avenida da Liberdade e Zonas Envolventes estabeleceu uma classificação patrimonial dos imóveis, a que correspondem diferentes tipos de possibilidade de intervenção; neste caso o factor *manutenção da tipologia* está implícito até ao 3º nível de profundidade de intervenção.(36)

Observa-se assim a presença de uma preocupação importante quanto à valoração da *tipologia* do edifício como factor importante, senão fundamental, do seu *valor intrínseco*, a observar atentamente, a avaliar e supostamente a preservar.

TIPOLOGIA
VALOR INTRÍNSECO

Também, por exemplo, os autores do Plano de Salamanca sustentam que a conservação do edifício e elementos urbanos dependem do seu *valor intrínseco*, atribuível através dos seus valores históricos, culturais, arquitectónicos e de singularidade, e pela posição relativa no conjunto em que se integra; e isto é sugestivo quanto ao lugar que a avaliação tipológica, por sua vez, ocupa no extenso conjunto de valores considerado.

A importância do estudo das *morfologias urbanas* (37) no contexto deste tipo de intervenções (e não só), reside em que se procura reconciliar duas vertentes que nas últimas décadas têm sido “responsáveis” pela construção da cidade e que dela se têm mantido divorciadas - o Plano Urbanístico versus projecto, e o Projecto de Arquitectura versus Arquitectura da Cidade (38).

Essa aproximação tenderá para o alargamento de conceitos de protecção e reutilização da cidade, como processo de gestão e planeamento de um recurso e de um produto social que diz respeito a toda a cidade; daí a necessidade do estudo aprofundado dos processos de formação e das estruturas que ela foi adquirindo ao longo da sua história.

A ESPECIFICIDADE das
 TIPOLOGIAS de EQUIPAMENTOS

Actualmente, a questão das tipologias (39), designadamente as urbanas, de equipamentos, suscitam dúvidas quanto à capacidade de reutilização ou reconversão sem colocar em causa os valores patrimoniais que encerram; e colocam também questões quanto à sua própria capacidade de sobrevivência na cidade, pela peculiaridade e especificidade de espaços, descontextualizados da dinâmica urbana onde o suporte cultural é mínimo.

É paradigma de uma situação dessas o Cine-Teatro Éden, expectante e devoluto vários anos após um período mais ou menos longo de gradual degradação em termos de ancora cultural numa zona privilegiada da cidade.

Não se tendo verificado, por parte dos poderes públicos, capacidade para integrar esse equipamento num plano estratégico cultural e social daquela zona da cidade, acabou por ser objecto de uma alteração de funções, desadequada da tipologia de equipamento inicial, traduzindo-se numa intervenção profunda de reestruturação que inevitavelmente acabou por anular o valor global que detinha.

37 - organização da forma urbana por categorias e por partes da cidade segundo alinhamentos, parcelamentos e arruamentos.

38 - Lisboa, *Morfologias Urbanas*, 1850/1950, Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Planeamento Estratégico, 1994.

39 - estudo dos elementos organizativos da edificação, pondo em realce a sua relação estrutural com o lote, a rua, etc; tendo como finalidade a sua definição no que respeita à forma urbana de um determinado período histórico ou a um processo de organização morfológica.

Mas outros equipamentos encontram-se em situações idênticas, quase-expectantes, como os cinemas Condes , S. Jorge e Odéon, todos sobre o mesmo eixo central da Avenida da Liberdade-Restauradores, colocando-se em todos e qualquer deles também a questão da possibilidade ou impossibilidade de reutilização ou reconversão, acarretando alteração de tipologia, total ou parcial, acarretando um nível de intervenção mais ou menos profundo, com manutenção de fachadas.(40)

Poder-se-iam também referir as tipologias das garagens, como a Auto-Palace, em Lisboa, com as funções iniciais claramente ultrapassadas mas notáveis potencialidades de reutilização.

Em todas as situações de tipologias de equipamentos se verifica a dificuldade óbvia e comum de adaptar novos programas aos espaços existentes, tentando conciliar uma série de factores, características espaciais e tipológicas existentes e valores rememorativos importantes.

A “história” recente das reconversões, desde os anos 70, demonstra claramente a necessidade de um reconhecimento prévio das capacidades receptivas e transformativas desses equipamentos, sob risco de inevitáveis destruições, mais ou menos camufladas

Interessa-nos salientar que este factor, a *tipologia*, é um dos *factores* ocorrentes determinantes, pelo claro valor que apresenta sob varias perspectivas disciplinares, e que a sua valoração deverá ser sempre determinada em confronto com os outros factores em presença.

Uma outra situação exemplar é, sem dúvida, o da Baixa Pombalina, contendo *factores tipológicos* claramente valoráveis, coexistindo com outros factores ocorrentes tão diversos como os estratos arqueológicos no seu sub-solo ou a necessidade imperiosa da sua requalificação económico-cultural, passando pela necessidade de preservar sistemas construtivos se confronta com a necessidade de possibilitar a introdução de programas de equipamento que sejam atractivos para a população, exigindo a ponderação, em determinado momento urbano, das medidas mais eficazes no sentido da salvaguarda efectiva do património como entidade portadora da sua inerente dinâmica, e não de um enorme museu insustentável.

40 - As questões relativas às alterações de matrizes tipológicas, ou melhor, de esquemas distributivos, remete sistematicamente para a questão mais global, e mais importante, da coerência estrutural que a tipologia encerra; a questão da manutenção de fachadas versus demolição de interiores resume-se, na prática, à interpretação desta questão.

3.3.3. Componentes arquitectónicos

Entre a *tipologia*, os *elementos estruturais* e os *elementos arquitectónicos* poderá estabelecer-se uma certa sobreposição no decorrer de um processo analítico.

Ou seja, os *elementos arquitectónicos*, em que interessa individualizar o edifício, para os caracterizar, relacionar e atribuir, eventualmente, um determinado *valor*, constituem as partes reconhecíveis, tipificáveis ou catalogáveis, dentro de um léxico disciplinar, e que permitem, por sua vez, por exemplo, uma classificação estilística.

ELEMENTOS ARQUITECTÓNICOS

Os *elementos arquitectónicos* englobam, por isso uma diversidade de níveis, desde o estrutural ao decorativo, com maior ou menor incidência, e a sua individualização, tanto quanto possível, permite um conhecimento aprofundado do objecto *global*; isto torna-se tanto mais interessante quanto é reconhecido que a grande maioria dos edifícios antigos em que se opera apresentam sobreposições sucessivas de etapas de obras, com justaposições de elementos (a todos os níveis) correspondentes a épocas e com características diversas.

INDIVIDUALIZAÇÃO ESTRUTURAL
 dos COMPONENTES
 ARQUITECTÓNICOS

A individualização estrutural dos componentes arquitectónicos, na sequência de uma análise e caracterização histórico-arquitectónica, e enquadramento tipológico, é, por outro lado, importante para a determinação das relações e parâmetros de composição adoptados, no sentido da verificação de anomalias construtivas, desvios tipológicos ou alterações estruturais ocorridas.

A restituição gráfica do levantamento geométrico é um dado primordial do trabalho de análise, e a pesquisa estratigráfica deve ter sempre em conta a variação da unidade-medida em diferentes épocas e a aplicabilidade a cada caso para poder aferir as relações métricas de composição.

Com base na *restituição gráfica*, através da sobreposição de peças, é possível detectar e controlar eventuais anomalias, *deformações*, *desvios estruturais*, que denunciam as alterações produzidas sobre o objecto de intervenção; este tipo de análise deve ser acompanhado pelos estudos de enquadramento histórico, permitindo essa articulação de informação a determinação das fases evolutivas mais importantes.

VALORAÇÃO dos
COMPONENTES
ARQUITECTÓNICOS

A individualização desses *elementos arquitectónicos*, o seu confronto num trabalho analítico referido a uma obra global, pode permitir a determinação daqueles que, eventualmente, perante a necessidade de uma intervenção de certa profundidade, podem vir a tomar um *valor secundário*; por exemplo, perante uma situação de um excesso de elementos decorativos, que coloca em causa a qualidade intrínseca de um edifício, será importante este trabalho, a fim de determinar quais os elementos cuja permanência melhor qualificará o edifício.

3.3.4. Enquadramento e análise histórico-urbanística do contexto da intervenção

Outro aspecto a considerar é a análise histórica de carácter urbanístico do contexto em que se efectua uma intervenção; o processo analítico deve envolver, quando for necessário, o tecido urbano adjacente ou envolvente ao objecto de intervenção, procedendo à pesquisa das alterações consequentes à inserção e consolidação do objecto, ou, pelo contrário, ao papel polarizador ou estruturante desse mesmo objecto, por exemplo.

Trata-se de uma análise no campo das *morfologias urbanas*, que não pode ser dissociado das respectivas *tipologias edificatórias*.

preservação, correcção
referência

Este tipo de análise permite, através, por exemplo, da pesquisa do encontro, fractura ou intersecção de malhas urbanas, detectar e, eventualmente, reintroduzir consequentemente caminhos e passagens pré-existentes, permite compreender determinadas situações da *morfologia urbana* que deverão ser mantidas, corrigidas, ou que poderão sofrer alterações.

permanências, anulações

No decurso deste processo analítico, que tem por objectivo também verificar a conexão urbanística consolidada, ou seja, o sentido das *permanências*, torna-se possível verificar, a coerência, ou não, de inserção urbana, que o objecto de intervenção apresenta, e detectar elementos que comprometam a sua legibilidade, por exemplo.

Este tipo de abordagens permitirá fundamentar a necessidade de alterações mais profundas, que incluam, por exemplo, demolições.

transdisciplinaridade

A interdisciplinaridade, ou a transdisciplinaridade, entre a *arquitectura*, a *história*, a *arqueologia*, a *geografia*, e outras áreas afins, tem vindo a revelar-se fundamental para o esclarecimento da génese e transformação do *património edificado*, e também no estabelecimento de estratégias, a vários níveis, tendentes à sua preservação e valorização, quer ao nível do *património arquitectónico*, quer ao nível do *património urbano*.

Torna-se imprescindível, embora com maior ou menor grau de profundidade, a leitura do objecto de intervenção, quer se trate de um *edifício*, de um *conjunto* integrante de um *quarteirão*, de um *quarteirão*, ou de um conjunto em contexto rural, integrado no seu *contexto histórico-urbanístico*, de forma a que, por um lado se possam dispôr de elementos de enquadramento à compreensão do estabelecimento e transformações operadas, por outro se possam fundamentar, convenientemente, quaisquer opções de transformação, que podem incluir a *modificação* ou a *anulação* de partes existentes, mesmo de partes significativas desse objecto de intervenção, independentemente da sua escala.

um exemplo
S. ROQUE

Um exemplo interessante, à escala urbana, é o do Plano de Pormenor para a área de S. Roque, em Lisboa (41) hipótese de plano porque ainda não levado à prática mas com trabalho preliminar de organização de concurso público avançado, abrangendo uma zona central da cidade aparentemente consolidada, mas na realidade fruto de um série de pequenas consolidações precárias.

Exemplo que atesta a necessidade do contributo das diferentes vertentes disciplinares, tendo como objectivo central a *requalificação* duma área histórica importante; em articulação com o propósito de uma modernização de instalações centrais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, dados como a previsível presença de troços camuflados da Cerca Fernandina da cidade, uma estrutura arquitectónica complexa existente no local, com sucessivas etapas de construção, focalizada na Igreja e convento de S. Roque, articulações urbanas por resolver com uma envolvente histórica consolidada, a oportunidade de dotar aquela zona com equipamento qualificador, a sua restituição à fruição pública, envolvem, globalmente, a possibilidade de todo um conjunto diversificado de tipos de intervenção, alguns previsivelmente profundos, que requerem um conhecimento tão completo quanto possível das sucessivas fases evolutivas daquela área.

41 - O Plano de Pormenor para a área de S. Roque foi objecto de trabalho de uma comissão interdepartamental, em 1992 e 1993, com vista à organização de um Concurso Público de Idéias, comissão de que o autor deste trabalho fez parte como representante do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico; no âmbito dos trabalhos dessa comissão foram efectuados estudos, designadamente de recolha e interpretação de iconografia, que permitiram estabelecer alguns dos factores ocorrentes mais significativos.

Exemplo interessante também o que se detecta nas intervenções na zona de articulação entre o Paço do Lumiar e o actual núcleo histórico da antiga Rua do Lumiar, outrora tecido urbano contínuo entretanto rasgado pelo lançamento da via de penetração (actual Av. Padre Cruz), nos anos 60/70, onde se torna necessário, quer ao nível do desenho urbano, correspondente ao nível do *plano de pormenor de salvaguarda*, quer ao nível da *arquitectura*, em troços localizados nas actuais franjas, uma leitura sistematicamente em confronto com o delineamento da *estrutura pré-existente*, no intuito de encontrar um sentido lógico para a recomposição daquela zona, literalmente destruída.

As sucessivas atitudes alietórias tomadas na envolvente periférica do núcleo histórico do Paço do Lumiar, ignorando por completo a rede de caminhos e azinhagas pré-existentes, e a própria estrutura cadastral pré-existente, redundaram em sucessivas *fracturas* ao nível *morfo-tipológico*, com graves prejuízos para a salvaguarda da identidade global do núcleo.

Verifica-se aqui, por exemplo, que a ausência, ou a ignorância, da possibilidade de ancorar uma expansão urbanística a um estudo histórico-urbanístico constitui uma lacuna comparável à ausência de estudos referenciais de conjunto para as intervenções a operar em imóveis situados na Baixa Pombalina da cidade, assunto que irá ser abordado mais adiante.

3.3.5. Sobre patologias, diagnóstico e critérios de intervenção.

A análise das *patologias* de um objecto é uma vertente crucial num processo de intervenção, constituindo, no fundo, a base real da actuação no edifício, e que, por isso, importa conhecer detalhadamente.

Tratando-se de um aspecto em que assenta a operação efectiva sobre o imóvel, tem sido o campo de interpretação e actuação, (sobre os edifícios históricos), objecto de maiores e mais aprofundadas sistematizações metodológicas.

O campo de actuação respeitante a materiais e sistemas construtivos, e respectivas patologias, engloba, só por si, um vasto universo de questões, para o tratamento das quais concorrem diferentes disciplinas, dentro de uma especialização crescente.

materiais, sistemas
factores ocorrentes

Na perspectiva deste trabalho interessam, fundamentalmente, os problemas relativos ao reconhecimento de *materiais* e *sistemas* construtivos, e ao reconhecimento e diagnóstico das respectivas *patologias*, na medida em que se confrontam e estabelecem relações com outros *factores ocorrentes* nas intervenções sobre o património arquitectónico.

patologias,
critérios de intervenção

De facto, sendo o edifício, ou o conjunto edificado, a base física da intervenção, as questões técnicas directamente envolvidas com essa realidade tomam, normalmente, na prática, uma importância determinante na definição do carácter da intervenção.

Por isso, frequentemente, as sistematizações respeitantes a patologias, ou as normas regulamentares de intervenção (apoiadas principalmente na verificação da ocorrência de patologias), ao avançarem *tipos de intervenções aconselháveis*, e *níveis de profundidade* de intervenções, estão implícitamente a adoptar *critérios*, não deixando de se mover, no entanto, fundamentalmente, no campo estrito dos factores técnico-construtivos.

Tomando em devida consideração “todos” os factores que se entenda ser de conjugar, parece dever ser sempre colocada a hipótese de o tipo de intervenção a adoptar poder não corresponder, em parte ou por inteiro, áquilo que uma análise de patologias, com carácter especializado sobre a matéria, poderia requerer.

Ou seja, poderá eventualmente concluir-se, de um ponto de vista de uma análise especializada *técnico-construtiva*, virada para as *patologias*, que um determinado edifício deverá ser objecto de uma intervenção com certa profundidade; mas este dado, em confronto com a análise de outros factores ocorrentes, poderá ver profundamente alterado o seu valor. E evidentemente que o inverso também se poderá verificar.

conhecimento prévio das condições técnicas

Interessa vincar, porém, que o alheamento das condições concretas da construção conduz, sistematicamente, a soluções de projecto desadequadas das efectivas necessidades do edifício, remetendo, também sistematicamente, para o decurso da obra, a solução de problemas que podem e devem ser antecipadamente detectados ou previstos.

Esta lacuna traduz-se normalmente numa perda global da qualidade interventiva, no risco do anulamento de valores documentais e arquitectónicos, num menor nível da qualidade final, em termos de coerência arquitectónica, e, muitas vezes, num encarecimento despropositado do próprio custo da obra.

especificidade de materiais e sistemas

A intervenção sobre edificios antigos confronta-nos com materiais e sistemas construtivos muito específicos e, conseqüentemente, com as suas patologias, quer funcionais quer construtivas.

Para além do conhecimento dos materiais e sistemas em presença torna-se necessário, previamente ao projecto, conhecer o estado efectivo do conjunto e das partes, detectar a origem de eventuais deficiências, e prever as suas possíveis causas, com o objectivo de estabelecer um diagnóstico que aponte para as tecnologias específicas que deverão ser utilizadas.

Neste processo há a necessidade de considerar a interdependência, de cada elemento com os restantes, e a pluralidade de funções de cada elemento. Aspecto que tem uma significação específica em termos da abordagem estritamente *técnico-construtiva*, mas que também o tem em termos da abordagem do *projecto de arquitectura*.

Tal como há necessidade de prever a compatibilização dos materiais pré-existentes, que vão permanecer, com os novos materiais e tecnologias que se vão aplicar, nomeadamente quando se trata de uma intervenção de recuperação de materiais e sistemas.

A completa dependência deste processo em relação à situação pré-existente no edifício objecto de intervenção estabelece a diferença fundamental entre este tipo de intervenções (quer ao nível do projecto, quer da obra), e as que se efectuam em obras de raiz.

importância do
reconhecimento prévio

Daí, a primordial importância da *informação prévia* acerca do objecto de intervenção, que permite posteriormente um *reconhecimento*, o mais completo possível, da sua situação real, em termos de eventuais patologias, permitindo, por sua vez, estabelecer um *diagnóstico*; a partir do diagnóstico poderão ser tomadas decisões quanto ao tipo de intervenção a efectuar.

No entanto, como já foi focado, outros factores podem introduzir alterações ao diagnóstico, podendo conduzir a uma tomada de decisão técnica global diferente da que seria tomada por via de uma análise unilateral do ponto de vista exclusivo do conhecimento dos materiais, sistemas e respectivas patologias; e vice-versa.

Por exemplo, casos de extrema delicadeza em que se colocam especiais dificuldades de carácter técnico, e que se traduzem por isso em operações de custos muito elevados, (onde, à partida, seria levantada a hipótese de uma *demolição* e consequente *substituição*), por via do reconhecimento da ocorrência de outros factores, em que se verificava o risco da perda de valores patrimoniais significativos, poderiam justificar uma intervenção de *recuperação*.

No próprio reconhecimento de materiais e sistemas, em simultâneo com a sua leitura em termos de estado de qualidade e capacidade de desempenho, a sua leitura e valoração enquanto elementos eventualmente representativos de uma determinada época, ou de uma determinada escola, ou a sua raridade, ou a sua qualidade específica, poderá incutir um maior ou menor interesse na sua preservação ou recuperação, e, por essa via, alterar significativamente o tipo de registo que se vai efectuar, logo com um especial cuidado.

Interessa-nos pois abordar, apenas, *aspectos metodológicos*, na medida em que estes, no campo dos materiais, sistemas e respectivas patologias, se articulam com outros factores e que podem influir na sua valoração.

Um exaustivo processo prévio à acção sobre o objecto de intervenção é excelentemente estabelecido por *Pedro Galindo Garcia (42)* em diferentes etapas: (*informação, reconhecimento, diagnóstico e parecer*):

Informação prévia

A *informação prévia* sobre o estado do objecto de intervenção fornece uma visão geral, no plano das características e das patologias, permitindo esses dados avaliar os meios de prospecção necessários à prossecução do proceso na fase subsequente.

Reconhecimento

O *reconhecimento* corresponde a um aprofundamento da recolha de dados, exaustivo, permitindo obter grande parte da informação que possibilita o estabelecimento do diagnóstico técnico e o estabelecimento da memória, escrita e gráfica, quanto ao estado efectivo do existente.

Diagnóstico

O *diagnóstico*, elaborado em função da análise dos dados recolhidos nas etapas anteriores, permite definir o tipo de intervenção a efectuar, designadamente definir se se trata de uma intervenção de recuperação, e, se fôr o caso, propor as acções concretas mais adequadas.

Parecer final

O *parecer final*, elemento síntese, que deve integrar e inter-relacionar diferentes factores ocorrentes, para além dos aspectos de carácter restrito técnico-construtivo, e que permite

42 - Pedro Galindo Garcia, Los procedimientos de reconocimiento, Curso de Rehabilitación, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid.

uma posterior tomada de decisões convenientemente fundamentada.

Estas diferentes etapas supõem um sistema operativo (43) que consiste, fundamentalmente, numa ordem sequencial de operações a ter em conta, ordem operativa que não deverá ser *exclusiva* de outros factores que possam ocorrer em cada caso concreto.

As “listagens” apresentadas (44) dão uma ideia da abrangência da leitura prévia tida como imprescindível, enquanto são indicadores, só por si, de uma quantidade apreciável de factores a considerar em simultâneo num processo de valoração relativa que tenha por objectivo possibilitar opções em termos de *profundidades* de intervenção.

Ao contrário da primeira etapa, a segunda, com um carácter de *reconhecimento*, aprofunda os aspectos técnico-construtivos observáveis, segundo *items* que abrangem a totalidade dos elementos constituintes, avançando uma grelha *valorativa* quanto ao nível de danos ou patologias e quanto ao nível de actuação requerido (grelha essa que requererá, por sua vez, uma definição prévia de critérios aplicáveis...), o que não deixa de transparecer, como seria de esperar, uma certa margem de subjectividade.

A extensão da quantidade de informação reconhecível dá bem ideia da complexidade do processo; todavia, como o autor (43)¹ sustenta, nem toda a informação é sempre requerida, variando de caso para caso, nem a profundidade do seu conhecimento é sempre a mesma, variando também de acordo com o caso de que se trata.

Diagnóstico

À terceira etapa, *diagnóstico*, chega, portanto, toda esta série de dados de informação, para cuja sistematização e interpretação propõe uma outra grelha que permite um resumo final, mais ou menos simplificado.

43 - Pedro Galindo Garcia, Los procedimientos de reconocimiento, Curso de Rehabilitacion, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid.

44 - Ver anexo 3.

ANOMALIAS
 funcionais e construtivas
 de concepção e envelhecimento

Uma outra sistematização interessante e exaustiva quanto às anomalias funcionais e construtivas (45) diferencia as anomalias resultantes da *concepção inicial* do edifício, daquelas resultantes do *envelhecimento*, natural ou acelerado, dos materiais, por falta de manutenção adequada, ou por via de alterações volumétricas, construtivas ou funcionais que foram sendo introduzidas no edifício.

Também os problemas de segurança estrutural são diferenciados, ainda segundo os mesmos autores, por um lado entre os que decorrem do envelhecimento dos materiais estruturais, mais ou menos acelerado, em função do nível de conservação, arrastando uma progressiva diminuição da capacidade resistente do elemento estrutural no seu conjunto, podendo originar rupturas totais ou parciais, e exigindo um tipo de intervenção de reparação; por outro lado, os que resultam de erros ou insuficiências de origem, exigindo um tipo de intervenção de alteração ou reforço das soluções originais.

Outro nível de patologias situa-se na degradação de revestimentos e, em geral, nos elementos de “envolvimento”, como nos rebocos de paramentos exteriores de paredes, pinturas e pedras, ao nível das coberturas e em elementos de preenchimento de vãos exteriores.

NÍVEIS de DEGRADAÇÃO
 e CRITÉRIOS de INTERVENÇÃO

A questão central que interessa colocar, no entanto, no âmbito do nosso estudo, é o da relação entre os *níveis de degradação* patentes no objecto de intervenção, (e os graus de intervenção a que os mesmos devem ser sujeitos), e os *critérios implícitos* nessas actuações.

Trata-se, pois, de um *factor ocorrente* de indispensável análise detalhada, dado que pode influir decisivamente no tipo de solução técnica a adoptar, o qual se pode, eventualmente, sobrepôr a outros *factores ocorrentes*, eventualmente muito importantes, como o valor tipológico ou o valor simbólico, por exemplo.

Os mesmos autores (46) avançam uma classificação genérica quanto aos *níveis de intervenção* adoptáveis, e, como se vê, avançam implícitamente critérios:

- uma intervenção *ligeira* não acarreta alterações nas características dos sistemas e elementos construtivos, caracterizando-se essencialmente por reparações;
- a intervenção *média* envolve substituições parciais de elementos construtivos, reforços de elementos estruturais, e eventuais alterações na organização de espaços, através de anulamento de tabiques;
- a intervenção *profunda* acarreta alterações tipológicas, substituição total ou parcial de paredes divisórias e pavimentos, com aplicação de novos materiais e soluções construtivas;
- uma intervenção *especial*, de natureza excepcional, pode revestir formas diferenciadas, pressupondo a ocorrência de factores de carácter documental ou arquitectónico que justificam um nível de exigência e cuidado superior.

Aponta, por exemplo, para o recurso a técnicas de restauro para a recuperação da envolvente do edifício, ou de partes do seu interior, para a total reconstrução, fundamentada pelo valor do seu contributo para a imagem urbana, podendo incluir a modernização parcial de algumas partes da construção, instalações e equipamentos; para a reabilitação para standards elevados e muito superiores aos pré-existentes.

Intervenção que terá de ser profundamente ponderada, em função de vectores determinantes: do uso potencial do edifício; do seu valor intrínseco enquanto património arquitectónico e objecto arquitectónico; do seu valor de acompanhamento ou participação no conjunto edificado próximo envolvente.

Ainda segundo os mesmos autores, quando estes factores não sejam suficientemente claros será de ponderar a possibilidade de uma substituição.

46 - António Reis Cabrita, José Aguiar, João Appleton, Manual de Apoio à Reabilitação dos edifícios do Bairro Alto, Câmara Municipal de Lisboa, LNEC, 1992.

Estes aspectos constituem, na nossa perspectiva, factores ocorrentes, cuja análise inter-relacionada poderá, eventualmente, permitir a definição de critérios aplicáveis ao caso.

Outra classificação (47) avança graus de actuação inter-relacionados, envolvendo também implicitamente a adopção de critérios:

Grau 1 - Reabilitação *ligeira* - execução ou melhoramento de instalações sanitárias, cozinha, ventilação, canalizações, sistema eléctrico, não compreendendo intervenções sobre as partes comuns do edifício.

Grau 2 - Reabilitação *média* - para além do constante do grau 1, compreende pintura, acabamentos de paredes interiores, carpintarias, revestimento e pinturas de fachadas, arranjo de pavimentos interiores, pintura e instalações eléctricas nas partes comuns, e tratamento de humidades nas zonas baixas.

Grau 3 - Reabilitação *profunda* - para além do compreendido nos graus 1 e 2, redistribuição interior, com demolição de tabiques, fechamento de pátios, eventualmente divisão de uma unidade espacial em sub-unidades, (ou o inverso), aproveitamento da cobertura, reparação de terraços e coberturas em telha.

Grau 4 - Reabilitação *especial* - Consolidação estrutural, adaptação de um imóvel para edifício de uso público com introdução de pisos intermédios, reparação de elementos de especial valor artístico interiores ou exteriores.

Pelos seus elevados custos obriga a ponderar, por um lado a salvaguarda do edifício em função do seu carácter ou valor excepcional e do seu uso potencial, ou reconsiderar a sua substituição por outro.

Considera tratar-se de uma avaliação muito variável, a estabelecer em cada caso concreto, segundo o imóvel em questão e o projecto apresentado.

3.4. Factores em interacção

Fala-se, frequentemente, de *valores* (o valor *arquitectónico*, o valor *simbólico*, o valor *histórico*) contidos em objectos e conjuntos, atribuindo-se-lhes, correntemente, a uns ou a outros, uma maior ou menor importância, dependente do contexto em que a apreciação é feita.

FACTORES OCORRENTES

No âmbito deste trabalho avançou-se já o conceito de *factores ocorrentes*, ou *factores de ocorrência*, que se definiu como as variáveis presentes num processo de intervenção, que constituem a base de pesquisa e investigação tendentes a solucionar a questão que é colocada, e que, avança-se agora, poderão ser susceptíveis de valoração.

VALORAÇÃO relativa dos factores

Considera-se que esses *factores ocorrentes*, porque ocorrem em simultaneidade num processo de intervenção (48) (quer seja ele de carácter exploratório, teórico, quer de carácter projectual, prático), são passíveis de uma atribuição de valor (49), digamos, inicialmente um valor absoluto, e posteriormente, de uma valoração relativa.

MODELOS ABERTOS

Esse processo de valoração relativa, um processo “tendencial”, aberto, constitui um passo crucial na determinação do carácter que determinada intervenção deverá assumir, pelo conhecimento que induz acerca do objecto de intervenção.

E porque a valoração relativa se refere não só exclusivamente a cada factor ocorrente em relação com outros factores inter-relacionados no mesmo objecto (*intrínsecos*), mas também se refere a outros factores externos ao objecto (*extrínsecos*), como, por exemplo, a valoração relativa de uma determinada tipologia edificada no contexto de uma parte da cidade, ou mesmo a valoração de determinadas políticas de estratégia urbana, requalificadoras, por exemplo, processo apresenta uma complexidade à qual, necessariamente, só podem corresponder *modelos abertos*.

48 - Na realidade esses factores ocorrem ainda que não haja processo de intervenção sobre o objecto; digamos que eles estão latentes, são um potencial desse objecto, e que podem (devem) ser solicitados nesse processo; pelo contrário, muitas vezes, alguns factores importantes são escamoteados.

49 - A atribuição de valor a determinado factor tem implícita já utilização de critérios; sendo esses critérios, em grande parte, de natureza subjectiva, o interesse maior consiste na extensão ou multiplicação das coordenadas de apreciação desses factores, não tanto com o objectivo de concluir pela definição acabada de critérios, mas pela quantidade de conhecimento, que essa expansão poderá incluir.

Na sequência desse processo poderá então, eventualmente, dizer-se que determinado (ou determinados) factor(es) apresentam um valor, (nesse caso, nesse contexto), preponderante sobre outros, e daí poder-se chegar ao estabelecimento, sempre provisório, de tipos e profundidades de intervenções adequados.

VALORAÇÃO de FACTORES
 Inventariações e Classificações

Este processo de *valoração de factores* é, de resto, pela sua natureza, aplicável, de igual modo, a um processo de inventariação de objectos (50), em que, de um universo extenso, se torna, por vezes, necessário seleccionar elementos representativos.

É possível neste ponto do trabalho, equacionar do ponto de vista histórico e conceptual as atitudes que têm prevalecido, tentar uma sistematização de alguns dos factores ocorrentes na intervenção sobre o *património arquitectónico*, decorrentes da observação, quer dos aspectos inerentes à constituição do objecto, quer dos aspectos que respeitam à inserção do objecto em determinado contexto, no pressuposto de que ambos são indissociáveis, quer do ponto de vista interpretativo, histórico-arquitectónico do edifício, quer ainda do próprio ponto de vista operativo, per si.

Assim, consideramos que os factores se podem situar em dois campos fundamentais, o campo dos *factores intrínsecos* e o campo dos *factores extrínsecos*.

FACTORES INTRÍNSECOS

Os *factores intrínsecos* são de índole diversa, são inter-relacionáveis, e seria errado isolá-los a não ser num ensaio de sistematização metodológica.

Dizem respeito a tudo o que a entidade objecto de intervenção revela, por si, e que pode ser analisado um pouco independentemente do contexto; verificar-se-à que esta separação é *artificial*, como já se disse, mas que pode ajudar à explanação de aspectos particulares que, de outra forma, seria difícil abordar, reconhecer, caracterizar e valorar.

50 - Esta referência à similitude com o processo de inventariação ou mesmo de classificação, deve-se a que um dos factores ocorrentes numa intervenção é precisamente o estatuto que o objecto apresenta em termos da sua salvaguarda enquanto património; esse estatuto pode ou não corresponder, efectivamente, ao(s) valor(es) do objecto, pode estar sobreestimado ou subestimado, facto que pode influir, por vezes, decisivamente na definição dos critérios de intervenção.

Numa primeira análise podem considerar-se:

- *factores de carácter técnico-construtivo*, respeitantes aos materiais e sistemas construtivos, e técnicas construtivas.

Factores de carácter técnico-construtivo

Trata-se de factores que devem ser contextualizados na época e cultura específicas em que se desenvolveram, e em que foram aplicados.

Podem constituir testemunhos, exemplares significativos com maior ou menor grau de *raridade*, apresentando um maior ou menor grau de *autenticidade* e *qualidade* de estado de conservação, o mesmo se passando com a apreciação da *qualidade* da matéria prima ou das *técnicas* empregues.

Os factores de carácter técnico-construtivo articulam-se intimamente com as questões relacionadas com as *patologias* verificáveis ao nível de materiais e sistemas, podendo estas influir de modo significativo na apreciação dos factores e consequente valoração.

Factores de carácter tipológico

- *factores de carácter tipológico*, respeitantes à tipologia específica em causa, normalmente a tipologia edificatória, que poderá ser mais ou menos representativa, apresentar maior ou menor grau de *raridade* de ocorrência e apresentar também maior ou menor grau de *autenticidade*.

Os factores tipológicos articulam-se, sistematicamente, com os factores morfológicos, onde o parcelamento tem especial importância, na medida em que são campos de análise inseparáveis e, operativamente, a importância específica de determinada tipologia, pode estar directamente associada a uma determinada situação urbana (morfológica); articulam-se também com a qualidade e o estado de conservação, e com patologias eventualmente existentes.

Factores de carácter histórico-arquitectónico

- *factores de carácter histórico-arquitectónico*, respeitantes ao maior ou menor grau de representatividade no contexto do conjunto da obra de um determinado autor, ou de uma determinada corrente, escola, ou construtor; ou ao maior ou menor grau de representatividade da aplicação de determinada(s) política(s) culturais em contextos específicos, de carácter local, nacional ou mesmo internacional; respeita ainda ao maior ou menor grau de importância que possa apresentar para a compreensão da génese e desenvolvimento de um sítio, de uma ou do próprio conjunto da cidade.

Os factores histórico-arquitectónicos articulam-se claramente com os factores morfo-tipológicos, uma vez que se entenda que a história da arquitectura e da cidade é também a história dos tipos e da sua forma de articulação urbana.

Articulam-se, de perto, com os factores de carácter tipo-morfológico.

Factores de carácter arquitectónico

- *factores de carácter arquitectónico*, que respeitam fundamentalmente à maior ou menor coerência, à maior ou menor qualidade, dos espaços arquitectónicos, e que radica principalmente na análise dos seus *componentes*. Respeitam a uma avaliação da qualidade espacial em confronto com a possibilidade da criação de novas espacialidades a partir da pré-existência.

Os factores de carácter arquitectónico não são dissociáveis, na sua apreciação, dos factores de carácter tipológico e histórico-arquitectónico.

Factores de carácter de significação

- *factores de carácter de significação*, que respeitam à maior ou menor representatividade de acontecimentos que se relacionam com o objecto ou o espaço, acontecimentos que se relacionam com a história do edifício, do sítio, ou com a história da cidade, ou com acontecimentos de carácter cultural, político, religioso, científico, artístico, etc, factos assinalados explicitamente, ou não, mas directamente ligados ao edifício.

Os factores de carácter de significação contêm um valor rememorativo específico (51), que lhes é conferido, normalmente, por uma maior explicitação do significante. Encontram-se frequentemente associados à qualidade arquitectónica ou a factores de carácter ambiental-urbano.

Factores de carácter arqueológico

- *factores de carácter arqueológico*, que respeitam à maior ou menor ocorrência de estratos de anteriores ocupações, quer no sub-solo do objecto de intervenção, quer sobre o próprio objecto (camuflados), quer ainda na área envolvente.

Estes factores articulam-se com os factores técnico-construtivos, a partir do momento em que, no tratamento destes, se utiliza um método estratigráfico; articulam-se também com os factores

51 - Na nossa opinião todos os factores ocorrentes contêm um valor rememorativo, em maior ou menor grau, mais ou menos explícito, em função dos receptores das diferentes mensagens emitidas pelo objecto em causa.

morfo-tipológicos, dada a relação biunívoca entre as estruturas de ocupação pré-existentes, de carácter arqueológico, com as estruturas morfológicas e, necessariamente, tipológicas.

FACTORES EXTRÍNSECOS

Os *factores extrínsecos* são, igualmente, inter-relacionáveis entre si, e dizem respeito a toda uma série de aspectos que, sendo exteriores ao objecto de intervenção, podem no entanto determinar a verificação de valores com ele relacionados directa ou indirectamente que podem não ser neles reconhecidos directamente, não fazendo parte deles, fisicamente, mas que influem no seu percurso.

INTER-RELAÇÃO de factores

Esses aspectos estabelecem uma inter-relação, a grande maioria das vezes, com factores intrínsecos; como, por exemplo a existência de *referências documentais* respeitantes à importância da localização de determinado objecto no contexto de uma parte da cidade (na perspectiva da compreensão da génese desse local), e a *representatividade* de uma determinada *tipologia* edificatória através desse mesmo objecto.

Ou, ainda mais frequentemente, os factores regulamentares, normativos e legais, extrínsecos, que, ao permitirem (ou restringirem) determinado tipo e profundidade de intervenções, podem claramente conflitar com factores de carácter intrínseco, como os factores de carácter arquitectónico, e conflitar com abordagens projectuais mais exigentes.

Os *factores extrínsecos* podem estabelecer com o objecto de intervenção uma relação aparentemente fora da esfera das apreciações de carácter patrimonial (em sentido estrito).

FACTORES paralelos
ao universo do património

O caso de factores de ordem estratégica no âmbito da gestão e planeamento urbanos, no contexto de uma zona específica de uma área histórica, ou numa zona de franja, de transição, ou de reestruturação urbana, por exemplo traduzidos numa necessidade de localização de equipamentos em objectos de valor patrimonial singular, com o objectivo de apelar a uma nova urbanidade, ou a uma requalificação ambiental, ou a contrariar um processo de desertificação, pode sobrepôr-se pontualmente a factores de carácter intrínseco, aos quais, numa interpretação "isolada" do objecto em causa, se conferiria uma valoração que impediria, por exemplo, uma alteração de uso.

PREDOMÍNIO
 dos factores extrínsecos

Os *factores extrínsecos* tomam, presentemente, uma maior importância por via da complexidade crescente de questões no âmbito da gestão urbana, onde os problemas de carácter económico-social, e, por arrastamento, os de carácter educacional e cultural, a exigir soluções urgentes, se sobrepõem, na prática, às questões da preservação patrimonial. Como se os processos fossem independentes, desligados, resolúveis por uma ordem de prioridades que desintegra as profundas conexões existentes.

Poderia avançar-se aqui, mais uma vez, o exemplo das grandes salas de espectáculo da cidade, e do seu lento mas definitivo processo de desaparecimento.

Podemos estabelecer, como indicativos, os seguintes *factores extrínsecos*:

Factores de carácter
 histórico-urbanístico

- *factores de carácter histórico-urbanístico*, respeitantes aos aspectos da história da génese e desenvolvimento dos sítios, das cidades, nos termos e na perspectiva da disciplina da arquitectura, que podem ser objectivados a objectos e conjuntos arquitectónicos sobre os quais se procede a uma intervenção.

Estes factores articulam-se de perto com os estudos no campo das morfologias urbanas, e, conseqüentemente, das tipologias edificatórias.

Factores de carácter
 ambiental-urbano

- *factores de carácter ambiental-urbano*, respeitantes aos aspectos de relacionamento do objecto de intervenção com a sua envolvente, enquanto elemento componente e caracterizador de um conjunto com maior ou menor coerência; respeitam aos valores de *significação colectiva* e de *memória colectiva*, associados quer a ambientes quer a acontecimentos que tiveram lugar em determinado local.

Entre os factores ambientais urbanos e o objecto de intervenção estabelece-se uma relação de inter-dependência específica, na medida em que, na valoração dos factores intrínsecos do objecto pode influir o maior ou menor grau de coerência, qualidade ou preservação da envolvente, tal como o valor de conjunto dessa envolvente pode ser modificado pelas características do objecto em causa.

Os campos em que se exprimem estes factores abrangem, não só a globalidade dos elementos urbanos perceptíveis *a partir do* espaço público, como os que podem ser percebidos *para o* espaço público.

Estabelece-se ainda uma relação entre os factores ambientais urbanos, ou seja, entre o maior ou menor grau das qualidades observáveis a este nível, e os factores tipológicos, e os de carácter arquitectónico, em função do maior ou menor grau de autenticidade destes últimos. (52)

Factores de valoração relativa

- *factores de valoração relativa*, respeitantes a aspectos de carácter social, cultural ou económico que, no contexto da definição de políticas de planeamento ou gestão urbanas, e relativamente a uma parte da cidade, ou à sua globalidade, ou mesmo a uma área metropolitana, podem influir significativamente na valoração relativa de outros factores ocorrentes.

Por exemplo, a verificação da necessidade ou conveniência da permanência de um determinado equipamento em certo local da cidade, ainda que obrigue a elevados custos para a sua recuperação, ou então a verificação da conveniência de uma não alteração de uso de determinado objecto de intervenção, para a salvaguarda de reconhecidos valores de memória urbana, ou de reconhecidos valores de carácter histórico ou histórico-arquitectónico, ainda que outros factores pudessem ser imperativos.

Factores de carácter documental

- *factores de carácter documental*, respeitantes à existência de *referências documentais escritas*, de carácter científico e não científico, publicações monográficas ou especializadas referentes ao objecto de intervenção, ou referentes a acontecimentos de qualquer modo relacionados com o objecto de intervenção, e *referências iconográficas*, documentação gráfica retrospectiva, desenhos, fotografias, maquetes, projectos anteriores, projectos de alterações, cartas urbanísticas, elementos integrantes de obras de pintura, entre outros.

52 - Esta questão é especialmente focada no texto *Intervenções em edifícios situados em Zonas de Protecção, Linhas de orientação, Lisboa, 1994*, elaborado pelo autor deste trabalho para o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

Os factores de carácter documental, sendo considerados extrínsecos porque não observáveis directamente sobre o objecto de intervenção, articulam-se com todos os outros factores; englobam informação focalizada no objecto de intervenção, ou abrangente da sua envolvente.

Factores de carácter regulamentar

- *factores de carácter regulamentar, normativo e legal*, respeitantes à verificação de *classificações* oficiais existentes ou em estudo, na área do *património arquitectónico*, ou de *inventariações* municipais, ou outras, que abrangem o objecto de intervenção, bem como normas específicas aplicáveis; a verificação da fundamentação que justifica a classificação ou a inventariação do ponto de vista patrimonial poderá permitir obter pistas para o conhecimento do objecto de intervenção.

Estes factores respeitam também a todas as disposições legais aplicáveis ao objecto de intervenção, de carácter obrigatório, quer ao nível da *edificação* quer ao nível da sua inserção urbana, constantes dos *instrumentos de gestão urbanística* em vigor.

A indispensabilidade da consideração desta ordem de factores é evidente, pelo carácter de obrigatoriedade que contêm.

No entanto, deve considerar-se que a especificidade do tratamento das questões relativas a este âmbito de intervenções, e a complexidade de que elas se revestem, como já foi demonstrado até aqui, obrigam, de um ponto de vista disciplinar, à abertura à análise, caso a caso, de factores que, pela própria natureza dos objectos em questão, não estão, muitas vezes, à partida, claros, ou nem sequer são mesmo conhecidos.

Factores de carácter
arqueológico-urbano

- *factores de carácter arqueológico-urbano*, respeitantes à verificação da previsibilidade da ocorrência de vestígios de pré-existências ao nível do sub-solo ou no interior das estruturas dos edifícios, por via de uma leitura global e sistemática do desenvolvimento das diferentes fases de ocupação urbana.

Os factores de carácter arqueológico-urbano referem-se a toda a problemática inerente à arqueologia urbana, e articulam-se com outros factores extrínsecos, como os de carácter morfo-tipológico. (53)

53 - O reconhecimento da importância destes factores é patente nas disposições constantes de diferentes instrumentos recentes de gestão urbana: o Plano Director Municipal de Lisboa, 1994, no seu Artº 15º estabelece as Áreas de Potencial Valor Arqueológico, nas quais os Planos de Urbanização e de Pormenor, e os projectos de obras que impliquem escavações ou remeximento de solos, ficam sujeitos à obrigatoriedade de uma série de procedimentos tendentes à salvaguarda e valorização de eventuais vestígios valoráveis. Na Planta do Inventário Municipal do Património são delimitadas as referidas Áreas, que se encontram divididas em dois níveis de importância, em função da probabilidade de ocorrência. Ver Anexo 4.

3.5. Aproximação a critérios de valoração

critérios de intervenção
 critérios de valoração

A questão dos *critérios de intervenção* no *património arquitectónico*, (questão de raiz associada, como já se viu, aos conceitos relativos às formas de intervir sobre os objectos que foram sendo *valorados*, ao logo do tempo, de acordo com diferentes premissas, condicionados por diferentes culturas e capacidades técnicas), na perspectiva deste trabalho, tende a deslocar-se para uma questão de *critérios de valoração*.

Ou seja, a partir do momento em que se tenta “explicitar” um conjunto aberto de *factores ocorrentes* (54), coloca-se a hipótese de, através da valoração relativa desses factores em confronto, se fazer uma aproximação ao tipo e profundidade de intervenção mais adequado ao caso; a valoração relativa exige então critérios, que como se viu até aqui, se centram no processo de aproximação ao conhecimento do objecto.

Esta atitude contraria o estabelecimento apriorístico de critérios de aplicação universal, (ainda que o universo de aplicação seja a área de intervenção de um Plano de Pormenor de uma área histórica com certo grau de coerência, ou então o conjunto inventariado de imóveis de uma cidade, correspondentes a determinada tipologia e época, *com interesse histórico, urbanístico e arquitectónico*), ainda que muitos desses critérios sejam válidos quando aplicados a certos casos . (55)

Orienta-se, antes, para uma metodologia de abordagem baseada num *modelo* ou *modelos simultâneos abertos*, obrigando à transdisciplinaridade ao nível do projecto, centrado na disciplina da *arquitectura*, e onde se interpretam critérios que têm vindo a ser estabelecidos num corpo comum teórico/pragmático resultante do confronto de diferentes posições tomadas neste campo, explicitadas ou não.

54 - Os factores ocorrentes, tal como foram definidos, não são limitados; cada objecto de intervenção despoleta aqueles que com ele se encontram directa ou indirectamente articulados, e a natureza de um modelo aberto exige que quaisquer factores possam sempre , e em qualquer altura do processo, ser integrados.

55 - Os que resultam da experiência e do conhecimento teórico/prático e que foram sendo transpostas para regulamentações, documentos orientadores, recomendações, cartas, declarações, aos mais variados níveis e nos mais diversos âmbitos, são também factores exteriores ao objecto de intervenção; é impensável ignorar toda uma sucessão de posições e princípios que foram sendo tomados nesta matéria relativa aos critérios de intervenção, pelo menos desde a Carta do Restauro Italiana (1931).

De facto, interessa-nos reflectir a questão da valoração de factores, na perspectiva de uma aproximação ao *tipo* de intervenção e à *profundidade* de intervenção.

Existe pois um objectivo, que faz parte de um processo mais abrangente, que é o processo de projecto de intervenção, o qual se inicia pelo conhecimento da(s) realidade(s) do objecto. (56)

É sempre possível alargar o modelo de abordagem à intervenção, de forma a que a valoração dos factores ocorrentes radique nos sucessivos momentos de decisão do projecto.

E para que o processo, a "leitura", a identificação dos factores, a valoração, seja tão alargada quanto possível, sempre que se considere um dos aspectos, deve estabelecer-se a sua inter-relação possível com outros, na medida em que se pressinta a importância desse confronto.

56 - Este conhecimento é o conhecimento "possível" em determinado momento; está limitado, à partida, pela própria perspectiva do interventor, que uma transdisciplinaridade aplicada na abordagem poderá abrir com enormes vantagens operativas.

3.6. Tipologias de intervenção

Quando abordámos anteriormente a questão da terminologia aplicável neste campo de intervenções, e perante a existência, por vezes, de critérios implícitos, pusémos em confronto alguns conceitos.

Será útil, de um ponto de vista metodológico, reflectir sobre algumas das relações implícitas em cada um dos tipos abordados:

A *reconversão*: respeita essencialmente ao aspecto da alteração de uma utilização de um edifício que, pela sua natureza e características, esteve normalmente sempre associado a determinada função; é um conceito muito genérico, que normalmente envolve diferentes tipos de actuação, com profundidade variável; apresenta um vínculo especial com a abordagem à *tipologia edificatória*, e, por outro lado, a factores de ordem *ambiental-urbana*, porquanto se trata de um tipo de operação que se perspectiva, quase sempre, referida a um contexto mais global; envolve uma *transformação*.

A *reabilitação*: também respeita muitas vezes, na prática, ao aspecto da alteração de uma utilização, ou de uma forma de utilização, pressupondo o mesmo uso; apresenta um carácter muito abrangente, colocando normalmente em articulação necessidades de resolução de problemas relativos a *patologias construtivas e funcionais*, que envolvem operações de *reparação* e *alteração*; apresenta-se, normalmente, vinculado à manutenção da *matriz tipológica* e de aspectos ou factores valoráveis do ponto de vista *patrimonial*, em sentido lato; envolve uma *transformação*.

A *conservação*: apresenta um carácter também abrangente, respeita essencialmente a operações tendentes a prolongar o tempo de vida de um edifício; conceitos mais estritos e especializados, como a *manutenção* e o *restauro*, a *consolidação* e a *beneficiação*, são normalmente associados à conservação; não envolve uma *transformação*, no sentido da alteração tipologia edificatória ou de elementos arquitectónicos.

Assim, a *manutenção* e a *consolidação* concorrem para a *conservação*, a última especialmente voltada para os aspectos

da resolução de *patologias estruturais*, podendo envolver a substituição de alguns elementos, mas dentro de uma perspectiva de não transformação da *matriz tipológica* ou de *elementos arquitectónicos*.

O *restauro*: destaca-se destas anteriores operações pela particularidade de ser entendido como o *grau máximo de conservação*, envolvendo *reparações* que passam pela reprodução das características originais de elementos; contém um elevado grau de *especialização*, em termos técnico-construtivos.

Paralelamente ao *restauro*, a *restituição* desloca-se para um âmbito mais *estrutural*, referindo-se, normalmente, a operações de reposição de características tipológicas, como a *matriz distributiva* ou a *qualidade espacial arquitectónica*.

A *reconstrução*: associada frequentemente à *restituição*, refere-se normalmente ao *completamento* ou à *realização de novo*, total ou parcial, de um objecto anteriormente existente, que poderá estar, ou não, em *ruína*, envolvendo o reconhecimento de factores intrínsecos fundamentais, como a matriz tipológica ou as características dos elementos arquitectónicos.

A *reestruturação*: implica a *substituição* da estrutura existente por uma nova, e pode envolver, ou não, a reposição da matriz tipológica; é evidente a sua articulação específica com factores de carácter *histórico-arquitectónico* e *histórico-urbanístico*. (57)

57 - Uma interessante aproximação aeste tipo de conceitos é feita por Charles André Meyer (v. biblio.) apoiada num quadro semântico onde estabelece relações de oposição. 1. A conservação e o restauro, ainda que diferentes, têm em comum o facto de oporem `deterioração; nesta compreensão antitética de degradação, a primeira contém mais as noções de protecção, de salvaguarda, e, de maneira passiva, o contrário de perda. 2. A conservação e a transformação opõem-se pelo facto de que a primeira pretende a manutenção, enquanto a segunda o rejeita; as duas opõem-se pelos processos que implicam, um estático, o outro, dinâmico, revivificante, reabilitante, reconversivo. 3. O restauro compreende uma parte de transformação porque, sem envolver expressamente a passagem de uma forma a outra, subentende uma vontade de restabelecer uma primeira forma, por isso passar de um estado actual a um outro já conhecido mas não visível antes da intervenção- por demolições de alterações efectuadas, pois ela não se dirige senão para a forma inicial que foi alterada. 4. A transformação vai mais longe que o restauro, no sentido em que envolve demolições, mas permite, e propõe na maior parte dos casos, uma significativa inserção (ampliação), quer dizer, elementos novos. A inserção, evoca, pelo seu antónimo, uma purificação; pode entender-se como uma depuração, e aproximar-se, em parte, do restauro, mas pode também simplesmente quer dizer demolição de certos elementos entendidos como parasitas , implicando a substituição por outros novos.

4. EXEMPLIFICAÇÃO OPERATIVA: aspectos parcelares relativos a casos paradigmáticos

4.1. O universo de casos

No decurso à abordagem a *factores ocorrentes* em intervenções sobre o *património arquitectónico*, à aproximação a uma sua caracterização, e à verificação de algumas das relações que se estabelecem entre si, vamo-nos apoiar na análise de um certo número de casos que consideramos exemplificativos de situações correntes neste âmbito.

CRITÉRIOS e VALORAÇÃO
 de factores

Como tem sido referido ao longo deste trabalho, a singularidade que cada intervenção reveste não permite generalizações apriorísticas quanto à aplicação de *critérios*; ou, como se tem vindo a defender, esses *critérios* deverão passar a referir-se à *valoração de factores* significativos que se considerem em cada intervenção (os que apresentem, em determinado momento, maior relevância), sendo que, a partir daí, talvez se possa, com mais à vontade, estabelecer parâmetros, designadamente quanto à profundidade das intervenções.

DIVERSIDADE de factores

Através da análise de um certo número de situações seleccionadas, pode confirmar-se o grande número de factores envolvidos (1) a diversidade da sua ocorrência e, implícitamente, a importância relativa que podem adquirir. (2)
 Restringindo geográficamente o universo de situações, restringe-se também um certo número de variáveis, por exemplo no campo dos *factores de carácter extrínseco*.

1 - A questão da quantidade de factores em presença, e da sua limitação, através de exclusões, é uma questão recorrente neste âmbito de intervenções; se se pretende uma abordagem dentro de um certo pragmatismo que acompanhe a realidade da evolução dos acontecimentos, terá necessariamente de se considerar um processo simultaneamente selectivo e qualificativo de factores.
 2 - Se acrescentarmos a estas questões a subjectividade sempre presente nas interpretações, apercebemo-nos dos riscos de qualquer sistematização, hierarquização ou valoração; partimos, no entanto, do princípio de que será sempre mais positivo o estabelecimento de referenciais, principalmente de carácter metodológico, (que podem ter um papel indutor na pesquisa da intervenção e que são sempre ultrapassáveis), permitindo a discussão em cada situação concreta.

ENQUADRAMENTO

Partir da localização dos casos na cidade de Lisboa, permitiu-nos considerar um enquadramento global, abrangente das diferentes situações, quer no campo dos instrumentos gerais de gestão urbanística em vigor, (3), quer no campo de instrumentos urbanísticos de nível inferior ainda em execução (4), (que têm vindo a ser utilizados como referência para a gestão dessas áreas), quer no campo de orientações e critérios de carácter geral utilizados pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, em Lisboa, nas apreciações de Planos e projectos quer ainda em instrumentos de enquadramento mais especializado (projecto VALIS, Levantamento do Património Arquitectónico e Arqueológico no âmbito do PROTAML, Inventário Municipal do Património da Câmara Municipal de Lisboa).

A escolha destes casos privilegiou, na grande maioria das vezes, a ocorrência de um considerável número de factores e um grau de complexidade apreciável, uma vez que essas situações obrigam a um esforço de reflexão e sistematização superior, e mais interessante pelas conclusões que se possam eventualmente tirar.

OBJECTOS, CONTEXTOS
e CENÁRIOS

Esse grau de complexidade articula-se com o tipo de objecto arquitectónico em causa, com o seu contexto e o cenário interventivo adoptado, tentando encontrar-se, por exemplo, casos correspondentes a tipologias idênticas mas sujeitos a cenários de intervenção diferentes, ou idênticas tipologias em contextos diferentes, articulados com o mesmo tipo de cenário interventivo, abrindo uma gama considerável de hipóteses de tipos de intervenção.

UNIVERSO de CASOS

O universo de casos compreende tipologias de habitação colectiva e individual, de equipamentos (de espectáculo, sedes institucionais), cobrindo épocas diferenciadas quanto à edificação inicial (do séc. XVII aos princípios do séc XX), permanecendo como uma constante a sua *reutilização* sistemática, em todos os casos, aspecto mais uma vez sintomático e exemplificativo da natureza dinâmica e transformativa do *património arquitectónico*.

3 - Plano Director Municipal de Lisboa, ratificado em Novembro de 1994.

4 - Planos de Pormenor de Salvaguarda dos núcleos históricos da cidade, abrangidos pela área de actuação dos Gabinetes Técnicos Locais do município, com propostas de plano e regulamento já definidos, em revisão para passagem a Planos de Urbanização, de acordo com a estrutura entretanto avançada pelo PDM.

O universo de casos abrange também um significativo número de objectos que, encontrando-se inventariados na Carta Municipal do Património (5) são, actualmente, susceptíveis de uma alteração de uso para terciário, equipamentos colectivos ou uso habitacional, de acordo com as disposições constantes no regulamento do PDM em vigor. (6)

O impacto, positivo ou negativo, da possibilidade aberta por estas disposições, de intervir em profundidade sobre o extenso universo de imóveis abrangidos, é questão que ainda não está avaliada.

Embora se encontre um princípio de coerência, nesta intenção, com alguns dos objectivos fundamentais prosseguidos pelo PDM e pelo Plano Estratégico para a cidade, dentro de uma perspectiva de que o *património arquitectónico*, para se manter como estrutura edificada, tem que ter uma utilização socialmente adequada ao contexto global (culto-sócio-económico) de que participa em determinado momento, é imprescindível que a natureza transformativa desses objectos não redunde em transfiguração, e os seus valores fundamentais possam ser salvaguardados.

EXPECTATIVAS de alteração de usos
 vs SALVAGUARDA de valores

Foi, em grande parte, a indefinição sistematicamente criada pela expectativa da possibilidade de alteração de usos, quanto aos aspectos operativos de intervenção, que motivou a orientação deste trabalho.

Questões colocadas, pertinentemente, sobre a avaliação da importância dos valores patrimoniais contidos no objecto, sobre outros valores (patrimoniais) não explícitos - e que uma intervenção desatenta pode anular - sobre o método de avaliação desses valores, sobre os princípios e critérios que devem ser utilizados na intervenção, que devem ser definidos pela tutela, sobre os níveis admissíveis de profundidade de intervenção, sobre os limites da possibilidade de introdução sistemática de terciário em imóveis de tipologia sistematicamente de habitação.

5 - A Carta Municipal do Património de Lisboa, elaborada pelo Grupo da Carta do Património no âmbito do PDM, baseia-se num levantamento de conjuntos e objectos de interesse patrimonial, efectuado por Freguesia.

6 - O PDM de Lisboa prevê a possibilidade de alteração de uso para terciário, equipamentos colectivos e uso habitacional numa série de edifícios que se encontram listados no anexo I do Plano. Os artºs 34º, 49º, 60º, e 63º, nomeadamente, estabelecem, genericamente, as condições impostas: verificar-se a possibilidade de adaptação do edifício ao novo uso e definido o nível de intervenção mais adequado, de forma a não comprometer as características arquitectónicas que determinaram a inventariação; serem restaurados ou reabilitados de acordo com os critérios definidos em normas de intervenção nos edifícios constantes da Carta Municipal do Património ou de acordo com parecer de estrutura consultiva para o efeito criada. A alteração de uso em imóveis sob jurisdição do IPPAR fica sujeita a parecer daquele Instituto.

QUESTÕES de VALORAÇÃO,
 QUESTÕES RECORRENTES

Estas e outras questões, colocadas por quem mais de perto lida com casos concretos neste âmbito, são, no fundo, as questões de raiz que ainda, e talvez com mais margem de dúvida, hoje se levantam; no entanto, haverá que reconhecer que a abertura dada a estas intervenções, não fosse o clima actual de quase estagnação no panorama imobiliário nas áreas históricas, poderia ter já originado alguns casos menos “positivos”, dado o ainda relativamente afastamento dos interventores (7) em relação à problemática, complexa, que já há uma década é um dos temas de maior discussão no seio da disciplina da arquitectura; e haverá que reconhecer sem complexos, por isso, ainda a presença de estabelecer formas de abordagem, com um carácter, diria, de quase “obrigatoriedade”, que conduzam ao estudo destes casos com a profundidade e rigôr que lhes é exigida disciplinarmente.

CENÁRIOS INTERVENTIVOS

Colocam-se pois, em confronto, diferentes situações morfo-tipológicas, relativamente às quais se estabelecem cenários de intervenção que induzem um processo de questionamento sobre o objecto que nos interessa tratar.

Em determinados casos, o *cenário* corresponde a uma situação real, a um processo que se iniciou e teve o seu desenvolvimento normal, ou então a uma situação que se iniciou e estagnou.

Noutros corresponde, digamos, ao processo-tipo, cujo perfil apresenta, fundamentalmente, a pretensão de introduzir determinado programa pré-estabelecido num “espaço-contentor”, do qual se desconhecem, à priori, as respectivas potencialidades (e as possíveis virtualidades, que se poderão transformar, convenientemente geridas, numa mais-valia global), e que só mais tarde irão, lentamente, num processo sempre difícil, sendo compreendidas, aceites e integradas.

O sentido da introdução destes *cenários interventivos* é exclusivamente *operatório*.

7 - É uma realidade que a experiência portuguesa na área de intervenção sobre o património arquitectónico é ainda curta; grande distância separa também os avanços nacionais no campo das tecnologias, dos materiais e sistemas construtivos, em relação à profunda letargia na discussão das intervenções no património, no seio da disciplina da Arquitectura.

Permitirá a descrição de características singulares a determinadas intervenções, quando se confrontam um certo número e qualidade de factores, e tornar evidentes muitas das características comuns a todas elas, possivelmente com uma carga mais densa, mais complexa, do que normalmente reflectem as intervenções comuns.

Deve entender-se a análise destes casos com a profundidade relativa que o nível de tratamento das questões que estão em causa exige; não se pretendeu, de forma nenhuma, um aprofundamento de cada caso em termos do carácter histórico do edifício, ou do seu carácter técnico-construtivo, ou do carácter histórico-arquitectónico, estudos que fariam de cada caso, concerteza, uma tese.

Os elementos gráficos correspondentes, apresentados em anexo, têm exclusivamente como objectivo apenas “situar” os casos, não correspondendo a qualquer tipo de proposta interventiva no âmbito deste trabalho.

Um dos nossos objectivos é tentar a explicitação de uma inter-relação entre factores ocorrentes, em situações diversificadas, e questionar a possibilidade, ou não, de explicitar também uma valoração desses factores, o que envolve a aplicação de critérios.

Por isso, o tratamento de casos reveste essencialmente um carácter de abordagem metodológica, onde aspectos significativos são explicitados e inter-relacionados, ao nível de modelo.

4.2. Estabelecimento de modelos operativos

FACTORES OCORRENTES

Um *modelo operativo* integrará, necessariamente, a verificação de *factores ocorrentes* (8), como condição *sine qua non* para que os objectivos gerais de preservação ou valorização de carácter patrimonial sejam atingidos; o mesmo será dizer, para que se processe com rigôr um *projecto de intervenção*.

processo SELECTIVO
e GRADUAL

Ora como já vimos os *factores ocorrentes* correspondem a todo um sistema complexo e dinâmico de inter-relacionamentos de aspectos de ordem *intrínseca* e *extrínseca* ao objecto de intervenção, pelo que existe uma necessidade evidente de os seleccionar.

Esse processo selectivo, se considerarmos que se situa no contexto de um outro processo, que é o *projecto de intervenção*, configura-se naturalmente como um processo *gradual*, que corresponde a aproximações sucessivas.

FACTORES EXTRÍNSECOS

Existem, no entanto, determinados factores ocorrentes, normalmente de carácter *extrínseco*, que podem tornar-se, à priori, determinantes do tipo de intervenção que se irá operar.

Trata-se de factores que designamos de *valoração relativa* (9) (relativa ao contexto global em que se situam), que correspondem, por exemplo, a *condicionantes* de ordem conjuntural urbana (a impossibilidade da manutenção de um uso e a inevitabilidade de uma alteração de uso), ou a *intenções estratégicas* no âmbito do planeamento urbano (a instalação de um "equipamento-âncora" em determinado local, a que corresponde uma inevitável reestruturação arrastando a anulação de valores intrínsecos), ou mesmo a factores regulamentares (por exemplo uma classificação oficial que inibe, à partida, uma intervenção com um carácter mais actuante, ou regras de actuação demasiado "fechadas" constantes de regulamentos abrangentes de edifícios e conjuntos com especiais potencialidades transformativas.

8 - Consideramos factores de ocorrência as variáveis presentes num processo de intervenção, e que constituem a base de pesquisa e investigação tendentes a solucionar a questão que se coloca.

9 - Os factores de valoração relativa são respeitantes a aspectos de carácter social, cultural ou económico que, no contexto da definição de políticas de planeamento ou gestão urbanas, e relativamente a uma parte da cidade, ou à sua globalidade, ou mesmo a uma área metropolitana, podem influir significativamente na valoração relativa de outros factores ocorrentes.

Estes factores estão presentes muitas vezes, digamos, mesmo antes de uma abordagem inicial ao edifício, aos seus *factores intrínsecos*.

Se existem alguns deles que devem mesmo ser confrontados com as conclusões tiradas a partir de uma análise ou leitura prévias (como, por exemplo, um determinado programa definido antes do conhecimento da “realidade” do edifício) no sentido de se verificar, ou não, um grau de compatibilidade aceitável, que pode induzir a alterações de carácter programático, outros, pelo nível a que se apresentam, passam mesmo a constituir factores com um carácter necessariamente *condicionante*, que vão ser colocados em confronto com a “realidade” do edifício, e que vão previsivelmente motivar situações de *ruptura*.

um processo SIMULTÂNEO

A verificação de factores *intrínsecos* e *extrínsecos*, nos seus diferentes níveis, é *simultânea*, e não poderia ser de outra forma; o carácter da informação contida no objecto de intervenção (por exemplo desde o seu levantamento geométrico, das suas características enquanto sistema técnico-construtivo, das patologias, das características arquitectónicas, da matriz tipológica, das métricas, proporções e ritmos) tem necessariamente que ser confrontado com informação que lhe respeita especificamente, mas que não lhe é inerente ao *corpus* físico, como a de carácter arquivístico, ou de carácter documental histórico, ou ainda com a necessidade de análises comparativas de modelos e tipologias, por exemplo.

momentos de CONHECIMENTO
e de DECISÃO

Em termos do estabelecimento de um *modelo*, podemos considerar a existência de “momentos” mais importantes respeitantes ao *conhecimento* do objecto de intervenção, momentos cognitivos, em que se confrontam diferentes factores (relativamente aos quais se tenta uma exploração do respectivo conteúdo o mais aprofundada possível), “momentos” que correspondem, num processo de projecto, às tomadas de decisão e às opções provisórias de vária ordem (conceptual, construtiva, programática...).

momentos de
DEFINIÇÃO de CRITÉRIOS

Estes “momentos” constituem os pontos de *definição de critérios*, que correspondem ao confronto da importância reconhecida em cada um, com a importância reconhecida aos outros, ou seja, corresponde à sua *valoração* em termos relativos.

Como se vê, não é possível “separar” os factores (a não ser, evidentemente, no processo de conhecimento em que se aprofunda determinado aspecto disciplinar, por exemplo as características do sistema construtivo, ou a relação de um objecto com a envolvente, no campo das morfologias urbanas), porque irão confluir em simultâneo para o momento das opções *projectuais* e das *valorações*, ou, se quisermos, da *definição de critérios*.

um processo ABERTO

Um modelo destes, tendo também como objectivo o maior conhecimento possível do objecto de intervenção, é *aberto*, a qualquer momento, a nova informação (informação resultante, por exemplo, de uma ulterior fase de abordagem ao objecto, em que, através de sondagens se verifica a existência de estruturas camufladas), e pode ser gradualmente *repetido*.

Ou seja, estabelece-se um processo gradual de *selecção* (qualitativa) de informação, que é transposta ao mesmo tempo para dois níveis: 1. para a *valoração dos factores*, no sentido de tentar estabelecer critérios objectivados à definição de níveis de intervenção, e 2. para as *atitudes e decisões projectuais*, o que permite o desenvolvimento da sua configuração, dos seus *limites*, que por sua vez induz a pesquisa de nova informação em direcções mais precisas, ou menos alietórias.

O que corresponde exactamente a um processo de estruturação simultaneamente analítico (do objecto intervencionado) e projectual (das propostas de actuação, em termos de princípios e em termos *conceptuais, espaciais, matéricos, construtivos*).

um processo CÍCLICO,
 INCLUSIVO e SELECTIVO

Tratando-se por outro lado, digamos, de um modelo *cíclico*, e ao mesmo tempo *inclusivo* e *selectivo*, exige uma verificação tão rigorosa quanto possível de toda a extensão da informação potencialmente, e previsivelmente, existente (o que pressupõe a *inclusão* de todos os factores, e uma *transdisciplinaridade*), mas em que é necessária uma *selecção crítica e qualitativa* (por exemplo, supondo uma intervenção sobre um imóvel “mal” classificado, em que foram sobreavaliadas determinadas características, o processo de intervenção deve ser claramente crítico e não ser inclusivo de um factor erradamente valorado).

O carácter *cíclico* corresponde a uma gradual e sucessiva selecção, de fase para fase, dos *factores* e dos aspectos significativos da sua *inter-relação*, (selecção com base na sua valoração, evidentemente), que assumem maior interesse, ou maior importância, e que constituem, no fundo, numa fase ulterior do processo, os “valores”.

INVESTIGAÇÃO e VALORAÇÃO

Reside, quanto a nós, nessas fases intermédias e sucessivas de valoração, a definição de *critérios*, que serão tão estritamente aplicáveis quanto a singularidade dos casos.

Um modelo deste tipo tende para atribuir uma importância prevalecte à *investigação* decorrente da própria intervenção, do próprio projecto de intervenção, para a determinação de valores e consequentemente de critérios, fundamentando-se num processo de conhecimento da “realidade” que é inseparável de um processo *interpretativo*, também ele próprio *criativo*.

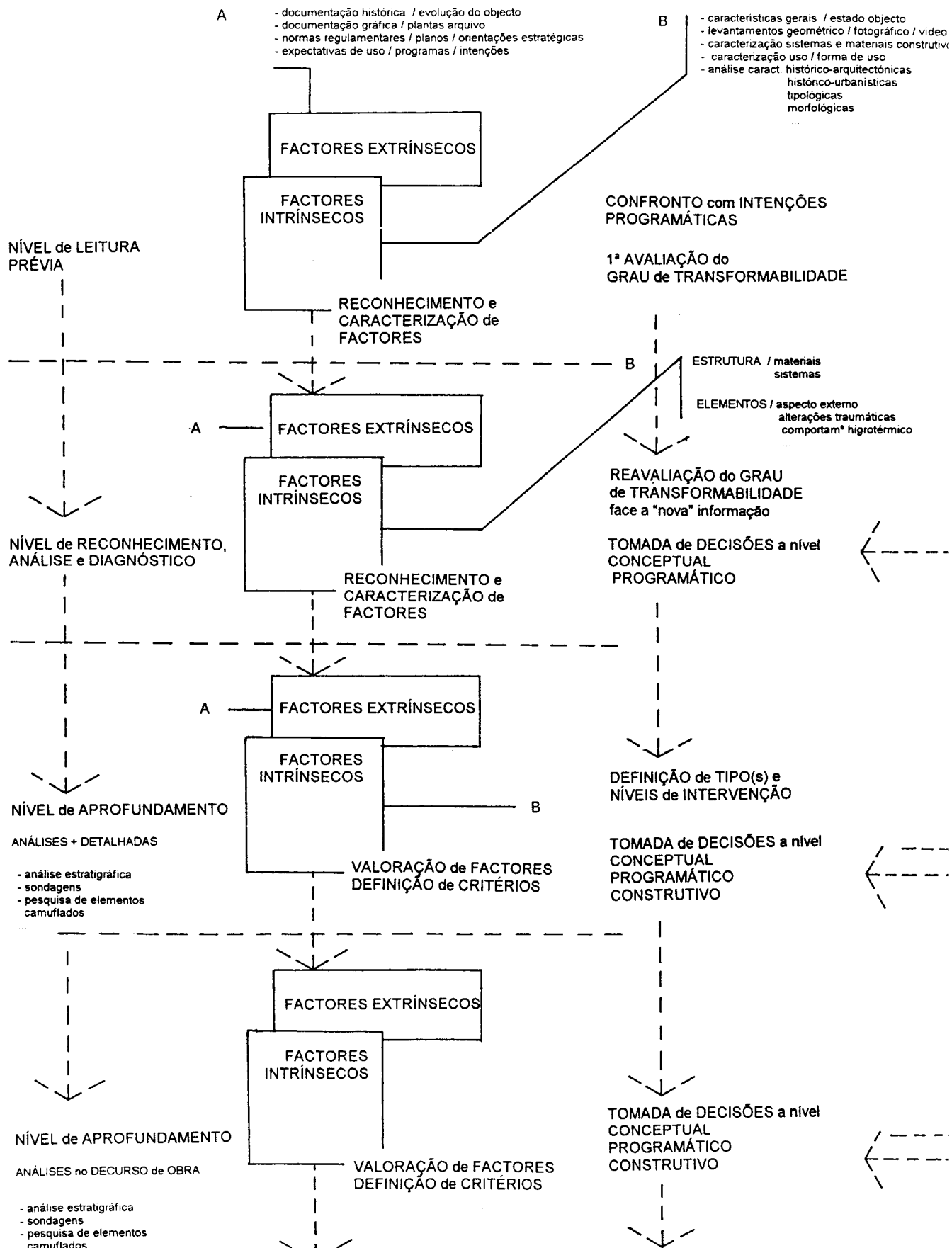
É por isso que se pode dizer que, ainda que não haja acção exercida sobre o objecto de intervenção, sempre que se aplique um processo de aproximação deste tipo, se está a aumentar o valor de um dos seus valores extrínsecos, e portanto, a valorizá-lo globalmente.

Pode considerar-se que é sempre possível “estender” o modelo de abordagem à intervenção de forma a que a valoração dos factores radique nos sucessivos momentos de decisão no processo de projecto.

E para que o processo, a leitura, a identificação dos factores, a valoração, seja tão alargada quanto possível, a abordagem de um aspecto deverá estabelecer rapidamente a inter-relação possível com outros .

FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
 CAP.4 EXEMPLIFICAÇÃO OPERATIVA: ASPECTOS PARCELARES de CASOS

ESQUEMA de MODELO-SÍNTESE de aproximação a um objecto de intervenção



4.3. Abordagem de aspectos parcelares de casos

4.3.1.

Edifício Versailles (*)

Av. da República, Lisboa, inícios séc. XX.

VALORES intrínsecos
 vs VALORES extrínsecos

Este caso exprime, de forma singular, um confronto entre os valores do edifício como exemplar representativo de uma época de transformação da cidade, e os factores de carácter extrínseco, cuja valoração justificaria, só por si, uma intervenção profunda.

Trata-se de um imóvel correspondente à ocupação inicial da malha do Plano das Avenidas Novas de Ressano Garcia, de finais do séc. XIX (Plano Geral de melhoramentos de 1901/1904), edificado em 1919.

É parte integrante de um quarteirão representativo do tipo de ocupação inicial daquela malha.

VALORES intrínsecos

Apresenta uma tipologia de habitação corrente em edifícios de rendimento, para a sua época de construção, ocupando um lote em profundidade.

Observa-se um nítido contraste de tratamento entre a fachada principal e o tratamento da fachada posterior (varandas/marquises com escada metálica de socorro e serviço), denotando a atitude de privilégio conferida à parte “pública” do edifício, voltada à rua, como era habitual.

A importância atribuída à fachada principal, materializada na composição arquitectónica e no extenso programa decorativista aplicado, com referências a edifícios parisienses da época, reflecte-se no tratamento dos espaços interiores directamente articulados com essa fachada, quer pela qualidade da relação espacial que é estabelecida entre e exteriores, quer pela qualidade de elementos decorativos presentes nessa zona, ao contrário do que se passa no resto do edifício.

No piso do R/C situa-se o Salão de Chá Versailles, equipamento singular e referencial no contexto das Avenidas Novas e da própria cidade, cuja permanência potencia claramente todos os outros valores atribuíveis ao imóvel.

(*) - Ver anexo 5

CENÁRIO interventivo

O cenário interventivo considerado é o seguinte:

- a) a alteração do uso habitacional para escritórios;
- b) valorização do Salão de Chá, mantendo as características actuais;

O cenário descrito coloca, à partida, a questão da *reutilização* do edifício (alteração do uso para que inicialmente o edifício foi construído), sobre uma tipologia de habitação colectiva, de rendimento, que apresenta uma matriz ou esquema distributivo à partida condicionada (pelas proporções do lote e pelo programa inicial), e, por isso também bastante condicionadora de uma operação de *reutilização*, para um diferente uso.

Neste caso, a própria adaptação do edifício a uma nova forma de uso habitacional, não se faria nunca pacificamente, atendendo às novas exigências, designadamente em termos de relação de áreas e níveis de conforto interior que se exigiriam num edifício destinado a habitação apresentando uma tal localização e área por piso.

Coloca-se aqui, portanto, a questão por um lado da menor ou maior capacidade de *adaptação* do edifício a novas funções, as acções que essa alteração de usos acarreta, em termos de *transformação* da respectiva tipologia (descrita essencialmente, neste caso, no esquema distributivo) e, por outro lado, o reconhecimento de diferentes factores ocorrentes valoráveis que se encontram presentes, e a sua relação, a fim de tentar determinar se essa adaptação seria possível, e que tipo de intervenção aconselharia.

Esses factores reportam-se da seguinte forma:

VALORES extrínsecos

O valor de memória urbana (ao nível da estrutura urbana), corresponde ao facto de se tratar de uma edificação original de preenchimento de uma estrutura urbana planeada, possuindo um certo grau de singularidade, dado terem já sido demolidos grande parte dos exemplares da ocupação inicial das Avenidas, (nomeadamente na Av. da República), tornando-se assim um elemento representativo dessa ocupação.

Sob o ponto de vista das características morfo-tipológicas, corresponde a uma tipologia específica, habitacional, colectiva, de rendimento, situada em contexto urbano específico, repetível

com certo grau de raridade; é da conjugação destes dois factos que resulta parte significativa do interesse do edifício.

Sob o ponto de vista dos aspectos da morfologia urbana, trata-se de um elemento integrante de um conjunto-frente de quarteirão de qualidade apreciável, exemplo único como conjunto coerente da ocupação inicial das margens da Av. da República.

VALORES ambientais-urbanos

Na perspectiva das características ambientais-urbanas observa-se o seguinte:

a) a sua inserção morfo-tipológica apresenta aspectos negativos no contexto da caracterização urbana da frente de quarteirão, derivada da diferença de escalas que apresenta em relação aos imóveis adjacentes, gerando uma contradição real entre o interesse intrínseco do elemento e sua capacidade caracterizadora, e a ruptura que provoca, potenciada pelo não tratamento das empenas.

b) o interesse pelo seu potencial papel num processo de qualificação do interior do quarteirão, pelo equipamento específico que apresenta no R/C e a possibilidade real de articulação com esse interior de quarteirão.

VALORES simbólicos e referenciais

São valoráveis ainda os aspectos simbólico-memorial urbano e referencial urbano: a sala de chá Versailles, indissociável das características arquitectónicas e ambientais do seu espaço exterior e interior.

Em termos sócio-culturais manifesta-se interesse na possibilidade de *reutilização* do edifício e de uma sua diferente articulação com o interior do quarteirão, como factor indutor de outras intervenções qualificadoras, quer no mesmo quarteirão (cinema Nimas, livraria Municipal), quer noutros quarteirões, reflectindo claramente uma vantagem em termos culturais e vivenciais para aquela zona da cidade (factores de valoração relativa).

FACTORES intrínsecos

De tipologia corrente para a época de construção, apresenta características técnico-construtivas que, não sendo especialmente representativas, apresentam um estado de conservação e qualidade que permite encarar uma intervenção de *reabilitação* sem recurso a substituições estruturais; não apresenta elementos singulares, a nível construtivo, que lhe confirmam um interesse especial.

VALORES arquitectónicos

A sua qualidade arquitectónica corresponde, fundamentalmente, à qualidade específica da fachada principal, e à sua relação com o espaço interior nas salas directamente articuladas com essa fachada; corresponde também à qualidade decorativa dessa fachada e dos interiores (estuques e pinturas em tectos e paredes), fundamentalmente nessas salas; corresponde ainda à permanência de *elementos* correspondentes a soluções técnicas de acessos verticais (caixa de elevador e respectivo maquinismo, e escada em caracol, metálica, característica das traseiras dos quarteirões das Avenidas); corresponde evidentemente também à qualidade espacial e decorativa do interior da Sala de Chá.

VALORES NOTÁVEIS

Dos factores descritos assumem particular notoriedade os factores simbólico e memorial urbano, (o interesse do ponto de vista histórico do desenvolvimento da cidade), o factor referencial urbano e o factor caracterizador ambiental-urbano (através da fachada e da sala de chá, em inter-relação), o factor relativo à qualidade arquitectónica das salas articuladas com a fachada principal (com elementos decorativos e soluções técnicas significativas, elevador, escada em caracol), e o factor de valoração relativa (a potencial capacidade de indução de outras intervenções qualificadoras do quarteirão, designadamente do seu interior, e exemplar para as Avenidas).

O confronto dos factores considerados mais significativos, com o cenário de intervenção apontado, resulta na definição dos seguintes parâmetros de intervenção e respectivo nível de profundidade:

PARÂMETROS interventivos

- a *reabilitação* do edifício, com eventual possibilidade de reestruturação parcial, envolvendo em parte a demolição da estrutura inicial, à excepção do troço correspondente aos espaços articulados com a fachada principal;
- a *alteração da matriz distributiva*, possibilitando a introdução de novas funções, com manutenção da localização do acesso vertical e da configuração de espaços articulados com a fachada principal.

- a introdução de novos elementos compositivos arquitectónicos decorrentes de uma eventual *reestruturação* do edifício, correspondendo a uma nova qualidade do desenho de empenas e sua articulação com os imóveis adjacentes, com recurso a uma linguagem contemporânea e coerente com a intervenção induzida pela reestruturação.

- a introdução de nova concepção no alçado voltado ao interior do quarteirão, como parte do projecto global de uma intervenção de reestruturação, traduzindo-se uma qualificação do próprio interior desse quarteirão.

- a introdução de relações de articulação do salão de chá com o interior do quarteirão, observando a possibilidade de equacionar esse projecto em conjunto com outros promotores.

PREVALÊNCIA de
factores de valoração relativa

Conclui-se, neste caso, pela a possibilidade de uma relativa prevalência dos factores de valoração relativa, designadamente a capacidade de indução de outras intervenções, num contexto de relativa degradação ambiental urbana, a que se associa um gradual esmorecimento dos valores afectivos da população em relação a um determinado local, sobre valores relativos a factores intrínsecos.(10)

10 - A questão mais importante deste caso poderia colocar-se desta forma: dever-se-à privilegiar a manutenção do imóvel existente, a sua valorização cénica através de uma intervenção de reabilitação superficial, não facilitando uma alteração de funções, mantendo o fundamental da sua matriz tipológica; ou dever-se-à considerar mais importante a adopção de uma atitude que considere primordialmente o contexto do edifício, o seu processo de transformação e degradação, e necessidade de valorização global, e assuma as potencialidades indutoras que poderá conter uma intervenção mais profunda que possibilite uma maior eficácia de desempenho funcional do imóvel?

4.3.2.

Casa das Varandas(*)

Rua dos Bacalhoeiros, Lisboa, inícios séc.XV, séc. XVIII, inícios séc. XIX.

POTENCIALIDADES
e riscos

Situação particularmente interessante pela contradição que encerra: o seu grande interesse do ponto de vista histórico-arquitectónico, arqueológico e ambiental urbano, confronta-se com uma utilização actual desadequada, desqualificada, que gerou um estado de conservação extremamente deficiente e quase um estado de ruptura; situação propiciadora de intervenções drásticas e profundas.

SOBREPOSIÇÃO
de pré-existências

Com uma ocupação inicial, comprovável (11) desde 1560, foi objecto de intervenções importantes entre 1741 e 1748; arruinado pelo terremoto de 1755, foi reedificado entre 1763 e 1781, data em que sofreu um grande incêndio, tendo sido reconstruído em 1805, e, posteriormente objecto de sucessivas obras de alteração sobre o seu esquema distributivo, até à actualidade.

VALORES histórico-arquitectónicos
e ambientais-urbanos

A última reconstrução, a que corresponde o edifício tal como hoje se apresenta, parece ter abrangido os dois *prazos* em que se dividia a propriedade, dotando assim o conjunto de uma uniformidade na fachada principal voltada a Sul, em estilo barroco joanino sobre matriz de composição pombalina, (de notável interesse do ponto de vista histórico-arquitectónico e ambiental-urbano) o que não sucede nas fachadas, diferenciadas, voltadas à Rua Afonso de Albuquerque.

O edifício assenta sobre o muro de suporte que vence o desnível entre a Rua dos Bacalhoeiros e a Rua Afonso de Albuquerque (12) sobre o qual se desenvolvia a *cerca moura*. Adjacente à Casa dos Bicos, estabelece actualmente com este imóvel uma singular relação urbana, apresentando o conjunto um valor referencial importante naquela zona da cidade.

É, também, parte integrante, e fortemente caracterizador, de uma frente urbana singular na sua relação com a encosta, factor extrínseco ao qual é atribuível grande valor, pela especial capacidade caracterizadora que apresenta.

11 - Luiz Pastor de Macedo, Lisboa de lés-a-lés, Vol.II pág 157, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1942.

12 - A. Vieira da Silva, A cerca moura de Lisboa, 3ª Edição, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1987.

(*) - Ver anexo 5

VALORES arqueológicos

Situa-se, previsivelmente, sobre importantes vestígios de salgas de peixe *romanas*, na continuidade das estruturas verificadas na adjacente Casa dos Bicos, enquadrando-se na lógica de *ocupação urbana romana* de articulação à frente ribeirinha, que tem vindo a ser detectada pela encosta de Alfama.

DEGENERESCÊNCIA
de formas de USO
e de DESEMPENHO

A metade nascente do edifício encontra-se desocupada, à excepção do R/C que apresenta comércio de baixa qualidade; a parte poente encontra-se ocupada nos diferentes pisos, fundamentalmente com pensões também de baixa qualidade, característica dominante de toda a área urbana envolvente.

Corresponde à parte do edifício que se encontra desocupada um estado de degradação profundo, ao nível de cobertura e dos últimos pisos, derivado de infiltrações de águas pluviais; por outro lado, na parte nascente do edifício observam-se assentamentos de pisos, derivados provavelmente de uma sucessão de transformações internas para adaptação a diferentes usos, que em determinados casos afectou, com certa profundidade, o sistema estrutural.

Neste caso, a uma evidente degradação dos materiais e do sistema construtivo, associa-se uma degenerescência gradual da forma de uso, num contexto que tem sido, cíclicamente, objecto de intervenções tendentes a uma requalificação nunca conseguida. (13)

Por outro lado, como consequência das sucessivas alterações introduzidas interiormente no edifício, a situação actual, do ponto de vista das suas características tipológicas, não se mostra suficientemente representativa; o edifício, sob o ponto de vista histórico-arquitectónico, perdeu coerência.

CENÁRIO INTERVENTIVO

O *cenário interventivo* corresponde à adaptação da metade nascente do edifício a Hotel.(14)

13 - Recorde-se a intervenção profunda na Casa dos Bicos, adjacente, no âmbito da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura, e a instalação mais recente da actual sede da Comissão para os Descobrimentos, as obras de construção da Praça fronteira. A Casa das Varandas, apesar do seu reconhecido valor e interesse, não se encontra classificado oficialmente; encontra-se inventariado em diferentes levantamentos; encontra-se, no entanto, na zona de protecção da Casa dos Bicos e integrado em Zona Especial de Protecção; encontra-se ainda na área de intervenção do Gabinete Técnico de Alfama, factores que lhe conferem um grau de protecção apreciável.

14 - O facto de se tratar de uma intervenção apenas em metade do imóvel coloca questões de carácter metodológico importantes; embora considerando as possibilidades efectivas de realização, até que ponto deverá ser feita uma abordagem global de todo o imóvel? Que problemas poderá levantar, neste caso, esta visão "parcial"?

REQUALIFICAÇÃO urbana e
 VALOR DOCUMENTAL

O tipo de programa descrito coloca, fundamentalmente, a questão da compatibilização de dois aspectos fundamentais nas intervenções sobre o património arquitectónico: o grande interesse da introdução, naquele local, de um programa com grandes potencialidades de regeneração urbana, portanto uma *reutilização*, com a preservação dos valores intrínsecos do edifício, que, neste caso, abrangem todo um conjunto de aspectos com valor documental, (vestígios de ocupação romana, no sub-solo, vestígios de anteriores fases de construção), sobre os quais se terá construído a fase actual do edifício.

EXIGÊNCIAS E RISCOS

Ora o cenário interventivo apontado envolve, pela natureza específica do programa, a introdução de um conjunto de soluções de carácter técnico-construtivo e arquitectónico, que venham a possibilitar o bom desempenho do edifício para o novo uso (por exemplo, a adopção de novo esquema distributivo, materiais e sistemas adaptados a exigências de segurança, diferentes áreas de compartimentos, instalações sanitárias, elevadores) mas que podem colocar em causa, à partida, a permanência de valores importantes.

FACTORES de
 VALORAÇÃO RELATIVA

Por outro lado, observam-se factores extrínsecos que, a serem considerados, e convenientemente valorados, tomam um peso apreciável na definição de possíveis critérios de intervenção:

POTENCIALIDADE de
 requalificação urbana

por um lado, o interesse, do ponto de vista da requalificação da área histórica em que se insere, na alteração de uso considerada; por outro, a continuidade do processo de degradação do tipo de uso, ou mesmo a manutenção do actual, corresponde à continuidade do processo degenerativo da qualidade ambiental urbana, e do próprio edifício.

A introdução de programas qualificados de hotelaria em pequenas unidades tem demonstrado a sua viabilidade e a sua eficácia em áreas históricas; responde a uma procura de qualidade, e por isso induz a instalação de comércio específico, novas actividades directamente ou indirectamente associadas, como o turismo, e não exige grandes infraestruturas de acesso ou estacionamento, por exemplo.

Se perspectivarmos este cenário de intervenção considerando todo o peso efectivo que apresentam os factores de carácter ambiental-urbano (factores de carácter valorativo), e se considerarmos todas as virtualidades da inserção de um uso qualificado no edifício, não há grandes dúvidas de que a intervenção poderia assumir um carácter de reestruturação, onde as questões de compatibilização dos aspectos técnico-construtivos e arquitectónicos com as pré-existências seriam o fulcro do projecto, e a sua resolução, a eficácia do mesmo:

1. A compatibilização da inserção de uma nova estrutura com a manutenção e integração dos valores documentais observáveis (estruturas arqueológicas no sub-solo, elementos construtivos correspondentes a fases anteriores de ocupação, alguns possivelmente ainda camuflados, ambos em articulação com os edifícios envolventes, cerca moura);
2. A compatibilização entre um novo esquema distributivo e os elementos com valor documental a manter, materializados em estruturas resistentes ao nível dos primeiros pisos; uma compatibilização a ser expressa na eficácia do projecto, e por isso na qualidade espacial arquitectónica global.
3. A compatibilização da espacialidade arquitectónica proposta (materializada na sua matriz, no seu esquema distributivo), com os valores histórico-arquitectónicos presentes, no sentido de obter uma coerência estruturalentretanto perdida (fachadas vs matriz).

4.3.3.

Cine-Teatro Éden(*)

Lisboa, Praça dos Restauradores, inícios séc XX.

PREDOMÍNIO de
factores extrínsecos

A intervenção efectuada sobre o Cine-Teatro Éden é claramente representativa de um caso de predomínio de factores extrínsecos sobre a valoração de factores intrínsecos.

O edifício do Cine-Teatro Éden, inaugurado em 1937, com projecto de 1933 de Carlos Dias, com influências de Cassiano Branco, corresponde ao culminar de um processo de renovação do anterior Teatro Éden (inaugurado em 1914), processo no decurso do qual aquele último apresentara diferentes propostas sequenciais.

O CARÁCTER TRANSFORMATIVO
das pré-existências

É interessante neste caso ter uma visão rápida da série de transformações urbanas que se operaram neste local, até à sua configuração actual.

O local de implantação corresponde ao anexo do Palácio Castelo Melhor, construído em 1837, que apresentava dois pisos de gosto neoclássico; Raul Lino, em 1904, apresenta um projecto de ampliação em altura destes anexos através de um prédio de habitação de 3 pisos, que não veio a ser construído; em 1906 os anexos são objecto de uma ampliação em altura, em estrutura de ferro, com uma volumetria de cerca de dois pisos, destinada à instalação da Garagem Beauvalet. Posteriormente, em 1914, e curiosamente ainda recuperando o embasamento constituído pela estrutura do anexo inicial, é construído o primeiro Teatro Éden, então com linguagem arquitectónica referenciada à fachada do Coliseu, ao S. Luís ou ao Politeama, estéticas entretanto já em crise pela introdução dos valores modernistas. (15)

A DINÂMICA URBANA
Relatividade dos valores patrimoniais

Esta sucessão de ocupações no espaço de 100 anos constitui, só por si, um exemplo interessantíssimo do carácter dinâmico da cidade e transformativo dos edifícios, e também da relatividade

15 - Elementos extraídos do documento de trabalho Do Éden-Teatro ao Hotel-Apartamentos Éden, de Raquel Henriques da Silva, constante do processo de obras, e de Lisboa Desaparecida vol. 2, Marina Tavares Dias, Ed. Quimera, 1990.

(*) - Ver anexo 5

que tem envolvido, e envolve, estas mesmas questões: qualquer um dos edifícios anteriormente construídos ao actual ex-Éden, se tivesse permanecido, estaria sem dúvida classificado e protegido.

Levanta também a questão da rápida transformabilidade urbana e da necessidade da inventariação e uma clara classificação dos elementos qualificados e representativos mais recentes.

Estas questões reportam também, e por isso, à problemática das inventariações e classificações de imóveis, que constituem um factor extrínseco muitas vezes determinante quanto ao tipo de intervenções a que podem ser sujeitos.

E pode ser nesta perspectiva, da relatividade da valoração dos factores ocorrentes, questão que se coloca com muito mais acuidade em relação ao património arquitectónico mais recente, que se pode considerar o *cenário interventivo*, que corresponde às obras que actualmente decorrem.

Esse *cenário* corresponde à “adaptação” do Cine-Teatro, a Hotel.

Levantando, logo à partida, uma das questões fulcrais neste âmbito de intervenções: há determinadas tipologias que, pela natureza do esquema distributivo e pelas características espaciais que apresentam (normalmente determinadas por necessidades de carácter funcional) são incompatíveis com outro tipo de uso, que exija, por seu lado, um esquema distributivo muito específico, como é o caso vertente da função hoteleira (ou, no caso, habitacional, tratando-se de um *aparthotel*).

De resto, outro tipo de questões se colocariam, muito menos radicais, se se tratasse, por exemplo, de um *cenário interventivo* que partisse do conhecimento das características do espaço existente para a determinação de um programa de carácter lúdico, cultural e comercial que lhe fosse ajustável. (16)

16 -Outras idéias surgiram, na sequência de uma visão mais de conjunto dos valores patrimoniais desta zona, articulando uma desejável intervenção de valorização na adjacente Estação do Rossio (gare) e de uma reutilização dos espaços adjacentes da CP e da Santa Casa da Misericórdia, até S. Roque, com o Éden, atribuindo-lhe um estatuto mais próximo da “passagem” lúdico-cultural para o coração do espectáculo da capital, focalizado no Teatro D. Maria.

A este propósito, o texto “O Edénico centro cultural dos Restauradores”, de José Manuel Fernandes, Expresso 21.12.91, e as propostas englobantes do projecto VALIS (Plano Estratégico para a Valorização do Património Arquitectónico e Urbano, em relação com o desenvolvimento económico e social”, coordenado por Jorge Gaspar, 1990-92).

CLASSIFICAÇÃO
 vs decadência

Neste caso, pois, dois factores fundamentais, assumindo maior importância, se confrontam, à partida.

Por um lado, a classificação oficial, que tem subjacentes valores respeitantes a factores de carácter histórico-arquitectónico, factores de carácter arquitectónico e tipológico, factores de carácter de significação, valores esses que subsistiam.

VALORES INTRÍNSECOS

Exemplar qualificado, pelas características da sua espacialidade, pela complexidade da sua construção, representativo dos Teatros e Cinemas de um período da nossa *história da arquitectura*, referência à obra de Cassiano Branco, testemunho de uma permanência já longa da função cultural e espectacular naquele local, e, acima de tudo, portador de um valor rememorativo muito especial para a cidade.

VALORES EXTRÍNSECOS
 Desqualificação urbana
 e alterações de hábitos

Por outro, um factor de valoração relativa, de carácter sociológico-urbano, que se traduz na gradual decadência do equipamento, na crescente obsolescência e no gradual abandono cujo motivo radica em mudanças estruturais verificadas na cidade, nos hábitos, (concretamente quanto ao Cinema), e particularmente alterações de carácter vivencial no contexto da sua localização (Avenida da Liberdade, charneira com a Baixa), que deixa de ser local de estar e convívio da cidade para passar a canal de tráfego rodoviário.

Factos exteriores aos valores intrínsecos do objecto arquitectónico, e que induzem uma degenerescência global, que afecta o ambiente urbano envolvente, e de que o próprio edifício, intrínsecamente, também participa.

UMA ALTERAÇÃO de USO
 indutora de uma
 REQUALIFICAÇÃO URBANA

Noutra perspectiva, numa visão mais alargada do conjunto urbano e da área histórica em que se situa, a inflexão de uma tendência de desertificação nocturna e de uma crescente degradação ambiental e social, (e por isso também degradação patrimonial, em termos gerais), poderá ser apoiada pela re-introdução de funções que motivem a permanência residencial, que propiciem a vivência do local e induzam também outras permanências.

E nesse sentido torna-se positivo que o Éden “viva”, responda a necessidades actuais, ainda que passe por uma alteração de uso, se não houver alternativas reais e que coincidam num determinado momento.

Já não é possível dissociar o curso da actividade (ou inactividade) do *património arquitectónico*, como o Éden, ou o Politeama, ou o Coliseu, de toda uma área envolvente com a qual se relaciona (do Bairro Alto à Baixa Pombalina e à Avenida); como não se pode isolar a restituição de uma qualidade ambiental-urbana e de um valor patrimonial à Baixa Pombalina ou ao Rossio, de operações de requalificação com impacto suficiente, para serem sinais de regeneração, de que o Éden possuía potencial.

UMA INTERPRETAÇÃO
DA PRÉ-EXISTÊNCIA

A partir do momento em que é decidida a possível alteração de uso, está ultrapassada a questão fulcral; não há adaptabilidade tipológica possível, está implícita a demolição dos espaços do Cine-Teatro, e todas as questões decorrentes são já questões de outro nível: como interpretar uma composição de fachada que nunca se articulou com o seu interior; como integrar um núcleo de escadarias e uma fachada principal, e ser contemporâneo.

Estamos, pois, perante um caso em que vários factores de carácter extrínseco ao edifício se sobrepõem aos valores implícitos; factores conjunturais na cidade e na sociedade, possivelmente transitórios, conduzem à impossibilidade da permanência de uma determinada função, que arrasta o encerramento do equipamento e, ao mesmo tempo, a expectativa de outros usos.

INEVITABILIDADE

Digamos que é um caso em que não se verifica nunca propriamente uma valoração de factores em confronto, mas se constata antes uma inevitabilidade, criada pela dinâmica urbana.

ALTERAÇÃO de SIGNIFICADOS

Dentro dessa inevitabilidade, alguns elementos pré-existentes são integrados no novo edifício; curiosamente, a fachada principal e a escadaria inicial, tomam, também eles, outros valores e outros significados: a fachada, que passará a ter as proporções e os elementos cenográficos que continha no seu projecto inicial, (sendo reposta uma alteração entretanto efectuada) continuará a conter o seu valor rememorativo; a escadaria, deixando de estar associada à função de elemento fulcral que tinha, não podendo ser a escadaria nobre, é museificada, passando a conter um valor subsidiário no conjunto do novo edifício; aquilo que a justificava deixou de existir.

ANACRONISMOS

A fachada voltada ao Palácio Foz é reconstruída, adoptando uma composição referenciada à arquitectura modernista; perdurará uma imagem-referência anacrónica.

A contemporaneidade, e eventualmente novos valores de carácter arquitectónico, poderão estar na nova relação possível do edifício com a Praça dos Restauradores, e na medida da possibilidade dessa nova leitura e nova fruição, através da abertura dos grandes vãos na fachada.

Por outro lado, poderão estar na possibilidade da criação de novos referenciais culturais-urbanos, pela introdução de actividades qualificadas nesse âmbito, e que sejam claramente apelativas, iniciando um novo ciclo de construção de valores, articulados com o objecto e o seu (ainda) valor rememorativo.

4.3.4.

Edifício “Expresso” (*)

Lisboa, R. Duque de Palmela, inícios séc. XX.

CONFRONTO de VALORES

Trata-se de uma situação que coloca particularmente em confronto uma valoração claramente atribuível a factores intrínsecos ao edifício, quer de carácter tipológico, histórico-arquitectónico, ou ainda de significação, com factores de ordem regulamentar e, associados a este, os de ordem ambiental-urbana.

Imóvel construído nos inícios do século, com projecto de Ventura Terra (1902), corresponde à ocupação inicial da nova malha urbana de expansão da cidade delineada por Ressano Garcia, cabendo-lhe a resolução de um dos gavetos resultantes. Imóvel construído nos inícios do século, com projecto de da articulação dessa nova estrutura com direcções apoiadas em pré-existências (no caso, a ligação Rotunda-Rato).

Essa particular situação gerou, como era de esperar e como se repete regularmente em situações idênticas pela cidade, uma tipologia de programa de habitação específica, apresentando um esquema distributivo de desenvolvimento simétrico de dois corpos, focalizado no núcleo de acessos vertical, central e articulado com um pátio interior.

Por outro lado, as dimensões e a configuração do lote permitiram, o que já não é tão frequente, um desenho global unitário, com grande coerência e presença urbana, recorrendo a um léxico corrente para a época, bem dominado, e obtendo uma espacialidade interior de qualidade.

O edifício foi objecto de mudança de usos para serviços, acarretando algumas alterações de carácter construtivo, sem que, no entanto, se traduzissem na quebra da sua matriz tipológica.

CENÁRIO
Interventivo

O cenário interventivo adoptado aponta para a *reabilitação* do imóvel, a construção de caves destinadas a estacionamento automóvel e a ampliação em altura através de dois novos pisos, com o objectivo de o dotar de uma eficácia que responda às actuais necessidades, mantendo a mesma ocupação.

Podemos partir de dois níveis diferentes de questões, que se articulam, e que parecem importantes para equacionar os factores em causa e respectiva valoração:

(*) - Ver anexo 5

FACTORES REGULAMENTARES
 e factores implícitos

1 Uma delas respeita à relação de factores exteriores ao edifício, (de ordem regulamentar), com factores intrínsecos (tipológicos, histórico-arquitectónicos e de significação); trata-se de uma questão que nos pode reportar ao âmbito dos critérios de intervenção implícitos em disposições regulamentares.

Valores Tipológicos

O imóvel apresenta evidente valor tipológico, justificado quer pelas condições singulares do carácter urbano em que se implanta (configuração e proporções do lote), quer pela qualificada resolução do esquema distributivo, constituindo um exemplar representativo na cidade (e com especial interesse numa abordagem morfo-tipológica).

Valores arquitectónicos
 e histórico-arquitectónicos

Além de obra significativa no contexto da produção do autor, do ponto de vista da apreciação dos factores de carácter histórico-arquitectónico, a qualidade espacial e a coerência global do projecto determinam-lhe um interesse particular.

Valor de significação
 e valor histórico

O imóvel apresenta um valor rememorativo específico, enquanto edifício-sede de um Semanário importante na vida cultural da cidade, que se relaciona também, por esse facto, com a sua qualidade de referencial urbano.

Valor técnico-construtivo

É, sob o ponto de vista técnico-construtivo, exemplar de qualidade, representativo de uma época, não apresentando graves patologias que justifiquem, por si, uma intervenção profunda.

Numa apreciação geral, o imóvel é portador de toda uma série de valores intrínsecos qualificados que, não fazendo dele um edifício notável, se articulam no entanto perfeitamente com a sua qualidade de inserção urbana; é esse aliás um outro factor exterior, onde é valorado o seu contributo enquanto caracterizador importante de um determinado ambiente urbano.

FACTORES regulamentares
 e TRANSFORMAÇÃO

Verificados estes valores, até que ponto factores extrínsecos ao edifício, factores de carácter regulamentar, podem influir no seu modo de transformação?

Neste caso, na hipótese de uma intervenção sobre o imóvel, são aplicáveis as regras de procedimento constantes de um Plano específico (17) de nível inferior.

Classificado, nesse âmbito, como apresentando *Interesse Arquitectónico e Ambiental* (18), o edifício passa a ser susceptível de uma gama alargada de tipos de intervenção - conservação, reabilitação ou reestruturação (19) - tipo esse que é determinado (pelo município) depois de uma vistoria onde são identificados os *elementos construtivos e arquitectónicos insusceptíveis de alteração ou demolição* e, obviamente, o *tipo de intervenção* permitido.

Está, aparentemente, resolvida uma (sempre complexa) fase de abordagem ao património arquitectónico, a da leitura das (pré)existências e respectiva avaliação.

CONFLITO de CRITÉRIOS

E se não se der uma convergência de critérios?

Se considerarmos a aplicabilidade de um modelo válido e rigoroso de abordagem que, numa primeira fase de aproximação à intervenção (já uma fase projectual), estabelece uma leitura prévia do imóvel, com o objectivo de detectar os factores ocorrentes intrínsecos imediatos, (e, em simultâneo, os factores extrínsecos), nesse primeiro momento projectual pode constatar-se a extemporaneidade da definição dos aspectos regulamentares emanados de uma vistoria anterior (e a serem observados).

Isto porque a própria definição, ou identificação desses elementos, já inclui, em definitivo, os critérios a adoptar e, implicitamente, a valoração conferida aos aspectos observáveis. (20).

17 - Regulamento do PUALZE (Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zonas Envolventes), Manuel Fernandes de Sá, Francisco Barata.

18 - De acordo com o constante no PUALZE, os edifícios ou Conjuntos com Interesse Arquitectónico e Ambiental são aqueles que satisfazem, pelo menos, uma das condições: a) encontrarem-se documentados no GUAL ou noutros documentos de igual âmbito ou de reconhecido mérito; b) serem representativos de períodos da História da Arquitectura Portuguesa, constituindo parte de conjuntos urbanos homogéneos, formados por repetição de tipologias de habitação; c) constituírem exemplo de tipos de equipamentos representativos de determinados períodos da História da Arquitectura Portuguesa.

19 - Conceitos definidos no mesmo PUALZE, Artºs 13º a 17º.

20 - A não ser que a abordagem à intervenção fosse sistematicamente realizada por uma entidade exterior ao projectista, processo que negaria, por completo, a idéia prevalecente nesta área disciplinar de que o projecto se inicia na leitura do existente, e que essa leitura, quem a faz é o interventor, porque faz já parte do seu método

AUTONOMIA no projecto

Por outro lado, o interventor irá estabelecer, autónomamente, uma metodologia própria, investir, hipoteticamente, numa investigação apoiada em determinados princípios ou métodos de abordagem ao património arquitectónico, e vai defrontar-se, à partida, com critérios que poderão ser, ou não, mais ou menos coincidentes, e que radicam, fundamentalmente, numa prática de gestão urbana. (21)

CRITÉRIOS RESTRITIVOS

Uma conclusão provisória é que esses critérios regulamentares (que serão definidos normalmente através de um procedimento necessariamente superficial, sempre longe de um método de projecto) poderão ser demasiadamente restritivos na perspectiva do método de abordagem projectual que radica na leitura do objecto de intervenção (e, recorde-se, a leitura prolonga-se, por vezes pelo próprio decurso da obra).

Mas também que a sua ausência, na ausência de rigôr disciplinar, se traduz claramente numa abertura à anulação de todo o tipo de valores, através de intervenções de carácter especulativo, sistematicamente demolidoras.

ANÁLISE e DIAGNÓSTICO

Contradição que, para possibilitar simultaneamente uma intervenção disciplinarmente mais investigativa e rigorosa e obstar às interpretações alietórias e superficiais, poderá ser resolvida pelo recurso à obrigatoriedade da análise e diagnóstico prévios do objecto de intervenção, como primeira fase de projecto.

2. Um outro nível de questões prende-se com o tipo de cenário interventivo descrito; é um cenário comum: construção de caves para estacionamento automóvel e ampliação do número de pisos.

A construção de caves articula-se, em termos operativos, com factores de carácter intrínseco claramente valoráveis; a incompatibilidade com a manutenção de uma matriz tipológica representativa e com a espacialidade interior, de qualidade (factor de carácter arquitectónico), a que se associa também a qualidade do sistema construtivo e o respectivo bom estado de conservação (factores de carácter técnico-construtivo).

21 - Ainda que esses critérios, materializados em pareceres, sejam uma sucessão de documentos elaborados por técnicos de diferentes instâncias, por vezes com abordagens contraditórias sobre os mesmos assuntos.

Por outro lado, a necessidade de introdução de novos acessos revela-se sempre conflituante com a composição arquitectónica inicial.

A prevalência de todo um conjunto de factores de carácter intrínseco parece determinar a inviabilidade da construção de caves; e residindo a hipotética construção de caves na justificação para uma intervenção de reestruturação, a conjugação do valor atribuído aos outros factores aconselharia claramente a uma intervenção de *reabilitação*.

A ampliação do número de pisos levanta dois níveis de questões que se encontram necessariamente relacionados: um, de carácter extrínseco, ambiental-urbano, referente às relações de articulação do edifício com os imóveis adjacentes e com toda a envolvente, em termos morfológicos: outros, intrínsecos, de articulação da nova proposta com a composição actual do imóvel, devendo ser ponderado até que ponto, ou a partir de que ponto a alteração introduzida poderá ou não corresponder a uma anulação dos valores de carácter arquitectónico existentes, e até que ponto a qualidade arquitectónica da proposta suprirá esse anulamento.

4.3.5.

Edifício de Ventura Terra(*)

Lisboa, Praça Marquês de Pombal, inícios séc. XX

UM CENÁRIO
de dúvidas

O cenário avançado para uma abordagem a este imóvel, é, essencialmente, o seguinte: o processo de transformação urbana da Rotunda, prosseguindo o Plano de Carlos Ramos, obriga a decidir se o edifício de Ventura Terra permanece ou se dá lugar ao completamento do Plano, obrigando à sua demolição.

É, sem dúvida, um caso muito singular, onde coexistem e se confrontam, radicalmente, importantes factores a considerar, quer relativos ao edifício, quer exteriores.

Aparentemente linear esta questão, que se resumiria a uma “simples” opção entre dar uma conclusão a um conjunto arquitectónico coerente ou conservar um testemunho de uma fase inicial da ocupação da Rotunda, encerra contudo várias outras questões que se prendem, fundamentalmente, com a qualificação dos valores que cada uma destas realidades apresenta, e como se relacionam.

VALORES INTRÍNSECOS
globais e significativos

O edifício em causa, da autoria do Arqº Ventura Terra, edificado no início do século (1901?) durante a primeira fase da ocupação da Rotunda, é um dos dois últimos exemplares resistentes (22) à lenta, mas gradual, implementação que tem vindo a ser feita do Plano Carlos Ramos.

O imóvel apresenta um valor global intrínseco muito apreciável; a uma matriz tipológica de habitação de rendimento especialmente clara e bem resolvida no seu esquema distributivo (organização simétrica no sentido da grande profundidade do lote, com fulcro na sucessão do núcleo de entrada, acessos verticais e pátio), corresponde uma espacialidade interior qualificada, e um tratamento formal exterior representativos de uma época e do conjunto da obra do autor.

22 - Esta afirmação deve-se ao facto de haver sido já aprovada a demolição de dois edifícios contíguos inflectindo para a Rua Braancamp, já com a aplicação de critérios inscritos no Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e no sentido de dar continuidade (e quase conclusão) ao Plano Carlos Ramos, tal como anteriormente acontecera com o Edifício-Sede do Clube Naval; a qualidade, em valor absoluto, dos dois imóveis referidos, é genericamente, inferior à do edifício em causa; o outro imóvel, ainda existente, correspondente à ocupação inicial da Rotunda localiza-se adjacente ao Edifício-Sede do Diário de Notícias, aliás numa posição urbana de charneira e articulação deste último com o Plano.

(*) - Ver anexo 5

O seu estado de conservação e a qualidade do sistema construtivo possibilitariam uma operação de *restauro* e *reabilitação*.

A RUPTURA LATENTE

A Rotunda apresenta-se morfológicamente coerente (admitindo-se a substituição dos edifícios adjacentes ao de Ventura Terra, que inflectem para a Rua Braancamp), com o plano edificado já na sua maior parte; volumetricamente homogéneo, de cêrcea contínua, profundidade constante.

No troço da frente onde se situa este imóvel, pressente-se a previsível ruptura (morfológica, de escalas e características formais) que se verificará a partir do momento em que se confronte, lateralmente, com o plano concretizado.

A RUPTURA
 como MEMÓRIA URBANA

Uma questão prévia que se pode colocar é: verificando-se ruptura, é forçoso resolvê-la?

Quais os valores que estão subjacentes a esta questão?

São valores referentes a factores extrínsecos ao objecto de intervenção, mas com ele articulados profundamente.

Por um lado, podemos pensar que, de um ponto de vista histórico-urbanístico, a permanência de uma ruptura urbana pode ser um facto significativo, e inclusivé, pode ser entendido no seu valor documental, (do ponto de vista histórico-urbanístico).

E que a permanência da ruptura corresponde à permanência de uma matriz tipológica, neste caso exemplar, quer no contexto de uma catalogação, quer pela qualidade arquitectónica global que lhe está implícita.

Valores rememorativos

Por outro lado, de um ponto de vista de uma valoração do carácter ambiental-urbano, não no aspecto da relação directa, morfológica, com a (hipotética ou futura) envolvente, mas enquanto portador de um valor de significação (principalmente rememorativo de um determinado momento da expansão da cidade, evocativo de acontecimentos históricos memoráveis que o tiveram por cenário) pode ser interessante e obter um grau apreciável de importância.

Uma ruptura pode pois, por hipótese, ser assumida como tal, desde que sejam reconhecidos os valores que lhe estão associados.

Confrontando a hipótese com outro factor extrínseco, de carácter regulamentar (23), pode constatar-se, também neste caso, que a carga de critérios aí implícitos é enorme.

Atribuindo esse instrumento regulamentar uma classificação do edifício que omite os valores intrínsecos do objecto, ao considerá-lo *sem valor patrimonial ou ambiental*, nega, à priori (da intervenção, da abordagem) o confronto de todos os factores efectivamente ocorrentes.

OS PLANOS TARDIOS
 Sequelas da renovação urbana

Trata-se pois de um caso paradigmático (pela sua localização, contexto e valor do imóvel), dos conflitos motivados pela implementação tardia dos planos com carácter de *renovação urbana*, que chocam ainda hoje com diferentes concepções de abordagem à cidade e ao *património arquitectónico*.

Questões do mesmo tipo têm-se colocado sempre que no contexto de áreas históricas se introduziram planos de renovação, sistematicamente não integralmente cumpridos, (caso exemplar é o Aterro da Boavista) provocando rupturas ao nível de alinhamentos de planos de fachada e ao nível de cérceas e ocupação da profundidade dos lotes, gerando, normalmente situações altamente desqualificadas e de resolução difícil.

Depois desta questão prévia, uma questão sequente configura-se na forma de resolução de uma hipotética ou aparente ruptura.

Assim, podemos-nos colocar em duas perspectivas distintas:

COMPLEMENTAMENTO

Numa, de complemento integral do Plano, supostamente valorando as suas qualidades intrínsecas e extrínsecas, (as suas características enquanto proposta arquitectónica e as suas qualidades enquanto projecto urbanístico), reconhecendo-lhe a capacidade de resolver com uma eficácia pragmática aquele fragmentado nó urbano, faria sentido a substituição do edifício de Ventura Terra por mais um troço do projecto-tipo.

23 - O Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade classifica o edifício sem interesse Patrimonial ou Ambiental por via de, na nossa interpretação e provavelmente na dos autores do Plano, constituir uma ruptura tipo-morfológica na malha urbana, dando abertura, assim, a qualquer tipo de intervenção, incluindo a demolição e construção de novo edifício; abre, assim, todas as hipóteses, por essa via, de leitura morfológica, de conjunto, ainda que os factores intrínsecos valoráveis sejam de tal modo explícitos no imóvel, qua a todos se levantam dúvidas.

Valores implícitos do Plano

Esta atitude envolveria um reconhecimento implícito da qualidade global que é proposta no Plano (e a sua qualidade não é indiscutível), arcando com o grande estigma da extraordinária lentidão com que tem sido implementado e por isso da sua extemporaneidade (24) quando parte do Plano construído requer já obras de reabilitação, decide-se ainda sobre o seu completamento

MANUTENÇÃO

Numa outra perspectiva, de manutenção do edifício de Ventura Terra, abrir-se-ia a discussão sobre as formas de entendimento desta pré-existência naquele contexto.
 Questão tão pertinente como de difícil resposta.

A partir do momento em que é uma valoração de factores intrínsecos que justifica uma manutenção, (e atendamos neste caso à qualidade dos factores ocorrentes), a intervenção adequada é, provávelmente o *restauro*, com a reposição das qualidades notáveis.

Outras perspectivas se abrem de interpretação e projecto radicadas numa tentativa de conciliação da memória com a resolução da ruptura morfológica:

A NOSSA CONTEMPORANEIDA

Quer hipóteses híbridas, envolvendo o seu coroamento superior através de uma continuidade parcial do plano, (alterando-lhe o seu valor intrínseco arquitectónico), quer hipóteses de ampliação em altura, numa aproximação de *cérceas*, através de interpretações mais analógicas ou mais miméticas, (retirando-lhe o seu valor *existente* sob o ponto de vista histórico-arquitectónico) poderiam significar quer o esvaziamento do sentido da preservação do imóvel, justificado pelos seus valores intrínsecos, quer o contributo polémico da nossa contemporaneidade para a interpretação do nosso momento.
 Que, sem dúvida, faria *história*.

24 - Este caso em particular coloca uma questão interessante: trata-se de dois valores patrimoniais em confronto, um dos quais o é mais pela concepção articulada com intenções urbanísticas e menos pela sua concretização.

4.3.6.

Palácio Lumières (*)

Lisboa, Rua de S. Pedro de Alcântara, séc. XVII

CONFRONTO
de valores

Apresenta particular interesse, neste caso, reflectir sobre a simultaneidade e o confronto de factores intrínsecos, como os de carácter tipológico, histórico-arquitectónico, ou técnico-construtivo, com os extrínsecos, como os de valoração relativa.

Trata-se de um Palácio de configuração inicial do séc. XVII, possivelmente sobre estruturas anteriores, ocupando integralmente um quarteirão da malha do Bairro Alto, apresentando-se como exemplo de *arquitectura chã* já nos inícios do séc. XVIII. (25)

Reconstruído em princípios do séc. XVIII, é dotado de nova estrutura e esquema distributivos (ainda reconhecíveis); na primeira metade do mesmo século volta a ser objecto de alterações que lhe conferem o cariz joanino que apresenta, sendo, nomeadamente, transformadas as escadarias (através da introdução de um sistema de repartição de lanços de grande efeito expressivo), que se vem a tornar um dos elementos emblemáticos do edifício; posteriormente (1779) o edifício é objecto de novas e profundas transformações, envolvendo a introdução de um piso intermédio no andar nobre, e de alterações ao esquema distributivo; no séc. XIX, o pátio aberto sobre uma das frentes de quarteirão, que lhe determinava a organização em U, é fechado através da construção de um anexo.

Actualmente objecto de usos tão diversificados como desqualificados, apresenta um elevado grau de descaracterização interior, embora a sua presença urbana continue notável.

Apresenta-se como um caso de um objecto arquitectónico cuja configuração (séc. XVIII) foi sendo sucessivamente alterada, muito significativamente ao nível do interior, subsistindo no entanto um conjunto de elementos que ainda permitem reconhecê-lo na sua tipologia original.

CENÁRIO
INTERVENTIVO

O *cenário interventivo* considerado aponta, genericamente, para a reutilização do imóvel, para uso habitacional nos pisos superiores e comércio no R/C, construção de caves para estacionamento automóvel e restituição da configuração inicial do pátio; um super-aproveitamento de áreas sob a cobertura "impõe" uma alteração da sua configuração inicial, enquanto o núcleo notável de escadarias é colocado em risco pela, hipoteticamente previsível, grande profundidade da intervenção.

25 - Helder Carita, Palácio Lumières, in A Sétima Colina, Roteiro Histórico-Artístico, Lisboa94, Livros Horizonte, 1994; Helder Carita, Bairro Alto, Tipologias e modos arquitectónicos, Câmara Municipal de Lisboa, 2ª Edº, 1994.

(*) - Ver anexo 5

Podem colocar-se à partida duas questões que parecem determinantes para uma avaliação quer dos valores em questão quer, conseqüentemente, do tipo de intervenção mais aconselhável:

O IMÓVEL NO SEU
 CONTEXTO

1. O protagonismo do imóvel: situa-se num contexto urbano muito específico, numa área histórica onde é difícil contrariar um processo de degenerescência global; uma intervenção requalificadora num dos edifícios notáveis, reforçando a função habitacional qualificada, revelar-se-ia altamente benéfica e poderia ter um papel indutor de outras operações semelhantes. Trata-se de um factor extrínseco, de valoração relativa, associado a um outro factor de carácter ambiental-urbano, a que deve ser atribuído o devido valor, numa perspectiva mais alargada da reabilitação de todo um conjunto do qual o imóvel participa.

A CAPACIDADE de
 ADAPTAÇÃO

2. O grau de capacidade de adaptação do imóvel a uma nova forma de uso (uma vez que o uso inicial se mantém): essa maior ou menor capacidade poderá ser avaliada através da conjugação de diferentes factores intrínsecos ao edifício (de carácter tipológico e arquitectónico, histórico-arquitectónico, técnico-construtivo e possivelmente também arqueológico) e considerar ainda um outro tipo de factores extrínsecos, de carácter histórico-urbanístico.

É determinante pois a verificação dessa capacidade de o edifício acolher, no fundo, um novo programa.

A abordagem de factores intrínsecos pode ser primordial:

Valores Tipológicos

O imóvel apresenta grandes alterações no seu interior, relativamente à sua configuração do séc XVIII, derivadas de sucessivas adaptações e diferentes necessidades de uso, inclusivé mudanças de funções; do esquema distributivo inicial mantêm-se, fundamentalmente, os elementos construtivos mais expressivos e resistentes.

O seu valor enquanto exemplar de uma tipologia representativa é afectado significativamente por essas alterações.

Valores arquitectónicos e
 histórico-arquitectónicos

No entanto a subsistência de elementos construtivos pontuais (núcleo das escadarias joaninas, elementos resistentes que permitem uma restituição do carácter espacial do edifício), corresponde à permanência de valores relativos à qualidade arquitectónica latente no edifício (estrutura inicial), que se reportam à sua tipologia, e também de valores de carácter histórico-arquitectónico (valores documentais, pontuais, a manter, cuja importância pode ser “medida” pela capacidade que contém para informar o projecto de intervenção).

Valores
 técnico-construtivos

Às alterações que se verificaram correspondem importantes patologias no sistema construtivo, apresentando-se inclusivamente zonas em estado de ruína; trata-se, porém, de um caso em que a tipologia radica em soluções construtivas (elementos resistentes, núcleo de escadaria, corredores de serviço) com certo valor “autónomo”, ainda existentes, e que são claramente valoráveis (também pela sua potencialidade como informação e “base” material para o projecto de intervenção).

Valores arqueológicos

A previsibilidade da existência de estratos anteriores ao séc.XVIII, no sub-solo, ou de anteriores elementos arquitectónicos camuflados, corresponde à possibilidade da existência de informação de carácter histórico-urbanístico e histórico-arquitectónico, avaliável em tempos diferentes (antes e no decurso da obra), e, por isso, com valores em aberto. Podem revelar-se determinantes quanto ao tipo e profundidade de intervenção, e conseqüentemente quanto à operação em geral (pode eventualmente condicionar, decisivamente, a abertura de caves para estacionamento, ou a concepção do projecto, ou determinar a sua inflexão em determinado momento).

Se alguns factores intrínsecos ao edifício não apresentam globalmente um grau de coerência e autenticidade impeditivos da sua transformação, outros requerem uma rigorosa manutenção.

De um ponto de vista da apreciação dos valores de carácter histórico-urbanístico interessa reter neste caso a estrutura edificada com todas as características correspondentes à sua tipologia inicial.

Valores
ambientais-urbanos

De um ponto de vista da apreciação de factores de carácter ambiental-urbano, a salvaguarda de valores intrínsecos (através da possibilidade de reconhecimento da sua tipologia, de uma coerência e qualidade arquitectónicas que integrem uma espacialidade pré-existente), contribui para a qualificação do valor do conjunto urbano em que se insere, dá-lhe uma *autenticidade* a todos os níveis de apreciação.

PRÉ-EXISTÊNCIA
Informação para o projecto

Trata-se de um caso em que se verifica que o imóvel contém, potencialmente, informação de carácter histórico-arquitectónico, técnico-construtivo, arquitectónico e, previsivelmente, arqueológico, materializada em estratos sucessivos, com grande valor operativo num processo de projecto que radique na compreensão selectiva das pré-existências.

VALORES de eficácia projectual
versus
valores documentais

Aspectos como 1. a eventual construção de caves (necessariamente de pôr como hipótese a testar, pela importância que assumem os aspectos funcionais de estacionamento nestas áreas e também pelas actuais exigências de carácter funcional nestes programas); 2. a alteração da configuração de coberturas (por via do aproveitamento de águas furtadas para habitação); 3. a reposição e integração, no projecto, da anterior configuração do pátio ver-se-iam confrontados com dois critérios fundamentais:

- a coerência e eficácia do projecto proposto, sem abdicar de uma interpretação de dados numa perspectiva de operar com valores contemporâneos face a pré-existências com um grau apreciável de alterações desqualificadas e problemas de carácter técnico-construtivo, que dão, por isso, abertura a uma atitude mais *transformativa*.

- a preservação estrita de elementos identificados como documentos da evolução do próprio edifício, a integrar no projecto.

Trata-se de um caso em que, com muita probabilidade, poderia radicar na verificação da possibilidade técnica da construção de caves, com manutenção dos elementos resistentes existentes e configuradores da sua matriz tipológica, a viabilidade da introdução do programa apontado no cenário interventivo.

4.3.7.

Edifício na Baixa Pombalina(*)

Lisboa, Rua de S. Julião, séc. XVIII

FACTORES COMUNS
 CRITÉRIOS GERAIS

Os tipos de intervenção na área da Baixa Pombalina, apesar da coerência do seu plano e de se tratar de uma arquitectura de programa (26) não podem ser generalizáveis, pelo facto de se apresentarem situações com características muito diversificadas, decorrentes do maior ou menor grau de transformação de cada imóvel, e também pela extensão da área abrangida; coexistem, no entanto, diferentes factores comuns, quer de carácter intrínseco, quer de carácter extrínseco, cuja apreciação, em diferentes situações, e posterior confronto, pode permitir uma aproximação a aspectos que actualmente parecem fundamentais para uma definição de critérios de intervenção.

INTERACÇÃO entre o ELEMENTO
 e o CONJUNTO

O caso vertente questiona-nos sobre a forma como o tipo de abordagem interventiva nos elementos de um conjunto coerente pode influenciar os seus valores globais.

METODOLOGIA baseada no
 reconhecimento de VALORES

Por outro lado, exemplifica uma metodologia de abordagem que se inicia num processo de reconhecimento e valoração de factores ocorrentes.

FACTORES INTRÍNSECOS

Trata-se de uma situação em que um processo de valoração de factores intrínsecos ao objecto de intervenção encontra uma certa dependência relativamente a critérios, necessariamente genéricos, aplicáveis ao conjunto coerente de que é parte integrante.

26 - A opção fundamental pela reedificação integral da Baixa, em detrimento da reconstituição do aglomerado pré-existente, é só por si, um aspecto interessante do ponto de vista da abordagem aos valores de significação.

Assente numa estrutura reticular, modulada e hierarquizada (hierarquia no dimensionamento de vias, articulada com uma diferenciação de modelos tipológicos), a sua coerência reside também na proporção dos quarteirões, unidades morfológicas, e na uniformidade dos edifícios, em termos da sua concepção global (matriz tipológica, esquema distributivo, sistema e materiais construtivos), apresentando genericamente 5 pisos, (R/C destinado a comércio e restantes pisos de habitação), primeiro piso com janelas de sacada, segundo e terceiro com janelas de peitoril e quarto de águas furtadas na prumada dos vãos inferiores, cantarias a revestir vãos, pilastras em cunhais e separação de prédios, panos de parede rebocados em ocre jalde, com variações de pormenorização; Bibliografia essencial: José-Augusto França, A Arte Portuguesa de Oitocentos, Lisboa, 1979; Lisboa: Urbanismo e Arquitectura, 1980; A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina, 1981, Instituto de Cultura Portuguesa; José-Augusto França, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Livraria Bertrand, Lisboa, 1987; Lisboa e o Marquês de Pombal, catálogo da exposição, Vol. I, II, e III, Museu da Cidade, 1982; GUAL, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1987.

(*) - Ver anexo 5

Existe um valor, ou um conjunto de valores, atribuíveis ao conjunto, parte deles inerentes às suas unidades morfológicas, o quarteirão, parte deles inerentes a cada edifício, cada parcela, nos seus factores intrínsecos, individualizados, e parte deles na qualidade do carácter ambiental-urbano, por excelência nos espaços públicos.

CARÁCTER TRANSFORMATIVO
 VARIÁVEL

As sucessivas transformações a que têm sido sujeitos a generalidade dos imóveis deste conjunto, no decurso destes últimos 200 anos, variam em termos de qualidade e de profundidade de intervenção.

Se encontramos casos de transformações profundíssimas como a da sede bancária na Rua do Ouro, com projecto de Ventura Terra, (1906), envolvendo uma substituição integral “à luz de um critério urbanístico modernizante de estruturas tanto como de imagens - que só Ventura Terra pôde sustentar com inteligência à vontade cosmopolita”⁽²⁷⁾ que envolveram uma substituição integral, e constituem hoje um valor patrimonial como a sua “autonomia” dentro de um outro conjunto patrimonial, ou casos de adaptações da matriz tipológica inicial a diferentes usos, como o hoteleiro, mantendo as características fundamentais dos sistemas iniciais (tipológicos e construtivos) e as características exteriores, a grande maioria dos imóveis apresentam aspectos transformativos mais ou menos parciais, correspondentes à sua gradual adaptação, ao longo do tempo, a diferentes necessidades de funcionamento e formas de uso, (o que, fazendo parte da natureza do próprio objecto arquitectónico é também, muitas vezes, um dos factores determinantes da sua degenerescência).

TRANSFORMAÇÕES tipológicas

A gradual adaptação das iniciais matrizes tipológicas de habitação para escritórios, serviços e comércio foi-se realizando lentamente.

É a partir da possibilidade de utilização de novos sistemas e materiais (numa primeira fase o ferro, e de seguida o betão armado), em confronto com os materiais e sistemas iniciais, que se configuram as maiores alterações tipológicas, passando, normalmente, pela supressão de partes da estrutura inicial (sistema de gaiola), a espaços total ou parcialmente de planta livre, multiplicando-se acessos verticais, muitas vezes apenas articulando internamente alguns dos pisos.

²⁷ - José-Augusto França, A Arte Portuguesa de Oitocentos, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1979, pág.98.

Estas alterações tipológicas configuram a maior parte das vezes uma incoerência com a lógica compositiva de alçados, patente por exemplo em alterações radicais nos alçados interiores.

ALTERAÇÕES formais
 PATOLOGIAS construtivas

A gradual transformação dos pisos de R/C para adaptação a novos tipos de comércio, referidos a modelos que se articulam com espacialidades diferentes, envolve significativas demolições de compartimentação e elementos portantes, e também o rasgamento de fachadas, com supressão de nembos, por vezes até ao nível do 1º piso.

É na alteração dos ritmos, métricas e configurações iniciais dos vãos do R/C que se sente um dos maiores graus de descaracterização dos nodelos iniciais, potenciado por uma crescente desqualificação das intervenções arquitectónicas a esse nível.

alterações morfo-tipológicas

Por outro lado, esboçam-se patologias estruturais, devidas à desadequação das alterações ao sistema pré-existente, grande parte das vezes efectuadas sem uma visão global do comportamento do edifício, daí resultando um seu desempenho gradualmente mais deficiente. (28)

Instituições bancárias sediadas na Baixa encetam projectos de modernização de instalações que se traduzem na demolição integral de interiores e na reestruturação dos imóveis, com manutenção das fachadas, e simultaneamente na ampliação de áreas através do aumento do número de pisos, sendo normalmente coroados por *amansardados*, num total anacronismo e desentendimento das características dos modelos e tipos da arquitectura pombalina.

níveis de transformação

Podemos situar quatro níveis de transformações sobre diferentes factores intrínsecos e extrínsecos susceptíveis de valoração dos elementos deste conjunto, que têm vindo a ser a causa determinante de uma descaracterização global:

a) Alterações das características de ritmos, proporções e, configuração de vãos, acompanhadas de alterações de qualidade e características de materiais, ao nível do R/C

28 - Oportunas comunicações versando esta matéria foram apresentadas ao 2º ENCORE, LNEC, Lisboa, 1994, das quais se destacam: João Appleton, Passado, Presente e Futuro da Lisboa Pombalina; Maria de Lurdes Alvarez, Baixa Pombalina, preservação e requalificação.

comercial, afectando gravemente o seu valor histórico-arquitectónico e arquitectónico, e os valores de carácter ambiental-urbano.

b) Alterações à matriz tipológica inicial, a par da substituição de materiais e sistemas técnico-construtivos iniciais, anulando ou pondo em causa valores representativos singulares.

c) Alterações volumétricas aos modelos e tipos iniciais, através de um descontrolado aumento de número de pisos, a par da descaracterização de tipos de cobertura, anulando valores de carácter histórico-arquitectónico, morfológicos (o carácter hierarquizado inicial do plano), e de carácter ambiental-urbano.

d) Abertura de caves, afectando os sistemas estruturais iniciais do edifício, o comportamento estrutural da envolvente e, em determinados casos, anulando valores de carácter arqueológico notáveis.

valor de participação
do elemento no conjunto

Verifica-se pois que cada objecto componente do conjunto contém potencialmente, em maior ou menor grau, valores que participam de uma coerência global, e que por isso não podem ser tomados isoladamente.

Esses valores são inseparáveis de toda uma época fundamental da história do desenvolvimento da cidade (no seu aspecto urbanístico, de inovação tecnológica, de alteração nos sistemas de produção de materiais, de medidas estratégicas de gestão urbana), que estão muito para além das fachadas.

Estes factores de carácter extrínseco (cujo peso, por exemplo, é determinante quando se proõe a inscrição da Baixa Pombalina como Património Mundial) são sistematicamente postos em causa por qualquer um dos níveis de transformação que verificamos ocorrerem.

critérios gerais

Mais recentemente, as entidades tutelares começaram, tardiamente, a adoptar critérios genéricos tendentes a travar o processo de descaracterização evidente, critérios esses já expressos em normas regulamentares (29) critérios que, pela sua generalidade, podem conter uma certa perversidade.

29 - Plano Director Municipal de Lisboa, aprovado em 1994, Artº 40º do Regulamento, respeitante à área histórica da Baixa Pombalina; "...o licenciamento de obras é limitado à beneficiação, restauro e conservação, ou alterações pontuais que visem a reposição das características primitivas dos edifícios e que não impliquem a demolição de elementos estruturais, de fachadas, coberturas, ou abertura de caves".

Verifica-se que a restrição de intervenções tendentes a manter o edifício com um grau de eficácia arquitectónica que responda a necessidades actuais, corresponde na prática a um congelamento e a uma paralização de investimentos, o que corresponde a um abandono gradual, a um decréscimo da qualidade do tipo e forma de uso, e a uma perda global dos valores patrimoniais.

Daí, na ausência de um indispensável estudo específico orientador e de estruturas técnicas próprias de acompanhamento, a necessidade de definir, pragmáticamente, caso a caso, que tipo e profundidade de intervenção se torna possível permitindo, simultaneamente, manter o imóvel com a sua eficácia arquitectónica e salvaguardar os seus valores fundamentais, intrínsecos e extrínsecos.

aspectos observáveis
para valoração

Define-se então uma grelha de objectivos e aspectos observáveis, com que cada intervenção deve ser confrontada. O processo radica na necessidade imprescindível de uma leitura prévia do edifício, para reconhecimento dos factores ocorrentes, (impondo-se como uma primeira fase projectual):

- a. manutenção ou reposição do sistema construtivo inicial;
- b. aproveitamento de tabiques na capacidade organizadora do espaço, evitando a sua demolição sistemática;
- c. reposição da dimensão inicial do saguão, com demolição das construções aí existentes;
- d. recuperação de pavimentos em madeira;
- e. manutenção e restauro do revestimento de fachadas;
- f. reposição da métrica compositiva e configuração de vãos quando se encontrem alterados;
- g. manutenção e reposição de caixilharias de madeira com perfis idênticos aos iniciais;
- h. possibilidade de introdução de elevadores hidráulicos com estrutura metálica, em articulação com a manutenção dos pavimentos de madeira e escadas existentes;
- i. possibilidade de introdução de escadas de madeira ou metálicas.
- j. manutenção ou reposição das características iniciais da cobertura). (30)

30 - Elementos extraídos de documento de trabalho do IPPAR, Direcção Regional de Lisboa, sobre linhas de orientação para apreciação de projectos referentes à Baixa Pombalina, 1993, elaborado pelo autor deste trabalho e pela Arq^a Ana Figueiredo, e da comunicação de Maria de Lurdes Alvarez, Baixa Pombalina, Preservação e Requalificação, 2º ENCORE, LNEC, Lisboa, 1994.

CENÁRIO INTERVENTIVO

O caso vertente apresenta como cenário uma intervenção de reabilitação do edifício para uso terciário, envolvendo a manutenção de paredes interiores interiores portantes e demolição de parte expressiva de tabiques existentes em vários pisos, a introdução de medidas de reforço de estabilidade global do imóvel e supressão de ocupação existente no logradouro.

FACTORES INTRÍNSECOS
 sistema construtivo
 matriz distributiva

O confronto destas intenções com a anterior grelha de objectivos e factores observáveis permite perceber que dois aspectos importantes são observados: a manutenção do sistema construtivo original (a estrutura em gaiola), e a manutenção dos pavimentos; o aproveitamento de tabiques divisórios não é efectuado, dando origem ao anulamento da matriz distributiva inicial, nas partes em que ainda subsiste.

uma valoração estrutural ou parcial?

Colocam-se aqui já dois tipos de questões: a manutenção do sistema construtivo pode ser entendido apenas como uma operação “parcial”?; ou seja, parte estrutural deve ser mantida, valorada como tal, e parte divisória tem só um valor no campo do esquema distributivo?

Por outro lado, como deverá ser valorado apenas um troço de sistema construtivo inicial?

confronto de valores

Por outro lado, a introdução de um elevador, embora articulado espacialmente com o núcleo de acessos pré-existente, pressupõe também uma ruptura importante com o sistema construtivo existente, obrigando a entrosamentos ou reestruturações parciais que mantenham o bom desempenho estrutural do imóvel, ao mesmo tempo que altera a matriz distributiva.

Aqui confrontam-se valores de carácter intrínseco com factores de carácter extrínseco, de valoração relativa, que correspondem à necessidade de dotar os imóveis de condições que permitam o seu desempenho face às necessidades e exigências de uso actuais.

valoração de factores extrínsecos

Outros aspectos, a reposição da configuração do saguão e das características exteriores, correspondem a uma valoração de factores quer de carácter histórico-arquitectónico quer de carácter ambiental-urbano.

As questões fulcrais, neste caso, deslocam-se para o nível de transformação aceitável, no interior, ao nível da alteração do esquema distributivo (partindo da manutenção integral do sistema estrutural) e nas repercussões de carácter construtivo derivadas pela introdução de um elevador, em termos de compatibilização de materiais e sistemas.

necessidade de
uma referência global

Reportando a todo o conjunto de factores de carácter extrínseco que se colocam neste caso, a ponderabilidade do nível de intervenção admissível passa necessariamente pela determinação da maior ou menor representatividade deste elemento no conjunto, o que só pode ser aferido através do conhecimento sistemático da realidade do conjunto, pela selecção de casos e tipologias de intervenção.

4.3.8.

Edifício dos Banhos de S. Paulo(*)

Lisboa, Travessa do Carvalho, finais séc. XIX

Os processos de intervenção sobre o *património arquitectónico*, decorrentes de *concursos* públicos de arquitectura, reflectem de forma ímpar a diversidade de abordagens disciplinares neste âmbito; este caso levanta questões interessantes sobre as potencialidades de induzir a leitura do património através de sinais contemporâneos, e os seus limites.

A construção do edifício dos Banhos de S. Paulo iniciou-se em 1854, sob projecto de Pedro Pézerat, em resposta à necessidade da implantação de um equipamento termal que permitisse o aproveitamento de águas sulfúreas com fonte próxima do Arsenal da Marinha. Manteve-se em funcionamento até 1976, sendo posteriormente utilizado como ginásio, até à sua entrega à Associação dos Arquitectos Portugueses em 1991, em avançado estado de degradação.

VALORES e DEBILIDADES

Tratava-se de um edifício com uma matriz tipológica clara, centrada num pátio interior, com uma distribuição regular compartimentada perfeitamente adaptada ao programa termal. Entre a fachada principal, de referências neo-clássicas, e o interior, (com uma espacialidade profundamente marcada pela iluminação zenital, pelo pátio coberto central e pelas galerias circundantes, com colunas de ferro atraentemente oitocentistas), situavam-se os valores de carácter arquitectónico que lhe eram intrínsecos; na discrepância entre uma aparente monumentalidade, anunciada pela fachada principal, e a modéstia dos interiores encontrava-se a grande contradição e a fraqueza da sua arquitectura.

CENÁRIO INTERVENTIVO

O *cenário interventivo* pressupunha, por via de um concurso público de arquitectura, a sua adaptação a uma sede institucional (sede da Associação dos Arquitectos Portugueses), envolvendo um programa extenso de múltiplas articulações e valências funcionais, e com uma componente cultural também voltada para o exterior da instituição.(31)

31 - O programa de concurso incluía uma abordagem aos valores arquitectónicos do imóvel, sendo explicitados os critérios de intervenção a que o edifício poderia vir a ser sujeito; deveria ser mantida a fachada principal e quanto ao interior, era considerado que aos autores das propostas competiria uma interpretação dos valores intrínsecos, dando-se abertura, contudo, a uma atitude que considerasse simbolicamente a memória da espacialidade e ambiente pré-existentes.

(*) - Ver anexo 5

A proposta seleccionada nesse processo de concurso propôs a *demolição total do interior* do edifício existente e uma *diferente espacialidade interior*, embora claramente referenciada à matriz tipológica anterior, que interpretou de forma muito particular o desfazamento de número de pisos entre a fachada principal e o interior, a fachada tardoz, e a recriação do anterior pátio, assumindo o desfazamento tipológico e distributivo entre a anterior função termal e as necessidades do novo programa.

FACTORES EXTRÍNSECOS

Verificava-se, neste caso, a ocorrência de factores importantes de carácter ambiental-urbano.

valores de significação colectiva

Valores de significação colectiva, justificados pela sua longa utilização enquanto edifício termal, especialmente como uma memória colectiva local, quer ainda outros valores de significação, de carácter histórico (32), articulados também a valores referenciais urbanos, pela singularidade do edifício e da sua função no contexto da cidade.

valores referenciais urbanos

Por outro lado, a relação que estabelecia com a sua envolvente imediata, conferia-lhe um determinado valor enquanto caracterizador de um ambiente.

elemento primário

A situação urbana que ocupa, nó de articulação entre diferentes realidades urbanas, zona de encontro entre a malha estruturada pombalina e a respectiva adaptação à topografia de encosta, a traçados e morfologias pré-existentes que permaneceram, conferem-lhe uma particular importância enquanto elemento urbano primário.

Todo este conjunto de factores extrínsecos ao edifício se articula com a proximidade de outros elementos urbanos, como o Largo e a Igreja de S. Paulo ou o Mercado da Ribeira, espaços que tendem, paralelamente, a adquirir novas dinâmicas, propiciando uma intervenção de reconversão ou reutilização.

potencial requalificação urbana

Mas podemos considerar ainda outros factores de carácter extrínseco ao edifício dos Banhos de S. Paulo, factores de valoração relativa:

O interesse, do ponto de vista de uma requalificação urbana e ambiental da área específica da cidade em que se encontrava inserido, através de uma alteração de usos que pudesse

32 - Associados ao facto histórico de o edifício haver sido utilizado como Quartel General na Revolução de 5 de Outubro de 1910.

contribuir para uma valorização local; o facto de o edifício se encontrar na posse do município, estar praticamente liberto de funções, e existir uma entidade a necessitar de um espaço para a sua sede institucional, que se apresentasse com características arquitectónicas, área e localização adequados; a natureza do programa a instalar, o facto de ser a sede de uma associação profissional prestigiada, apresentando também uma componente cultural importante.

FACTORES INTRÍNSECOS

Por outro lado, o edifício encontrava-se, sob o ponto de vista técnico-construtivo, em processo avançado de degradação, com patologias apreciáveis a nível estrutural, derivados do seu abandono após o encerramento como equipamento termal e da sua sucessiva utilização para usos precários, sem manutenção.

valores tipológicos

Quanto ao carácter tipológico, sem dúvida que, só o facto de se tratar do único exemplar de arquitectura termal à época existente na cidade, lhe conferia à partida um grau de representatividade indiscutível.

valores arquitectónicos

No entanto, a espacialidade interior não apresentava qualidade notável, pelo que, sendo a observação da sua qualidade tipológica simultânea à apreciação do carácter arquitectónico, o seu interesse como matriz tipológica via-se significativamente alterado e diminuído.

prevalência dos factores extrínsecos

Interessa observar que se verifica, neste caso, a prevalência de um conjunto de valores respeitantes a factores extrínsecos ao edifício; entre eles, a possibilidade potencial criada pelo protagonismo da intervenção dos arquitectos, de a intervenção poder claramente assumir um papel exemplar, (no seu contexto de inserção, na cidade e na cultura, no tratamento das questões do património arquitectónico), foi determinante para a abertura de critérios quanto à interpretação do objecto e quanto à própria profundidade de intervenção.

diversidade de abordagens

Do confronto desta abertura de critérios com os valores globais respeitantes ao imóvel resultaram no processo de concurso diferentes atitudes interpretativas, diferentes tipos e profundidade de intervenção, claramente correspondentes a diferentes sensibilidades mas também a diferentes formas de valoração de factores presentes.

Atitudes marcadamente *preservacionistas*, atribuindo um valor significativo aos elementos arquitectónicos existentes e à permanência de valores tipológicos enquanto forma de preservação da memória da função inicial, e fazendo da integração desses elementos o mote para toda uma reconversão interior, através da demolição de elementos menos estruturais, atitudes *contemporizadoras* entre a manutenção de elementos estruturantes, como o pátio interior e todo o sistema existente de acessos verticais, e a introdução de nova compartimentação, e atitudes mais marcadamente *selectivas* dos factores a valorar.

uma atitude alegórica

A obra efectuada, sendo altamente selectiva, reflecte uma atitude projectual de interpretação dos valores patrimoniais claramente simbólica ou alegórica: o pátio central subsiste como memória; a fachada tardoz, onde foi reconhecido um dos mais interessantes valores plásticos do edifício, foi demolida e reconstruída, com pequenas correcções e com uma clareza estimulante; o lanternim foi integralmente recriado, de uma forma simbólica; a fachada principal e a platibanda sofreram alterações tendentes a uma alteração do significado dos elementos arquitectónicos; a chaminé foi demolida e reconstruída, em falso.

A estas atitudes de “substituição” de partes do elemento pré-existente para fazer permanecer uma colecção de memórias essencialmente figurativas, corresponde também a introdução de todo um vocabulário arquitectónico eclético, intenso, que se sobrepõe claramente, no interior, a qualquer vestígio de pré-existência (ainda que inventado).

uma indução à leitura do património através de sinais contemporâneos

A obra acaba no entanto por comunicar uma potencialidade muito particular de induzir a uma leitura do edifício antigo, e da cidade antiga, através de sinais contemporâneos no ambiente urbano do contexto em que se integra.

Será mais apelativo o vocabulário eclético utilizado, predominantemente simbólico, do que um vocabulário resultante da interpretação passo a passo, da pré-existência, analógico?

Esgotou-se o conteúdo documental que o imóvel possuía?

5. REFLEXÕES SOBRE UM MODELO

Algumas conclusões provisórias

a UTILIDADE de um MODELO

O estabelecimento de um *modelo operativo* com o objectivo de evidenciar e explicitar aspectos que são susceptíveis de influenciar, e determinar mesmo, um tipo de intervenção, e respectiva profundidade, apresenta um aspecto particularmente útil que consiste em poder remeter a abordagem a esse objecto de intervenção para um universo de factores que corresponderão, num processo aproximativo, à “realidade” do momento desse mesmo objecto.

o OBJECTO e a INTERPRETAÇÃO

Aquilo que é o objecto de intervenção, aquilo que ele *representa*, não reside apenas na sua própria constituição física, no seu *corpus*, mas é fruto de sucessivas, simultâneas e sobrepostas valorações e interpretações, exteriores e sob diferentes perspectivas.

a “AUTONOMIA” do património arquitectónico

Por outro lado, o percurso do *património arquitectónico* é condicionado e condicionante; não existe autonomia no seu desenvolvimento, e a sua “realidade” em cada momento é determinada pela conjugação de variadíssimos factores que vão propiciando novos acontecimentos.

A não aceitação, de forma dogmática, da inevitabilidade desta mutação, tem constituído, muitas vezes, a causa da própria *destruição* de importantes valores patrimoniais, fundamentalmente por conduzir a *situações limite* de “congelamento” ou “museificação” que não são compatíveis com a sociedade e com a cidade contemporâneas.

os LIMITES dos MODELOS

Trata-se de uma “realidade” complexa, constituída de *factores* que se encontram inerentes ao objecto de intervenção e de outros que lhe são exteriores; são *factores* que se encontram em inter-relação permanente.

A impossibilidade de sequer equacionar todos os aspectos que poderiam influenciar uma aproximação ao tipo de intervenção mais apropriado (em determinado *momento*), é evidente; é impensável confrontar *todos os factores*, e seria absurdo

pensar ser possível encontrar *um método* que pudesse concluir definitivamente sobre valores ou sobre critérios; vimos até agora que a própria natureza do objecto de intervenção do *património arquitectónico* é uma natureza dinâmica e transformativa; que a nossa contemporaneidade é, por excelência, um tempo de crise sistemática de valores e de certezas.

O que é possível em determinado momento e em determinado local, e sobre determinado objecto, é reflectir sobre aquilo que ele é, sobre a sua “realidade”, a que nos referimos atrás.

É aí que pode ter utilidade um *modelo* que nos faculte um processo de aproximação, que nos “lembre” a transdisciplinariedade que está inerente também àquela natureza; a grande dificuldade reside nas diferentes “realidades” sobrepostas ao objecto de intervenção, e saber confrontá-las e decidir quando se propiciam as condições para intervir.

1.

Através da *leitura* dos diferentes casos (em que foram sendo postas mais em evidência algumas relações mais significativas entre factores) podemos aperceber, genericamente, que:

a oportunidade de um MODELO

- se nalgumas delas a aplicação de um *modelo operativo* poderia corresponder a um aprofundamento gradual do conhecimento mais rigoroso do objecto de intervenção, e também à possibilidade de uma gradual definição de *critérios* de actuação,

- noutros casos, a existência de factores extrínsecos ao objecto de intervenção (factores com um carácter conjuntural, estrutural, determinante, condicionador), pode remeter a aplicação de um *modelo operativo* já para níveis *ulteriores* de abordagem, mais parcelares, descontextualizados, onde se deixou de se poder considerar, digamos, a “totalidade” da realidade do objecto. Como se o modelo operativo fosse aplicável só a partir de determinada *fase*.

O que questiona, obviamente, se, nessas circunstâncias, estará de facto em causa ainda um objecto que requeira uma aproximação deste tipo, através de um modelo operativo destes.

2.

Isto é, a partir de certo ponto, em que alguns factores de carácter *extrínseco* tomam um valor que se sobrepõe a todos os valores *intrínsecos*, pode começar a colocar-se em questão até que ponto se continua perante uma intervenção sobre um objecto que é ainda entendido como *património arquitectónico*, ou se o objecto passou a conter um *novo significado*, ou um *outro estatuto* (remetendo-nos para uma questão acerca dos limites que definem esse *património*, como tal).

Podemos exemplificar com dois dos casos abordados anteriormente: as intervenções sobre o *Cine-Teatro Éden* e sobre o edifício dos *Banhos de S. Paulo*.

O *Éden*, das características que apresentava anteriormente à sua *transformação*, mantém

a) *uma fachada*, que teria de ser mantida *obrigatoriamente*, ela própria alterada em relação à situação inicial (donde a proposta de reposição da ideia do projecto e da construção inicial), que toma por isso mesmo *outros valores*, que vão convergir com a nova *emanação* da arquitectura proposta (cuja ideia fulcral reside na criação de um espaço vazio semi-cilíndrico por detrás da fachada), deixando de ser a antiga fachada/cartaz (que é a referência mais recente que ainda se tem dessa fachada), introduzindo *novos valores de carácter arquitectónico*, *novos sinais*, que radicam no “entrosamento” da *ruína*, reposta entretanto no seu aspecto mais espectacular (que tinha perdido), com valores de contemporaneidade, através de um desenho e de materiais reconhecíveis como *novos*, *actuais*.

b) um núcleo de escadarias (considerada como a situação mais interessante de toda a pré-existência), que é “obrigado” também a participar do novo projecto, embora com um valor subsidiário.

O processo de transformação do *Éden* para Aparthotel parte, concerteza, da premissa de que a *localização* será excelente para este novo uso, que o imóvel contém, pelos seus *antecedentes* e pelo seu estatuto de *classificado*, uma carga *simbólica* que o fará perdurar na memória colectiva, independentemente do uso que venha a ter, como *referencial* na cidade, desde que se mantenha o *Éden* com que a (alguma)

população mais recente se identifica, no fundo a *fachada*, um determinado *volume eclético*, denso e fechado sobre si, *adjacente ao Palácio Foz*, e que, nessa perspectiva, se “mantém”.

Partindo, por isso, também da certeza de que o interior seria demolido, para a instalação do novo uso.

a aplicação de um MODELO

Será que uma abordagem segundo um *modelo operativo*, aproximativo aos valores intrínsecos e extrínsecos em simultâneo, excluindo à partida um programa “fechado” pré-estabelecido, poderia ter vindo a resultar numa *selecção qualitativa de pré-existências*, factores de carácter arquitectónico (espaços, articulações, sistemas e materiais construtivos, aparelhagens) que induzissem (pelas suas características e qualidades particulares, pela espectacularidade, e também pela versatilidade de muitos espaços) a possibilidade da conjugação de diferentes tipos de uso?

Qual a validade da permanência destes elementos-memória integrados “obrigatoriamente”, em termos *arquitectónicos* e *histórico-arquitectónicos*?

as PERMANÊNCIAS OBRIGATÓRIA

A questão poderia ser colocada de uma outra forma: até que ponto, neste caso, as *permanências*, (que como vimos não resultaram de uma análise e valoração selectiva por aspectos relacionados com o carácter da própria *classificação* do edifício) se *impuseram* de forma a condicionar inexoravelmente a qualidade do “novo” objecto?

Traduzir-se-à isso, em termos globais, numa qualificação, num acrescento de um valor às *permanências*?

Ou não terão sido as permanências (já de si um pouco alietóricamente determinadas), esmagadas pelo “novo” objecto, por sua vez totalmente condicionado por elas?

O edifício dos Banhos de S. Paulo mantém, das características que detinha anteriormente à sua *transformação*, uma fachada principal (mantida nos seus aspectos estruturais, com a introdução de alterações ao nível de alguns detalhes, que originam uma percepção diferente); as outras *permanências* situam-se a um nível *simbólico* ou *alegórico*; como vimos, o

edifício foi sujeito a uma intervenção de *reestruturação*, em que vários elementos referenciais importantes e valores *tipológicos* foram *reconstruídos*, essencialmente como memórias de *espacialidades e atmosferas*.

inclusão de FACTORES INIBIDORES
 e EFICÁCIA de INTERVENÇÃO

Uma abordagem segundo um modelo aproximativo aos valores intrínsecos e extrínsecos nesta situação poderia, eventualmente, traduzir-se num maior grau de *preservação de componentes de arquitectura* (uma vez que a idéia da matriz fundamental se manteve), com valores variáveis (núcleos de acessos verticais, chaminé, lanternim, colunas de ferro); e que colocaria, sucessivamente, a questão da forma da sua aplicação, ou do seu protagonismo, no novo projecto.

Redundaria numa *perda de eficácia* do novo projecto, cuja qualidade (entendida também pelo grau de coerência conceptual, estrutural) se veria atingida pela “obrigatoriedade” da presença desses elementos, por se haverem reconhecido e valorado?

A não-utilização desses elementos originais (recorde-se que a parede tardoz, o lanternim, a chaminé, foram *interpretados*) a permanência apenas da fachada principal, veio diminuir ou retirar algo ao conteúdo documental do edifício?

Um modelo aberto apresenta flexibilidade suficiente para se poder considerar que um factor ocorrente de importância inquestionável nestas intervenções, que é de carácter intrínseco, e se refere à *qualidade arquitectónica global* (final), pode determinar que para um resultado final mais qualificado se poderá abdicar de outros valores (episódicos, não estruturais).

um NOVO CICLO
 um NOVO ESTATUTO?

Uma questão comum a estes dois casos, aflorada no início, respeita ao *estatuto* patrimonial atribuível a estes edifícios notáveis que foram objecto de tão profundas operações de transformação; ambos iniciam um novo ciclo de “vida”, de *referências urbanas*, um novo ciclo determinado por factores preponderantemente conjunturais, exteriores ao objecto, o que corresponde exactamente à prevalência dos factores extrínsecos; serão revestidos de um diferente estatuto, até à reconstrução de novos valores rememorativos?

GANHOS e PERDAS

Estes dois casos suscitam também uma reflexão comum sobre as *virtualidades pragmáticas* de uma abordagem segundo um modelo que considere, em simultâneo, o reconhecimento dos factores e a sua valoração; no *Éden*, ter-se-ão visto perdas qualidades arquitectónicas globais pré-existentes, através de uma *inclusão* que não resulta de um processo selectivo, porque foi imposta, como factor extrínseco, embora se considere sempre “possível” a *transformação* do edifício; no edifício dos *Banhos de S. Paulo* poder-se-ão ter ganho novas qualidades, através de uma *selecção exclusiva*, embora drástica.

3.

Três casos em que a aplicação de um modelo operativo de aproximação poderia corresponder ao conhecimento gradual dos factores ocorrentes e a uma sua valoração, até à definição dos critérios de intervenção, correspondem ao edifício da *Versailles*, à *Casa das Varandas* e ao *Palácio Lumiares*.

FACTORES EXTRÍNSECOS
 CONDICIONANTES

Todos eles com a particularidade comum de apresentarem também factores de carácter extrínseco, senão determinantes, pelo menos importantes, e claramente condicionadores da valoração atribuível, em certa fase decisiva do processo, aos valores intrínsecos identificáveis.

Valores extrínsecos que se referem à importância da efectivação de uma *reutilização* no contexto urbano em se situam, e nas virtualidades da sua repercussão.

Remetem todos para situações de *reutilização*, correspondendo a tipos de intervenção de *reabilitação*, *reestruturação*, ou *mistas*, com manutenção de factores intrínsecos que são valorados e prevaletentes.

FACTORES INTRÍNSECOS
 vs FACTORES EXTRÍNSECOS

No edifício *Versailles* a aplicação de um modelo coloca em confronto numerosos factores intrínsecos claramente valoráveis, com diferentes factores extrínsecos, uns que se articulam directamente com o edifício, de carácter *tipo-morfológico* e de carácter *histórico-arquitectónico* (que dizem respeito ao interesse da tipologia presente e da sua localização na cidade) e outros de carácter *ambiental-urbano* (que respeitam à relação do edifício com a sua envolvente).

Confronto esse que acaba por poder ser resolvido quando se passa a um nível de aprofundamento mais detalhado dos valores intrínsecos, num processo selectivo desses factores.

Concluindo-se pela possibilidade de uma *intervenção mista* que articula os valores de carácter *intrínseco* seleccionados (parte da estrutura edificada associada à fachada principal, localização de núcleo acessos vertical, correspondendo em parte à memória da matriz tipológica) com uma *qualificação* da relação urbana do imóvel, que só pode ser conseguida através de uma intervenção de *reestruturação*, ou mesmo de *reconstrução*, que atribua novas qualidades arquitectónicas ao edifício.

Na *Casa das Varandas*, um modelo de abordagem gradual permite reconhecer, já numa fase inicial, a *capacidade de reutilização* para um uso pré-estabelecido.

Uma fase de leitura prévia, com algum aprofundamento na área das patologias dos materiais e sistemas técnico-construtivos e na área dos factores de ordem tipológica, arquitectónica e arqueológica (*factores intrínsecos*), começa a possibilitar o estabelecimento de *valores relativos* (derivados do mau estado do edifício, do grau e qualidade das transformações nele operadas sucessivamente) que podem ser confrontadas, de imediato, com a importância atribuível aos factores *extrínsecos* (o interesse na localização do equipamento previsto, *naquele local*).

INVESTIGAÇÃO, INFORMAÇÃO
vs PROGRAMA

Este confronto deve gerar uma investigação mais aprofundada dos valores *intrínsecos* (das *pré-existências*) que possibilite um máximo de informação que possa ser contraposta ao programa estabelecido e às necessidades transformativas que ele, à partida, envolve.

PROCESSO SELECTIVO

Constitui um processo sucessivo de *reaproximações*, que, sendo *selectivo*, tende a “esgotar” as dúvidas e possibilitar a tomada de decisões, gradual, no campo do projecto de intervenção.

ATRIBUIÇÃO de novas
QUALIDADES ARQUITECTÓNICAS

Tal como no edifício *Versailles*, se há factores extrínsecos importantes, por outro lado a possibilidade da atribuição de novas qualidades arquitectónicas surge como um factor

(intrínseco) *determinante*; ou seja, seria possível uma intervenção ao nível da *reestruturação*, envolvendo uma alteração da matriz tipológica e do esquema distributivo (aliás neste caso já muito alterado), se fosse possível uma *nova qualidade arquitectónica* (em termos conceptuais e construtivos), estruturada *com as pré-existências* a manter, considerando a desqualificação de muitas das transformações anteriores.

Por outro lado no *Palácio Lumières* o reconhecimento inicial dos factores mais importantes de carácter intrínseco (manutenção da matriz tipológica e esquema distributivo, núcleo de acessos verticais, “desvios” correspondentes a sucessivas fases construtivas) permite de imediato o confronto com as necessidades que o programa pré-estabelecido envolve, permitindo concluir pela sua exequibilidade; e, num aprofundamento gradual do conhecimento desses factores intrínsecos, e da sua valoração relativa (em termos de *representatividade* e *autenticidade*, por exemplo), ir introduzindo inflexões sucessivas no processo projectual.

Em qualquer destes casos seria difícil encontrar *critérios* que não se encontrassem dependentes de uma *apreciação* e de uma *valoração* dos factores específicos de cada um deles.

Veja-se, no edifício da *Versailles*, o valor “patrimonial” imediatamente reconhecível é um valor *rememorativo*, através de uma fachada principal associada a um valor de *uso* e também *simbólico* que se encontra na *Sala de Chá*; no entanto, actualmente, o seu valor “patrimonial” poderá também encontrar-se na potencialidade que contém enquanto elemento indutor da requalificação de uma área urbana envolvente (neste caso, o interior do quarteirão e, por arrastamento, os espaços públicos envolventes).

O mesmo tipo de valor *rememorativo* vai encontrar-se na *Casa das Varandas*, e o seu maior interesse de um ponto de vista *patrimonial*, passa pela possibilidade de o adequar a um uso qualificado, que possibilite a sua permanência *de facto*, e que arraste a possibilidade de motivar alterações qualitativas de carácter ambiental-urbano na envolvente.

Quanto ao *Palácio Lumiares*, expressa de forma clara a impossibilidade, ou ainda melhor, a inconsequência, da definição apriorística de *critérios*, na ausência do conhecimento dos diferentes factores convergentes em *determinado momento*, que um modelo operativo de aproximação pode superar.

4.

No caso analisado do edifício da *Baixa Pombalina*, a aplicação de um modelo operativo levanta questões muito particulares, por se referir a uma intervenção operada sobre um elemento de um conjunto com notável homogeneidade na sua concepção e construção inicial, mas profundamente heterogéneo na sua situação actual, quanto aos seus factores intrínsecos.

o CONJUNTO e os
FACTORES INTRÍNSECOS

O que remete, sistematicamente, para a necessidade do conhecimento da realidade do conjunto, a fim de se poder aferir do valor relativo dos factores intrínsecos do objecto de intervenção que está em causa, e para a necessidade da definição de critérios aplicáveis ao conjunto, (e que posteriormente influenciarão a definição de critérios a aplicar a cada um dos elementos).

Isto, na perspectiva de que existem factores importantes de carácter extrínseco a cada edifício e a cada unidade morfológica (factores de valoração relativa, que dizem respeito a todo o processo de degenerescência de carácter ambiental-urbano, de carácter tipo-morfológico da Baixa Pombalina), e de que existe a necessidade de introduzir correcções a esse processo, envolvendo a possibilidade de modificar o tipo e o nível de desempenho dos imóveis, tornando-os compatíveis, à medida adequada, com as necessidades actuais.

De qualquer modo, as questões específicas que levanta a aplicação de um modelo de aproximação gradual a cada edifício, podem elas próprias, vir a ser uma parte importante da base de conhecimento efectivo sobre o conjunto, uma vez que será muito difícil obter-se instantaneamente a quantidade de informação, a um nível de profundidade adequado, sobre área tão extensa.

Ou seja, uma aproximação que se inicia por uma *análise prévia* dos factores intrínsecos permite de imediato reconhecer o grau de transformações que foi já operado sobre o objecto de intervenção, que elementos de carácter tipológico ou de carácter arquitectónico ou técnico-construtivo subsistem ou não, qual o seu estado de conservação e qual a sua representatividade absoluta (em termos de *qualidade* e *autenticidade*).

A partir da análise prévia e do reconhecimento destes factores, e respectiva valoração (admitindo-a mesmo só referida ao próprio objecto em causa) é possível tomar decisões quanto ao nível de transformação adequado e é possível confrontá-lo com um programa de reutilização.

5.

A aplicação de um modelo operativo ao edifício de *Ventura Terra*, na Rotunda, permite, muito singularmente, verificar o seu *valor absoluto* e confrontá-lo com o *valor (relativo)* de um factor extrínseco que não é ignorável: a implementação do Plano Carlos Ramos.

Trata-se, porventura, de um caso em que mais utilidade terá a aplicação sistemática de um modelo de aproximação que tenda a definir, por ele próprio, os critérios a que deverá obedecer determinada atitude relativamente à *permanência*, ou não, do edifício.

Porque, confrontado com as diferentes perspectivas em que é possível abordar este caso, errado seria omitir, à priori, algum ou alguns deles; embora possa parecer redundante, é de extrema utilidade.

6.

Como se referiu atrás, as virtualidades da aplicação de um modelo operativo de aproximação residem fundamentalmente na possibilidade que oferece de *predispôr* uma eventual intervenção para um nível de maior rigôr e maior profundidade reflexiva, que se podem cruzar com as necessidades do pragmatismo da nossa contemporaneidade, uma vez que se processam *no decurso* do processo interventivo, e por isso, constituem, digamos, uma rentabilização do esforço de investigação no sentido da grande qualidade do produto final da intervenção.

Não entendido como um modelo "lateral" a um *processo interventivo*, mas coincidindo com ele, pode permitir uma simultaneidade de *conclusões/decisões* provisórias nas suas diferentes fases de estudo (transdisciplinar), nos diferentes "momentos" de decisão (identificação, valoração, definição de critérios, atitudes projectuais, conceptuais, construtivas).

A aplicabilidade de um modelo operativo de abordagem, na prática, poderá revelar-se de extrema utilidade a diferentes níveis de actuação:

DEFINIÇÃO de PROCEDIMENTOS

Na possibilidade da definição ou explicitação de "procedimentos" *metodológicos*, a nível normativo ou regulamentar, por exemplo, podendo fazer inflectir radicalmente os processos normais de abordagem, que se iniciam normalmente "às escuras" (sobrepondo as intenções programáticas às características efectivas dos objectos de intervenção).

TRANSDISCIPLINARIDADE

Na verificação prévia, por parte dos interventores (quer ao nível do projecto, quer ao nível do acompanhamento tutelar, por exemplo) das necessidades efectivas do contributo de diferentes áreas disciplinares, e conseqüentemente da adopção de uma postura de abertura à transdisciplinaridade, como condição prévia para um maior aprofundamento e rigôr na intervenção.

ESTRUTURAÇÃO DISCIPLINAR

Na explicitação de metodologias projectuais que radiquem, fundamentalmente, a sua conceptualização nos factores ocorrentes, tendendo para uma (re)estruturação da própria disciplina da arquitectura neste âmbito.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, L.B.: De Re Aedificatoria, Milano, Polifilo, 1986.
- ANNONI, A.: Sienza ed Arte del Restauro Architettonico, Milão, 1946.
- ARCHÉOLOGIE & PROJECT URBAIN: v. autores; Rev. Monuments Historiques nº136, Paris, 1985.
- ARCHITECTURAL PRESERVATION THEORY: comp. Langenbach, Randolph; University of California, 1987.
- ARNHEIM, Rudolf: A Dinâmica da Forma Arquitectónica; Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- ARQUITECTURA y PATRIMONIO: v. autores; Instituto del Patrimonio Histórico, Sevilha, 1994.
- BAGLIONI, A. e Guamerio, G.: La Rehabilitación de edificios Urbanos; Barcelona, Gustavo Gili, 1988.
- BENEVOLO, Leonardo: A Cidade e o Arquitecto; Lisboa, Edições 70, 1984. (Roma, 1973)
- BENEVOLO, Leonardo: Disêno de la Ciudad; México, Gustavo Gili, 1978.
- BLOOMER, Kent, Moore, C.: Cuerpo, Memória y Arquitectura; Madrid, Blume, 1982.
- BOCCHI, R. e Rocchetto, S.: Il Recupero Edilizio e Urbanistico Nella Progettazione Della Città nº3; Istituto Universitario di Architettura, Venezia, s/d.
- BOUDON, P. e Deshayes, P. e Pousin, F. e Schat, F.: Enseigner la Conception Architecturale; Paris, Les Editions de la Villette, 1994.
- BRANDI, Cesare: Teoria de la Restauracion; Alianza Editorial, Madrid.
- CASTILHO, Júlio; A Ribeira de Lisboa; Vários volumes; Lisboa, CML, 1942.
- CABRITA, A. R., Aguiar, J. Appleton, J.: Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto; CML, LNEC, Lisboa, 1992.
- CAPITEL, Antón: Metamorfosis de monumentos y terias de la restauración; Madrid, Alianza Editorial, 1992.
- CARBONARA, G.: Restauro nº 36; Questioni di Principio e di Metodo nel Restauro dell'Architettura, 1978.
- CARITA, Helder: Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos; Lisboa, CML, 1994.

CERVELLATI, P. e Scannavini, R.: *Bolonia: Política y metodología de la Restauración de Centros Históricos*, Barcelona, Gustavo Gili, 1976. (1973).

CERVELLATI, P.: *El Proyecto de la Conservación*; in *Los Centros Históricos*

CHARTE D'ATHÈNES, *Conclusions Générales*, 1931.

CHARTE DE FLORENCE, *Jardins Historiques*, ICOMOS/IFLA, 1981.

CHARTE DE VENISE, *Conservation et Restauration des Monuments et des Sites.*, 1964.

CHARTE DES VILLES HISTORIQUES, *Sauvegarde des Villes Historiques*, ICOMOS, 1987.

CHARTE DU TOURISME CULTUREL, ICOMOS, 1976.

CHARTE POUR LA GESTION DU PATRIMOINE ARCHÉOLOGIQUE, ICOMOS 1990.

CHOAY, Françoise: *L'Allégorie du Patrimoine*; Paris, Editions du Seuil, 1992.

CHOAY, Françoise: *L'Urbanisme, Utopies et Réalités*; Paris, Editions du Seuil, 1965.

CIARDINI, F. e Falini, P.: *Los Centros Históricos*; Madrid, Gustavo Gili, 1983.

CIARDINI, F. e Falini, P.: *Madrid*, Gustavo Gili, 1983.

CONVENTION DE GRENADE, *Sauvegarde du Patrimoine Architecturale de L'Europe*, Conseil de L'Europe, 1985.

CONVENTION DE LA HAYE, *Protection des Biens Culturels en Cas de Conflit Armé*, UNESCO, 1954.

CONVENTION DE LONDRES REVISÉE À LA VALETTE, *Protection du Patrimoine Archeologique*, Conseil de L'Europe, 1992.

CONVENTION DE PARIS, *Convention Culturelle Européene*, Conseil de L'Europe, 1954.

CONVENTION DU PATRIMOINE MONDIAL, *Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel*, UNESCO, 1972.

CONVENTION OF LONDON, *Protection of the Archaeological Heritage*, Council of Europe, 1969.

CRACOW SYMPOSIUM, *Cultural Heritage of The CSCE Participating States*, 1991.

CURSO de REABILITACION; 1. *La Teoria*; COAM, Madrid, 1985.

CURSO de REABILITACION; 2. *El Proyecto*; COAM, Madrid, 1985.

FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
BIBLIOGRAFIA

DENSLAGEN, Wim: *Architectural Restoration in Western Europe: Controversy and Continuity*; Amsterdam, A&NP, 1994.

ENTRETIENS du PATRIMOINE, *Faut-il Restaurer les Ruines?*; Collection des Actes des Colloques de La Direction du Patrimoine, n° 10, Paris, s/d.

ENTRETIENS du PATRIMOINE, *Patrimoine et société contemporaine*, n°3 , Paris, s/d.

ESTUDOS PRELIMINARES da CARTA MUNICIPAL do PATRIMÓNIO, 4 Volumes, Grupo da Carta do Património, Lisboa, DPE, CML, 1993.

FRANÇA, José-Augusto: *A Arte Portuguesa de Oitocentos*; Lisboa, ICALP, 1979.

FRANÇA, José-Augusto: *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, Lisboa, ICALP, 1981.

FRANÇA, José-Augusto: *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*; Lisboa, ICALP, 1989.

GALIANO, Luis F.: *La eutanasia arquitectonica y la memoria*; El País 29.10.1986.

GAZZOLA, Piero: *The Past in the Future*; Rome, ICCROM, 1975.

GIEDION, Sigfried: *La Arquitectura Fenomeno de Transicion*; Barcelona, Gustavo Gili, 1988.

GIOVANNONI, G.: *Questioni di Architettura Nella Storia e Nella Vita*; Roma, Biblioteca d'Arte, 1924.

GRIMOLDI, Alberto: *Architecture as Reparation, Notes on Restoration in Architecture*; Lotus International n°46.

GUAL, *Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*: AAP, Lisboa, 1987.

GUARNERIO, G. e BAGLIONI, A.: *La Rehabilitación de Edificios Urbanos*; Barcelona, Gustavo Gili, 1988.

HENRIQUES, Fernando: *A conservação do Património*; LNEC Memória 775, LNEC, Lisboa, 1991.

INFANTE, Sérgio: *Conservação e Desenvolvimento*; Tese de Doutoramento FAUTL, Lisboa, 1992; não publicada.

INTERNATIONAL CONGRESS of ARCHITECTS and TECHNICIANS of HISTORIC MONUMENTS; *Decisions and Resolutions*, Veneza, 1964. "Carta de Veneza".

INTERVENTIONS IN HISTORIC CENTERS; London, AD, Academy Editions, 1993.

IL PASSATO per un NOSTRO AVVENIRE, Atti del 6° Symposium Europeu Sul Patrimonio Architettonico; Comune di Ferrara, 1971.

IPPAR; Dar Passado ao Futuro; v. autores; Lisboa, 1993.

IPPAR; Informar Para Proteger; Legislação Nacional, Cartas e Convenções Internacionais, Normas e Recomendações do IPPAR, Lisboa, 1994.

JOKILEHTO, Jukka: Authenticity in Restoration. Principles and Pratices; Toronto, APT, 1984.

KRIER, Rob: Stuttgart, Teoria y Pratica de los Espacios Urbanos, Barcelona, Gustavo Gili, 1976.

LAMAS, António: Prioridades na Definição de uma Política de Salvaguarda e Valorização do Património Construído, texto distribuído no 2º ENCORE, Lisboa, 1994.

LINAZASORO, José Ignacio: Permanencias y Arquitectura Urbana, Barcelona, 1978.

LISBOA e o MARQUÊS de POMBAL; Catálogo de Exposição, Vol I,II e III; Lisboa, Museu da Cidade, CML,1982.

LISBOA, MORFOLOGIAS URBANAS 1850-1950, Lisboa, DPE, CML, 1994.

LIZZI, Fernando: Restauro Statico dei Monumenti; Genova, Sagep Editrice, 1981.

LNEC: Encontro, 1º, Sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios de Habitação, Comunicações; LNEC, Lisboa, 1985.

LNEC: Encontro, 2º, Sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios, Comunicações; LNEC, Lisboa, 1994.

LYNCH, Kevin: De qué tiempo es este Lugar; Barcelona, Gustavo Gilli, 1975.

LYNCH, Kevin: A Imagem da Cidade; Lisboa, Ediçõers 70, 1982.

MACEDO, Luiz P.: Lisboa de Lés-a-Lés; Vários volumes, Lisboa, 1942.

MEYER, Charles-André: L'Architecture Patrimoniale; Lausanne, Bibliothèque des Arts, s/d.

MOHOLY-NAGI, Sibyl: Urbanismo y Sociedad, Historia Ilustrada de La Evolucion de la Ciudad; Barcelona, Blume, 1970.

MONUMENTOS y PROYECTO, Jornadas sobre criterios de intervencion en el patrimonio arquitectonico; Instituto de Conservacion y Restauracion de Bienes Culturales, Madrid, 1987.

MOORE, C. e Allen, G.: L'Architecture Sensible; Paris, Dunod, 1981. (1976)

MUMFORD, Lewis: La Cité à Travers l'Histoire; Paris, Seuil, 1964.

FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
BIBLIOGRAFIA

- PARIS, LA VILLE ET SES PROJECTS; Paris, Éditions Babylone, 1988.
- PATRIMOINE, L'Année du: Paris, Education-Culture, CNMHS, 1992.
- PDM, Plano Director Municipal de Lisboa, Regulamento, DPE, Lisboa, 1994.
- PATRIMONIO y CIUDAD: v. autores, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Córdoba, 1994.
- PEREGO, Francesco: Anastilosi L'antico, il Restauro, la città; Roma, Laterza, 1987.
- PHILIPPOT, Paul: Historic Preservation: Preservation and Conservation. Principles and Pratices; Washington, The Preservation Press, 1976.
- PORTOGHESI, Paolo: Depois da Arquitectura Moderna; Lisboa, Edições 70, 1982.
- PROYECTOS de INTERVENCION en edificios y recintos historicos: COAM, Madrid, 1987.
- PURINI, Franco: La Arquitectura Didáctica; Madrid, MOPU, 1984. (Italia, 1980)
- QUINCY, Quatremère de: Dizionari Storico di Architettura; Venezia, Marsilio, 1985.
- RAGON, Michel: L'Homme et les Villes; Paris, Berger-Levrant, 1985.
- REAL, Fernando: Os Arqueólogos e a Noção de Cidade: uma Entidade em Contante Transformação; Actas das IV Jornadas Arqueológicas, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1991.
- RECONVERSION; L'Architecture d'Aujourd'hui nº194, Paris, 1977.
- REGARDS SUR le PATRIMOINE: Reunion des Musées Nationaux, Paris, 1992.
- RENY, Claude: Principes et Critères de Restauration et d'Insertion; Quebec, Bibliothèque Nacional du Quebec, 1991.
- RESOLUTION 813, Relative à l'Architecture Contemporaine., Conseil de L'Europe, 1983.
- RESTAURO ARCHITETTONICO OGGI: Seminário Italo-Spagnolo; Roma, 1987.
- RIEGL, Alois: Le Culte Moderne des Monuments, Paris, Seuil, 1984.
- RIEGL, Alois: Scritti Sulla Tutela e il Restauro; Palermo, Mazzone, 1982.
- RODRIGUES, M^a J., Sousa, P. F., Bonifácio, H.: Vocabulário Técnico e Crítiuco de Arquitectura; Coimbra, Quimera, 1990.

FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
BIBLIOGRAFIA

- ROSSI, Aldo: A Arquitectura da Cidade; Lisboa, Cosmos, 1977. (Padova, 1966)
- RUSKIN, John: Les Sept Lamps de L'Architecture; Paris, Denoel, 1987.
- RUSKIN, John: The Stones of Venice; London, Faber and Faber, 1981.
- SCANNANINI, R., Angelis, C. Nannelli, P.: Metodologia di Intervento Progettuale; Parametro nº29, 1994.
- SETIMA COLINA; Coord. França, José-Augusto; Lisboa, Livros Horizonte, Lisboa 94, 1994
- SITTE, Camillo: L'Art de Batir les Villes; Milan, D. Vincent, L'Equerre, 1980.
- SIZA, ALVARO: O Chiado, Lisboa, A Estratégia da Memória; Granada, Lisboa, Sevilha, 1994.
- SOLÀ MORALES, Ignasi: From Contrast to Analogy; Lotus International nº46.
- STANDARDS for REHABILITATION and Guidelines for Rehabilitating Historic Buildings: U.S. Department of The Interior, National Park Service, Washington D.C., 1983.
- STEFANO, Roberto di: John Ruskin, Interprete dell'Architettura e del Restauro; Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1969.
- TAFURI, Manfredo: Teorias e História da Arquitectura, Lisboa, Editorial Presença, 1979.
- TORSELLO, Paolo: Restauro Architettonico; Milano, Franco Angeli, 1984.
- UNESCO: Conventions et Recommendations de L'Unesco Relatives à la Protection du Patrimoine Culturel; Paris, UNESCO, 1983.
- UNESCO: Protection and Cultural Animation of Monuments, Sites and Historic Towns in Europe; German Commission for UNESCO, 1980.
- UNESCO: The Conservation of Cultural Property; Museums and Monuments XI, UNESCO, 1968.
- VALIS, Plano Estratégico para a Preservação e Valorização do Património Arquitectónico e Urbanístico de Lisboa em Relação Com o Desenvolvimento Sócio-Económico; Lisboa, CEE DG XVI, CEDRU, Coord. Jorge Gaspar, 1990-1992.
- VALORAR la HISTORIA, nova vida per a les velles ciutats; Generalitat de Catalunya, 1984.
- VIOLLET-le-DUC: Entretiens sur L'Architecture; Bruxelles, Pierre Mardaga, 1977.
- VITRUVÉ: Les Dix Livres D'Architecture; Bruxelles, Pierre Mardaga, 1970.

FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
ANEXOS

ANEXO 1

1 - Quadro de dupla entrada orientador do estudo de um edifício.

2 - Programa esquemático de estudo de um edifício.

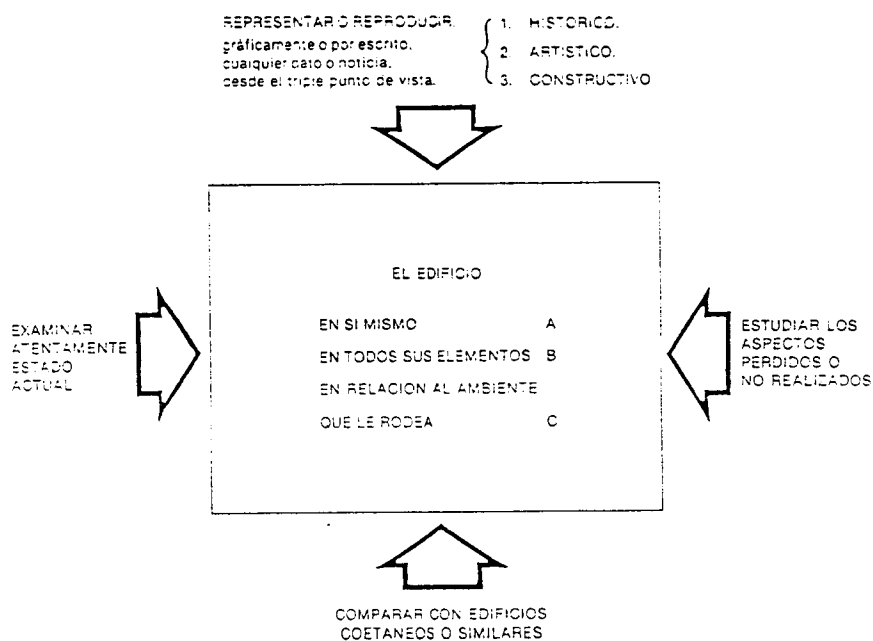
Juan López Jaen, Rehabilitacion y Metodología, Curso de Rehabilitación2. El Proyecto, COAM, Madrid.

ESTUDIO DEL EDIFICIO DESDE LOS ASPECTOS:

	HISTORICO 1	ARTISTICO 2	CONSTRUCTIVO 3
EN SI MISMO A	A.1.(1) A.1.(2)	A.2.(1) A.2.(2)	A.3.(1) A.3.(2)
EN SUS ELEMENTOS B	B.1.(1) B.1.(2)	B.2.(1) B.2.(2)	B.3.(1) B.3.(2)
EN RELACION AL AMBIENTE DONDE ESTA C	C.1.(1) C.1.(2)	C.2.(1) C.2.(2)	C.3.(1) C.3.(2)

(1) Estado actual.

(2) Aspectos no existentes hoy.



ANEXO 2

Extracto do Regulamento do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zonas Envolventes, PUALZE. Manuel Fernandes de Sá e Francisco Barata.

CAPÍTULO III - Património Edificado e Espaços Livres a Preservar

Artº12º - CLASSIFICAÇÃO

Os edifícios e espaços verdes existentes na área abrangida pelo presente Plano estão classificados nas seguintes 4 categorias e referenciados na Planta de Zonamento I (Classificação Patrimonial):

1 - Edifícios com Interesse Arquitectónico e Patrimonial são os edifícios que satisfazem, pelo menos, uma das seguintes condições:

a) encontrarem-se classificados com processo individual pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico ou serem objecto de um processo individual de classificação, em fase de apreciação;

b) representarem, como obras notáveis ou excepcionais, períodos da História da Arquitectura Portuguesa, constituindo factos urbanos essenciais para a memória colectiva da cidade.

2 - Edifícios ou Conjuntos com Interesse Arquitectónico e Ambiental são os edifícios que satisfazem, pelo menos, uma das seguintes condições:

a) encontrarem-se documentados no Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa ou noutros documentos de igual âmbito e de reconhecido mérito;

b) serem representativos de períodos da História da Arquitectura Portuguesa, constituindo parte de conjuntos urbanos homogéneos, formados por repetição de tipologias de habitação;

c) constituírem exemplos de tipos de equipamentos representativos de determinados períodos da História da Arquitectura Portuguesa.

3 - Edifícios ou Conjuntos sem Interesse Patrimonial ou Ambiental, são os edifícios ou conjuntos que satisfazem, pelo menos, uma das seguintes condições:

a) não constarem em documentos historiográficos tais como guias, estudos monográficos ou temáticos de reconhecido mérito;

ANEXO 2

- b) não constituírem factos urbanos essenciais na memória colectiva da cidade;
- c) constituírem rupturas tipo-morfológicas da malha urbana.

4 - Espaços Livres com Interesse Ambiental e Patrimonial são os espaços que satisfazem, pelo menos, uma das seguintes condições:

- a) constituírem áreas arborizadas com interesse significativo na caracterização de estrutura verde da cidade;
- b) constituírem referências permanentes na análise da paisagem urbana da cidade;
- c) desempenham um papel reconhecidamente relevante no sistema de drenagem natural, drenagem atmosférica e controle da temperatura e humidade;
- d) serem espaços complementares de edifícios existentes.

Artº 13º - TIPOS DE INTERVENÇÃO

Os tipos de intervenção previstos para a área abrangida pelo presente Regulamento são os seguintes:

- a) obras de conservação;
- b) obras de reabilitação;
- c) obras de reestruturação;
- d) obras de demolição e reconstrução;

Artº 14º - OBRAS DE CONSERVAÇÃO

As obras de conservação, quer do interior quer do exterior dos edifícios, devem ser sempre coerentes com a sua arquitectura original e abrangerão os trabalhos de consolidação ou restauro dos elementos ou sistemas degradados, assegurando a manutenção dos sistemas construtivos, materiais pré-existentes, fachadas e cotas de pisos, bem como as intervenções secundárias decorrentes da aplicação de novos equipamentos e infraestruturas, nomeadamente águas, saneamento, ventilação, ar condicionado, acústica e acessos mecânicos.

ANEXO 2

Artº 15º - OBRAS DE REABILITAÇÃO

1 - No âmbito das obras de reabilitação é permitido:

a) a substituição de elementos ou sistemas construtivos que não interfiram com as paredes exteriores do edifício, nomeadamente no que respeita às cotas dos pisos existentes, que não alterem o sistema de acessos e distribuição, nem afectem outros aspectos significativos da organização do prédio que, como tais, tenham sido identificados na sequência da vistoria camarária referida no Artº 8º deste Regulamento.

b) o aumento do número de pisos, de acordo com as condições estipuladas nos Capítulos IV e V deste Regulamento.

Artº 16º - OBRAS DE REESTRUTURAÇÃO

No âmbito das obras de reestruturação é permitida:

a) a substituição de elementos ou sistemas construtivos que não interfiram com a composição arquitectónica da fachada principal do edifício;

b) a alteração dos sistemas de acesso e distribuição do edifício;

c) o aumento do número de pisos, de acordo com as condições estipuladas nos Capítulos IV e V deste Regulamento.

Artº 17º - OBRAS DE DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO

No âmbito das obras de demolição e reconstrução é permitida a substituição integral do edifício existente por outro cujas características devem obedecer ao estipulado nos Capítulos IV e V deste Regulamento.

Artº 18º - NÍVEL DE INTERVENÇÃO

O nível de intervenção construtiva permitido em cada uma das classes de edifícios ou espaços referenciados no Artº 12º do presente Regulamento, é o seguinte:

ANEXO 2

a) em Edifícios com Interesse Arquitectónico e Patrimonial

- qualquer intervenção visa a recuperação dos valores essenciais da arquitectura original;
- apenas são permitidas obras de conservação, excepto nas situações em que tenham sido efectuadas alterações que provocaram a descaracterização do interior do edifício. Casos em que são permitidas obras de reabilitação ou de reestruturação com base no parecer emitido pela Comissão de Apreciação de Projectos e mediante a análise de soluções alternativas do ponto de vista arquitectónico, técnico e económico, que demonstrem a impossibilidade de efectuar uma mera conservação do edifício.

b) em Edifícios e Conjuntos com Interesse Arquitectónico e Ambiental

- a Câmara Municipal determina, após a vistoria referida no Artº 8º deste Regulamento, e em função da pretensão do requerente, se se trata de uma obra de conservação, reabilitação ou reestruturação;
- no caso de edifícios de equipamentos com programas especiais, designadamente salas de espectáculos, a Câmara Municipal pode, com base no parecer emitido pela Comissão de Apreciação do Projectos e mediante a análise de soluções alternativas do ponto de vista arquitectónico, técnico e económico, que demonstrem a impossibilidade de reabilitação ou reestruturação do edifício para as funções que integra ou para a associação de outras, permitir a sua demolição, total ou parcial.

c) em Edifícios ou Conjuntos sem Interesse Arquitectónico ou Ambiental

- são permitidos todos os tipos de intervenção referidos no Artº. 13º deste Regulamento, nos termos definidos nos seus Capítulos, IV e V.

d) em Espaços Livres com Interesse Ambiental e Patrimonial

- apenas são permitidas obras de conservação ou restauro das construções existentes;
- qualquer pedido de abate de árvores ou de diminuição de coberto vegetal existente deve ser acompanhado de justificação fundamentada, sendo sujeito a licenciamento camarário e podendo ser exigida a substituição da árvore abatida.

FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
ANEXOS

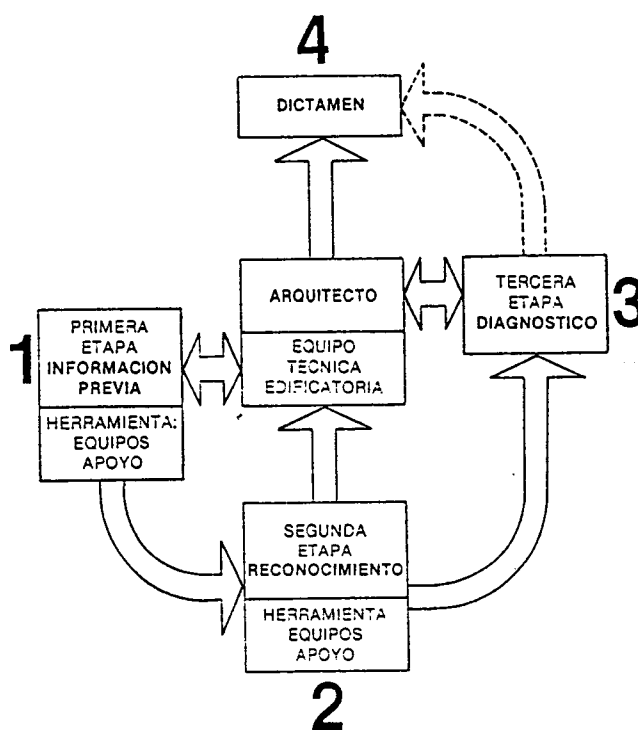
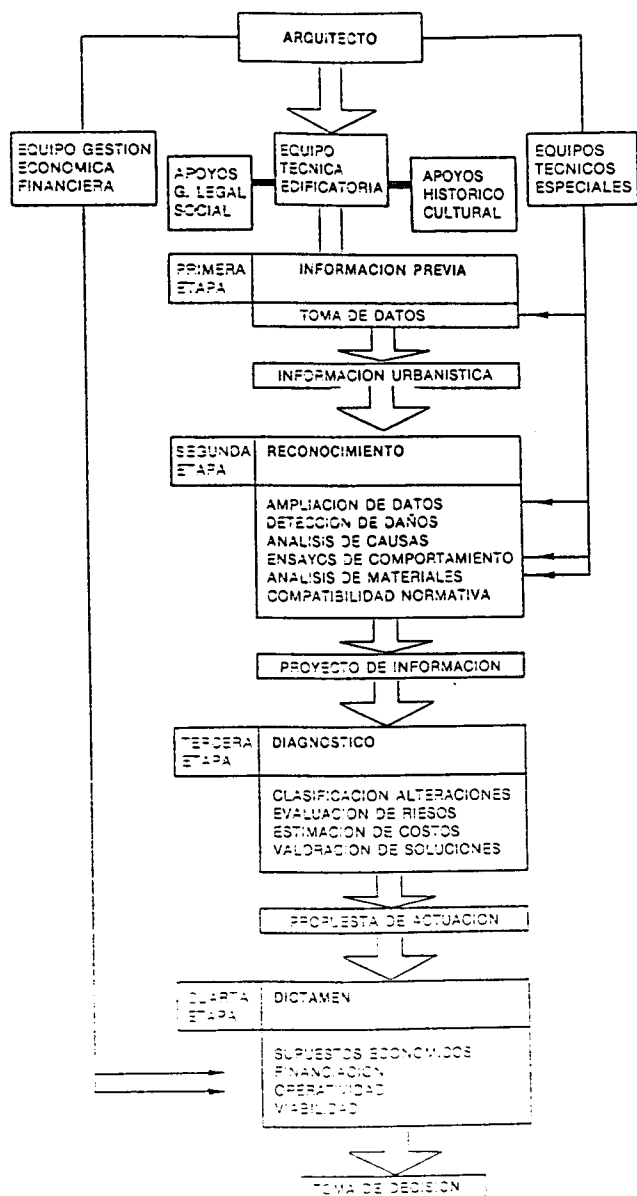
ANEXO 3

Esquema operativo e esquema de competências; quadros.
Pedro Galindo Garcia, Curso de Reabilitación, COAM, Madrid.

ESQUEMA OPERATIVO

CUADRO 9

ESQUEMA DE COMPETENCIAS



CUADRO 1
PRIMERA ETAPA. INFORMACION PREVIA

- EDIFICIO:
CARACTERISTICAS GENERALES DE SU ESTADO.
- ASPECTO:
DOCUMENTACION ORIGINAL.
CROQUIS.
LEVANTAMIENTO DE PLANOS.
FOTOGRAFIAS.
FOTOGRAMETRIA TERRESTRE.
DESCRIPCION DEL EDIFICIO.
- PROSPECTO EDIFICATORIO
DESCRIPCION SISTEMAS CONSTRUCTIVOS.
MATERIALES. ESTADO.
- PROSPECTO HISTORICO
DOCUMENTACION ORIGINAL.
- PROSPECTO LEGAL
ORDENANZAS LOCALES.
NORMATIVA.
PLANES ESPECIFICOS.
- PROSPECTO DE HABITABILIDAD:
USOS. ACTUAL. FUTURO.
OCUPANTES.
- PROSPECTOS VARIOS Y ANALISIS ARQUITECTONICO.
CULTURAL.
PATRIMONIAL.
SOCIAL, ETC.
- PLANIFICACION DEL RECONOCIMIENTO
PREVISION DE MEDIOS.

FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

ANEXOS

ANEXO 3

CUADRO 2
SEGUNDA ETAPA. RECONOCIMIENTO · CONSTATAACION DE ESTADO

EDIFICIO ELEMENTO ESTRUCTURA	Figura numero	NIVEL DANOS	NIVEL RECUPERAC
MATERIALES			
SISTEMA			
CONDICIONES DE ESTABILIDAD			
CARACTERÍSTICAS GENERALES DE SU ESTADO:			
ASPECTO EXTERNO			
Color, Textura, Sonido	1		
Alteraciones superficiales	2		
Pérdidas de material	3		
-- Estado materiales protección	4		
AGRESIVIDAD DEL MEDIO			
Tipo de ambiente			
Grado de humedad			
Temperaturas			
CONSTANTES FISICO-QUIMICAS			
- Secciones	5		
-- Alteración componentes	6		
COMPORTAMIENTO ESTÁTICO			
- Desplomes	7		
- Deformaciones Flechas	8		
-- Asientos	9		
- Grietas Fisuras			
- Combas Alabeos			
- Variaciones dimensionales			
ENLACES			
-- Condiciones de apoyo			
- Organización de nudos	10		
-- Desplazamientos Desarticulación	11		
-- Traba			
- DETECCIÓN DE PROTESIS	12		

CUADRO 3
SEGUNDA ETAPA. RECONOCIMIENTO · CONSTATAACION DE ESTADO

EDIFICIO ELEMENTO CERRAMIENTO	Figura numero	NIVEL DANOS	NIVEL RECUPER.
MATERIALES:			
SISTEMA:			
COMPORTAMIENTO GENERAL:			
CARACTERÍSTICAS GENERALES DE SU ESTADO:			
ASPECTO EXTERNO			
Manchas	13		
Humedades	14		
Bulados/desconchados	15		
Pérdidas de material			
PROTECCIONES			
Enfoscados			
Revocos	16		
Pinturas			
ALTERACIONES TRAUMÁTICAS			
- Grietas	17		
-- Asientos			
-- Roturas			
HUECOS			
Carpinterías			
Penetraciones			
Dinteles Jambas			
Vierreaguas	18		
COMPORTAMIENTO HIGROTÉRMICO			
- Componentes	19		
- Espesores			
Humedades interiores			
- DETECCIÓN DE PROTESIS	20		

CUADRO 4
SEGUNDA ETAPA. RECONOCIMIENTO · CONSTATAACION DE ESTADO

EDIFICIO ELEMENTO CUBIERTA	Figura numero	NIVEL DANOS	NIVEL RECUPER.
MATERIALES			
SISTEMA			
COMPORTAMIENTO GENERAL			
CARACTERÍSTICAS GENERALES DE SU ESTADO:			
ASPECTO EXTERNO			
Manchas Humedades			
Pérdida de material			
ALTERACIONES TRAUMÁTICAS			
- Coherencia con el soporte	21		
- Tablero	22		
- Movimientos	23		
- Comportamiento mecánico	24		
Comportamiento térmico			
Comportamiento a estanqueidad	25		
EVACUACION			
Faldones			
Pisos			
- Juntas	26		
- Cazoletas			
Limas			
Canalones			
Baberos			
Bananes	27		
COMPORTAMIENTO HIGROTÉRMICO			
- Existencia Nivel			
- Componentes			
Humedades interiores			
- DETECCIÓN DE PROTESIS			

CUADRO 5
SEGUNDA ETAPA. RECONOCIMIENTO · CONSTATAACION DE ESTADO

EDIFICIO ELEMENTO INTERIORES	Figura numero	NIVEL DANOS	NIVEL RECUPER.
COMPORTAMIENTO GENERAL			
CARACTERÍSTICAS GENERALES DE SU ESTADO			
DISTRIBUCIONES			
- Programas			
- Dimensiones			
- Accesos Pasadizos			
COMPORTAMIENTO DE SEPARACION			
- Tabicados			
- Revestidos			
- Alacabas			
HUECOS			
- Material			
- Comportamiento			
CHAPADOS			
- Material			
- Comportamiento			
CARPINTERIAS			
- Material			
- Comportamiento			
- Herrajes			
- Rejates			
CERRAJERIA			
- Material			
- Comportamiento			
OTROS			
- Vidrios			
- Escayolas			
- Pinturas			
ELEMENTOS DE ORNATO			

CUADRO 6
SEGUNDA ETAPA. RECONOCIMIENTO · CONSTATAACION DE ESTADO

EDIFICIO ELEMENTO INSTALACIONES	Figura numero	NIVEL DANOS	NIVEL RECUPER.
CARACTERÍSTICAS GENERALES DE SU ESTADO			
SANEAMIENTO			
- Materiales Sistema			
- Evacuación Diámetros Enlaces			
- Humedades transmitidas			
- Alteraciones del entorno			
FONANERIA			
- Red: Material Sistema			
- Alteraciones funcionales			
- Humedades transmitidas			
- Fuente de calor			
- Depósitos Almacenajes			
APARATOS SANITARIOS			
- Material Estado			
- Grietas Llaves, etc.			
CALEFACCION			
- Fuente de calor			
- Almacenaje combustible			
- Red: Material Sistema			
- Emisores Accesorios			
ELECTRICIDAD			
- Nivel Sistema			
- Protecciones Seguridad			
- Red Material Cuadros Accesorios			
GAS			
- Material Sistema			
SEGURIDAD			
INCENDIOS			
- PROTESIS			

CUADRO 7
SEGUNDA ETAPA. RECONOCIMIENTO · CONSTATAACION DE ESTADO

EDIFICIO SISTEMAS OCULTOS Y DETECCIONES ESPECIALES	Figura numero	NIVEL DANOS	NIVEL RECUPER.
TERRENO			
-- Características físicas mecánicas y químicas			
-- Alteraciones del entorno			
FUNDACIONES			
- Características generales			
- Materiales Estado			
-- Comportamiento mecánico			
-- Asientos Deslizamientos			
SANEAMIENTO			
- Materiales Sistema			
- Estado Comportamiento			
- Drenajes			
COMPORTAMIENTO HIGROTÉRMICO			
- Fachadas Cubiertas			
COMPORTAMIENTO ACUSTICO			
ALTERACIONES BIOLÓGICAS O QUÍMICAS			
-- Maderas Piedras			
COMPORTAMIENTO ANTE NUEVAS SOLICITACIONES			
-- Forjados			
-- Estructura			
-- Aposos			

ANEXO 4

Extracto do Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa, 1994.
Artº 15º - Áreas de Potencial Valor Arqueológico.

ARTIGO 15º
(Áreas de Potencial Valor Arqueológico)

1. Na Planta do Inventário Municipal do Património são delimitadas Áreas de Potencial Valor Arqueológico as quais se classificam em:

a) Área de Nível 1 de intervenção – delimitada pela Muralha Fernandina e incluindo o Bairro da Mouraria

b) Áreas de Nível 2 de intervenção – restante área urbana condicionada

2. Os Planos de Urbanização e de Pormenor devem estabelecer condicionamentos ao uso e ocupação do solo e à realização de obras, tendo em vista a salvaguarda e valorização do património arqueológico e das áreas de interesse arqueológico, com base em elementos descritivos e cartográficos mandados elaborar pela Câmara Municipal e tendo em consideração o disposto nos pontos seguintes.

3. Na Área de Nível 1, os projectos de obras que impliquem escavações ou remeximento do subsolo devem ser acompanhados de relatório realizado por técnico especializado que descreva e fundamente as acções e medidas a adoptar para assegurar a identificação, preservação e/ou registo de valores arqueológicos cuja existência seja conhecida ou considerada provável.

4. Na Área de Nível 1 o Licenciamento de projectos fica sujeito a parecer da Comissão Municipal específica, podendo a realização das obras ser condicionada à prévia realização de trabalhos arqueológicos de acordo com parecer do IPPAR, normas municipais de protecção e valorização do património, ou aprovação do relatório a que se refere o número anterior.

5. Nas Áreas de Nível 2, a Câmara Municipal com base em parecer da estrutura consultiva criada nos termos do disposto no nº 2 do artº 4º, pode estabelecer no licenciamento de obras que impliquem escavações ou o remeximento do subsolo, as condições a que deve obedecer a fiscalização e acompanhamento técnico municipal da obra, por forma a que seja assegurada a identificação, preservação e registo de valores arqueológicos, nos termos da legislação em vigor.

6. As obras que se realizem nos espaços públicos, localizados nas Áreas de Potencial Valor Arqueológico, tanto por entidades públicas como privadas, e que impliquem escavações ou remeximento do subsolo, devem cumprir as seguintes condições:

a) Os projectos devem incluir extracto da Carta Arqueológica Municipal, ou na inexistência desta, de outros elementos descritivos e cartográficos que identifiquem áreas ou elementos de interesse arqueológico, previamente solicitados à Câmara Municipal.

b) Sempre que a zona tenha reconhecido ou potencial interesse arqueológico definido e fundamentado pela CML, os projectos devem incluir relatório realizado por técnico especializado, que descreva e fundamente as acções e medidas a adoptar para assegurar a identificação, registo e preservação de valores arqueológicos.

c) As obras a realizar nos Espaços Públicos, conforme a importância arqueológica da zona em que se localizam, podem ser permanente, temporária ou periodicamente acompanhadas por técnicos especializados com vista à aplicação de medidas que visem a identificação e salvaguarda de valores arqueológicos, nos termos da legislação em vigor.

FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
ANEXOS

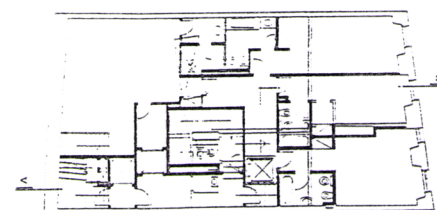
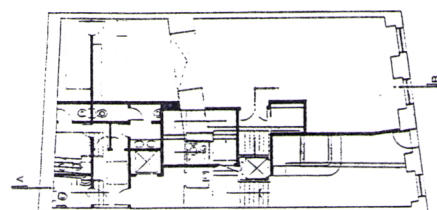
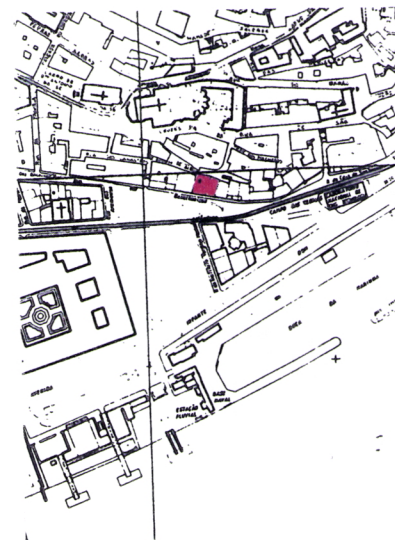
ANEXO 5

Edifício Versailles, Av. da República, Lisboa.



FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO ANEXOS

ANEXO 5
Casa das Varandas, Rua dos Bacalhoiros, Lisboa.



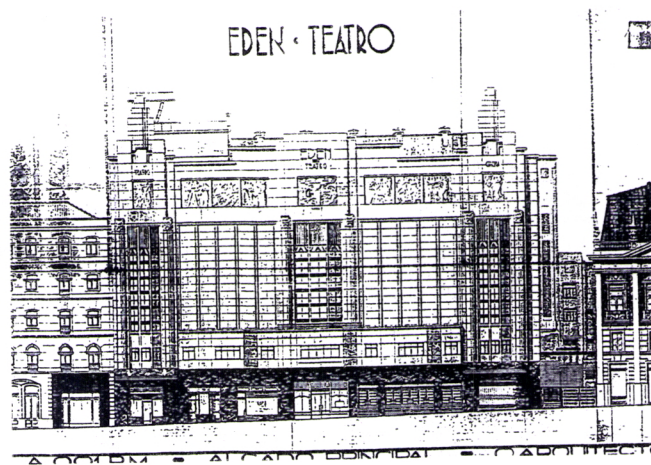
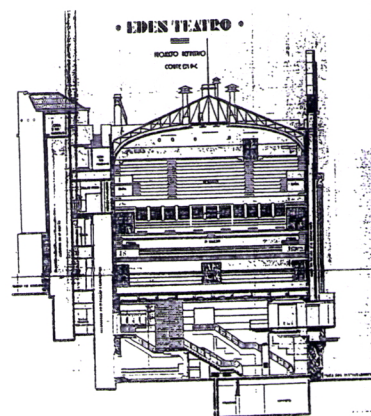
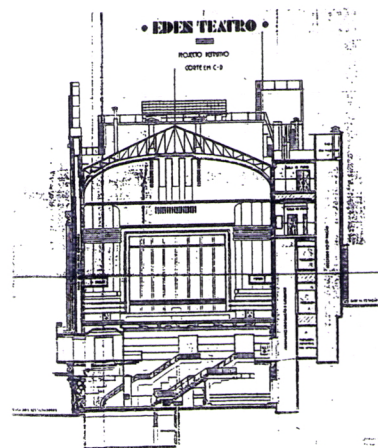
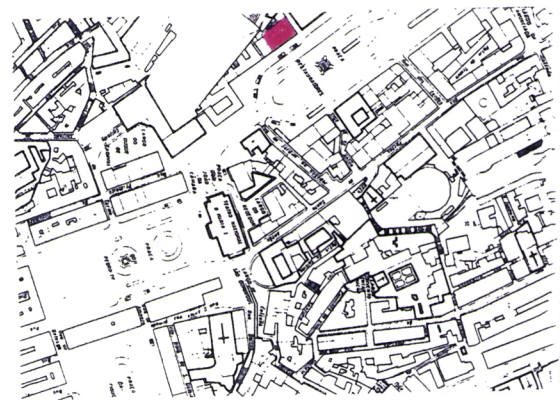
R/040

1º PISO

FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
ANEXOS

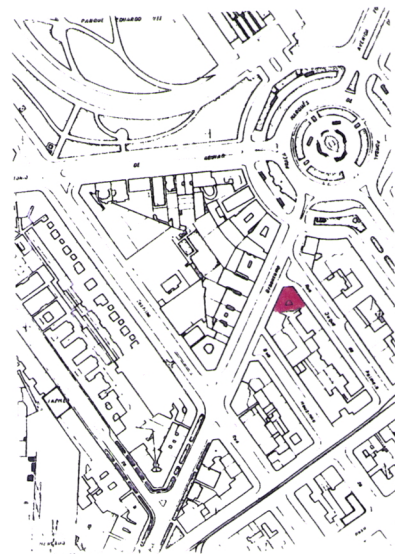
ANEXO 5

Cine-Teatro Éden, Praça dos Restauradores, Lisboa.

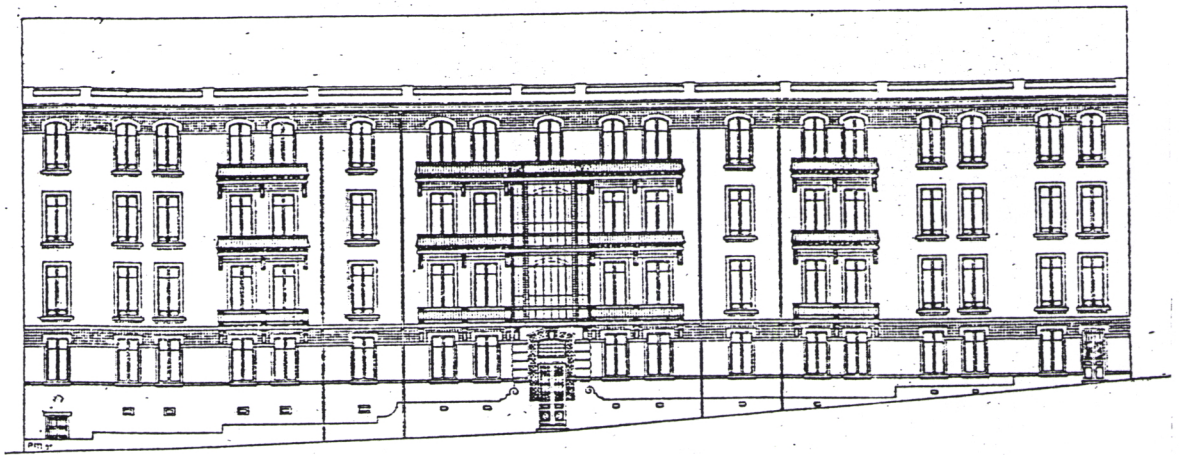


ANEXO 5

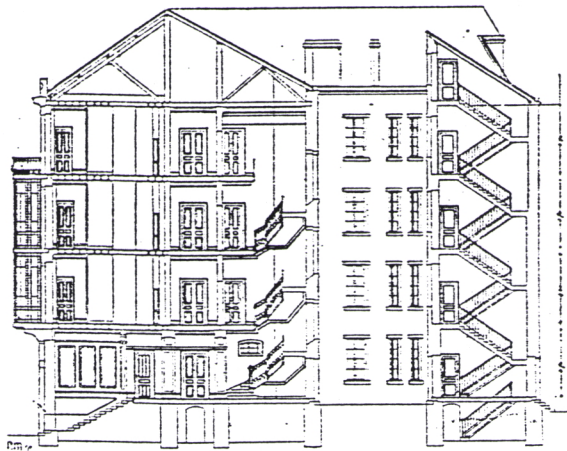
Edifício "Expresso", Rua Duque de Palmela, Lisboa.



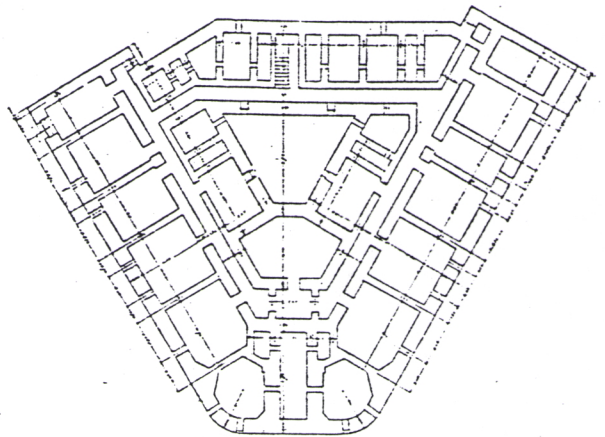
ANEXO 5



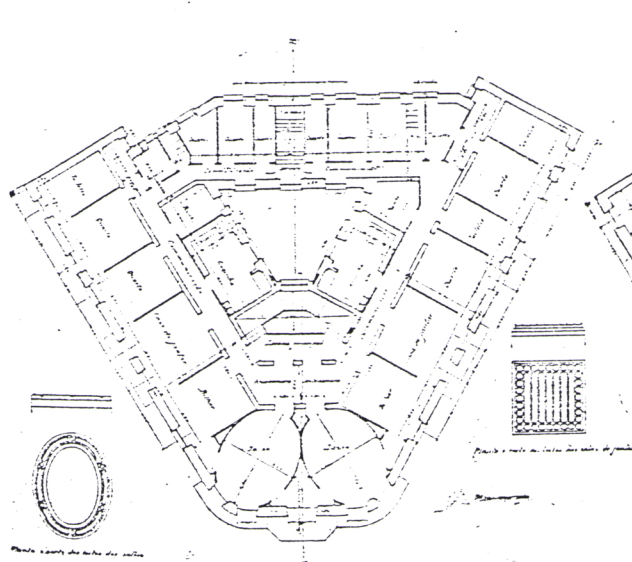
FACHADA PRINCIPAL DESENVOLVIDA



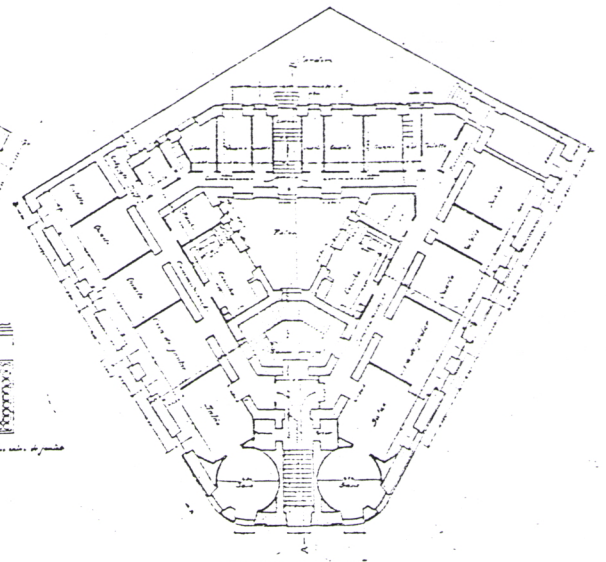
CÔRTE EM A B



PLANTA DAS CAVES E ALICERSES



PLANTA DO 1.º E 2.º ANDAR



PLANTA DO RES DO 3.º ANDAR

FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
ANEXOS

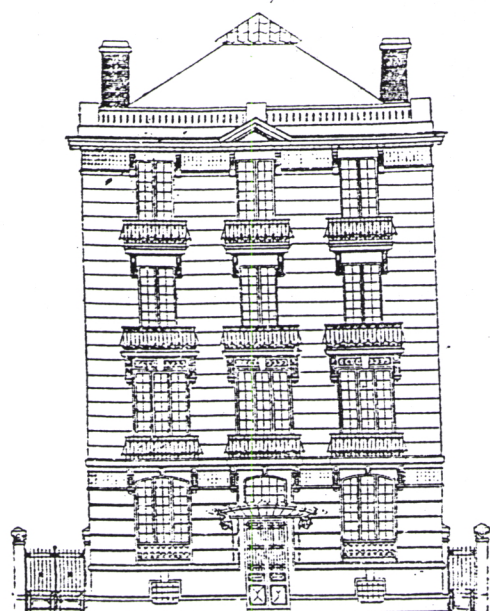
ANEXO 5

Edifício de Ventura Terra, Praça Marquês de Pombal, Lisboa.

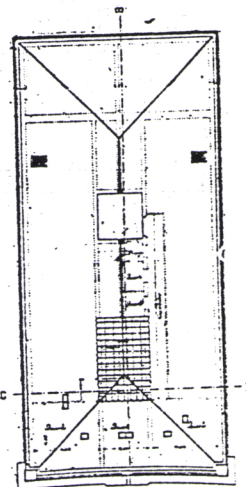


FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
ANEXOS

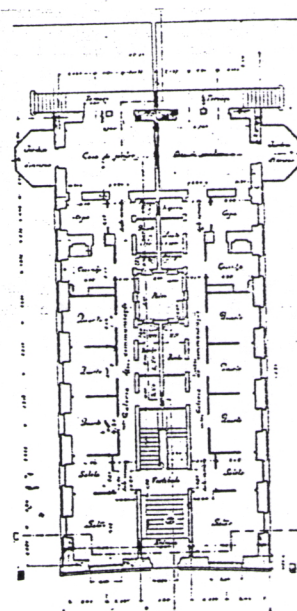
ANEXO 5



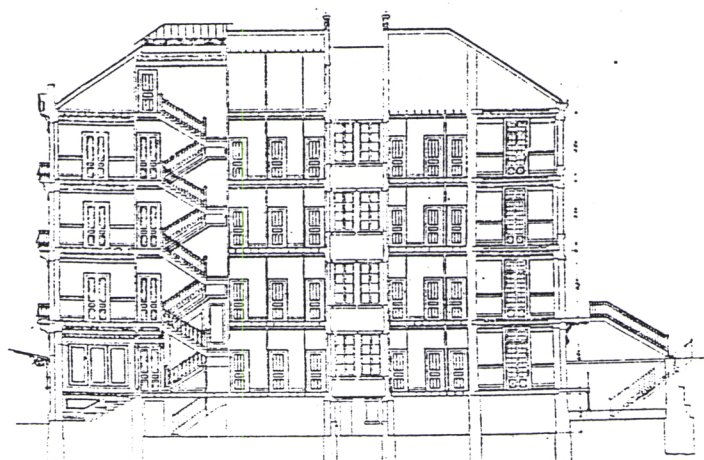
FACHADA PRINCIPAL



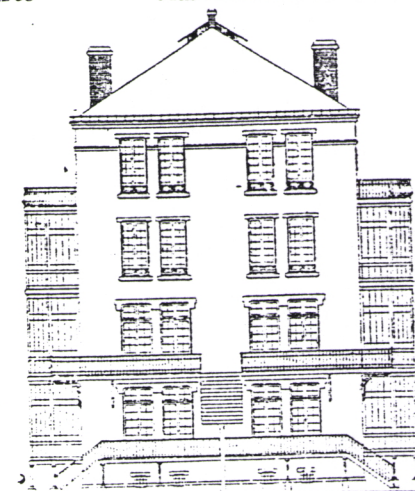
SOTÃO E TELHADOS



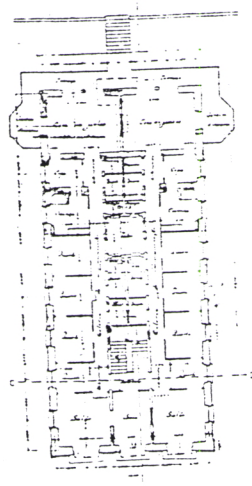
PLANTA DO REZ DO CHÃO



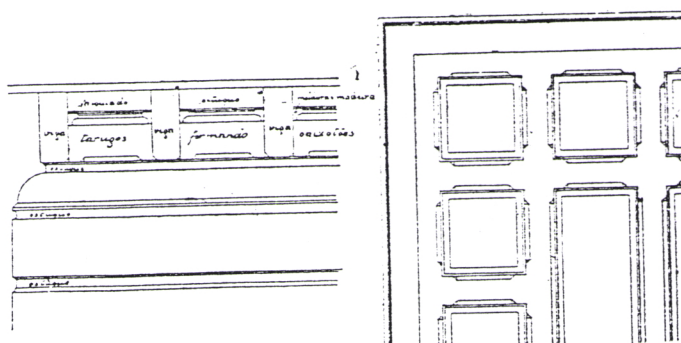
CÓRTE



FACHADA POSTERIOR



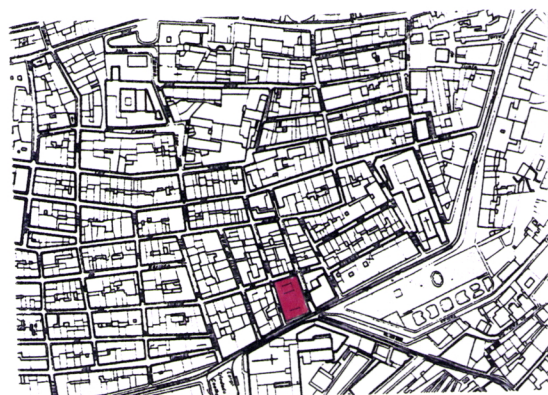
PLANTA DOS ANDARES



TECTOS

ANEXO 5

Palácio Lumières, Rua de S. Pedro de Alcântara, Lisboa.



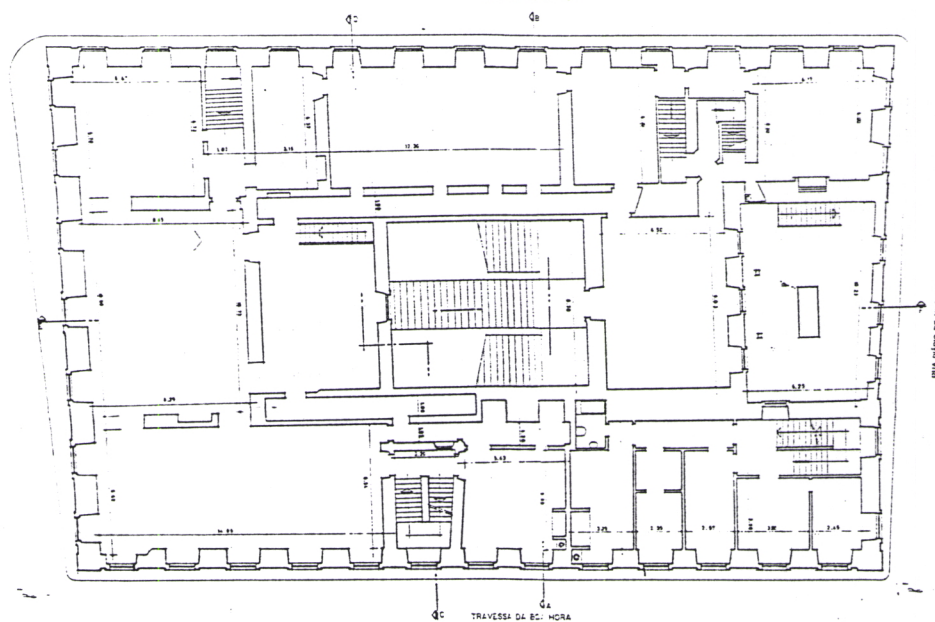
FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
ANEXOS

ANEXO 5

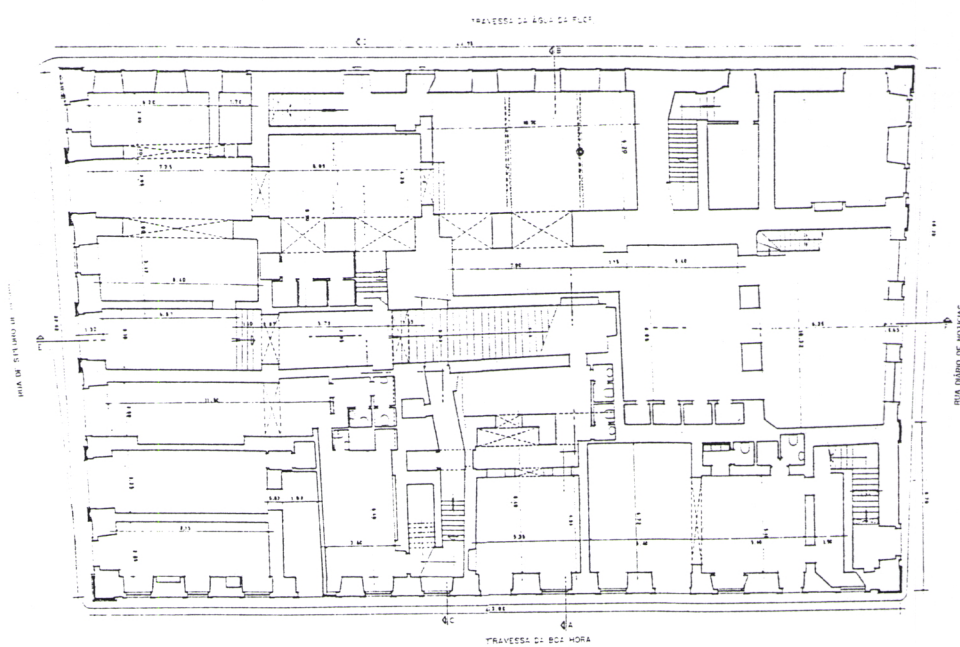


CORTE E-F

TRAVESSA DA AS.ª DA FLOª



TRAVESSA DA B.C.ª HORA

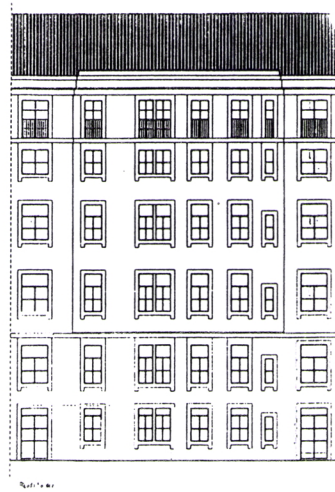
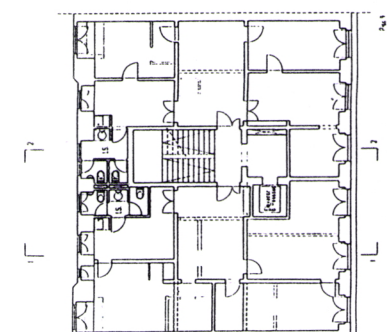
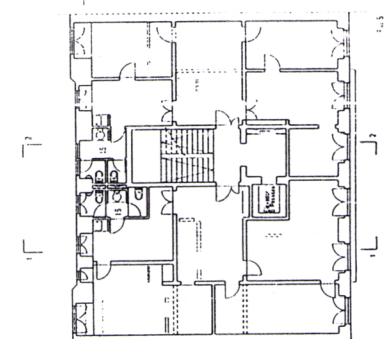
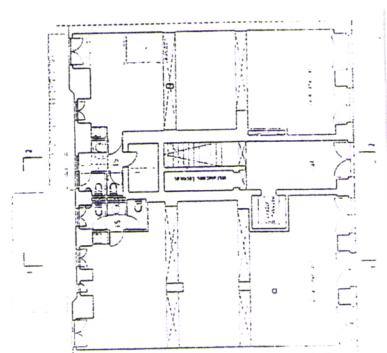


TRAVESSA DA B.C.ª HORA

FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
ANEXOS

ANEXO 5

Edifício na Baixa Pombalina, Rua de S. Julião, Lisboa.



Desenhos: Promontório.

Reb. 1998, Ar. 5.1.10

Reb. 1998, Ar. 5.1.10

FACTORES OCORRENTES EM INTERVENÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO ANEXOS

ANEXO 5

Edifício dos Banhos de S. Paulo, Travessa do Carvalho, Lisboa.

